

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ENOS ANDRÉ DE FARIAS

**O NÚCLEO DE EDUCADORES POPULARES DO SERTÃO DE
PERNAMBUCO NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

**JUAZEIRO/BA
2018**



ENOS ANDRÉ DE FARIAS

**O NÚCLEO DE EDUCADORES POPULARES DO SERTÃO DE PERNAMBUCO
NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos
(PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do
Departamento de Ciências Humanas – Campus III – Juazeiro,
como requisito para obtenção do título de Mestre em
Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Área de Concentração: Educação para convivência com o
semiárido;

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Gomes Rodrigues.

**JUAZEIRO/BA
2018**

Digitação

Enos André de Farias

Revisão Textual em Língua Vernácula

Ruth Danielli de Brito Farias

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UNEB), com os dados fornecidos pelo autor

F224

Farias, Enos André de

O Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco no desenvolvimento de ações para Convivência com o Semiárido/Enos André de Farias – Juazeiro, 2018.

239 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Gomes Rodrigues

Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus III, PPGESA, 2017.

Bibliografia

1. Convivência com o Semiárido 2. Tecnologias Sociais 3. Educação Contextualizada 4. Quintais Produtivos 5. NEPS I. Rodrigues, José Roberto Gomes II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas III. Título

CDD 370.7

FOLHA DE APROVAÇÃO

ENOS ANDRÉ DE FARIAS

O NÚCLEO DE EDUCADORES POPULARES DO SERTÃO DE PERNAMBUCO NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

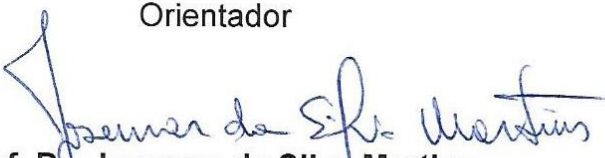
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de Ciências Humanas – Campus III – Juazeiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Área de Concentração: Educação para convivência com o semiárido;

Aprovação em 01 de Março de 2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Roberto Gomes Rodrigues
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Orientador


Prof. Dr. Josemar da Silva Martins
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Membro Interno Titular


Prof. Dr. Reinaldo Forte Carvalho
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
Membro Externo Titular

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho às mulheres que dão sentido a minha vida: **Mirela Giordana, Lara Fernanda e Isabella Valentina.***

*Também a **Uiara Ferreira da Silva**, parceira no saber, rainha dos meus sonhos, alma gêmea que a vida tem proporcionado encontros e desencontros.*

*E ao meu pai, **Geraldo Abílio de Farias** que na sua sapiência me ensinou o caminho da retidão, da fé e da persistência.*

*À memória de Irmão **Raimundo Enéas Coelho** e Irmã **Jovina Rodrigues Coelho**, do Sítio Barra Bonita em Dormentes/PE, pelas lembranças e saudades que me restaram após suas partidas.*

*À memória de **Geomarco Coelho de Souza**, eterno Prefeito de Dormentes/PE: Um entusiasta quanto ao desenvolvimento de sua terra, grande empreendedor e apaixonado pelo NEPS.*

*A minha mainha, **Felomena Farias**, que dedicou sua vida aos filhos e que para eles lançava-se diuturnamente sua mais preciosa arma: a oração. Obrigado minha neguinha!*

AGRADECIMENTOS

Quero externar inicialmente meus agradecimento ao **Deus** que me criou e que tem sustentado minha fé mesmo nos momentos mais difíceis e impossíveis. Obrigado meu amigo por ter sido a energia do meu corpo e a força dos meus pensamentos. Você que é mistério e enigma, vive em cada ser vivente de um jeito e em mim, escondido no peito.

Aos meus pais, **Geraldo Abílio de Farias e Felomena Farias** (in memoriam) pela destreza na construção singular do caráter dos seis filhos que puseram no mundo. Mesmo com todas as dificuldades e percalços da vida, aqui estamos trilhando os vossos ensinamentos. Obrigado *painho*, obrigado *mainha*!

As minhas filhas **Mirela Giordana, Lara Fernanda e Isabella Valentina**, a melhor parte de mim. Obrigado por terem compreendido as minhas ausências nesses dois anos em que precisei mudar a rotina dos meus dias para vencer os objetivos propostos.

A **Uiara Ferreira da Silva**, toda gratidão pelo cuidado e pelo zelo para com nossas filhas, sendo muitas vezes mais que uma mãe. Obrigado por tudo. Minha vitória é sua vitória.

Aos meus irmãos **Gilderlan, Gênesis, Marcos, Ana Maria e Ana Paula** pelo partilhar das alegrias e tristezas, pelas vitórias e empates, ressaltando que nunca seremos derrotados porque fomos forjados nas dificuldades da vida. Agradeço a vocês por acreditarem em meus ideais e sonharem comigo o bom sentimento.

A minha madrastra **Ana Hermínia**, pelo apoio necessário nas aflições dessa pesquisa.

À Universidade do Estado da Bahia/UNEB, toda deferência a essa instituição pública que lança-se na missão de agregar pessoas, debater causas e combater injustiças.

Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos/**PPGESA** – pela oportunidade de inserção no mundo da pesquisa, conhecendo o Semiárido e por ele vivenciando novas experiências e descobertas.

Ao **Corpo Administrativo do PPGESA**, pela disponibilidade em atender, ajudar e resolver as demandas a contento. Muito obrigado por vocês cuidarem de minhas demandas.

Ao Professor Doutor **José Roberto Gomes Rodrigues**, meu nobre orientador. Meus sinceros agradecimentos pelos debates e embates na construção ideológica dessa pesquisa. Obrigado também por ter acreditado nela.

Ao Professor Doutor Josemar da Silva Martins (**Pinzoh**) pela aceitação em ser parte avaliativa desse trabalho e também pelas experiências partilhadas nesses dois anos.

Ao Professor Doutor **Reinaldo Forte Carvalho** por ter aceitado contribuir com essa pesquisa avaliando seu idealizador e os caminhos percorridos para chegar ao objetivo pretendido.

Aos professores do PPGESA pelas contribuições necessárias. Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. **Edmerson** dos Santos Reis; Prof.^a Dr.^a. **Edonilce** da Rocha Barros; Prof. Dr. **Josenilton** Nunes Vieira; Prof.^a Dr.^a. **Carla** Conceição da Silva **Paiva**; Prof. Dr. **Juracy Marques** dos Santos; Prof.^a Dr.^a. **Luzineide** Dourado Carvalho; Prof. Dr. **Cosme** Batista dos Santos; Prof.^a Dr.^a. **Cristiana** de Cerqueira Silva Santana; e Prof. Dr. **Luciano** Sérgio Ventin **Bomfim**.

À Turma 2016.1 do PPGESA, companheiros de luta que a vida nos juntou em prol do conhecimento: **Ana Paula, Amilton, Adeilda, Carla Fabiana, Cleiton Lin,**

David, Esther, Evely, Fabiana Carla, Kleiton Gualter, Paulo Pedrosa, Késia Araújo, Lidiane, Lorena, Maria Rosa, Quécia, Rita, Verena e Willams.

Ao Sub Ten PM **Aroldo José Carvalho Santana**, maestro da Banda de Música Maestro Wanderley – Seção do 3º BEIC, em Juazeiro/BA, por ter acreditado e apoiado essa empreitada dando-me condições de vencer as dificuldades.

Aos companheiros da **Banda de Música Maestro Wanderley** – Seção do 3º BEIC (Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação) em Juazeiro/BA, pelo partilhar diário de informações, debates e por acreditar que esta pesquisa seria concluída.

Ao Tenente Coronel **Jorge Sampaio Silva**, comandante do 3º BEIC (Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação) em Juazeiro, por ter entendido minhas dificuldades e ajudado-me nas resoluções das mesmas. Obrigado, Comando.

Aos meus amigos **Erasmão Francisco de Assis** e **Maria Alzira Coelho de Assis**, do Sítio Arapuá, em Dormentes/PE, pela acolhida nesses muitos anos e em especial nesses últimos meses em que me envolvi de alma e corpo nessa pesquisa.

A minha amiga **Maria do Rosário Helena de Macedo Coelho** (*Rosarinha*), vereadora dedicada ao povo de sua terra, entusiasta com os resultados dessa pesquisa e grande sonhadora, que tive a honra de conhecer e compartilhar sua amizade. Muito obrigado por tudo.

Ao meu amigo **Manoel Ireno de Sousa** (*Manelito*), pelos ensinamentos nesses dois anos de convivência dentro do NEPS e por ter acreditado que poderíamos construir uma pesquisa a partir dos ensinamentos realizados no Semiárido.

A equipe técnica do **NEPS** que nesses dois anos de convivência ajudou-me a incorporar o sentimento de pertença que o Semiárido nos proporciona. Toda dádiva e todos os aplausos possíveis a **Antônio Pereira Barros, Carlos Gean Perene, Maria do Socorro Coelho, Leandro José Cavalcante, Lucinaldo de Almeida Silva e Marivaldo Alves dos Santos.**

Ao amigo **Antônio Malan Reis Rodrigues**, que mesmo não estando na equipe do NEPS, ajudou-me na caminhada.

A ex-presidente do NEPS, **Josina Iraci de Menezes**, toda gratidão do mundo por ter me acolhido no seio dessa importante instituição.

Ao meu amigo **Cícero Rosalvo Gomes de Souza**, do sítio Baixio em Santa Cruz da Venerada/PE, e a sua esposa **Maria Aparecida Silveira Alencar**, pela acolhidas nos muitos momentos de caminhada para conhecer o Sertão Pernambucano.

A **Comunidade de Poço Dantas**, em Santa Cruz da Venerada/PE.

A família da senhora **Jailma Gomes dos Santos Silva**, do Sítio Pedro, em Santa Cruz da Venerada/PE, pelo compartilhar da experiências vivenciadas nessa propriedade.

Aos amigos **Oswaldo, Chico Peba, Dona Lica, Jailson, Chico Miguel, Marcelo Guimarães, Seu Zezinho, Dona Bebelá, Seu Jangó, Paulinho, Paizinha**, pelas entrevistas concedidas.

Ao Vereador **Geolando José Coelho**, da cidade de Dormentes/PE, por ter disponibilizado seu tempo para conversar sobre desenvolvimento e convivência com o Semiárido, concedendo entrevista para compor este trabalho.

A professora **Maria Amélia de Albuquerque Coelho Brito**, por ter contado um pouco da história da educação do município de Dormentes/PE, enquanto partícipe das ações que fomentaram na melhoria dos índices de educação daquela urbe.

A **Beniciana Santana de Macedo e Maria Marquesa de Santana Marques**, que juntas contaram como os primeiros passos foram dados para o surgimento do NEPS.

A todos que direta ou indiretamente ajudaram nessa pesquisa. Muito obrigado a todos. Esse é um trabalho de muitas mãos.

Mesmo diante da devastação
O homem do sertão, que traz o sol dentro de si
Acerta o rumo; desnor-teia e doma a solidão.

Tem alma intacta, num clarão
O homem do sertão, que traz o sol dentro de si
Não perde o prumo; mantém-se em retidão.

Sabe aguardar a chuva e louvar aos ventos
E recolher-se sempre em seus melhores mantos
E envolver-se como os eflúvios dos adventos
Em cânticos, rogar a deus fertilidade, encantos.

Refazer-se na fé; e pela fé, fugir das trevas
No amor reconstituir-se; semeá-lo em todo canto
Perpetuar a essência das atitudes longevas
Imprimir no filho dignidade, a partir do acalanto

O homem do sertão

Virgílio Siqueira

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender o processo de implementação e intervenção social das ações desenvolvidas pelo NEPS no Sertão de Pernambuco. De abordagem qualitativa, seu desenvolvimento ocorreu em dois municípios de forma direta (Dormentes e Santa Cruz da Venerada) e de forma indireta, em outros dois (Afrânio e Santa Filomena). Na abordagem metodológica definimos a pesquisa participante como forma de aproximação com as comunidades, possibilitando uma costura com outros procedimentos, a exemplo do relato de experiência e estudo de caso, além da investigação bibliográfica e documental para compreendermos o sentido histórico e social do espaço pesquisado. Na construção do referencial teórico optou-se pela divisão em categorias conceituais, uma vez que havendo distinção entre conceitos os mesmos convergem para subsidiar o resultado que se pretende. Elencou-se então três categorias básicas: Convivência com o Semiárido brasileiro, Práticas educativas desenvolvidas na perspectiva Freireana a partir da educação popular e Tecnologias sociais para convivência com o Semiárido brasileiro. Para chegarmos as respostas necessárias foi aplicado entrevistas semiestruturadas e realizada visitas de campo. A investigação documental serviu para compor a trajetória histórica da instituição, dando ênfase ao trabalho de mobilização realizado com a PJMP, as formações políticas e os debates com as comunidades. A pesquisa evidenciou o alinhamento, em um determinado momento do NEPS as ações das escolas formais em Dormentes/PE, sendo mostrado os resultados alcançados nessa parceria. Em um outro momento, o estudo buscou caracterizar de modo geral como as tecnologias sociais implementadas nas comunidades tem integrado as famílias, fomentado a convivência com o Semiárido brasileiro, a preservação do meio ambiente, geração de renda e transformado a realidade das comunidades atendidas.

Palavras-chave: Convivência com o Semiárido. Tecnologias Sociais. Educação Contextualizada. Quintais Produtivos. NEPS.

ABSTRACT

This research has the objective to understand the process of implementation and social intervention of the actions developed for the NEPS in the Hinterland of Pernambuco. Of the qualitative type, its development occurred in two cities of direct form (Dormentes and Santa Cruz of the Venerated one) and of indirect form, in others two (Afrânio and Santa Filomena). In the organization boarding we briefing the research participant as form of approach with the communities, making possible a sewing with other procedures, the example of the experience story and study of case, beyond the bibliographical inquiry and documentary to understand the historical and society direction of the searched space. In the construction of the theoretical referencial it was opted to the division in conceptual categories, a time that having distinction between concepts the same ones converge to subsidize the result that if it intends. It related then three basic categories: To coexist with Brazilian Semiárido, Practical educative developed in the Freireana perspective from the popular education and social Technologies for to coexist with Brazilian Semiárido. To arrive the necessary answers was applied semistructuralized interviews and carried through field visits. The documentary inquiry served to compose the historical trajectory of the institution, being given emphasis to the work of mobilization carried through with the PJMP, the formations politics and the debates with the communities. The research evidenced the alignment, in one determined moment of the NEPS the actions of the formal schools in Dormentes/PE, being shown the results reached in this partnership. In one another moment, the study searched to characterize in general way as the implemented social technologies in the communities have integrated the families, fomented the convivência with Brazilian Semiárido, the preservation of the environment, generation of income and transformed the reality of the taken care of communities.

Keywords: To coexist with Semiárido. Society technologies. Conjuncture education. Productive yards. NEPS.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS INSERIDOS NO SAB.....	58
TABELA 2	CRITÉRIOS PARA ENTRADA DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA SEMIÁRIDA DO SAB.....	60
TABELA 3	NOMES DAS LIDERANÇAS DA PJMP EM DORMENTES.....	86
TABELA 4	CISTERNAS CONSTRUÍDAS ATÉ SETEMBRO DE 2017.....	156
TABELA 5	MUNICÍPIOS QUE RECEBERA CISTERNAS DO PROGRAMA CISTERNA NA ESCOLA ENTRE 2015 E 2017.....	156
TABELA 6	VISITAS AS ESCOLAS CONTEMPLADAS COM CISTERNAS.....	156
TABELA 7	CISTERNA DO PROGRAMA P1MC CONSTRUIDAS PELO NEPS ENTRE 2006 E 2017.....	164
TABELA 8	QUANTITATIVO DE IMPLEMENTAÇÕES P1MC POR ANO DE REALIZAÇÃO.....	165
TABELA 9	CISTERNA-CALÇADÃO CONSTRUIDAS PELO NEPS.....	168
TABELA 10	BARRAGENS TRINCHEIRAS CONSTRUIDAS PELO NEPS.....	171
TABELA 11	CISTERNAS ENXURRADAS CONSTRUIDAS PELO NEPS.....	174

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES PARA RECEBEREM O PROJETO “QUINTAIS PRODUTIVOS”	44
IMAGEM 2	RESULTADO DO PROJETO “HORTA MANDALA”	45
IMAGEM 3	MAPA COM A DELIMITAÇÃO DO SEMIÁRIDO EM 2005.....	57
IMAGEM 4	DELIMITAÇÃO DO SEMIÁRIDO EM 2017.....	59
IMAGEM 5	POLÍGONOS DAS SECAS EM 1936.....	62
IMAGEM 6	LOCALIZAÇÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO EM 1932.....	66
IMAGEM 7	JORNAL O POVO DE FORTALEZA DATADO DE 30.JUN.1932.....	67
IMAGEM 8	IGREJA DO SENHOR DO BOM FIM EM CABOCLO.....	73
IMAGEM 9	MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PETROLINA (PERTENCENTES A MESORREGIÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO)	77
IMAGEM 10	MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ARARIPINA (PERTENCENTES A MESORREGIÃO DO SERTÃO DE PERNAMBUCO)	78
IMAGEM 11	REPRESENTANTES DA RÁDIO SABIÁ FM.....	94
IMAGEM 12	DESFILE DO DIA DO TRABALHADOR.....	95
IMAGEM 13	CENTRO DE FORMAÇÃO ASA BRANCA.....	100
IMAGEM 14	ASSOCIADOS DA OLARIA EM CACHOEIRA DO ROBERTO.....	101
IMAGEM 15	ESPAÇO DE PESQUISA E LEITURA NA BIBLIOTECA DO NEPS.....	122
IMAGEM 16	MUSEU PAI CHICO EM CABOCLO/PE.....	124
IMAGEM 17	UMA DAS ALAS DO MUSEU CASA DA ROÇA.....	126
IMAGEM 18	PATIO E FACHADA DO MUSEU CASA DA ROÇA.....	127
IMAGEM 19	REPORTAGEM DO BLOG CARLOS BRITTO EM 06/07/2009.....	130
IMAGEM 20	REPORTAGEM DO BLOG IVONALDO FILHO EM 08/07/2009.....	131
IMAGEM 21	REPORTAGEM DO BLOG RICARDO BANANA EM 20/08/2012.....	131
IMAGEM 22	O PREFEITO GEOMARCO COELHO DE SOUSA E O PROFESSOR ENOS ANDRÉ DE FARIAS – 2017.....	136
IMAGEM 23	IMAGEM DE SÃO GONÇALO NO TRÍDUO REALIZADO PELO NEPS....	139
IMAGEM 24	PLANEJAMENTO DO REISADO COM A COMUNIDADE.....	140
IMAGEM 25	REISADO NA COMUNIDADE DE LAGOA COMPRIDA.....	141
IMAGEM 26	ACOLHIDA DOS CAVALEIROS E A CAVALGADA DE POÇO DANTAS	148
IMAGEM 27	CISTERNA DA EREM SENADOR NILO DE SOUZA COELHO, EM DORMENTES/PE E A FACHADA DA ESCOLA.....	157

LISTA DE IMAGENS – CONTINUAÇÃO

IMAGEM 28	CISTERNA E FRENTE DA ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS JOSÉ DE MACEDO, EM AFRÂNIO/PE.....	158
IMAGEM 29	CISTERNA EM CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CLEMENTINO COELHO, EM AFRÂNIO/PE.....	158
IMAGEM 30	CISTERNA E FRENTE DA EREM PROFESSORA IRENE MARIA RAMOS COELHO, EM AFRÂNIO/PE.....	159
IMAGEM 31	ESQUEMA DE IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS EM UMA COMUNIDADE.....	163
IMAGEM 32	CISTERNA CALÇADÃO EM SANTA CRUZ DA VENERADA.....	168
IMAGEM 33	BARREIRO TRINCHEIRA IMPLEMENTADOS PELO NEPS.....	171
IMAGEM 34	BARREIRO TRINCHEIRA IMPLEMENTADOS PELO NEPS.....	172
IMAGEM 35	MODELO DE CISTERNA ENXURRADA.....	173
IMAGEM 36	QUINTAL PRODUTIVO NO FORMATO MANDALA NO SÍTIO NOVA OLINDA, EM SANTA CRUZ DA VENERADA/PE.....	179
IMAGEM 37	QUINTAL PRODUTIVO NO FORMATO CONVENCIONAL DO SÍTIO PEDRO, EM SANTA CRUZ DA VENERADA/PE.....	181
IMAGEM 38	CONSTRUÇÃO DO GALINHEIRO NO SÍTIO BAIXIO.....	181
IMAGEM 39	APRISCO DO SITIO BAIXIO CONSTRUIDO PELO NEPS.....	183
IMAGEM 40	DONA LICA COMERCIALIZANDO PRODUTOS.....	184
IMAGEM 41	REBOQUE PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO.....	185
IMAGEM 42	O PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO BIODIGESTOR SERTANEJO.....	189
IMAGEM 43	PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE TRATAMENTO DAS ÁGUAS CINZAS.....	194
IMAGEM 44	PROCESSO DE TRATAMENTO DAS ÁGUAS CINZAS.....	195
IMAGEM 45	ÁGUAS PARA REUSO PRONTAS PARA SEREM UTILIZADA.....	195
IMAGEM 46	ÁGUAS PARA REUSO PRONTAS PARA SEREM UTILIZADA.....	196
IMAGEM 47	INTERCÂMBIO DA COMUNIDADE PARA CONHECER AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DO NEPS.....	197

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	IDEB ENTRE 2005 E 2011 – EF SÉRIES INICIAIS – REDE PÚBLICA.....	129
GRÁFICO 2	IDEB ENTRE 2005 E 2011 – EF SERIES FINAIS – REDE PÚBLICA.....	130
GRÁFICO 3	QUANTIDADE DE CISTERNAS NO PROGRAMA P1MC CONSTRUIDA ENTRE 2003 E 2017.....	163

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	PERGUNTAS QUE DEVEM CONSTAR EM UMA PESQUISA.....	47
FIGURA 2	O CICLO DA PESQUISA QUALITATIVA.....	48
FIGURA 3	CATEGORIAS CONCEITUAIS APONTADAS NA PESQUISA.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA	Fórum da Articulação do Semiárido Brasileiro
ASD	Área Susceptível à Desertificação
BEIC	Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação
CEPED	Centro de Estudo e Pesquisa em Engenharia e Defesa Civil
CEAS	Centro de Estudos e Ações Sociais
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNBB	Confederação Brasileira de Bispos do Brasil
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste
GRE	Gerência Regional de Educação do Médio São Francisco
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IOCS	Instituto de Obras contra as Secas
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
JOC	Juventude Operária Católica
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NEPS	Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAI	Programa de Água do Interior
PAT	Programa Águas para Todos
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PPGESA	Programa de Pós graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS – CONTINUAÇÃO

TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento
UGT	Unidade Gestora Territorial
UGM	Unidades Gestoras Microrregionais
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
ZSB	Zona Semiárida Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
1.1 Vivências no Espaço da Pesquisa.....	24
1.2 O surgimento do NEPS e suas lutas: uma introdução.....	26
1.3 O contexto da Pesquisa.....	28
1.4 Objetivos da Pesquisa.....	32
1.5 Envolvimento com a PJMP.....	33
1.6 Linhas de Investigação.....	33
1.7 Períodos da Pesquisa.....	34
1.7.1 Aspectos relevantes sobre a convivência com o Semiárido.....	35
1.8 Categorias Conceituais.....	36
1.9 Divisão da Dissertação por Capítulos.....	37
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
2.1 Abordagens e Procedimentos Metodológicos.....	40
2.1.1 Caminhando com a Pesquisa Participante.....	40
2.1.2 A Abordagem qualitativa para vencer os obstáculos do caminho.....	46
2.2 O <i>lócus</i> da Pesquisa.....	49
2.3 Os Sujeitos da Pesquisa.....	49
2.4 Estudo de Caso.....	50
2.5 Procedimentos aplicados na construção dos dados.....	51
2.6 Categorias Conceituais da Pesquisa.....	52
3 CARACTERIZANDO O SEMIÁRIDO BRASILEIRO	54
3.1 Delimitando o Semiárido Brasileiro.....	56
3.1.1 A primeira delimitação: Polígono das Secas.....	61
3.1.2 Recorte na pesquisa para falar da Seca de 1932 e dos Campos de Concentração do Ceará.....	63
3.1.3 Voltando a discussão.....	67
3.2 Convivência com o Semiárido <i>anti</i> o Combate às Secas.....	68
3.3 Destacando o Espaço da Pesquisa.....	71
3.3.1 A antiga Fazenda Caboclo.....	72
3.3.2 De “São João Velho” nasce o município de Dormentes.....	75
3.3.3 O município de Santa Cruz da Venerada.....	75
3.3.4 O NEPS e as Microrregiões de atuação.....	76
4 SITUANDO O NEPS NO ESPAÇO E NO TEMPO	79
4.1 A Teologia da Libertação no alicerce dos movimentos sociais.....	80
4.2 A PJMP no sertão de Pernambuco.....	84
4.3 Rádio Sabiá: uma proposta de rádio comunitária.....	92
4.4 O prenúncio do NEPS.....	94
4.5 O NEPS e o paradigma da convivência com o Semiárido.....	98
4.6 Atuação das organizações da ASA no Sertão de Pernambuco.....	104
5 PRÁTICAS REFLEXIVAS DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SENTIDO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	107
5.1 Refletindo o papel do NEPS na conjuntura da esperança.....	112
5.1.1 Por uma Educação do Campo no Semiárido brasileiro.....	113
5.1.2 Por uma Educação Contextualizada para o Semiárido brasileiro.....	113

5.1.3 O NEPS como espaço de Educação Contextualizada.....	117
5.2 O NEPS e as ações de interação com as comunidades.....	119
5.2.1 A formatação dos espaços do NEPS.....	119
5.2.2 A Biblioteca do NEPS: Espaço de Educação, Interação e Letramento.....	120
5.2.3 O Espaço Casa da Roça e outros espaços de memória.....	123
5.2.4 A Feira Pedagógica dos Saberes e Sabores do Sertão.....	127
5.2.5 O Festival das Águas.....	132
5.2.6 A Puxada do Bode.....	133
5.2.7 Os Terreiros Culturais.....	136
5.2.7.1 As Rodas de São Gonçalo.....	139
5.2.7.2 O Reisado de Lagoa Comprida.....	139
5.2.8 A Feira da Agricultura Familiar na Romaria das Comunidades.....	141
5.2.9 O Natal das Comunidades.....	145
5.2.10 A Cavalgada da Solidariedade de Poço Dantas.....	147
6 AVALIANDO EXPERIÊNCIAS COM TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO IMPLEMENTADAS PELO NEPS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO.....	150
6.1 Programa Cisterna na Escola.....	152
6.1.1 A Escola que Dialoga.....	152
6.1.2 A Iniciativa da ASA.....	153
6.1.3 Concepção da Importância do debate sobre água na escola.....	154
6.1.4 A Cisterna na Escola.....	154
6.2 Tecnologias para captação de água implantadas pelo NEPS.....	160
6.2.1 Programa Por Um Milhão de Cisternas (P1MC)	160
6.2.2 Programa Por Uma Terra e Duas Águas (P1+2)	165
6.2.2.1 A Cisterna-calçadão.....	167
6.2.2.2 A Barragem Subterrânea.....	169
6.2.2.3 O Barreiro Trincheira.....	170
6.2.2.4 O Tanque de Pedra ou Caldeirão.....	172
6.2.2.5 A Cisterna Enxurrada.....	172
6.3 Os Quintais Produtivos.....	174
6.3.1 A Agricultura familiar como o contraponto da “revolução verde”	174
6.3.2 O Fomento à agricultura familiar.....	175
6.3.3 A Implantação dos Quintais Produtivos.....	177
6.3.3.1 O criatório de galinha caipira.....	181
6.3.3.2 O aprisco para as cabras e ovelhas.....	182
6.4 A Feira Agroecológica dos Quintais Produtivos.....	183
6.5 O Biodigestor Sertanejo: um relato de experiência piloto no Sítio Baixio.....	185
6.5.1 Sítio Baixio: Localização do Experimento.....	187
6.5.2 O Propositor do Projeto.....	187
6.5.3 O Biodigestor Sertanejo.....	188
6.6 O reuso das águas cinzas: relatos de experiências a partir do Sítio Pedro.....	190
6.6.1 Como ocorre o tratamento das águas cinzas?	194
6.7 Intercâmbios das Comunidades.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	205

APENDICES	216
Apêndice A – Modelo de TCLE que utilizado nas entrevistas.....	216
Apêndice B – Modelo de Questionário utilizado nas entrevistas.....	218
ANEXOS	221
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Pesquisa.....	221
Anexo 2 – Ata de Fundação do NEPS.....	227
Anexo 3 – Edital de Convocação de Eleição para Diretoria do NEPS.....	230
Anexo 4 – Ata da Eleição da Diretoria para o Triênio 2017/2020.....	231
Anexo 5 – Imagem da Diretoria Eleita para o Triênio 2017/2020 e a Presidente Josina conduzindo a eleição.....	233
Anexo 6 – Dois momentos da pesquisa: A primeira imagem é na sede do NEPS entrevistando o Coordenador Manoel Ireno de Sousa (Manelito) e as professoras Marqueza e Beniciana. Já a segunda imagem é de uma reunião na residência da família da senhora Jailma, no Sítio Pedro, em Santa Cruz da Venerada/PE	234
.....	
Anexo 7 – Imagem do Pesquisador com o Coordenador Manoel Ireno de Sousa (Manelito), na sede do NEPS em Dormentes/PE.....	235
Anexo 8 – Entrevista com o Prefeito Geomarco Coelho de Souza.....	236

1

INTRODUÇÃO

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”

Paulo Freire

1.1 Vivências no Espaço da Pesquisa

Minha vivência com o município de Dormentes, Estado de Pernambuco, começou em 1990, quando juntamente com meu primo Jonnas Helder de Farias Lopes, partíamos no começo janeiro, período das férias escolares, para o sítio Barra Bonita, de propriedade do senhor Raimundo Enéas e da sua esposa Jovina (ambos já falecidos), distante 12 km da sede do então distrito de Petrolina (que viria conquistar sua emancipação em 1991). Ir a Dormentes era a junção da boa acolhida com a alegria de duas crianças que passavam o ano inteiro sonhando com essas férias na roça.

Nossa família e a família do senhor Raimundo Enéas eram amigas por uma questão de identidade religiosa: ambas fazem parte da Congregação Cristã no Brasil, igreja evangélica pentecostal tradicional, na qual seus membros chamam os demais de “irmãos”, e portanto, irmão Raimundo e a irmã Jovina, sempre nos acolheram com a satisfação de quem estava acolhendo um neto, um sobrinho, um filho. Muito devo e agradeço a esse casal.

Para chegarmos ao destino, percorríamos os 138 km em cima de um caminhão “pau de arara”. Caminhão este de propriedade do senhor José Neto, e que servia para levar mantimentos, animais, mercadorias e transporte de parte da população local. Íamos sem reclamar, felizes pelas férias e pela oportunidade de vivenciar aspectos que na parte urbana das cidades não tínhamos acesso, como acordar antes das seis e dormir antes das vinte e duas horas, cavalgar ou simplesmente, correr os “quatro cantos do sítio”.

Naquela época, nossa diversão era quando o crepúsculo chegava (já que a energia elétrica ainda não tinha sido instalada), era ouvir os jogos transmitidos em um pequeno rádio à pilha através da *Rádio Globo AM* do Rio de Janeiro, principalmente os jogos do Vasco da Gama, time do coração de nosso amigo Valdivino, ou melhor “Vavá”, filho dos nossos anfitriões, um torcedor fanático da *cruzmalina*. Com ele também seguíamos, em algumas noites, para a casa do senhor “Neco Loló”, homem de grande religiosidade, que junta sua família estava construindo uma capela para Nossa Senhora das Dores e que emprestava sua casa para os novenários.

Participávamos das novenas¹ sem o fervor dos demais por proferirmos cultos diferentes como já mencionado, contudo, ali era o momento para encontros e reencontros, com as comunidades e com as pessoas que iam rezar, amizades que iam sendo construídas cada ano que passava. Seguíamos estrada a dentro montados nas bicicletas iluminadas pela geração de energia via dínamo, subindo e descendo ladeira até chegar ao destino. Era a alegria ingênua de quem via o mundo rural apenas na ótica de uma semana de férias.

Criei por Dormentes um sentimento de pertença muito forte. Vivenciei episódios inusitados, como por exemplo, a inauguração de um posto telefônico na propriedade do senhor Bernardo, na época genro do senhor “Neco Loló”, e pude perceber o quão importante é a comunicação, quando famílias separadas pela distância têm essa distância diminuída através de um simples telefonema.

Naquele posto telefônico a estratégia para que todos se comunicassem era a seguinte: quem ligava de outras cidades deixava o recado e o horário que iria ligar novamente, a ligação sempre ocorria durante o dia e o retorno a noite. O responsável pelo posto, no caso o senhor Bernardo, tinha a função de providenciar deslocamento aos sítios para informar da ligação, fazendo com que as famílias pudessem manter seus contatos. Tudo isso acontecia de forma quase que natural, num sentimento de comunidade.

Convivendo de perto com essas famílias, também vivenciei as lutas dos trabalhadores com a constante necessidade de água. Em cima de uma carroça, com um tonel atrelado, seguíamos pela rodagem pelo menos duas vezes por semana para buscar o precioso líquido em açude com água apropriada à

¹ Dentro da tradição Católica, é um encontro para orações, realizado durante o período de nove dias seguidos a um santo ou padroeiro.

preparação dos alimentos e para beber. O açude que fornecia essa água ficava seis quilômetros distante, nas terras do senhor Chico Socorro.

Nos anos de bom “inverno”, a fartura era certa. Mas assisti a muitas partidas também. Partidas de filhos e filhas daquela terra que deixavam seus lugares para aventurarem por terras estranhas, seja em Petrolina/PE ou São Paulo/SP. Lembro que em 1993, ao chegarmos para as férias, nos deparamos com uma grande seca que já vinha do ano anterior. O poder público estadual lançou naquele ano o programa Frente Produtiva de Trabalho (FPT), mais conhecido no meio popular como “emergência”, voltado para a limpeza de açudes e barragens em troca de diárias e cestas básicas. Evidente que essa não era uma ação isolada, ou nova, e naquele período de estiagem a necessidade do povo assolou de tal forma que os governos tiveram que interferir de alguma forma para evitar migrações em massa, saques e mortes por fome, como já havia ocorrido em épocas passadas e que mais à frente estaremos nos debruçando nessa questão.

Essas imagens ficaram em minhas memórias e foi a partir das inquietações produzidas por elas, onde inquietava entender como era a sobrevivência naquele espaço sem chuvas abundantes mas que o povo teimava em sentir-se preso a ele, que construí a ideia desse trabalho apresentado na seleção para alunos regulares do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (Turma 2016), querendo conhecer como a diversidade no Semiárido brasileiro faz surgir no seu povo, a força para lutar.

1.2 O surgimento do NEPS e suas lutas: uma introdução

Nesse interim das minhas vivências e andanças por Dormentes, também presenciei o nascimento, naquela terra, de um grupo de educadores que queriam mudar a realidade local a partir de provocações da educação popular. Era um grupo formado por homens e mulheres ligados primeiramente à Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, depois à Pastoral da Terra, e por fim, desgarraram-se da Igreja Católica para seguir uníssonos na construção de sua identidade, de um espaço atrelado às lutas sociais. Eram jovens idealistas, muitos na flor de sua juventude, ainda sem formação acadêmica, com a ânsia de ver mudanças dentro dos espaços políticos locais, provocando a inércia desses poderes constituídos, em prol das comunidades rurais.

A PJMP, que nasceu em 1978 na cidade do Recife/PE, “no seio da Igreja Católica, assumindo a visão de que a transformação da realidade é obra dos oprimidos e de todas as pessoas de boa vontade que se comprometem com as lutas de libertação”, conforme especificou o Padre Antônio Murilo de Paiva, tendo Dom Hélder Câmara como seu proponente, e objetivando suscitar entre os jovens do meio popular uma vivência de fé a partir da sua condição social e de classe, também chegara ao Sertão de Pernambuco.

O movimento torna-se a partir da realização da Conferência do Episcopado Latino Americano de Puebla, no México, ocorrida em janeiro de 1979, posição de orientação da Igreja Católica latino-americana, para que “a Pastoral de Juventude atenda o aprofundamento e crescimento dos jovens na fé; possua uma metodologia transformadora e oriente a opção vocacional”, conforme citou Rampon (2011), que via ascender em suas bases latinas, desde o Papado de Dom Paulo VI, uma nova formatação teológica: a Teologia da Libertação.

Imbricado não mais nos primórdios da PJMP, mas na sua conjuntura organizacional, nasceu a semente do que viria a ser o NEPS. Esse grupo começou a discutir melhorias para o homem do campo, questionando os serviços públicos, a ineficiência do Estado e cobrando mais políticas para o homem do campo. Toda essa movimentação que também ganhou conotação política, e que acontecia de forma descentralizada, acabou fomentando a necessidade de consolidar uma entidade organizada juridicamente e assim, fez nascer o Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco, que há 20 anos é uma entidade não-governamental voltada para a convivência do homem do campo, com a terra, com o meio ambiente e o fomento de ações que contribuem para geração de renda nas comunidades atendidas.

É o NEPS em seu contexto dialético que serve como espaço de observação e interação na pesquisa que ora apresentamos. Muito devo e agradeço a Diretoria do Núcleo por ter aceitado e acolhido minha participação durante toda a construção sistemática do trabalho empírico. Muito devo e agradeço as famílias de Dormentes e Santa Cruz da Venerada, que durante esse período de pesquisa de campo, acolheram-me em suas casas e deixaram-me à vontade para conhecer os espaços onde as ações estavam acontecendo, desde ações de convivência até manifestações culturais e populares.

1.3 O contexto da pesquisa

O que estará imbricado no debate que se segue é a atuação do NEPS no desenvolvido de ações para convivência com o Semiárido, sendo essas consolidadas através de práticas educativas que vêm contribuir com o processo de aprendizagem e fixação do homem no seu *habitat*, concretizando as relações desses com aspectos de vivência e sobrevivência, tornando acessível ações integradas de segurança alimentar/nutricional com elevação e manutenção da qualidade de vida, da proteção do meio ambiente (do Bioma Caatinga, em especial), e da geração de renda com a produção colhida.

O NEPS, *lócus* desta pesquisa, enquanto entidade não-governamental, nasceu em novembro de 1997, tendo sua sede hoje no município de Dormentes/PE, mas atuando nos municípios que compõem a Mesorregião do Sertão Pernambucano e a Mesorregião do São Francisco Pernambucano, como mostrarei em capítulo específico, desenvolvendo conscientização política, integração dos trabalhadores rurais e apoio técnico/operacional à atuação dos movimentos populares organizados, seja no campo ou na educação. Na educação, o núcleo consegue dialogar com todos que fazem a escola, quando intervém com o programa “Cisterna nas Escolas”, por exemplo, ou quando discute educação contextualizada nas “Feiras pedagógicas”, “Puxadas de Bode” ou “Terreiros Culturais”.

As minhas inquietações também são inquietações daqueles que estão no campo, ligados à terra, vendo constantemente as mazelas sociais acontecendo, os desmandos políticos e a ineficácia estatal, afinal, o Estado nem sempre consegue visualizar os muitos invisíveis.

Nos muitos períodos de estiagens, as migrações eram constantes, como já citei, vi muitas famílias deixarem suas terras para aventurarem-se por outras plagas. Na Região Nordeste, os relatos escritos sobre as massas de migrações estão em diversos compêndios. Nas secas mais trágicas, ações emergenciais também estavam nas políticas assistenciais, muitas vezes as autoridades políticas ou apadrinhadas, aproveitavam-se das secas com fins eleitoreiros.

Mesmo nos dias atuais ainda vislumbramos resquícios dessas práticas. Do carro pipa de nossos dias às “emergências”, do passado, criava ou cria-se uma dependência servil e uma forma de perpetuação política no poder, de quem tem o

poder financeiro nas mãos. O Nordeste que serviu como escopo para a literatura regionalista, também foi palco de lutas pela sobrevivência, onde o messianismo e o banditismo emergiram das desventuras geradas pelas secas e favoreceram a criação de uma indústria voltada para o “combate” às secas. CARVALHO (2004), assim observou esses aspectos:

...eleva-se a um problema econômico e político do Nordeste respaldando-se enquanto arma política, como argumento quase incontestável, quase irrefutável para conseguir benesses, investimentos, carreamento de recursos, construção de obras, frentes de trabalho, cestas básicas e etc., favorecendo uma elite nordestina que passa a mobilizar e capitanear ações para a região. É a conhecida “indústria da seca” (CARVALHO, 2004, p. 5).

O Nordeste como região não existia para o Brasil, que era, conforme aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), dividido em norte e sul, apenas.

As grandes secas que desde o final do século XIX assolam toda a região e o crescimento econômico do sudeste, em especial São Paulo, fez com que famílias migrassem para àquela região envolvidos num sonho utópico de viver sem fome. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 30).

As secas que assolam o Semiárido Brasileiro, devasta não só a terra e o que nela está posto, mas também toda uma cadeia produtiva.

Ao longo da história vimos, principalmente nesses períodos de longas estiagens, vozes que se levantaram para pedir pela população de sertanejos, muitas vezes esquecidos nas suas condições materiais, humanas e sociais. O que víamos era um “esquecimento” imbricado em um discurso institucional relacionado às consequências das secas, à situação de miséria da população e às paisagens naturais desoladas, conforme frisou (MALVEZZI, 2007).

A miséria fortalecia aqueles que dominavam toda a região, seja pelo poderio econômico (vamos lembrar os antigos coronéis de patente comprada da Guarda Nacional), seja pelo poderio político (prefeitos, vereadores, deputados, senadores e governadores).

Essas vozes, levavam ao mundo os sentimentos do Semiárido Brasileiro. Na música, por exemplo, podemos perceber na interpretação de Luiz Gonzaga

para *Asa Branca*², que o sertanejo migrava esperançoso de que a chuva caísse e ele pudesse voltar à sua terra. Essa talvez seja a canção que melhor retrata o Semiárido Brasileiro e seu povo em um determinado tempo histórico. Por causa da situação de estiagem e da forma como em outras regiões somos apresentados, criou-se um estereótipo que em pleno século XXI ainda é percebido em novelas, filmes e seriados. Um enraizamento desse “sertão famélico”, do “cabra macho”, da vida difícil, do assistencialismo exacerbado. Um certo saudosismo despótico, mesmo que de forma indireta ou despretensiosa. Ainda vimos ranços de preconceito e falta de informação de muitos usuários das redes sociais, como se no Semiárido brasileiro só existisse fome e dor. Tais posicionamentos muitas vezes tendem para o campo político, não aquele ideológico, mas sim para um partidarismo bipolar, onde os nordestinos não sabem votar, ao contrário dos “sulista”.

Em *Vozes da Seca*³, outra interpretação musical de Luiz Gonzaga, temos aqui uma situação análoga, quando no ano de 1953 o Nordeste enfrentava um longo período de estiagem, com campanha nacional de arrecadação de roupas e comidas, com o presidente Getúlio Vargas declarando Estado de Emergência para a Região, com um clamor social muito grande em todo o país, veremos na música a crítica a esse assistencialismo. *Vozes da Seca*, questiona tais ações mostrando que “uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Na verdade o que eles cobravam através da música era investimentos governamentais em toda a Região como construção de obras para enfrentamento das estiagens, açudes e barragens.

O mesmo Luiz Gonzaga anos depois saudaria o presidente Juscelino Kubistchek pela implantação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), como instituição voltada para o desenvolvimento de toda a região.

Vale ressaltar dois aspectos dentro do contexto imaginário que estamos discutindo: de um lado temos a imagem construída do Nordeste, de uma população que vivia em plena carência, passando fome, e que foi essa imagem vendida para o resto do país, o que levou a campanhas de arrecadação de donativos para “ajudar os irmãos nordestinos”, como citamos acima e, do outro lado, o “Nordeste” dentro do “Nordeste”. Ou seja, a imagem de quem aqui vive

² Música escrita por Humberto Teixeira em 1947.

³ Música escrita em por Zé Dantas em 1953.

mas não se sente nordestino e aponta para o “Sertão”, como sendo algo distante dele.

Para ALBUQUERQUE JR (2011, p. 14), a ideia de nordeste até 1910 não existia, ela é fruto da “produção histórica de um espaço social e afetivo, ao longo de muitas décadas...”, sendo essa produção artística construída pelos movimentos Modernistas e Regionalistas, por autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz e também pelas músicas de Luiz Gonzaga, já citado.

O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 30)

Esse preconceito em relação Nordeste (e por consequência, ao nordestino) declina de uma visibilidade e de uma dizibilidade da região, construída fora e aqui dentro também. Mas, rememorando os olhares, veremos que nos nossos dias e dentro da demanda de políticas públicas, mesmo com quase sete anos de seca, nenhuma lavra de migração ocorreu. E isso é consequência das ações que vem sendo desenvolvidas, sejam pelo Governo Federal ou pelas iniciativas de organização não-governamentais através de instituições que veem na responsabilidade social, espaço para envolverem-se com as necessidades sociais do povo brasileiro.

O NEPS, com suas práticas de convivência, desconstrói todo o idealismo criado com essa “indústria da seca” a partir da presença enquanto entidade capacitadora junto à população rural inserida nesse contexto, construindo com a mesma, condições para o enfrentamento dos períodos de estiagens com ações de geração de renda e dignidade, utilizando uma pedagogia diferenciada de abordagem teórico-prático para aplicar os ensinamentos aqueles que estão no campo.

Enquanto entidade sem fins lucrativos o NEPS está ligado a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil, voltadas para a interação entre sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores e cooperativas. Sobre a formação da ASA explicaremos melhor na página 185 desta pesquisa.

O NEPS tem desenvolvido ações em muitas cidades, conforme já citamos acima, e como destrincharemos em capítulo específico. Contudo, antecipando a conversa, focamos nosso olhar de pesquisador participante para duas cidades

apenas: Dormentes/PE e Santa Cruz da Venerada/PE. É evidente que também visitamos ações desenvolvidas em Afrânio/PE e nos territórios do municípios de Santa Filomena/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE e Lagoa Grande/PE, porém, as mesmas serão apenas contextualizadas ao longo dos escritos.

Diante disso, entendendo que a discussão sobre a convivência com o Semiárido está pautada na autonomia do homem em seu espaço social e na proteção do meio ambiente, sendo geradora de novas alternativas de inclusão, de cultura, de identidade, também na preservação dos recursos naturais e geração de renda a partir da inserção de tecnologias sociais nas pequenas propriedades.

As questões-problemas que lastrearam esta pesquisa objetivava saber: 1) Qual a importância do NEPS na discussão sobre convivência com o Semiárido? 2) Que ações de fortalecimento da autonomia do homem no campo são desenvolvidas pelo NEPS? 3) Qual o papel dos educadores populares nessa organização? Além destas três questões que se inter-relacionam, buscando criar um sentido para aquilo que ansiávamos conhecer, estão envolvidos as mesmas aspectos pedagógicos e educacionais, já que o NEPS mantém uma linha de discussão com as comunidades dentro da educação popular e interação com as escolas formais através da educação contextualizada.

1.4 Objetivos da pesquisa

As questões elencadas teciam a amplitude do objetivo geral da pesquisa que era, portanto, “compreender o processo de implementação das ações pedagógicas e educativas desenvolvidas pelo NEPS através de tecnologias sociais para a convivência do homem com o semiárido”.

Delimitamos três objetivos específicos: 1) Entender o contexto histórico que levou a formação do NEPS enquanto entidade voltada para a educação popular no Semiárido brasileiro; 2) Identificar as metodologias utilizadas pelo NEPS na concretização de ações e conhecimentos junto as comunidades atendidas; e 3) Comprovar se os conhecimentos construídos nas comunidades, de fato, constituem proposta educativa, de geração de renda, convivência com o Semiárido, proteção do meio ambiente e utilização racional dos recursos hídricos disponíveis.

Foram três os objetivos elencados que precisavam ser respondidos a contento. Espero tê-los alcançados e, nas páginas que se seguem, apresentarei a plenitude dos mesmos.

1.5 Envolvimento com a PJMP

As pessoas envolvidas na construção do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco, como já citado, mantiveram inicialmente ligação com a Pastoral da Juventude do Meio Popular. Nesses ajuntamentos buscavam construir nas comunidades ligadas à pastoral sensibilização quanto a mobilização em defesa dos interesses coletivos, de cidadania, desenvolvimento econômico e cultural. Essas são as bases da educação popular dentro de uma perspectiva Freireana na dimensão das interações didático-pedagógicas, baseadas nos conhecimentos já apreendidos pelas populações, voltando-se à visibilidade daqueles que muitas vezes eram excluídos.

1.6 Linhas de Investigação

Esse ajuntamento nos deu duas linhas de investigação: A primeira, contextualizar o pensamento Freireano com a educação popular nas ações desenvolvidas pelo NEPS nas comunidades. Quando estávamos construindo o viés histórico da entidade, observamos muito a influência da pedagogia Freireana no alicerce da entidade. A segunda linha de investigação diz respeito a questões de educação, cultura e política. Ela nos levou a investigar as perspectivas das relações entre educação, cultura e política, dentro da estrutura organizacional da entidade, mitigando questões da pesquisa social através do olhar sobre o campo empírico, no qual procurávamos conhecer os sujeitos envolvidos na criação do NEPS, recriando o percurso histórico da instituição e dos seus agentes.

Durante o período da pesquisa, ainda na construção ideológica da mesma, a entidade que era dirigida por uma presidenta (triênio 2014/2017) passou por um processo democrático de renovação de sua direção, na qual outra presidenta fora eleita para o triênio 2017/2020, fortalecendo o papel feminino nas decisões burocráticas da entidade.

Dos agentes que formaram o NEPS nem todos estão hoje inseridos nela. Daquele grupo de idealistas, poucos permaneceram envolvidos. Mas são lembrados e fazem parte da história de luta, sendo as memórias guardadas nas placas que dão nomes as alamedas e repartições na “*Casa da Roça*”⁴, um espaço de memória e museu da entidade servindo como local de formação e onde as comunidades se reúnem para discutir suas necessidades.

As relações do NEPS vão além das ações para convivência com o Semiárido. São inter-relacionadas em rede à políticas (no âmbito local) com a educação contextualizada (nos municípios onde atua), com a Igreja Católica (e as manifestações culturais, populares ou religiosas), com as pastorais (hoje mais ainda com a Pastoral da Terra), sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores e cooperativas de pequenos produtores.

É fato que o NEPS não surgiu por um “acaso”. Ele foi pensado por diferentes atores sociais que deram aquela fagulha de ideário uma visão mais ampliada e conceitual, mesmo que no princípio não fossem observadas as estruturas organizacionais hoje existentes ao longo desses 20 anos conquistou respeito e admiração, tanto da sociedade civil quanto das comunidades onde atua.

1.7 Períodos da Pesquisa

Seguindo os caminhos necessários para a concretização da pesquisa, e observando questões norteadoras da mesma, fomos vivenciar na prática aquilo que estava sendo desenvolvido na teoria. Ou seja, nos imbricamos no Sertão de Pernambuco, algumas vezes montado em uma motocicleta⁵, o que nos fez lembrar *Che* em seu “Diário de Motocicleta”⁶, outras muitas, indo de carona no carro da entidade com as devidas autorizações por parte da diretoria, dormindo nas casas acolhedoras das comunidades onde as ações estavam acontecendo, ou pernoitando nas casas do meu amigo Erasmo Henrique, no sítio Arapuá, em Dormentes/PE.

A pesquisa documental ocorreu entre abril e dezembro de 2016. Já a pesquisa empírica aconteceu em dois momentos: num primeiro momento de forma

⁴ Museu Casa da Roça: espaço de memória reconhecido pelo Ministério da Cultura e que faz parte do catálogo de museus daquele ministério.

⁵ Foram percorrido 2.200 km em cima de uma Moto Honda Bis 125, de propriedade do autor.

⁶ Diário escrito por Ernesto 'Che' Guevara quando, em dezembro de 1951, aos vinte e três anos, decidiu fazer um longo passeio de motocicleta pela América Latina com seu amigo Alberto Granado.

esporádica, nos meses de janeiro a maio de 2017 e, num segundo momento, entre 23 de junho e 02 de agosto de 2017.

Nesse último período, além de conhecer as práticas, também colhemos entrevistas com lideranças políticas e sociais da região, pessoas do povo, diretores e ex-diretores da entidade, idealizadores e agricultores. Foi com muita tristeza que tomamos conhecimento do falecimento de um dos entrevistados, no caso, o prefeito da cidade de Dormentes/PE Geomarco Coelho de Souza, que faleceu no dia 21 de setembro de 2017, ao ser submetido a procedimento cirúrgico. Ele, um grande incentivador do NEPS, conseguia ver no campo as ferramentas necessárias para que o homem pudesse viver e conviver com dignidade, respeito e gerando riquezas para suas famílias. A entrevista com o prefeito está contida no anexo 8 desta pesquisa, de forma integral.

A vivência prática ocorreu na zona rural do município de Santa Cruz da Venerada/PE, nas comunidades de Sítio Baixio, Sítio Pedro, Sítio Morro da Seriema e na comunidade de Poço Dantas.

1.7.1 Aspectos sobre convivência e práticas de educação popular

O desenvolvimento de políticas públicas para a convivência com o Semiárido é, em suma, uma das questões em constante debate nos diversos seguimentos que procuram compreender e articular medidas de conciliação com as ações práticas. As ações implementadas nas comunidades, quando propostas com fins políticos, acabam sendo paliativas e assistencialistas, nada deixando de concreto ao seu término. No entanto, as medidas quando construídas usando o conhecimento popular e inter-relacionando com técnicas de manejo aprimoradas, tornam-se imprescindíveis para dar autonomia ao homem na sua comunidade. A prática decorrente dessas ações disseminam saberes que serão utilizados no cotidiano das pessoas. Cotidiano esse que muitas vezes é deturpado pela forma como é construído o ideário de nordestino.

Carvalho (2004, p. 7), apontou que “as áreas semiáridas do Nordeste têm sido marcadas pela geografia da fome e da insustentabilidade econômica, estereotipadas, deturpadas e apropriadas nas imagens da mídia em tempos de seca, principalmente”, o que levou muitas famílias a migrarem. Essa migração do campo gerou, o inchaço das grandes cidades, o surgimento das periferias

desorganizadas e o aumento da violência. A expansão urbana aconteceu de forma desordenada, com municípios de baixa urbanização e condições estruturais deficitárias e uma população que sofre pelas más condições de sobrevivência.

Nisso, ao conhecermos por exemplo, a implantação dos “Quintais Produtivos” e do “Biodigestor Sertanejo”, que serão melhor destrinchadas mais adiante, podemos entender que convivência é algo alcançável, agregando a isso preservação do meio ambiente, reaproveitamento dos recursos hídricos existentes e geração de renda.

Na contramão da educação formal, o NEPS tem consolidado ações exitosas no contexto do Semiárido Brasileiro, desenvolvendo ações que integram e beneficiam as famílias a partir da mobilização coletiva. Essas mobilizações estão sistematizadas nas experiências agroecológicas bem sucedidas nas cidades onde atua, sendo entidade ligada à Articulação do Semiárido Brasileiro, que procura estimular “as famílias a serem protagonistas das ações desenvolvidas em suas propriedades e comunidades rurais propiciando segurança hídrica, alimentar, geração de renda e organização comunitária de forma sustentável”, ASA (2015, p.1).

Nas comunidades o NEPS também atua como espaço coletivo de reflexão e elaboração de proposições e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, motivando tais comunidades ao resgate e preservação das manifestações culturais e populares e da história local.

Ao trilhar esses dois viéses necessários, elucidamos questões que vislumbram o contexto teórico, discutido na universidade com o contexto prático, vivenciado no campo, trazendo ao debate as ações desenvolvidas e com pouca visibilidade, porém, com a força necessária para suprir as perspectivas de envolvimento do homem em seu espaço natural.

1.8 Categorias Conceituais

A construção do referencial teórico e as categorias conceituais trataremos no fechamento do capítulo 2, quando mostraremos os caminhos trilhados pela pesquisa. No entanto é importante ressaltarmos, antecipando a questão, que três são as categorias conceituais, sendo a primeira que trata dos aspectos da convivência com o Semiárido brasileiro intrínseca em todo o trabalho, tem como

referenciais Martins (2006a), Carvalho (2012), Malvezzi (2007) e Maciel e Pontes (2015), além de Bulteau (2016), Rios (2016), Rios (2014), entre outros.

A segunda categoria, práticas educativas desenvolvidas pela perspectiva Freireana a partir da educação popular, volta-se para as questões relacionadas a educação contextualizada e serve-nos como referenciais Freire (1987), (1989) e (1996), RESAB (2006) e (2013), Reis, Carvalho e Nóbrega (2013), Reis e Carvalho (2011) e Reis (2004), entre outros, sendo que esta categoria abrange também aspectos das manifestações pedagógicas.

A terceira categoria tratamos das tecnologias sociais para convivência com o Semiárido brasileiro, é apoiada nas entrevistas concedidas, nos relatos de experiências observados e nas observações feitas por (FERNANDES, 2006), (PEREIRA, 2014), (PIRES, 2011), (SILVA, 2010) e (SOUZA, 2012).

1.9 Divisão da Dissertação por Capítulos

A pesquisa está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo, entendido como essa parte introdutória onde apresenta-se de forma contextualizada: a problemática, os objetivos, o *lócus*, as questões norteadoras, a justificativa pela escolha do tema, os caminhos percorridos e os vieses de categorias conceituais.

No capítulo 2 é apresentado os caminhos metodológicos, fazendo uma abordagem sobre os procedimentos pois trata-se de uma pesquisa participante, construída sobre os alicerces da abordagem qualitativa com estudo de caso, análise documental e revisão bibliográfica, mostrando os sujeitos, os lugares da pesquisa e procedimentos empregados para atingir os objetivos desejados.

No capítulo 3, caracteriza-se o Semiárido brasileiro a partir da sua delimitação atual e da primeira delimitação, chamada Polígono das Secas. Nesse ínterim, faz-se um recorte para falar da Seca de 1932 e dos Campos de Concentração de flagelados no Ceará, bem como da díade discursiva de Convivência com o Semiárido *anti* o combate as secas.

No capítulo 4, o debruçar ocorre sobre o NEPS como espaço de práticas de convivência, educação e saberes populares, fazendo um recorte histórico para contextualizar sua atuação com aspectos da Teologia da Libertação e da Pastoral da Juventude do Meio Popular, dos projetos implementados, o espaço no debate da educação contextualizada, além das ações desenvolvidas como a Feira Pedagógica

dos Saberes e Sabores do Semiárido, os Terreiros Culturais, a Puxada do Bode, o Natal das Comunidades e os Festival das Águas.

No quinto capítulo discutimos apontamentos sobre educação popular, fundamentos da construção ideológica do NEPS, tendo como referência a perspectiva Freireana no processo de humanização das relações entre indivíduos e de transformação da realidade social, organizando as ideias e mostrando os resultados da investigação, com ênfase nas entrevistas realizadas, nas observações das práticas desenvolvidas, bem como, o papel transformador dos agentes na construção/reconstrução das realidades social da relação do homem com a natureza, e as ações que se inter-relacionam com a educação contextualizada nas escolas públicas dos municípios, apontando ações que envolvem as mesmas, seja no contexto das manifestações culturais, dos museus ou da “Puxada do Bode”. Ressalta-se que neste capítulo apontamos a interação do NEPS com as escolas numa reflexão sobre educação contextualizada, contudo, sem um maior aprofundamento do debate.

No sexto e último capítulo, analisamos as tecnologias sociais implementadas pelo NEPS por iniciativa da ASA Pernambuco ou de outras instituições financiadoras, onde observamos a contextualização dos Quintais Produtivos e o entorno de tecnologias que darão sustentação a esse Quintal, como os apriscos, os aviários, as cisternas e a Feira Agroecológica, dissertando sobre cada um deles e qualificando/quantificando suas importâncias dentro do contexto do Semiárido e mais precisamente, no contexto do Sertão de Pernambuco.

Por fim, apresenta-se as considerações finais, que lançam como sustentáculo as respostas suscitadas na trajetória inicial desse trabalho, as referências da pesquisa e os documentos utilizados durante a mesma, que vão anexados ou como apêndice.

2

CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

“Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social”

Carlos Rodrigues Brandão⁷

Toda pesquisa, da mais simples a mais complexa, é construída a partir de um caminho que vai sendo trilhado ao longo dos dias em que nos debruçamos sobre o pensar e sobre aquilo que almejamos alcançar. Nesse sentido, evidencia-se construir um caminho que não seja tão árduo, afinal, quem o estará trilhando será aquele que o construiu.

Mas, na vida real nem sempre isso acontece, afinal, como bem cantou a banda Titãs na música *Enquanto Houver Sol*⁸, “quando não houver caminho, mesmo sem amor, sem direção, a sós ninguém está sozinho, [pois] é caminhando que se faz o caminho”. Nisso, o caminho que essa pesquisa trilhou seguiu o contorno necessário para sua transmutação, ou seja, começou de um jeito (com uma ideia) e terminou de outro jeito, com outra performance. Literalmente, transmutado.

Conceituando etimologicamente, segundo Gil (2002), pesquisa é definida como o:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2002, p. 17).

Evidente dizer que não existe pesquisa sem uma dúvida, uma inquietação, uma pergunta. Quando Gil (2002) conceitua ser a pesquisa um procedimento racional e sistemático, ele está justamente apontando para aquilo que vem a ser as inquietações dentro da sistemática para se chegar ao objetivo desejado. Ela é tangida caminho a fora buscando responder aquilo que indagamos. Nesse caminho,

⁷Organizador do livro: Pesquisa Participante: O saber da partilha, pela editora Ideias e Letras, em 2006.

⁸ Música de Sergio Brito, lançada pela banda Titãs, no ano 2003.

seguimos uma lógica racional através de uma investigação sistemática, com organização dos estudos e dos instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados.

Neste capítulo apresentamos os caminhos metodológicos percorridos para alcançarmos os objetivos propostos, dentro das bases epistemológicas da pesquisa e do método de abordagem, necessários para seu prosseguimento. Também, a forma como a coleta de dados aconteceu, além de mostrar como as análises dos resultados aconteceram, evidenciando e apresentando o Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), como sendo o *lócus* onde a pesquisa foi realizada.

2.1 Abordagens e Procedimentos Metodológicos

2.1.1 Caminhando com a Pesquisa Participante

De acordo com Gil (2002), etimologicamente, método significa caminho para se chegar a um fim. Assim, no campo da ciência, método científico vem a ser entendido como “o caminho para se chegar à verdade em ciência”. Nisso, existindo um método haverá a necessidade de uma metodologia, que é a organização (ou os caminhos percorridos) para se realizar a pesquisa.

Minayo (2007) define metodologia em três aspectos e de forma mais abrangente:

[...] (a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; (b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; e (c) como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (MINAYO, 2007, p. 44)

Para compreender as relações sociais e de interação pedagógica de aproximação entre o NEPS e as comunidades, com seus atores sociais, foco dessa pesquisa, não seria algo fácil sem a devida escolha de um método que nos ajudasse a entender as minúcias de uma pesquisa social. Para isso, ao longo de dois

semestres, o PPGESA⁹, nos ofereceu disciplinas que tratavam da questão do método, construindo através das diversas discussões, paralelos para que conhecendo a amplitude dos mesmos, escolêssemos aquele que melhor se enquadraria no perfil da pesquisa. Essa escolha, nada fácil, mas necessária, serviu-nos como ferramenta primordial na condução dos trabalhos de levantamento bibliográfico e na coleta de dados, afinal, como bem demonstrou Rios (2016):

Considera-se que o método e os procedimentos utilizados em uma pesquisa não podem ser vistos como escolhas ao acaso e fora do contexto, ao contrário, métodos e procedimentos precisam necessariamente estar vinculados ao objeto de estudo em questão e à posição teórica do próprio pesquisador. (RIOS, 2016, p. 60).

Entendendo isso, e tendo a pesquisa como uma investigação social, dentro de um espaço que trata das relações com as comunidades a partir de práticas educativas e pedagógicas, de uma educação popular, onde o contexto da solidariedade é algo explícito e, solidariedade, nas palavras de Santos (2000, p. 246), “é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade”, então optamos por trabalhar com instrumentos de pesquisa que nos ajudasse na investigação e no aprofundamento das questões propostas.

Diante disso, definimos como procedimento a pesquisa participante, com estudo de caso, revisão bibliográfica e pesquisa documental, por perceber que nos possibilitaria construir uma abordagem qualitativa inclusive costurando os procedimentos para compreendermos o sentido histórico e social do espaço pesquisado. A pesquisa participante é uma forma de interação da ciência com o conhecimento informal de grupos de indivíduos no estabelecimento de comunicação, fazendo com que o pesquisador para se apropriar do seu contexto interaja com o grupo e aprenda a ouvi-los.

Enquanto procedimento de pesquisa o mesmo surgiu entre as décadas de 1960 e 1980 com diferentes denominações, na América Latina e nos Estados Unidos, sendo originário nas práticas de movimentos sociais populares emergentes naqueles períodos, a qual cabia investigar e apontar nas comunidades os problemas a serem solucionados, delimitando o espaço a ser investigado.

⁹ Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Landa e Gabarrón (2006, apud BRANDÃO, 2006, p. 93) dirão que a mesma “é uma proposta metodológica emergente da crise das ciências sociais, que se desenvolve durante a década de 1960 na América Latina e, como aspectos semelhantes, também na Europa”.

Dentro do contexto da efervescência dos movimentos populares sociais na América Latina, no final da década de 1960 e início da década de 1970, surge a Teologia da Libertação, temática que trataremos mais adiante e por consequência, a educação popular. A pesquisa participante enraizou-se, sendo difundida nas experiências dos movimentos supracitados e que tinha Leonardo Boff e Paulo Freire como mentores intelectuais, respectivamente. É importante ressaltarmos que estávamos em plena ditadura militar com perseguições, mortes e desaparecimentos, onde parte dos intelectuais brasileiros foram exilados. Brandão (2006) aponta que

A pesquisa participante surge no bojo desses acontecimentos e quase sempre à margem das universidades e de seu universo científico, embora parte de seus principais teóricos e praticantes provenha delas e nelas trabalhe. (BRANDÃO, 2006, p, 29)

O que propõe esse método de pesquisa é ser uma alternativa de ação, onde sujeitos sociais, participantes ativos nos movimentos, organizações e demais setores populares interagem, buscando soluções para os problemas e sendo parte da solução. Bem como a investigação daquele movimento em si, desde sua organização até as estratégias e ideologias pregadas. O método busca compreender essa participação e a interação como processo investigativo sendo por isso uma alternativa de ação.

Mas, é importante ressaltarmos que existe uma variação dos nomes e também das suas práticas. Por exemplo, nos Estados Unidos a pesquisa participante não era pensada como uma experiência de ação social. Essa ideia de experimentação é algo que nasceu do olhar latino para os movimentos sociais populares, sendo que a mesma está diretamente ligada à luta de organização dos trabalhadores urbanos e rurais no início da década de 1980.

A pesquisa participante herda e reelabora fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica, sem que haja um modelo único, padronizado, com foco em uma metodologia científica própria a essas abordagens. Para Brandão (2006. p. 41), “o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da

realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica”. Ou seja, é preciso partir de uma realidade concreta da vida cotidiana dos agentes envolvidos e do *locus* da pesquisa em suas diferentes dimensões e interações, entendendo que existe um compromisso político e ideológico com aquele espaço e com esses sujeitos, além do reconhecimento de que a atividade científica tem o mesmo caráter e segue o mesmo compromisso.

A pesquisa participante, na sua investigação deve seguir fases que segundo Gil (2002, p. 149) são quatro:

A) montagem institucional e metodológica; B) estudo preliminar e provisório da região e da população pesquisada; C) análise crítica do problema; e D) programa ação e aplicação de um plano de ação.

Cada uma dessas etapas segue um conjunto de tarefas que devem ser organizadas pelo pesquisador e pelo conjunto de representações na estrutura social, servindo como base para a análise crítica dos problemas investigados.

A proposta que nos colocamos como investigadores busca compreender, como já dissemos no capítulo introdutório, o processo de implementação e intervenção social do NEPS para a convivência do homem com o Semiárido brasileiro, em duas cidades do interior do Estado de Pernambuco, focando na preservação do meio ambiente, na convivência em comunidade, com geração de renda e melhor aproveitamento dos recursos hídricos. Ou seja, esse é um espaço onde a educação popular acontece na dinâmica dos movimentos populares, na construção do diálogo com as comunidades e no apoio dado as manifestações culturais e populares que acontecem nelas.

Nisso, as ações pedagógicas e educativas desenvolvidas seguem uma performance organizacional. Essa performance inicia ainda no debate coletivo na entidade, onde a ação é pensada e apresentada aos sócios e aos agricultores contemplados, sendo que esses agricultores serão capacitados pelos educadores e agentes, antes de irem ao campo colocar aquela ação em prática. No entanto, a conclusão da mesma só acontece quando os ensinamentos são postos em prática, tornando-se assim uma atividade de socialização.

Como exemplo do que estamos tratando, vejamos as **Imagens 1 e 2** que se seguem. Nelas percebemos que os propósitos da educação popular acontecem quando servem de instrumentos dialógicos de aprendizado e partilha, na

comunidade atendida ou no espaço produtivo do pequeno agricultor familiar. Na **Imagem 1**, por exemplo, os agricultores estão sendo capacitados para receberem uma ação em suas propriedades.

Nesse momento acontece o processo contínuo de troca dos saberes populares. Tanto os educadores populares ligados ao NEPS passam seus conhecimentos sobre a ação que será desenvolvida, como qualquer pessoa da comunidade e que conhece aquilo que está sendo tratado pode intervir e ajudar na formação. É interessante observarmos que uma das dinâmicas de grupo utilizado nesses encontros é troca de sementes entre os participantes. Tais dinâmicas são chamadas de “místicas das comunidades”.

Esses agricultores recebem as orientações necessárias para além da ação. Para poderem manejar adequadamente o bioma Caatinga, preservar o meio ambiente, reutilizar as águas cinzas e plantio sem o uso de agrotóxicos.

IMAGEM 1: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES PARA RECEBEREM O PROJETO “QUINTAIS PRODUTIVOS



Fonte: Arquivo do NEPS, 2017.

O NEPS, *lócus* desta pesquisa, tem como missão desenvolver as ações de convivência com o Semiárido Brasileiro a partir das construções de tecnologias sociais de captação de água para consumo humano e para produção de alimentos, bem como espaço de produção orgânica e criatórios de aves e apriscos, visando à sustentabilidade econômica e valorizando as pessoas em todos os setores de trabalhos e de relações sociais.

Na **Imagem 2**, mostramos uma ação já desenvolvida, sendo a primeira horta construída no formato “mandala” e que serviu de modelo para aperfeiçoamento do projeto e difusão dos “Quintais Produtivos”.

Vale a ressalva que os agricultores atendidos, após serem capacitados, recebem toda assistência por parte da entidade proponente, desde a construção do espaço (em mutirão com a comunidade), sendo que esta horta abriga ainda um pequeno galinheiro onde são criadas as “galinhas de capoeira”. Assim como os “Quintais Produtivos” eles são também pequenas hortas feitas em um espaço no quintal da casa, sempre próximo à cozinha, haja visto que receberão a água que sairão daquelas torneiras. Da produção, além do alimento para suas casas, o excedente é levado pelos agricultores para serem comercializados em Feiras Agroecológicas que acontecem na cidades de Dormentes/PE e Santa Cruz da Venerada/PE.

IMAGEM 2: RESULTADO DO PROJETO “HORTA MANDALA”



Fonte: Arquivo do NEPS, 2017.

Percebemos que há um empoderamento desses agricultores quanto a ações que acontecem em suas propriedades. Acontecendo assim uma maior interação entre os mesmos, além de servir como alternativa de valorização das pequenas atividades de manejo do campo e geração de renda para as famílias envolvidas.

Na pesquisa participante esses agricultores são parte dos sujeitos observados, o que exige do pesquisador uma imersão ao campo para apreender os

espaços educativos e as formas como eles transmitidos, contemplando uma visão ampla do papel de cada ator social.

Nesse contexto, esta pesquisa interagiu durante um ano com pequenas intervenções nas comunidades, mas durante 32 dias a mesma se desenvolveu de forma empírica, dentro dos espaços das famílias e das comunidades.

2.1.2 A abordagem qualitativa para vencer os obstáculos do caminho

Lakatos e Marconi (1999 apud Rios, 2016, p. 65) apontam que “tanto métodos quanto técnicas de pesquisa devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas, ao tipo de informantes com quem se vai entrar em contato”. Essa citação demonstra que as técnicas ou métodos que vamos aplicar precisam estar em consonância com a pesquisa que vamos desenvolver. É também importante observarmos que o objeto a ser estudado precisa responder a quesitos básicos de uma pesquisa.

Ao respondermos as questões elencadas durante o processo de pesquisa, temos o norte necessário para alcançarmos aquilo que desejamos responder, enquanto pesquisadores.

Daí a necessidade de uma abordagem qualitativa, pois a mesma busca responder as indagações supracitadas e os resultados podem assumir conexões com o estudo de caso (seja comparativo, de grupo, eventos, representações e/ou dos aspectos que contextualizam os sujeitos) e com a pesquisa exploratória que proporcionará maior familiaridade com o problema.

Quais são esses quesitos?

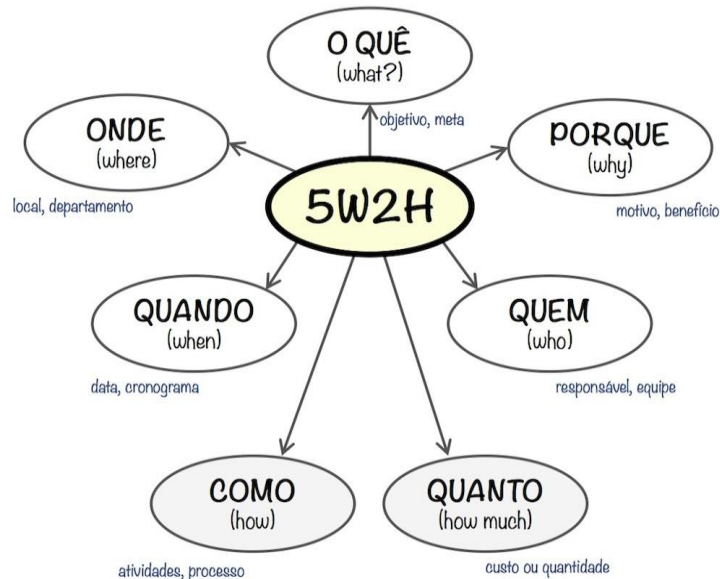
Na **Figura 1** mostramos os quesitos numa interação circular, para demonstrar que ambos se inter-relacionam. Essa inter-relação ocorre a partir do sistema 5W2H, desenvolvido para padronizar a indústria automobilística japonesa e que interage com outro o método PDCA¹⁰, pelo qual toda ação precisa ser planejada, executada, verificada e modificada, quando necessário.

Para Silva et al (2013, p.3 apud POLACINSKI, 2012) “a ferramenta consiste num plano de ação para atividades pré-estabelecidas que precisem ser

¹⁰ Método iterativo de gestão de quatro passos, utilizado para o controle e melhoria contínua de processos e produtos.

desenvolvidas com a maior clareza possível, além de funcionar como um mapeamento dessas atividades”.

FIGURA 1: PERGUNTAS QUE DEVEM CONSTAR EM UMA PESQUISA



Fonte: <http://blog.iprocess.com.br/2014/06/5w2h-ferramenta-para-a-elaboracao-de-planos-de-acao/>

Interagindo com a pesquisa documental e bibliográfica tendo o NEPS como *lócus*, entidade que discute convivência das famílias que sofrem os efeitos das estiagens prolongadas, com a inserção de técnicas de manejo, haja visto que tais famílias muitas vezes não detém a técnica necessária para o manejo adequado da terra, dos animais e da proteção do meio ambiente, servindo tais ações, como base para a ampliação desse entendimento e conhecimento.

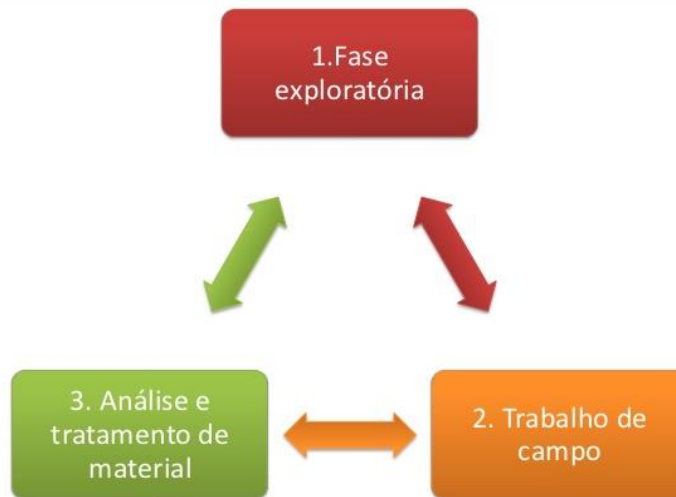
Evidente dizer que a abordagem qualitativa implica ao pesquisador interpretar aquilo que ele está observando, entrelaçando os contextos dos sujeitos observados.

Segundo Yin (2001, p.107), “exceto para os estudos que investigam sociedades que não dominavam a arte da escrita, é provável que as informações documentais sejam relevantes a todos os tópicos do estudo de caso”. A relevância aqui explicitada por Robert Yin (2001) são as cartas, memorandos, relatórios, avaliações informais, entre outros. Haja vista que da análise documental reside na

exatidão das informações, na cobertura do espaço de tempo e na possibilidade de revisão da coleta de dados sempre que se fizer necessário.

Na **Figura 2**, percebemos claramente que tanto o trabalho de campo quanto a fase exploratória e a análise e tratamento de material estão no mesmo patamar, ou seja, estão em ciclo.

FIGURA 2: O CICLO DA PESQUISA QUALITATIVA



Fonte: figura extraída da internet através do site: <http://pt.slideshare.net/NiepsonArruda/metodologia-cientifica-1>

Os documentos devem ser cuidadosamente utilizados corroborando para a valorização de evidências oriundas de outras fontes, tendo nesses mais um instrumento de verificação, reduzindo assim a possibilidade de interpretações equivocadas por parte do pesquisador.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, adentrou as questões burocráticas e públicas da entidade, visto que sendo a mesma sem fins lucrativos e recebendo investimentos de empresas e governos, queríamos saber como estes investimentos eram empregados na concretização das ações propostas.

Vale a ressalva que toda a contextualização, do espaço teórico e do espaço prático (empírico) ocorreu a partir da coleta de materiais, das entrevistas, imagens, conversas informais e da observação *in loco*, ao longo da jornada de seu desenvolvimento. Nisso, situamos no espaço e no tempo, os agentes sociais (ou atores sócias) envolvidos, bem como, aqueles que assumem a função direcional da entidade e a hierarquia estabelecida entre as diversas formas de concretização do conhecimento e da divisão social do trabalho.

2.2 O *locus* da pesquisa

O Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), local onde esta pesquisa aconteceu, é uma entidade sem fins econômicos, criada em novembro de 1997 com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos já desenvolvidos pelo grupo de pessoas que militavam na Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e na Pastoral da Terra, nas quais levavam a partir dos debates, místicas e discussões, formas de educação popular para as comunidades rurais e a juventude do município de Dormentes/PE e adjacências.

2.3 Os Sujeitos da Pesquisa

Nessa construção paradigmática, buscamos enquanto pesquisador, construir os laços entre o passado e o presente através dos levantamentos de questões e coletas de dados, bem como, entrevistas e relatos das experiências dos participantes. Esses sujeitos acabam direcionando o olhar do pesquisador e lapidando a compreensão do espaço da pesquisa, haja vista que enquanto agentes envolvidos, pensam e lançam-se na concretização das práticas que fundamentam todo o trabalho a ser implementado.

Para melhor compreensão do que estava sendo observado, as entrevistas foram divididas em quatro blocos distintos, sendo que eles se inter-relacionam. No primeiro bloco entrevistamos aqueles ligados diretamente à formação inicial do NEPS, no momento em que a instituição não tinha características de pessoa jurídica, mas sim, pessoas com vontade de mudar o mundo. Utilizamos essas entrevistas para compor parte do capítulo 4, onde contamos a trajetória histórica do NEPS.

No segundo bloco entrevistamos parte da Diretoria. Os entrevistados com suas falas nos ajudaram a reconstruir o trajeto histórico da instituição e também nos inseriu na temporalidade dos atos contínuos para a constituição da entidade.

O terceiro bloco de entrevista foi o político. Nele entrevistamos personagens da política local para compreender como esses apoiavam as ações iniciais e as atuais do NEPS. Na conjuntura das organizações, nenhuma ação desenvolvida pelo NEPS acontece de forma isolada. Ela precisa do respaldo de quem tem a legitimidade política. Nisso, também queríamos conhecer o pensamento destas

lideranças para com aspectos de convivência e preservação do meio ambiente. Entrevistamos três lideranças políticas uma delas o Prefeito do Município de Dormentes e mais dois vereadores.

O quarto bloco de entrevistas aconteceu nas comunidades onde o NEPS atua. Nelas entrevistamos oito famílias, que ajudaram a compor o perfil e a forma de atuação da entidade junto aos pequenos agricultores. Ouvimos relatos de experiências, de geração de renda, de resgate das manifestações culturais, da forma como o reuso das águas da casa tem servido para melhorar a vida do homem do campo, o envolvimento das escolas que estão nessas comunidades na concretização de todos os movimentos propostos pela entidade pesquisada.

Evidente dizer que a escolhas desses sujeitos se deu a partir de sua participação nas ações práticas do NEPS, seja na constituição do mesmo ou no envolvimento nas manifestações culturais no presente. O grau hierárquico e outras representações simbólicas vão sendo apontadas no decorrer dos trabalhos, deixando evidenciar que a participação foi de suma importância para a construção lógica do trabalho, os quais ampliaram com suas práxis, todo o novilho de ideias e ideais que consolidaram enquanto provocação na pesquisa.

2.4 Estudo de Caso

Como bem disse no princípio desse capítulo, em algum momento da pesquisa poderíamos estar utilizando o estudo de caso, afinal, em uma pesquisa participante, conhecer as realidade e se envolver nelas como pesquisador, é algo que pode ocorrer.

Para Gil (2006, p.53), o “estudo de caso constitui o modelo clássico de investigação [...]”, sendo um procedimento metodológico para ampliar a compreensão daquilo que estamos se propondo a conhecer, ou seja, a realidade do campo. Na definição de Yin (2006, p. 21) “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real [...]”. O que buscamos com o estudo de caso é compreender de forma prática, primeiro, onde o sujeito da pesquisa está inserido, e por fim, mergulhar nas relações sociais entre o NEPS e as comunidades atendidas, de modo que possamos nos apropriar das informações necessárias, dos planejamentos e estratégias utilizadas pelos envolvidos já citados.

Como bem frisou Yin (2006, p. 17),

Os estudos de casos representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e ou “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da verdade real.

Esses estudos de casos podem ser tanto exploratórios quanto descritivos. Onde no primeiro tem-se como objetivo propor que haja maior interação com outros eventos, sendo necessário dizer como as mesmas podem ser aplicadas em outros casos reais. Na segunda, cabe ao pesquisador traçar uma sequência lógica de eventos, ao longo do tempo, para a concepção daquilo que almeja compreender. Ou seja, o pesquisador precisa ter um controle total daquilo que quer investigar quando der esse enfoque histórico.

Na conjuntura dessa pesquisa, onde a reflexão sociológica estará presente, além da perspectiva Freireana, são necessários nos atermos aquilo que é prático dentro do contexto das ações implementadas no cotidiano da entidade pesquisada. A perspectiva Freireana é observada quando fazemos a reconstrução histórica da entidade. Nela podemos perceber que aqueles jovens idealista e atuantes, praticavam mesmo sem saber, um tipo de educação popular na medida que envolviam os sujeitos do campo em suas práxis.

2.5 Procedimentos aplicados na construção dos dados

Na construção desse trabalho, como já mencionado na página 39, foram usados procedimentos para coletar os dados e obtenção das informações necessárias a concretização dos objetivos. A coleta dos dados aconteceu *in loco*, tanto nas visitas técnicas aos espaços onde ações estavam sendo implementadas, quanto por entrega de envelope com prazos para serem respondidas, no tocante as entrevistas semiestruturadas. Do organograma que compomos ao iniciá-la, apenas duas entrevistas não ocorreram e nenhuma justifica fora dada.

Na revisão bibliográfica buscamos compreender os aspectos e abordagens que norteiam a pesquisa em curso, objetivando conhecer as produções já desenvolvidas. Na análise documental procuramos conhecer todo o apetrecho administrativo da instituição, bem como seu histórico de fundação através da análise

de atas, memórias das reuniões, documentos contábeis, relatórios e memorandos. Esse processo nos insere no bojo do Núcleo fazendo-nos pertencente aquele espaço. Nas entrevistas semiestruturadas construímos o mapa conceitual e referencial da instituição. As entrevistas serviram para nortear o roteiro a partir do levantamento das questões que foram elencadas, flexibilizando pelo grau de importância do entrevistado segundo o objetivo que queríamos alcançar. Vale ressaltar que nas palavras de Yin (2006), as entrevistas são fontes essenciais de informação para o estudo de caso por permitir que o pesquisador questione os sujeitos sobre os fatos relacionados ao que pretende-se com a pesquisa.

Da pesquisa participantes surgiram os dados colhidos ao longo das observações feitas e da interação com as comunidades, os relatos de vivências e experiências compartilhados e anotados pelo pesquisador, em seu “diário de bordo”.

2.6 Categorias Conceituais na Pesquisa

Na construção do referencial teórico da pesquisa optou-se pela divisão em três categorias conceituais, uma vez que havendo distinção entre conceitos, os mesmos convergem para subsidiar o resultado que se pretende. A primeira categoria, convivência com o Semiárido brasileiro, já está intrínseca na filosofia de trabalho do *lócus*, sendo que sua amplitude teórica versa pelo olhar de Martins (2006), que lançou-se sobre a mesma discussão e fez suas “anotações”; além de Carvalho (2012), que apresenta as novas territorialidades no semiárido brasileiro, que também apresenta os fundamentos e as práticas para uma educação contextualizada e que discute a “emergência da lógica da convivência com o Semiárido”; passando por Malvezzi (2007) e sua visão holística sobre o Semiárido; consagrando em Maciel e Pontes (2015), que apontam aspectos das secas, adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no nordeste brasileiro.

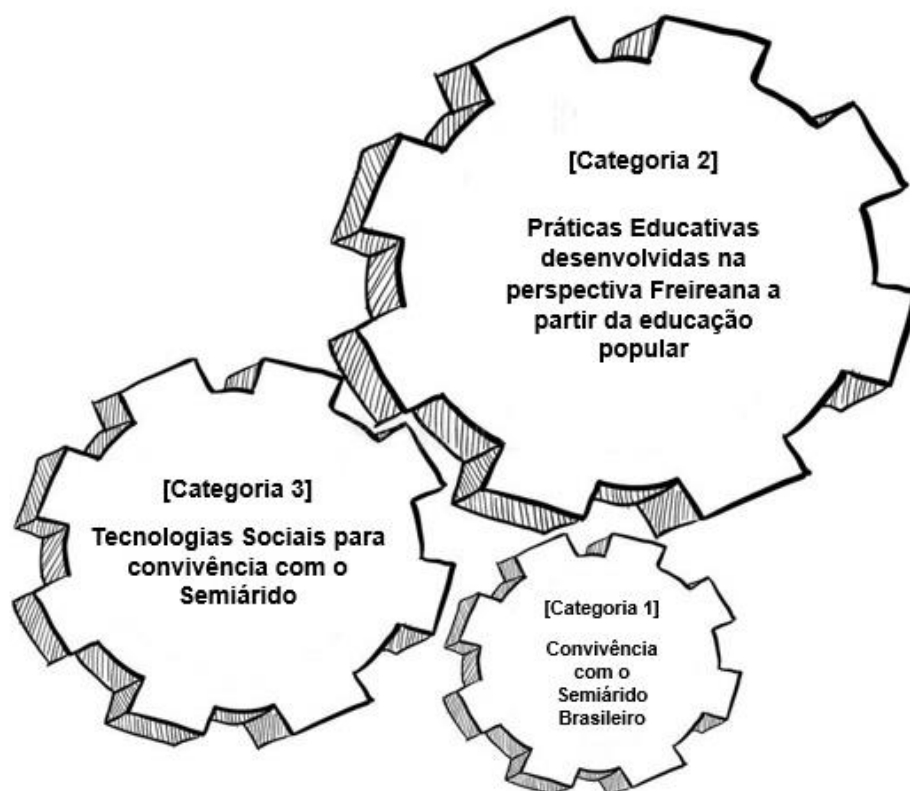
A segunda categoria conceitual, práticas educativas desenvolvidas pela perspectiva Freireana a partir da educação popular, surge imbricada no contexto histórico do NEPS, que nasceu como espaço de educação popular nas diversas comunidades rurais de Dormentes/PE, a fim de proporcionar educação não-formal, formação política e consciência coletiva de proteção ao meio ambiente, àquelas comunidades. Dentro da dimensão das interações didático-pedagógica, baseadas nos conhecimentos já apreendidos pelas comunidades, teremos como referencial

Freire (1987), quando trata da relação dialética entre opressores e oprimidos, da necessária superação das contradições a partir de ações libertárias. Também Freire (1996), quando trabalha aspectos dos saberes necessários à prática educativa, voltando seus olhares para os saberes de cada um e de todos. E, novamente Freire (1989), quando o autor apresenta o contexto da leitura do mundo precedente à leitura das palavras, fazendo as relações necessárias entre o fazer pedagógico nas práticas educativas desenvolvidas dentro do NEPS e no campo com os agricultores.

A terceira categoria são as tecnologias sociais implementadas pelo NEPS para convivência com o Semiárido. Tais implementações tem mudado a forma do homem ver seu espaço e tem fortalecido o homem nesse espaço.

Na **Figura 3** mostramos como a pesquisa trilha pelas categorias conceituais, elucidando questões e construindo paralelos entre as mesmas, neste intenso debate que se vislumbra tanto na academia quanto nas organizações sociais, sobre a temática da convivência com o Semiárido.

FIGURA 3: CATEGORIAS CONCEITUAIS APONTADAS NA PESQUISA



3

CARACTERIZANDO O SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Se a lua nasce por detrás da verde mata
 Mais parece um sol de prata prateando a solidão
 E a gente pega na viola que ponteia
 E a canção e a lua cheia a nos nascer do coração

João Pernambuco¹¹

Etimologicamente, Semiárido é a junção de duas palavras com significados diferentes quando separadas e distinto, quando juntas. A primeira [*semi*], aponta para um região com características parcialmente áridas por estar próxima de uma zona árida. A segunda palavra [*árido*], significa lugar estéril, pobre. Quando juntamos essas palavras também juntamos significados e tratamos então da zona climática semiárida, que abrange uma parcela significativa do território brasileiro, contudo, apesar das dificuldades hídricas, é um espaço rico em diversidade, cultura, fauna, flora, além do domínio de dois biomas, no caso a Caatinga e o Cerrado.

Carvalho (2012, p. 61, apud, BRASIL, 2006c, p.18), dirá que:

Dentre as Zonas climáticas da Terra há um conjunto de terras conhecidas como Terras Secas. Essas perfazem as Zonas Áridas e Subúmidas Secas e formam uma proporção considerável da superfície emersa da Terra. Essas zonas constituem *habitat* e fonte de sustento de uma grande parcela da população mundial e se estendem pelos cinco continentes: África, Ásia, Oceania, Europa e América. São consideradas Terras Secas todas as áreas, com exceção das polares e das subpolares, nas quais a razão de precipitação anual e evapotranspiração potencial está compreendida entre 0,05 e 0,65” (CARVALHO 2012, p. 61, apud, BRASIL, 2006c, p.18).

Essas zonas Semiáridas, como bem explicou Luzineide Dourado Carvalho (2012), é também susceptíveis a prolongados períodos de estiagens onde os solos acabam ficando sem a cobertura vegetal natural, provocando processos de desertificação. Parte desses processos são causados de forma natural, porém, uma

¹¹ Homem simples, sequer alfabetizado, João Pernambuco (cuja musicalidade era alvo da admiração do próprio Villa-Lobos), queixava-se de ter sido vítima de plágio, por parte de Catulo da Paixão Cearense, quanto à autoria da célebre modinha “Luar do Sertão”. Fonte: <http://museudacancao.blogspot.com.br/2012/11/luar-do-sertao.html>

parcela significativa da desertificação observada, foi causada pelo homem e o mal uso do solo no plantio e na criação animal.

Essas áreas levou a Convenção Mundial de Combate à Desertificação (UNCCD ou CCD), conforme Carvalho (2012) a:

Serem definidas pela CCD como Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) devido a um conjunto combinado de fatores de ordem ambiental, socioeconômicos e políticos que as colocam em situação de moderada a alta vulnerabilidade a esse processo (CARVALHO, 2012, p. 62).

A palavra Semiárido casa-se com a palavra Brasileiro e ganha um significado mais ampliado. Através da Lei Federal nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, a antiga nomenclatura “polígono das secas”, a qual apresentaremos mais adiante, é substituída por região Semiárida brasileira, um tipo de zona, estabelecida pelas condições de aplicação dos recursos do Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), conforme menciona o Artigo 5, Inciso IV, dos Beneficiários, da referida lei.

A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia. (BRASIL, Lei 7287, de 27 de dezembro de 1989).

Alguns autores chamam esse espaço de região, mas em tese não temos uma região propriamente dita, mas sim a junção de diferentes Estados do Nordeste e Sudeste, com características climáticas idênticas (elevadas temperaturas, solos e chuvas irregulares), formando então a Zona Semiárida Brasileira, que é também a mais populosa no mundo nas características que aqui encontramos.

Considerando que essa pesquisa se desenvolve dentro do contexto de convivência com o Semiárido e no nordeste brasileiro, necessário se faz então, caracterizar e apontar aspectos relevantes da mesma, haja vista que sendo uma região que sofre os efeitos climáticos em um processo natural, por algum tempo palco de dominações políticas em detrimento a essa característica, além de ter tido uma ocupação diferenciada das demais regiões do Brasil.

Segundo Ab'saber (1999, apud PONTES, 2010, p. 21), o Semiárido brasileiro é uma região:

Fitogeográfica das caatingas, com temperaturas médias anuais constantes e elevadas, baixos níveis de umidade, inócorrência de rios perenes nas drenagens autóctones, escassez e irregularidade das precipitações anuais, longos períodos de carência hídrica e solos parcialmente salinos

Vale a ressalva que o Semiárido brasileiro tem predominado nas regiões Nordeste e Sudeste, contudo, pelas mudanças climáticas que percebemos, nas próximas décadas é capaz de ser ampliado e alcançar Estados da região Centro-Oeste. Além da questão climática, o desenvolvimento de políticas públicas para a convivência com o Semiárido é, em suma, uma das questões em constante debate nos diversos seguimentos que procuram articular medidas de conciliação com as ações práticas.

As ações implementadas nas comunidades, quando propostas com fins políticos, acabam sendo paliativas e assistencialistas, nada deixando de concreto ao seu término. No entanto, as medidas quando construídas usando o conhecimento popular e inter-relacionando com técnicas de manejo aprimoradas, tornam-se imprescindíveis para fixar o homem na sua comunidade, pois a prática decorrente dessas ações dissemina saberes que serão utilizados no cotidiano das pessoas. Carvalho (2004, p. 7), mostrou que “as áreas semiáridas do Nordeste têm sido marcadas pela geografia da fome e da insustentabilidade econômica, estereotipadas, deturpadas e apropriadas nas imagens da mídia em tempos de seca, principalmente”, o que levou muitas famílias a migrarem. Esse imaginário criou também uma lavra de migrações em determinados períodos, o que gerou inchaço nas cidades e o surgimento de periferias desorganizadas.

3.1 Delimitando o Semiárido Brasileiro

Segundo dados do INSA (Instituto Nacional do Semiárido), o Semiárido brasileiro é constituído por oito Estados da Região Nordeste (correspondendo a 86,48% de toda a região) e o norte do Estado de Minas Gerais (a parte setentrional, que corresponde a 11,01% do território daquele Estado), totalizando uma área territorial de 980.133,079 km², que para (MEDEIROS et al, 2012), é ocupada por “1.131 municípios, nos quais residem uma população total de 22.598.318 habitantes, sendo 62% em áreas urbanas e 38% em rurais”.

Os dados mencionados por (MEDEIROS et al, 2012) são informações disponibilizadas pelo Ministério da Integração Nacional, que em 2004 assumiu a missão de organizar a cartografia dessa região. Os atuais números de municípios que tem características Semiáridas são os 1.031 municípios já incorporados e mais 102 novos municípios que foram incorporados gradativamente, conforme apontou a Portaria MI nº 89, de 16 de março de 2005, totalizando de 1.133 municípios.

Para Rios (2016, p. 37, apud, ALBUQUERQUE JR, 1999):

A idealização e delimitação geográfica do Nordeste Brasileiro trazem a marca de um ranço negativo. Para o autor, esse ranço da elite nordestina, forjou a criação do Nordeste, na contramão da história, sendo suportado inclusive, na ideia de calamidade originada no clima e principalmente, na manifestação do fenômeno seca.

Na **Imagem 3** mostramos a Delimitação do Semiárido organizada em 2005, pelo Ministério da Integração Nacional, constando os novos municípios integrados ao Semiárido Brasileiro.

IMAGEM 03: MAPA COM A DELIMITAÇÃO DO SEMIÁRIDO EM 2005



Fonte: Ministério da Integração Nacional. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0aa2b9b5-aa4d-4b55-a6e1-82faf0762763&groupId=24915

Na construção desta pesquisa observei que esses números mudarão em breve (creio que até a defesa desse trabalho já teremos uma nova “Cartilha da Delimitação do Semiárido”, lançada pelo Ministério da Integração Nacional, visto que a última dada de 2005), haja visto que no último dia 27 de julho de 2017¹², o atual Ministro da Integração Nacional e Presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE, Helder Zahluth Barbalho, divulgou nota nos meios de comunicação informando que deliberou junto ao Conselho Deliberativo, através da Resolução n^o 107/2017, a inclusão no prazo de 120 dias, de mais 54 novos municípios. O que ampliará para 1.187 municípios que comporão a região Semiárida Brasileira. São municípios de três estado diferentes, conforme mostramos na **Tabela 1**, que se segue:

TABELA 1 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS INSERIDOS NO SAB – 2017

ESTADO ATENDIDO	PIAUI	CEARA	BAHIA
QUANTIDADE DE MUNICIPIOS	36	15	03

Fonte: O autor, 2017.

Segundo a nota, tal iniciativa tem por consequência o fato da região viver a pior seca dos últimos anos, levando os municípios a necessidade de acesso a investimentos em condições mais favoráveis no intuito de investir na geração de emprego e renda, além das ações emergenciais de convívio com a Seca.

Como apontei no início deste Capítulo, os longos períodos de estiagem acabam influenciando também na constituição da Zona Semiárida Brasileira e como foi mencionado, é capaz dessa Zona ser ampliada em um curto espaço de tempo. Ou seja, num período de 12 anos tivemos a inserção de mais 54 municípios, esse número poderá aumentar ainda mais pois o fenômeno das secas não vai acabar, pelo contrário, o aquecimento global está levando à mudanças climáticas sorrateiras.

Sobre as secas, Carvalho (2012, p. 64), observa que:

Estudos climáticos mais recentes demonstram que as secas vêm se ampliando, mundialmente, em frequência e em espaço e tornam-se fenômenos que necessitam de um tratamento multidimensional, especialmente no que se refere à mitigação de seus efeitos. As secas podem ser classificadas em secas ocasionais, devido à sazonalidade ou às variações interanuais das chuvas; e, em secas severas de longos períodos, que podem ser causadas ou agravadas

¹² Nota à Imprensa publicada em 27.Jul.2017, pelo Ministério da Integração Nacional com o título: “Delimitação do Semiárido mantém formação atual e incluem 54 novos municípios”. Disponível no link “Área da Imprensa”, no site: <http://www.integracao.gov.br>.

pela influência humana sobre o meio ambiente (exemplos, a redução da cobertura vegetal, mudanças climáticas locais, efeito estufa etc).

E o que é mais grave além das secas, é saber que elas são provocadas por um conjunto de fatores, como por exemplo as mudanças climáticas já apontadas, mas também a questão do desmatamento e práticas de má utilização do solo, ou seja, algumas dessas práticas são realizadas pelo homem, umas por ignorância e outras por ganância. Na **Imagem 4**, vemos a Nova Delimitação do Semiárido, que foi instituída pela Resolução nº 107/2017.

IMAGEM 4: DELIMITAÇÃO DO SEMIÁRIDO EM 2017



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Disponível em: http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Delimitacao_do_Semiario_2017_v2.jpeg

Destaca-se, no Semiárido brasileiro, segundo levantamento da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a localização de 81% das comunidades quilombolas

de todo o país, além da região ter uma cobertura vegetal constituída por dois biomas (Caatinga e Cerrado), com predominância do primeiro.

Para Carvalho (2006, p. 21)

O bioma Caatinga é o principal ecossistema existente no Nordeste, estendendo-se pelo domínio de clima semiárido, numa área de aproximadamente 11% do território nacional. É um bioma único por estar localizado em área de clima semiárido e apresenta grande variedade de paisagens, riqueza biológica e endemismo.

O Período chuvoso que inicia no mês de dezembro (com algumas inconstâncias), termina no mês de março, com algumas exceções. A chuva transforma a paisagem cinza em verde cheiroso. É uma chuva que mesmo pouca, nas palavras de Bulteau (2016, p. 62) “é um elemento associado à feminilidade... pode se revelar benfeitora, revigorante, fecundadora, em uma visão otimista”.

Seu subsolo é constituído de por “rochas cristalinas rasas, que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade de água, normalmente salinizada”, conforme estudo de Malvezzi (2007).

Quantos aos critérios para entrada dos municípios na área Semiárida, Pontes (2010, p. 27) caracteriza os mesmos para inserção na delimitação ocorrida em 2005, e que são os mesmos critérios para a atual delimitação, conforme veremos na Tabela 2.

TABELA 2 – CRITÉRIOS PARA ENTRADA DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA SEMIÁRIDA DO SAB

CRITÉRIO DE ENTRADA	QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS
Déficit Hídrico	1.108
Índice de aridez	875
Precipitação/isoieta de 800mm	604
Total	1.133
Novos Municípios incorporados	54
Total Geral	1.187

Fonte: Pontes (2010, p. 27)

Vale ressaltar que os números da soma dos quantitativos na Tabela 2 não coincidem. Mas a explicação é que vários municípios são inseridos em mais de um critério, por exemplo, o déficit hídrico com a isoieta, que são as linhas de união em um mapa do globo terrestre medindo as precipitações pluviais durante um certo período de tempo, ou seja, precipitação menor ou igual a 800mm/ano.

3.1.1 A primeira delimitação: Polígono das Secas

A primeira delimitação da região ocorreu, segundo Pontes (2010, p. 23) “por ocasião da Constituição federal de 1934 sob a alcunha de “Polígono das Secas”, e existiu até 1951. Essa alcunha, para Bulteau (2016, p. 52) ganhou outro significado: “o sertão foi subdenominado de Quadrilátero da Fome”. Conforme Portela e Andrade (2005, p. 49) “entre 1936 e 1951, o Governo Federal, para fins de intervenção, delimitou a área chamado de Polígono das Secas em 950.000 km², a área abrange dois terços da região Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais”.

Coincidentemente essa delimitação ocorre depois da grande seca de 1932, período de estiagem que desolou toda a região e, onde observa-se a construção de Campos de Concentração para flagelados em cidades com estação de trem, no Ceará, sendo que a mesma, nas observações de Barbosa (1935),

Iniciou em 1926 com um breve intervalo em 1929, tendo se configurado em verdadeiro cataclisma socioeconômico na região nordeste nos anos seguintes, atingindo o ponto culminante no ano que a imortalizou, cuja calamidade fez com que o flagelo, tantas vezes repetido, assumisse proporções devastadoras, principalmente para a população carente. (BARBOSA, 1935, pp. 67-74)

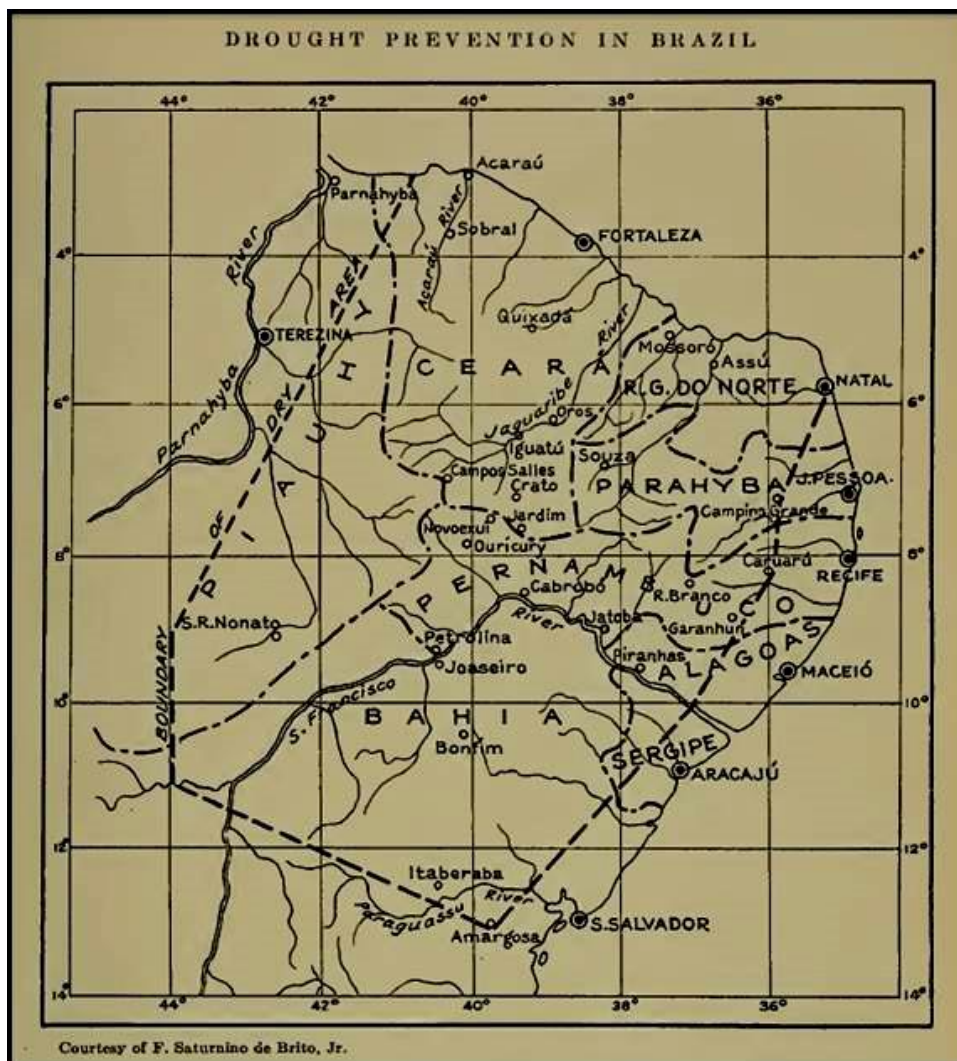
Vale ressaltar que o “combate as secas” já estava em discussão nos diferentes meios sociais e políticos desde o Período Imperial. As intervenções governamentais, segundo Pontes (2010, p.37), “se iniciaram durante a Regência Trina (1831-1840), por ocasião da seca de 1825, 1827 e 1830”. Dessa busca por combater as secas, diferentes formas de políticas públicas são implantadas, como por exemplo, a criação do IOCS (Instituto de Obras Contra as Secas), em 1909, o qual trataremos mais adiante, e que nasceu com a finalidade de concretizar ações para ajudar o homem sertanejo no enfrentamento das muitas estiagens estavam ocorrendo.

Na **Imagem 05**, publicada em 1936, temos a área delimitada e considerada Polígono das Secas. O mapa, de autoria do engenheiro Saturnino de Brito Filho, mostra esquematicamente a área de secas da região, sendo usado como instrumento de prevenção e institucionalização das ações do governo federal, muitas dessas ações inócuas.

Essa delimitação, como as demais, buscava investir esforços no combate as secas, sendo muitas ações simples paliativos pois não chegava a sua finalidade, que era dar condições ao pequeno agricultor.

Observem que nesse período o Estado de Minas Gerais ainda não estava incluído, e na região Nordeste, apenas uma parte da Bahia e do Piauí estava incluído.

IMAGEM 05: POLÍGONOS DAS SECAS EM 1936



Fonte: Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo – HCUrb. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-69.htm>

Pela Lei Federal nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, houve a revisão dos limites do polígono das secas. E apenas em 1968, pelo Decreto-lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, declarou que a SUDENE tinha a competência para

determinar os municípios que seriam ou poderiam ser inseridos na área denominada Polígono das Secas.

Outra ressalva importante é que essa delimitação viria acontecer quatro anos depois do início da trágica seca de 1932. Essa seca arrasou diversas cidades, matou animais, pessoas, levando a um êxodo rural que preocupou os governantes da época. No Estado do Ceará, por exemplo, o governador Roberto Carneiro de Mendonça, indicado como interventor por Getúlio Vargas, e que atendia a ruralistas e coronéis daquele Estado, levando em consideração as ocorrências de diversos flagelados que tomaram as ruas na seca de 1915, mandou construir campos para flagelados, que eram na verdade campos de concentração de flagelados, que ao entrarem não podiam mais sair.

Tais campos de concentração já tinham sido mencionados em *O Quinze*, e segundo Rios (2014), “o espaço já tinha o objetivo de poupar as elites da capital cearense do incômodo convívio com retirantes sem trabalho, famintos e doentes, que para lá iam em busca de meios de sobrevivência sempre que a estiagem se prolongava”. Sendo que essa realidade de grandes concentrações de famintos andando por Fortaleza também já tinha sido mencionado, complementa Rios (2014) pelo sanitarista Rodolfo Teófilo (1853-1932), que relatou que em 1877 cerca de 110 mil sertanejos deixaram a própria casa com a esperança de vida em Fortaleza, sendo que pelo menos 400 eram encontrados mortos todo dia nas ruas da cidade”.

3.1.2 [recorte na pesquisa para falar da Seca de 1932 e dos Campos de Concentração de flagelados no Ceará]

É importante ressaltar que não estamos tratando nesses escritos, especificamente, da seca de 1932 ou dos Campos de Concentração no Ceará, mas faz-se necessário e importante situar o leitor geográfica e historicamente sobre as ocorrências desse período, posto que depois da grande seca de 1915 retratada em “*O Quinze*”, de Raquel de Queiroz, onde populações de várias cidades do Ceará deixaram suas propriedades e deslocaram-se para Fortaleza, a capital, aumentando entre a população daquela cidade a população de pedintes e famintos perambulando pelas ruas. O governo do Estado resolveu construir dois espaços para abrigar os retirantes, onde os mesmos pudessem receber alimentação e estada, enquanto perdurasse aquela seca. Coincidentemente esses lugares eram

juntos a estações ferroviárias, haja visto que era pelos trens que os flagelados de 1915 chegavam a Fortaleza.

Rios (2014), aponta que:

Somente um pequeno trecho da Estrada de Ferro de Sobral atingia a região mais abalada pelas secas, ou seja, o Sertão Central. O movimento migratório nas cidades por onde passava a Estrada de Ferro de Sobral era bem menor do que no trecho compreendido pela Estrada de Ferro de Baturité. (RIOS, 2014, p. 22)

E complementa:

As duas Concentrações de Fortaleza também foram construídas em lugares estratégicos. Uma ficou às margens da Estrada de Ferro de Baturité e a outra próxima à Estrada de Ferro de Sobral. Mas, mesmo assim, vários retirantes conseguiram chegar às ruas dos bairros onde os ricos de Fortaleza residiam. Na seca de 1915, a Estrada de Ferro de Baturité estendia-se até o município de Iguatu, localizado no Sertão Central, a região do Ceará que mais sofria em períodos de estiagem. Durante essa seca, a Estação de Iguatu era um dos lugares onde os conflitos ocorriam de um modo mais recorrente. (RIOS, 2014, p. 22)

Com o advento da seca de 1932, o medo das autoridades de Fortaleza era que, *levas* de retirantes chegassem a Capital e a população dessa, por sua vez, sofresse com aquela população flagelada, faminta, maltrapilha. Como foi dito acima, a seca de 1932 teve seu início em 1926, ou seja, já tínhamos em torno de seis anos de estiagem, já não havia expectativa de melhoras. Nada se plantava e nada se colhia.

Os retirantes partiram em retirada, destino? Fortaleza.

No entanto, diferente do que ocorreu em 1915 quando a massa de flagelados ficavam espalhados pelas ruas de Fortaleza, com o advento da seca de 1932 o objetivo do governo cearense era manter os flagelados distantes da capital. Para isso ocorrer a proposta era pegar a ideia de campo de retirantes implantado na Capital em 1915 e fazer o mesmo nas cidades onde havia estação ferroviária. Segundo (RIOS, 2014, p. 9), “nesta seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará”.

Foram construídos sete campos. Em Fortaleza havia dois, para confinar retirantes que lá já estavam. Ambos chegaram a ter 1.800 presos. Os de Crato e de Senador Pompeu receberam mais de 16 mil cada um; Quixeramobim, 4.500; Cariús, 28 mil; e Ipu, cerca de 6.500. Os sertanejos eram atraídos por promessas de trabalho, alojamento, alimentação e serviço de saúde. Mas a multidão era concentrada em espaços precários. Tinha a cabeça raspada, usava roupas feitas com sacos de farinha e trabalhava praticamente em troca de comida. (RIOS, 2014, p. 9)

Nesse período, registros oficiais dão conta que aproximadamente 60 mil cearenses morreram em consequência da estiagem. Parte desse efetivo nos caminhos percorridos a pé ou nos campos de concentração. Nesses espaços havia falta de remédio, alimentação adequada e a proliferação de doenças era corriqueira. As valas comuns eram utilizadas como local para enterrar os mortos sendo que nem todos estavam de fato morto.

No curta metragem “*Cadeira de Arruar*”, dirigido pelo cineasta Chico Egídio e lançado em 2013, o senhor Francisco Aristides, sobrevivente daquela tragédia relembra cenas do campo de concentração, afirmando que muitos dos enterrados nas valas comuns a noite eram encontrados sentados sobre os demais corpos no outro dia. Ou seja, estavam vivos, mas desfalecidos.

Eram sete o total de campos de concentração para os retirantes. Os mesmos foram construídos ao lado de estações ferroviárias nas cidades de Crato, Cariús, Senador Pompeu, Quixeramobim, Ipu, além dos dois que ficavam na capital, Fortaleza. Os mesmos serviam como espaço de concentração de pobreza, miséria, fome, falta de higiene, doenças, condições desumanas inclusive para enterros coletivos em valas comuns daqueles que morriam.

Como já mencionado, no livro “*O Quinze*”, a autora Raquel de Queiroz narra uma passagem referente a seca de 1915, no qual a personagem Conceição, que ia todos os dias ao lugar para levar mantimentos assim descreve aquele espaço:

[...] o mau cheiro do campo parecia mais intenso [...] Quando transpôs o portão do Campo, e se encostou a um poste, respirou mais aliviada. Mas, mesmo de fora, que mau cheiro se sentia! Através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso. Até a miséria tem fantasia e criara ali os gêneros de habitação mais bizarros. Uns debaixo dum cajueiro, estirados no chão, quase nus, conversavam. Outros absolutamente ao tempo, apenas com a vaga proteção de uma parede de latas velhas, rodeavam um tocador de viola [...] (QUEIROZ, 2013, p.63)

A **imagem 6** mostra a localização dos campos de concentração. Note no mapa abaixo que os referidos campos encontram-se em locais estratégicos,

IMAGEM 6: LOCALIZAÇÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO EM 1932



Fonte: <http://cearanews7.blogspot.com.br/2014/11/folha-de-s-paulo-lembra-campos-de.html>

Segundo Rios (2014, p. 91) em matéria publicada no Jornal “O Povo” datado de 20 de junho de 1932, os campos de concentração tinham cerca de um mês de abertos, a quantidade de sertanejos que chegavam eram maior que os esperados pelas autoridades cearenses. Na matéria do jornal consta que naquele dia já tinham chegados 73.918 flagelados aos campos, assim distribuídos: 6.507 em Ipu; 1.800 em Fortaleza; 4.542 em Quixeramobim; 16.221 em Senador Pompeu; 28.648 em Cariús; e 16.200 em Buriti, como mostra a **imagem 7**.

Com a volta das chuvas, em 1933, os campos começaram a ser desativados e o governos começaram a mandar os sobreviventes de volta para suas regiões. Contudo, nem todos quiseram voltar. Muitos ficaram e formaram em Fortaleza um arraial tida como uma das maiores favelas do país, denominada de Moura Brasil e que fica em Pirambu.

IMAGEM 7: JORNAL O POVO, DE FORTALEZA DATADO DE 30.JUN.1932

oral no Distrito. 20-6-32 p. 1

O EFETIVO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DOS FLAGELADOS

Pelos últimos dados recebidos oficialmente, o efetivo de flagelados nos diversos campos de concentração deste Estado conta-se da seguinte maneira :

Ipú	6 507
Fortaleza	1 800
Quixeramobim	4 542
<u>Senador Pompeu</u>	16 221
Cariús	28 648
Buriú	16 200
Total	73 918

Fonte: Fragmento do Jornal O povo, extraído do livro “Isolamento e Poder”, de Kênia Souza Rios, 2014.

Rios (2014), aponta ainda que “a violência desses campos reflete os primeiros anos da República, a crueldade com os pobres e com os negros” e que o referido episódio não terminou em 1933, mas sim deu continuidade com os projetos políticos de repressão, humilhação e segregação, ao longo de muitos anos.

3.1.3 [Voltando a discussão]

Nesse interim, a discussão sobre convivência tem tomado a pauta, seja por questões ambientais ou por pressões, de natureza política, acadêmica e dos movimentos sociais, haja visto que nas adversidades existentes, os nativos desses espaços sendo instruído sobre as culturas necessárias, conseguem vencer as barreiras da falta de água e das perspectivas, a partir da tomada de consciência sobre a importância da preservação do meio, da Caatinga e da conservação dos espaços de armazenamento de água. Bulteau (2016, p.77) vai dizer que “o sertanejo tem orgulho de ser do sertão. O laço que une estes homens ou os associa é o compartilhamento das mesmas condições de vida (a caatinga, a seca) e o mesmo destino”.

Malvezzi (2007, p.13), afirma que:

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes.

Imbricado nessa missão, estão diversas organizações não-governamentais, incluindo aqui o NEPS, da qual falaremos adiante e mostraremos, conforme o prenúncio introdutório, suas ações práticas construídas como forma de difundir métodos e técnicas de manejos com a terra, os animais, o cuidado com a água (e seu uso racional), além do associativismo como forma de fortalecimento das comunidades e ampliação da participação dos mesmos nas conquistas oriundas de ações governamentais. Sobre o associativismo Pontes (2010, p. 98, apud CASTELLS, 2000) dirá que “a mobilização das comunidades na luta por seu espaço é a forma de ação ambiental e política que mais cresceu no final do século XX no Brasil e no mundo”.

3.2 Convivência com o Semiárido *anti* o combate as secas

A palavra “anti” colocada propositalmente no subtítulo acima tem um objetivo, afinal, este é um prefixo que tem sentido oposto, de oposição. É justamente o que se propõe o discurso da convivência com o Semiárido: retirar de cena as ideias que as secas deveriam ser combatidas e no seu lugar apresentar formas de convivências.

Os longos períodos de estiagem no Nordeste e suas consequências para a população sempre atraíram a atenção dos meios de comunicação que desde o século XVIII, acompanham e divulgam as calamidades existentes. É fato que as atenções ganharam maior visibilidade com a seca de 1877/1879, que dizimou mais de 500 mil pessoas, levando o Segundo Império a buscar soluções para tais situações. Das coberturas jornalísticas também surgiam o clamor social e a pressão para se resolvê-las, exterminando a falta de água nessa região.

Também eram divulgadas, nos meios de comunicações, as questões relacionadas ao combate dessas secas e os flagelos causados por elas, muitas vezes clamores pontuais que levavam as lideranças políticas da região para estender as mãos para os flagelados e retirantes.

Studart; Campos (2010) dirão que:

Após a seca de 1877, que durou três anos e resultou na morte de centenas de milhares de nordestinos, a busca do entendimento do problema e de possíveis soluções tem sido tentada. Nesse processo participam, propondo soluções ou simplesmente opinando, leigos, especialistas, políticos e outros. Muitos contribuem e agregam novos

conhecimentos e visões, outros, em menor número, por não terem visão clara do problema, emitem opiniões e propõem soluções exóticas, que mais confundem do que ajudam. (STUDART; CAMPOS, 2010, p. 1)

Nos escritos de Euclides da Cunha (1900 apud BRASIL, 2003), o mesmo já apresenta as consequências dessas secas para o desenvolvimento da região. Em “as secas do Norte”, matéria jornalística datada de 29 de outubro à 1 de novembro de 1900, publicado no jornal o Estado de São Paulo, ele já mostrava as muitas propostas que estavam sendo postas em prática, em outros países e as ideias criativas, por exemplo, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que estávamos no início da República, contudo, as ações de combate às secas já eram vistas no Segundo Reinado, quando as consequências das secas no Nordeste começaram a chamar mais atenção. O combate era uma forma política de ganhar eleições, de manter toda população sob a égide de um coronel (daí surge o coronelismo), de segregá-la e mantê-la afastada de toda assistência estatal. Isso ocorria justamente porque os recursos que vinham para dar combate, chegavam via lideranças políticas da Capital que as entregavam aos seus correligionários, fazendo desses, importantes personalidades na construção ideológica patriarcal no homem nordestino.

Galindo (2008 apud PONTES, 2010, p. 57)

Identifica dois momentos históricos para o que chama de “discurso do combate” e “discurso da convivência” onde, primeiramente, o semiárido é baseado por sua inviabilidade e impossibilidade de se viver e trabalhar, e a mudança para a viabilidade e a possibilidade de convivência a partir de temas como políticas públicas, agricultura familiar, água, meio ambiente, etc.

Dessas políticas públicas, nasceu o IOCS (Instituto de Obras Contra as Secas), em 1909, que tornou-se DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), como instrumento institucional de combate à seca, que naquele momento assolava todo o Semiárido, matando pessoas e animais, expulsando seus habitantes para outras regiões (principalmente, Norte por causa da borracha, e Sudeste, pela importância econômica que começava ganhar força). O avanço dessas ações de combate que começava a ganhar força e se desenvolver no início da República, é ainda vista na fundação de Brasília mesmo sem revolver o problema proposto.

No ano de 1959, final do governo de Juscelino Kubitschek, nasce a SUDENE, com “a ideia de propor soluções econômicas que revertessem as diferenças entre Nordeste e outras regiões mais desenvolvidas do Brasil”, como apontou Pontes (2010, pp. 58-59), mas bem sabemos que não resolveu os problemas objetivados e serviu muitas vezes para enriquecer grandes latifundiários.

Não resolveu porque o combate à seca não pode ser pontual, precisa ser contínuo. É necessário ensinar o homem do campo o manejo certo da terra, a forma como melhor armazenar alimentos para os animais, a utilização racional dos recursos hídricos, preservação da fauna, manejo adequado da Caatinga, etc.

Também é preciso que exista no campo uma educação que modifique o processo de expulsão dos filhos de agricultores para as periferias das cidades e os sustente em suas terras e delas retire seus alimentos, conhecimentos e aprendizagens, haja visto que o homem do campo consegue constituir paralelos entre sua vivência e sua terra natal, como bem citou Malvezzi (2007, p. 132):

A convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático. Esse desafio é tão agudo quanto a própria transformação do semiárido. Para agravar a situação, o poder político e econômico, construído a partir da indústria da seca, se reflete também nas escolas. Não estamos apenas diante de um equívoco educacional. Há uma ideologia minuciosamente trabalhada para sustentar mitos e poderes

Pensamento esse reafirmado por Matos (2004 apud LIMA; SILVA, 2010, p. 3-4):

A educação desenvolvida no Semiárido é construída sobre valores e concepções equivocadas sobre a realidade da região. Uma educação que reproduz em seu currículo uma ideologia preconceituosa e estereotipada que reforça a representação do Semiárido como espaço de pobreza, miséria e improdutividade, negando todo o potencial dessa região e do seu povo

Daí a necessidade de uma Educação para a Convivência com o Semiárido, que construa paralelos de vida entre aqueles que vivem no campo, e as formas como dela extrairá sua sobrevivência, protegendo seu *habitat*, convivendo de forma harmônica com as particularidades desse espaço chamado Semiárido, respeitando assim a natureza.

3.3 Destacando o Espaço da Pesquisa

Como já mencionado no capítulo anterior, o Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), local onde esta pesquisa aconteceu, é uma entidade sem fins econômicos criada em novembro de 1997. O mesmo tem consolidado ações exitosas no contexto do Semiárido Pernambucano, desenvolvendo ações que integram e beneficiam as famílias atendidas a partir da mobilização coletiva sistematizadas pelas experiências agroecológicas bem sucedidas nas cidades onde desenvolve sua pedagogia.

Enquanto entidade não-governamental, mantém restrito comprometimento com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), consolidando em seus programas cotidianos, práticas e filosofias de trabalho que estimulem “as famílias a serem protagonistas das ações desenvolvidas em suas propriedades e comunidades rurais, propiciando segurança hídrica, alimentar, geração de renda e organização comunitária de forma sustentável” (ASA, 2015).

O encontro do NEPS com as comunidades também constitui espaço coletivo de reflexão e elaboração de proposições de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Nessa sistemática, percebe-se claramente a inserção da educação popular ocorrendo no contexto social das famílias, que aprendem a construir tecnologias de convivência com o Semiárido, como por exemplo, cisternas de placas e barragens subterrâneas, além dos cuidados necessários com os recursos hídricos e a manutenção e preservação da fauna e flora existente.

Enquanto entidade juridicamente organizada, a mesma está sediada na Rua Ambrósio Neres da Silva, nº 53, Bairro Dede Damasceno, na cidade de Dormentes/PE. Porém, atua em municípios das Mesorregiões do Sertão de Pernambuco (limitando-se a Microrregião de Araripina) e do Sertão do Vale do São Francisco (limitando-se a Microrregião de Petrolina). Nessas Mesorregiões dois municípios são delimitados como espaço para o estudo de campo: Dormentes e Santa Cruz da Venerada. Essas cidades com características idênticas, detêm no seu histórico as raízes de uma mesma formação, ambas nasceram a partir da Fazenda Caboclo.

3.3.1 Antiga Fazenda Caboclo

As cidades de Dormentes e Santa Cruz da Venerada nasceram do mesmo berço: a antiga fazenda Caboclo pertencente aos descendentes do Capitão português Valério Coelho Rodrigues que chegando ao Brasil e sob as bênçãos da Casa da Torre de Garcia D'Ávila, instalou-se na fazenda Paulista, no Piauí, em 1730. A área recebida por Valério Coelho era explorada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho que entre 1671 e 1674, esteve mapeando a Serra dos Dois Irmãos e a fazenda Paulista, onde hoje é área do território do município de Paulistana/PI.

Nos desbravamentos da Caatinga, o bandeirante Domingos Jorge Velho ampliou seus domínios para toda a área ao redor da fazenda Paulista num eixo de mais de 200 km². A fazenda Caboclo era um desses domínios. O bandeirante não encontrando ouro, partiu para a Chapada Diamantina, tomando para si as terras das serras da Jacobina, na Bahia.

Valério Coelho Rodrigues, que era casado com Domiciana Vieira de Carvalho, com a qual teve 16 filhos, concedeu como presente de casamento a fazenda Caboclo ao seu terceiro filho, Valério Coelho Rodrigues Filho, que casou-se com Antônia Silva Vieira, tendo com ela 10 filhos.

O quinto filho de Valério Coelho Rodrigues Filho e Antônia Silva Vieira, de nome Ana Coelho Rodrigues, recebeu como dote ao casar-se com Manoel Fernandes Rodrigues Coelho, a fazenda São João Velho, que fica localizada nas proximidades do atual município de Dormentes. Por causa do nome da fazenda, ela ficou conhecida como "Ana do São João Velho". Seu esposo Manoel Fernandes Rodrigues Coelho era filho de Inácio Rodrigues Coelho, que em 1938 reformaria a capela dedicada a Senhor do Bom Fim, construída na fazenda Caboclo.

Por coincidência, Inácio era irmão de Valério Coelho Rodrigues Filho e portanto, tio de Ana do São João Velho. Do casamento dos primos Ana Coelho Rodrigues e Manoel Fernandes Rodrigues Coelho, nasceram 10 filhos.

Cada vez que um dos filhos ia casando, como tradição, o pai dava um pedaço da Fazenda São João Velho e outras fazendas iam sendo formadas. A quarta filha do casal, Bertolina Rodrigues de Macedo, recebeu como dote as terras onde está hoje localizada a sede do município de Dormentes/PE. Estas terras ficaram como herança para seu quarto filho, Francisco Coelho de Macedo.

Na **imagem 8** temos a igreja do Senhor do Bom Fim, antiga capela.

IMAGEM 8: IGREJA DO SENHOR DO BOM FIM EM CABOCLO



Fonte: O autor, 2017.

A palavra ‘caboclo’, segundo Souza (2012, p. 10)

É atribuída, pelos menos, a duas etimologias: o termo tupi ‘caa-boc’, que quer dizer o que vem da floresta e a palavra tupi ‘kari’boka’, que significa filho do homem branco. A primeira etimologia parece ser mais apropriada para usarmos como referência para o surgimento do nome do povoado de Caboclo, pois esse tem origem provável na existência de índios na região antes da chegada do colonizador no lugar.

Caboclo tem sua localização no centro de um eixo geográfico, do qual saíram outros povoamentos, estando no extremo oeste do Estado de Pernambuco, tendo ao seu redor a Serra dos Dois Irmãos e da Serra do Caboclo. Hoje é um distrito pertencente ao município de Afrânio que faz divisa, segundo Barcelar (2006), “ao norte com o estado do Piauí, ao sul com o estado da Bahia, a leste com Petrolina/PE e Dormentes/PE e a oeste com o Estado do Piauí. O mesmo tem relevante importância histórica. Esse foi um dos primeiros núcleos de povoamento da região, já que no final do século XVII e início do século XVIII, constituía a antiga “Travessia Velha”.

Souza (2012, p. 12) observará que;

No final do século XVII e início do XVIII Caboclo fazia parte da chamada travessia velha, que correspondia aos caminhos por onde os viajantes vindos do Ceará e Piauí percorriam para chegarem até a Passagem do Juazeiro, onde hoje é Petrolina e seguiam até o Estado da Bahia. Posteriormente esses viajantes passaram a se fixar no Caboclo tornando-se assim moradores do lugar.

Era por essa travessia que os tropeiros oriundos dos estados do Piauí e Ceará, passavam com seus gados para deslocarem à beira do Rio São Francisco, na “passagem do Joazeiro”, nome esse que para Lopes (1997), designava a existência de pés de juazeiro em uma das margens do Rio São Francisco:

O nome Passagem do Joazeiro era utilizado para designar qualquer uma das duas margens do rio, tanto do lado baiano como do lado pernambucano e decorre do fato de existirem muitos pés de Juazeiro às margens do rio, no ponto da travessia, à sombra dos quais viajantes se acolhiam. O curioso é notar que por muito tempo só se formou aglomeração humana na Passagem do Joazeiro do lado baiano. (LOPES, 1997, p. 46).

Era em Caboclo que os tropeiros descansavam e davam alimentos para os rebanhos antes de seguir viagem. Mesma coisa ocorria quando retornavam das longas viagens. O gado conduzido pelos tropeiros era levado à margem do Velho Chico onde seriam embarcados, nos Gaiolas¹³, para Minas Gerais ou seguiam caminho, sendo tangidos pelos vaqueiros, para serem negociados em Salvador. Afirma Lopes (1997), que “O gado transportado para minas era vendido a um preço muito mais elevado que na praça de Salvador e de outras regiões.

É de se imaginar o fascínio exercido pela pecuária sobre todos os portugueses desejosos de enriquecimento”. Nessa época era comum ver frades capuchinhos em missões de pregação e construção de igrejas. Segundo IBGE (2016),

Por essa época, fazia pregações missionárias na região o capuchinho Frei Fortunato, que em 31 de junho de 1927 rezou a 1ª missa e lançou a “Pedra do Cruzeiro”, no local onde posteriormente edificou a igreja. Frei Fortunado aconselhou os moradores a mudarem o nome da nova povoação para São João.

Essas observações também são encontradas em Bulteau (2016, p. 74):

Quando os primeiros colonos e os primeiros missionários chegaram no século XVI, tribos indígenas ocupavam a região. Na região do rio São Francisco, próximo da zona geográfica de que tratamos, os índios foram catequizados por padres capuchinhos, da ordem de São Francisco de Assis. Sem dúvidas, um mal menor para estas populações que viviam em sintonia com seu ambiente natural, se relacionarmos com a predominância dos jesuítas com conjunto da América do Sul, com um estratégia mais intelectual. Esses últimos

¹³ Apelido dado pelos ribeirinhos aos barcos movidos por imensas rodas d'água, movidos pela propulsão motora (vapor).

catequizaram numerosas tribos indígenas arrancando-os de seu modo de vida de caçadores coletores”

3.3.2 De “São João Velho” nasce o Município de Dormentes/PE

No espaço geográfico, onde hoje é o município de Dormentes, localizava-se a Fazenda São João que pertenceu aos descendentes de Valério Coelho Rodrigues, como já explicitado. Dos descendentes do capitão português nasceram as gerações que construíram e constroem a cidade de Dormente/PE.

O distrito de Dormentes foi criado pela Lei Municipal nº 11, de 06 de novembro de 1963, subordinado ao município de Petrolina e sua emancipação política e administrativa ocorreu pela Lei Estadual nº 10.625, de 01 de outubro 1991, sendo que a instalação do município aconteceu em primeiro de janeiro de 1993.

O processo emancipatório de Dormentes/PE foi descrito pela pesquisadora francesa Veronique Bulteau (2016, p.43) em seu diário de bordo da seguinte forma:

Pude participar de uma feira organizada em uma localidade a duas horas de caminhão de Caititu, Dormentes. Na estrada o caminhão – transporte comum do lugar – não parou de pegar novos passageiros. Esta feira reunia várias atividades. Primeiramente era o dia de inscrição nas listas eleitorais (para a população interessada) para que Dormentes se tornasse município. Caititu ficaria no município de Petrolina, mas no limite do território do município de Dormentes. Pela manhã, celebraram-se três batismos simultaneamente (o padre vem só uma vez por mês) e, à tarde, dois casamentos ao mesmo tempo em uma igreja inacabada. Durante todo o dia, houve uma grande mercado de roupas, de remédios milagrosos, de quinquilharia.

Ainda hoje é costume no município de Dormentes dedicar uma sexta-feira do mês para o que a população chama de “devoção”, quando ocorrem missas, batizados e casamentos, ao mesmo tempo que nas ruas centrais da cidade, um grande comércio ao céu aberto também ocorre.

3.3.3 O Município de Santa Cruz da Venerada/PE

Segundo IBGE (2010), o município de Santa Cruz da Venerada surgiu em 1829, quando dois frades Capuchinhos que andavam em peregrinação pararam

debaixo de um pé de “Juazeiro¹⁴” para descansar e tratar-se de uma enfermidade acometido ao longo do caminho. Nesse local os frades aproveitaram para realizar missas e batizados. Para tanto, ergueram uma cruz como símbolo de suas passagens por ali a qual serviu como espaço de peregrinação e veneração, pelos moradores das redondezas, sendo posteriormente construído uma capela, pelo fazendeiro José Correia. Ao redor daquela pequena capela surgiu uma povoação e passou a ser conhecida como Venerada Santa Cruz.

Como povoação, mudou de nome passando a ser chamada de Santa Cruz da Venerada, sendo distrito subordinado ao município de Ouricuri a partir de 23 de janeiro de 1915. Sendo elevada à categoria de município autônomo pela estadual nº 10.623, de 10 de janeiro de 1991, e instalado em 1993. O município é constituído pelo distrito sede, Varginha, Poço D'Antas, Cacimba Nova e Santa Helena.

3.3.4 O NEPS e as Microrregiões de atuação

A divisão territorial do Estado de Pernambuco é composta por mesorregiões, que é uma subdivisão dentro do Estado para organizar os municípios de uma mesma área geográfica dentro das dinâmicas econômicas, culturais e sociais, no intuito de melhor serem alcançados nos atendimentos pelos poderes públicos. São cinco no total: 1) Mesorregião Metropolitana do Recife; 2) Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana; 3) Mesorregião do Agreste Pernambucano; 4) Mesorregião do São Francisco Pernambucano; e 5) Mesorregião do Sertão Pernambucano.

Dentro dessas mesorregiões também podem ocorrer novas subdivisões, entre municípios próximos ou com as mesmas “expertises”, por exemplo, no momento de constituir um consórcio para tratar dos resíduos solos e orgânicos. Tais subdivisões são chamadas de Microrregiões.

Nessa pesquisa estamos envoltos na Mesorregião do São Francisco Pernambucano e na Mesorregião do Sertão Pernambucano. Das duas, optamos observar de forma participante dois municípios que foram espaços da visita de campo, nos quais observamos o desenvolvimento prático das ações propostas e efetivadas pelo NEPS.

A Microrregião de Petrolina, que faz parte da Mesorregião do Sertão do São Francisco Pernambucano, é uma área que abrange 14.682,20 Km² e é composto por

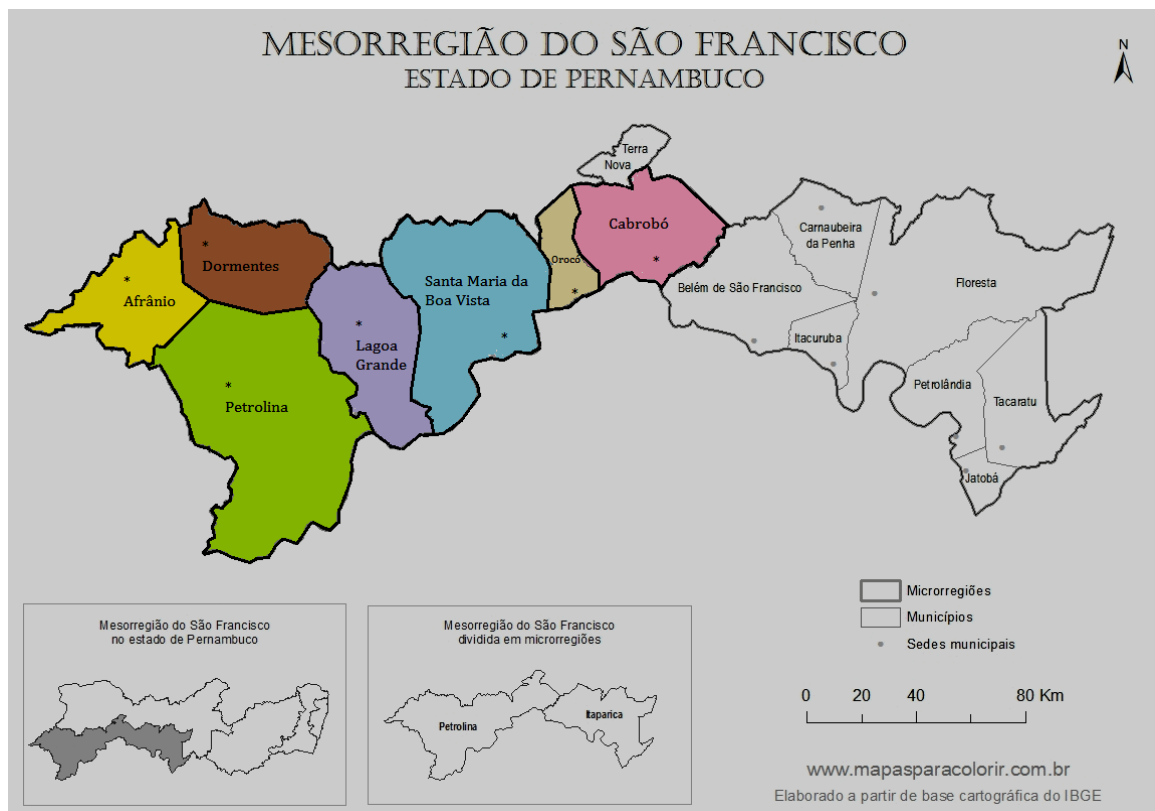
¹⁴ Árvores características do Semiárido brasileiro.

sete municípios, como mostra a **Imagem 9**. São eles: Afrânio, Dormentes, Petrolina, Lagoa Grande, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista e Orocó.

Petrolina é a maior cidade em concentração de renda e pessoas, servindo como polo para os demais municípios, principalmente no tocante a atendimento de urgência em saúde, entretenimento e transporte aéreo.

A população total desta Microrregião é de 434.835 habitantes, dos quais 154.008 vivem na área rural, o que corresponde a 35,42% do total. Observamos também que a região possui 17.717 agricultores familiares, 4.694 famílias assentadas, 11 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,72.

IMAGEM 9: MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PETROLINA (PERTENCENTES A MESORREGIÃO DO SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO)

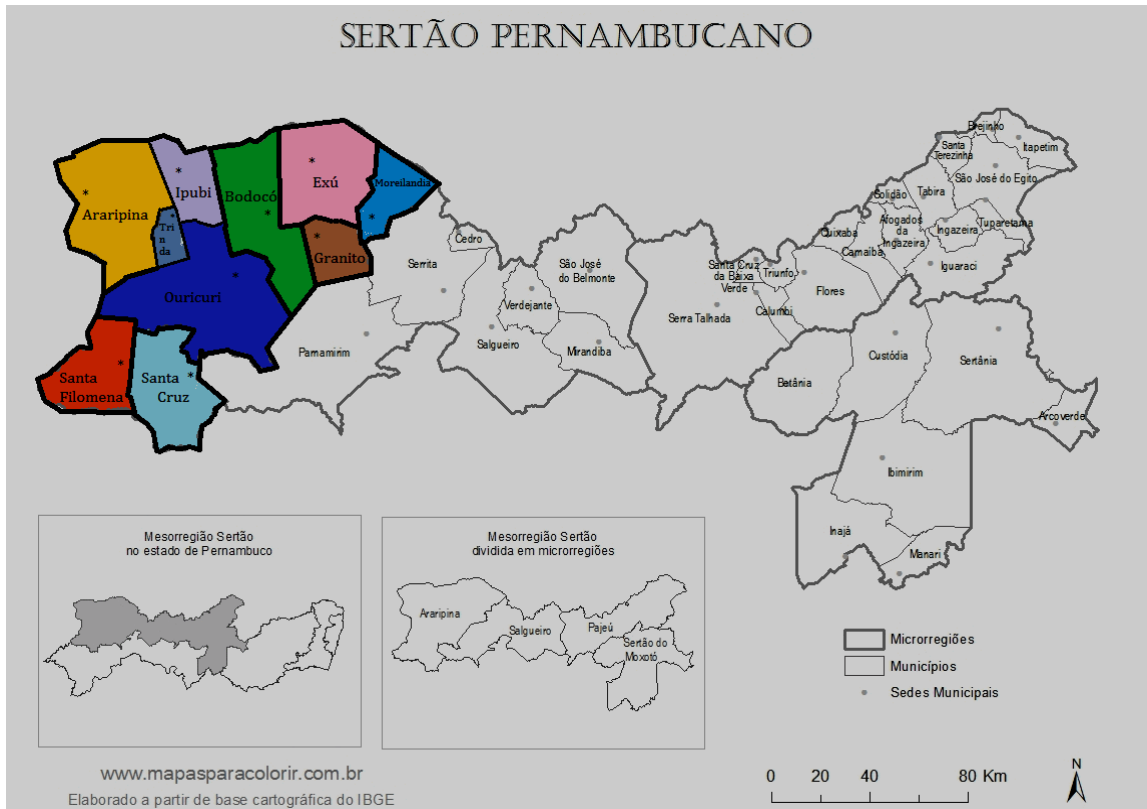


Fonte: imagem colhida no site: <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-pernambuco.php>

A Microrregião de Araripina faz parte da Mesorregião do Sertão de Pernambuco, sendo formada por dez municípios (Araripina, Ouricuri, Trindade, Exu, Ipubi, Bodocó, Marcolândia, Granito, Santa Cruz da Venerada e Santa Filomena), que juntos compõe 11% de toda área territorial do Estado de Pernambuco.

Na **Imagem 10**, mostramos o mapa com os municípios e seus limites geográficos, sendo que os mesmos estão localizados na região da Chapada do Araripe, no limite territorial com o Estado do Ceará, sendo conhecido como o maior polo gesso do Brasil.

IMAGEM 10: MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ARARIPINA (PERTENCENTES A MESORREGIÃO DO SERTÃO DE PERNAMBUCO)



Fonte: imagem colhida no site: <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/pe/estado-pernambuco-mesorregiao-sertao.png>

Vale ressaltar que mesmo sendo diversos e diferentes municípios que o NEPS atua, portanto, possíveis espaços de pesquisa desse *lócus*, como já explicitados, delimitamos nosso olhar apenas para ações concretizadas em dois deles: Dormentes/PE (pertencente a Microrregião de Petrolina) e Santa Cruz da Venerada/PE (pertencente a Microrregião de Araripina).

4

SITUANDO O NEPS NO ESPAÇO E NO TEMPO

“O verdadeiro cristianismo rejeita a ideia de que uns nascem pobres e outros ricos, e que os pobres devem atribuir a sua pobreza à vontade de Deus”.

Dom Hélder Câmara

Neste capítulo apresentamos o Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), *locus* desta pesquisa, fazendo um retrospecto histórico dos 20 anos de existência e também o caminho trilhado para que a entidade fosse concebida enquanto instituição, suas bandeiras de lutas na busca por ter e dar visibilidade ao homem do campo a partir das ações desenvolvidas.

Sua construção ocorreu utilizando principalmente entrevistas realizadas ao longo da pesquisa empírica. Recorremos às memórias como elemento necessário a concretização da pesquisa pelo fato de pouco existir documentos apontem a concretização de todo contexto observado. Sobre as memórias, aqui muito utilizado Damásio (2010), observa que:

As nossas memórias de determinados objetos são regidas pelo conhecimento passado de objetos comparáveis ou de situações semelhantes àquela que estamos a viver. [...]. O cérebro retém uma memória daquilo que aconteceu durante uma interação, e a interação inclui de forma relevante o nosso próprio passado, e muitas vezes o passado de nossa espécie biológica e da nossa cultura. (DAMÁSIO, 2010, p.170-171)

Ou seja, seguindo o entendimento do autor acima citado, são as memórias retidas no cérebro daquilo que nos é relevantes como a cultura por exemplo, que nos faz lembrar de fragmentos de nossas histórias de vida.

Todas as transcrições feitas foram autorizadas pelo respectivos entrevistados com as devidas assinaturas do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE), conforme fora proposta ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Estado da Bahia e realizadas entre os dias 23 de junho de 2017 e 02 de agosto de 2017.

Resolvemos deixar os nomes reais dos entrevistados ao invés de pseudônimos, por entender que essas pessoas marcaram suas histórias de vida na luta pela consolidação de uma entidade que fosse a voz do homem do campo e também do pequeno produtor rural, nas regiões onde a mesma atua. Intercalamos entre as falas dos entrevistados a pesquisa bibliográfica como referencial para a construção do entendimento.

4.1 A Teologia da Libertação no alicerce dos movimentos sociais

Toda história tem um entorno que lhe dá sustentação. Nisso, para chegarmos a história do NEPS temos que contar um pouco do entorno de sua história e isso perpassa pela Pastoral da Juventude do Meio Popular. E antes disso, da formatação da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. O entorno do NEPS e sua constituição filosófica nasce de dentro dessas temáticas citadas. Para consolidar a linha de raciocínio necessário ao que vamos relatar escolhi uma das muitas histórias contadas por Leonardo Boff e Clodovis Boff, contadas na obra “Como fazer Teologia da Libertação”, publicação da editora Vozes, datado de 1986.

Certo dia, em plena seca do Nordeste brasileiro, uma das regiões mais famélicas do mundo, encontrei um bispo tremulo, entrando casa adentro. “Sr. Bispo, o que aconteceu? E ele, arfando, respondeu que presenciara algo terrível. Encontrou uma senhora com três crianças com mais uma ao colo na frente da Catedral. Viu que estavam desmaiando de fome. A criança ao colo parecia morta. Ele disse: “Mulher, dê de mamar à criança”. “Não posso, senhor bispo!”, respondeu ela. O bispo voltou a insistir várias vezes. E ela sempre respondia: “Sr. Bispo, não posso!”. Por fim, por causa da insistência do bispo, ela abriu o seio. E estava sangrando. A criancinha atirou-se com violência ao seio. E sugava sangue. O bispo ajoelhou-se diante da mulher. Colocou a mão sobre a cabecinha da criança. Aí mesmo fez uma promessa a deus: enquanto perdurar a situação de miséria, alimentarei, pelo menos, uma criança com fome por dia Curso de educador popular. (BOFF e BOFF, 1986, p. 12)

A Teologia da Libertação foi um movimento sócio eclesial que nasceu no bojo da Igreja Católica na década de 1960 e tinha como base construir uma igreja para o povo, para os pobres, na luta por direitos e igualdade de condições, principalmente nos países chamados subdesenvolvidos.

Rodrigo Augusto Leão Camilo em trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, aponta que no Brasil a Teologia da Libertação nasceu junto aos problemas socioeconômicos e cresceu com:

O envolvimento dos religiosos católicos com o cotidiano de seus fiéis, estando eles em contato com o sofrimento e as dificuldades de uma parcela importante da população brasileira. Mas foi a partir da década de 1960 que dois acontecimentos importantes influíram para um maior envolvimento de uma parte do clero católico com a questão social no Brasil: o Concílio Vaticano II e o Golpe Militar de 1964. (CAMILO, 2011, p.1)

O Concílio do Vaticano II que foi convocado na celebração do natal do ano de 1961 pelo papa João XXIII e teve seu início em 11 de outubro de 1962, foi uma série de discussões e debates realizados na Cúria Romana¹⁵ da Igreja Católica com o auxílio de padres e bispos do mundo inteiro, onde a igreja começava a debater questões relacionadas a compreensão do mundo moderno, liberdades e costumes, bem como a relação da Igreja Católica com as demais religiões pelo mundo, tanto aquelas de culto Cristão quanto o Judaísmo e demais crenças tidas como não-cristãs, o que chamamos de ecumenismo.

O concílio durou três anos, sendo realizado em quatro sessões e foi encerrado em 8 de dezembro de 1965 pelo papa Paulo VI, substituto do papa João XXIII, falecido em 3 de junho de 1963, vítima de câncer no estômago.

Com as liberdades pregadas no Concílio, os padres e bispos da Igreja Católica passaram a ter mais força no combate a situações de pobreza em todo o mundo, bem como dos problemas econômicos e sociais que atingiam países que foram dominados.

Em 1968, três anos após a conclusão do Concílio Vaticano II, acontece na cidade de Medellín, na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. O intuito era discutir o envolvimento sistematizado da igreja nas Comunidade Eclesiais de Base. Para Faber, Santos e Goulart (2010), a Teologia da Libertação que nasceu a partir do Concílio Vaticano II, agora afirma-se como proposta teológica para os pequenos e humildes com a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.

¹⁵ Cúria Romana seria o corpo administrativo que auxilia o Papa na condução dos trabalhos ao longo do exercício do seu poder papal.

Após a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), realizado na Colômbia, neste concílio a Teologia da Libertação foi caracterizada como a ideologia cristã apropriada para a realidade latino-americana da época fazendo que parte dos sacerdotes e bispos se aproximasse dos trabalhadores urbanos e rurais em um programa de assistência e de conscientização, assim foram criadas as bases que possibilitaram aos teólogos da época a afastarem-se de uma teologia eurocêntrica e passassem a realizar uma teologia a partir da realidade em que estavam inseridos. (FABER, SANTOS E GOULART, 2010, s/p)

Sendo reconhecida como movimento teológico, a Teologia da Libertação passa a ser mobilizadora popular, levando aos mais pobres os ensinamentos cristãos dentro do pensamento de igreja popular.

Westphal (2011), dirá que:

A conferência dos bispos em Medellín denuncia toda a estrutura de subdesenvolvimento como situação de pecado, que é o inimigo que Jesus quer combater e suprimir. A obra de Cristo é obra de libertação dessa realidade de escravidão com todas as suas implicações. A libertação abrange o ser humano em todas as dimensões da sua existência. A conferência de Medellín defende uma teologia e uma catequese que assumam as angústias e esperanças do ser humano e lhes ofereçam a salvação integral em Cristo. (WESTPHAL, 2011, s/p),

No Brasil diversos padres e freis assumiram para si as propostas de libertação denotadas no Concílio, fazendo opção pelo povo pobre das periferias e das áreas atingidas por desastres da natureza ou aqueles que estavam privados de sobrevivência por conta da fome. São padres que, como braços da Igreja Católica, começam discutir no culto e com as comunidades, questões sociais e políticas, em tempos de perseguição das lideranças de esquerda.

As mudanças, principalmente na forma de aproximação da liturgia com o povo, fez com que mudanças ocorressem dentro das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) que passava a ter cultos mais participativos e com homilias voltadas para a convivência entre irmãos, de comunidade, da partilha do pão e da conscientização política.

Boff e Boff (1986, p. 20) vão afirmar que “o compromisso com a libertação dos milhões de oprimidos de nosso mundo devolve ao evangelho uma credibilidade que teve nos seus primórdios e nos grandes momentos de santidade e de profecia”.

Brito (2010), dirá que:

Os teólogos da América Latina encontraram na Teoria da Dependência as explicações que entenderam mais condizentes com a realidade do continente. A ideia central era a de que a condição de pobreza do continente não respondia a uma fase de seu desenvolvimento que se superaria com o avanço do capitalismo, mas a uma condição estrutural do capitalismo em sua configuração imperialista em que o subdesenvolvimento de parte do planeta cumpria um papel importante. (BRITO, 2010, p. 83)

Nove anos após a Conferência na Colômbia e dentro dos diálogos que foram sendo travados nesse ínterim, aconteceria na cidade de Puebla, no México, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Estávamos no ano de 1979.

A III Conferência Geral do Episcopado da América Latina foi convocada pelo papa Paulo VI, no ano de 1977, sendo que os preparativos dela tinha como base o tema: “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. Porém na data estipulada a mesma não ocorreu pelo fato Paulo VI ter falecido em 6 de agosto de 1978. Seu sucessor, o papa João Paulo I, também pouco governou e não teve como dar prosseguimento pois morreu 33 dias após tomar posse no papado. A Conferência ocorreu de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, estando a frente da Igreja Católica, o papa João Paulo II.

Brito (2010, p. 83 apud Betto, 1979), aponta que da Conferência saiu um documento que tratava da evangelização no presente/futuro como espaço de interiorização da igreja. Aponta ainda que a chegada de conservador ao papado mudou vários rumos da Conferência. O temor do papa João Paulo II era a aproximação da Igreja na América Latina com a esquerda comunista.

O documento de Puebla confirmou a “opção preferencial pelos pobres” (CELAM, 1979, p. 56/57), sendo esta opção uma decisão política “pois os pobres são frutos de uma estrutura sociopolítica opressora”, e fortalece aspectos da evangelização libertadora quando “o tema libertação, por sua vez aparece também como eixo articulador”, conforme (CELAM, 1979, p.63).

O fato é que tanto a Conferência de Medellín quanto a de Puebla fortaleceram a ação pastoral dentro da igreja, voltando a mesma para os pobres, para as comunidades, para a juventude. Juventude essa que desde 1978 vem construindo um ideário de pastoral para os meios populares, para a formação dos jovens e articulação dos mesmos em intercâmbios com outros grupos.

A Conferência de Puebla (1979) veio consolidar a Pastoral da Juventude, que trazia consigo os lastros das antigas Juventudes Católicas desarticuladas pela

Ditadura Militar, quando os bispos reunidos “convidam de coração os jovens a vencer os obstáculos que ameaçam seu direito de participação, consciente e responsável, na construção de um mundo melhor” (CELAM, 1979, p. 79) e torna-se espaço de agregação de uma nova juventude que nascia nos suspiros finais do Regime Militar imposto em 1964.

Oliveira e Paiva (2016) apontam que

A PJMP nasceu em 1978 no Recife (PE), carregando na história do seu surgimento as sementes jogadas pela Juventude Operária Católica destruída pela ditadura com o golpe militar de 1964. Um acontecimento marcante do seu nascimento foi o encontro realizado em 09 de julho de 1978, reunindo animadores dos grupos de jovens do meio popular do Recife, remanescentes da JOC, no qual decidiram criar um movimento de jovens do meio popular. Vale lembrar que os desejos, sonhos e formas de atuação na realidade vivida dos jovens reunidos neste encontro não é algo isolado. O final dos anos 70 e os anos 80 no Brasil foi um período marcado por grandes movimentos de massa e pelo ressurgimento da sociedade civil, sobretudo das camadas populares, no cenário político nacional. (OLIVEIRA E PAIVA, 2016, s/p)

4.2 A PJMP no Sertão de Pernambuco

Envolto nos ensinamentos oriundo de Puebla, começou-se a formar na Diocese de Petrolina um traço da PJMP, com o intuito de afirmar a escolha pelos pobres, como assim apontou as Conclusões da Conferência de Puebla. Estávamos no ano de 1981, e nessa época, o Bispo da Diocese de Petrolina era Dom Geraldo de Andrade Pontes, cearense de Fortaleza escolhido pelo papa Paulo VI¹⁶ para substituir Dom Antônio Campelo de Aragão, em 6 de fevereiro de 1975. Com votos de ser o defensor dos pobres e oprimidos, usou seus sete anos como titular da Diocese de Petrolina/PE para criar uma rede de ação em favor da superação da fome, nas árduas secas que assolavam o Semiárido brasileiro nesse período.

Manoel Ireneo de Souza (Manelito), animador e coordenador social do NEPS, em entrevista concedida na sede do NEPS, no dia 31 de julho de 2017, ao falar desse período de tragédia social que era a seca, aponta:

Nos anos setenta, naquelas bravas secas a gente morava lá no Estado do Piauí e lá, como as secas eram muito grandes, não tinha incentivo das políticas sociais, nós lá praticamente não tinha nada.

¹⁶ Dados colhidos no site da Diocese de Petrolina: http://www.diocesedepetrolina.org/?page_id=6

Pegamos o caminhão e fomos morar em Petrolina. Lá terminamos passando por uma situação muito difícil porque estava vindo de uma região de comunidade onde era muito atrasado, podemos dizer bem isso, e comecei a participar de forma contínua de grupo de jovens. Ainda era uma pastoral naquela época ainda uma pastoral genérica, participava só a juventude, dava catequese, nesse tempo estava começando a nascer o Jardim Amazonas, eu fui dá catequese lá no Jardim Amazonas e como não tinha o que fazer, eu terminei também participando da Legião de Maria lá, que nessa época estava construindo a igreja do Ouro Preto. Esses foi os primeiros passos (sic).

O lema sacerdotal de Dom Geraldo Andrade Pontes era “Que eu faça tudo pelo evangelho”, e suas práticas eram diferenciadas pelo fato de ele não ficar somente no Palácio Episcopal, antes, como bom pastor e cumpridor das determinação da Confederação do Bispos do Brasil (CNBB), estava envolvido com as comunidades eclesiais de base das periferias e das áreas rurais. A seca que assolava o Semiárido brasileiro tinha iniciado em 1980 e durou cerca de sete anos, sendo consideradas uma das mais devastadoras das muitas existentes.

O ano de 1981, segundo dados do Centro de Estudo e Pesquisa em Engenharia e Defesa Civil (CEPED)¹⁷, foi o auge da mesma no qual a população faminta começou a saquear em várias partes do Nordeste. Eram saques à feiras, supermercados e armazéns. Segundo o CEPED, “morreram nesse período 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças sofrendo de desnutrição”.

Pela grave situação econômica e social que vivia a região não atingida na sede pela seca graças ao Rio São Francisco, mas no entorno, totalmente assolada, o bispo foi atrás de ajuda e da Alemanha veio tal auxílio, onde criou-se a partir da Diocese, espaços de formação para o homem do campo e trabalhadores rurais, onde os mesmos, conforme Cavalcante (2008),

[...] aprendem a viver a fé, mas também a discutir os problemas ligados à vida do homem do campo e a lutar contra os inimigos concretos que os impedem de crescer: os atravessadores, a seca, certa cultura, a falta de condições financeiras, o isolamento. (CAVALCANTE, 2008, s/p)

A rede de solidariedade construída pela Diocese buscava consolidar o papel da igreja enquanto entidade que defendia o pobre e lhe dava abrigo.

Manoel Ireneo de Souza (Manelito), observa:

¹⁷ Dados colhidos como fonte no site: <http://www.ceped.ufsc.br/historico-de-secas-no-nordeste-do-brasil/>

Petrolina nessa época muito pequena e a partir daí foi se definindo os espaços de atuação. Foi uma época que se trabalhava muito dentro da igreja a questão do documento de [Puebla] e aí é onde se definiria as pastorais, suas linhas de ação e de atuação e aí como eram jovens de periferia, jovens desempregados, a minha área foi a [PJMP], Pastoral da Juventude do Meio Popular, como assim foi definido na diocese. Fomos dividido em três pastorais: Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude Independente, que era a juventude de classe média, e a juventude que naquela época era muito difícil, a juventude universitária.

E acrescenta o entrevistado:

O trabalho na pastoral da juventude foi se fortalecendo tanto em Petrolina quanto em outros municípios, em outras paróquias, aí veio a necessidade de começar a visitar as comunidades rurais que também tinham os grupos de jovens, mas não tinha acompanhamento. Numa assembleia diocesana da juventude foi muito forte essa discussão e foram escolhidos aqueles que podiam servir como mensageiros para levar as boas novas. Fui escolhido. Como eu tinha mais uma aproximação com o campo, de acompanhar a juventude rural, nesse primeiro momento passei a acompanhar o Sertão do São Francisco, no caso, Dormentes e a região ribeirinha, aquela região do Roçado, Tapera, descendo para o lado de Bebedouro para aquela região de lá.

A Pastoral da Juventude do Meio Popular começou a ser concretizada em Dormentes no final de 1981, mais precisamente em 28 de novembro. Jovens das comunidades do Tabuleiro, Minador e Sítio do Meio começaram a se organizar e participaram de um encontro no povoado Santa Filomena¹⁸ para serem instruídos como lideranças pastorais.

Segundo Alves (2008), dos jovens que estiveram nessa formação oito tornaram-se líderes comunitários, recebendo total apoio do pároco de Dormentes, padre Luciano, e da Irmã Carmelita Idalina, que servia naquela paróquia, além da benção do bispo da Diocese de Petrolina, Dom Geraldo Andrade Pontes. Na **Tabela 3** mostramos os novos líderes e suas localidades de atuação:

TABELA 3 – NOMES DAS LIDERANÇAS DA PJMP EM DORMENTES

Localidade	Nome da Liderança
Sítio Tabuleiro	Cícero Barros Genésio Barros da Silva José Ilson Barros

¹⁸ O povoado virou distrito de Santa Cruz da Venerada/PE e em 29 de setembro de 1995, foi emancipada a categoria de município.

Sítio Minador	José Manoel de Souza Maria Gilvani de Souza
Sítio do Meio	Francisco Cruz Silva Elizete Cruz Silva Luzinete Cruz Silva

Fonte: ALVES, Geovan. (2008)

Ao perguntar como era a comunicação com as comunidades nesse período, Manoel Ireneo de Sousa (Manelito), assim respondeu:

Tinha um programa na (*rádio católica*) Emissora Rural que se chamava programa Coisa Nossa e era apresentado por uma pessoa da pastoral da juventude lá da cidade de Petrolina. Mas naquele tempo só tinha a Emissora Rural como rádio na cidade e só chegava carta do interior perguntando por coisas do interior. Fomos perdendo o sentido no programa por ser um programa da juventude. O pessoal da pastoral rural assumiu e nem precisou mudar o nome do programa. O mesmo ia ao ar aos sábados.

As discussões e palestras que eram levantados nesse programa serviam como base para as lideranças das comunidades discutirem nos seus grupos, nos encontros que ocorriam nos domingos, já que esse programa ia ao ar nas tardes de sábado e tinha duração de três horas.

Muitos jovens ficavam aguardando o programa com o que se falava para poder preparar as suas reuniões para os domingos. Naquele tempo existia uma onda muito forte da questão das lutas sociais com a questão de um projeto social e aí veio a questão das Diretas Já, onde se trabalhou muito em Petrolina. Passando nesse momento vê-se a necessidade de se criar o Partido dos Trabalhadores em Petrolina. Fui uma das pessoas, um dos componentes que contribuiu com a formação do Partido dos Trabalhadores em Petrolina. Ainda com o incentivo da igreja, fui um dos fundadores da associação dos moradores do Jardim Maravilha.

Segundo Garcia (1984), a seca que nesse período atingia o Semiárido brasileiro foi prevista pelo Centro de Tecnologia Aeroespacial de São José dos Campos/SP, em 1979. Essa informação foi repassada ao antigo Ministério do Interior, também para a SUDENE que chamou a atenção dos governadores da época. E complementa Garcia (1984):

Ninguém se preocupou em tomar providências adequadas. Nem mesmo o fato de o Nordeste ser, atualmente, a única região do Brasil

em que a força do PDS é incontestável chegou a pesar nas ações do governo. (GARCIA, 1984, p. 68)

Por negligência daqueles que governavam no Nordeste, o enfrentamento a esse período de estiagem saiu muito caro para nossa população. Por falta de comida e vendo a fome aumentar, saques como já citei, aconteceram a diversas cidades e isso levou o Governo Federal, como paliativo, a criar um Programa Emergencial de Frentes Produtivas, ou simplesmente, Frentes de Trabalho, como ficou mais conhecido. Tratava-se de uma contratação temporária por parte da União para que aqueles alistados nas frentes prestassem serviços como limpeza e construção de açudes e barragens. O problema é que esse programa ficou nas mãos de políticos que não deram a finalidade correta ao mesmo, muitas ações ficaram tão somente nos discursos.

Garcia (1984), aponta que:

Essa mobilização nacional, pregada no calor dos discursos e esquecida logo depois pela grande maioria, quase sempre se limitou a três tipos de medidas: eventuais campanhas de assistência (precária) aos flagelados, criação de frentes de emergência para a construção de açudes (que acabam secando) e abertura de estradas nem sempre necessárias. (GARCIA, 1984, p. 69)

Na região do Vale do São Francisco também foram criadas as Frentes de Trabalho, como nos lembra Manoel Ireno de Sousa (Manelito):

Mais ou menos em 1984 veio uma grande seca. Naquela época a Diocese tinha uma mobilização social muito grande e aí a responsabilização da mobilização era da pastoral social que tinha a frente o casal “Ceixa” e “Abdala de Moura”. Eles conseguiram uma frente de emergência para a cidade de Petrolina. Onde hoje é a escola técnica do João de Deus era um campo de frente de emergência. O Padre Antônio Moreno Pinto, recém-chegado a Petrolina, recebeu do bispo dom Geraldo Ponte a missão de organizar a paróquia do Jardim Amazonas e a frente de emergência. Esse foi meu primeiro emprego, porque eu trabalhava na frente de emergência como apontador.

A seca de 1980 terminou em 1987 deixando um rastro de miséria e fome na população sertaneja. Nesse ínterim, houve mudanças no bispado da Diocese de Petrolina, onde em 01 de maio de 1985 era empossado o novo bispo diocesano, Dom Paulo Cardoso da Silva, que adotou como lema de seu trabalho episcopal

“evangelizar os pobres”. Seu antecessor assumiu a Diocese de Patos/PB, em dezembro de 1986.

Dom Paulo Cardoso da Silva assumiu a Diocese de Petrolina e manteve firme seu propósito de evangelizar os pobres do Sertão de Pernambuco. Na cidade de Santa Cruz da Venerada o mesmo assumiu a missão de reformar a Igreja e transformar aquele espaço em local de devoção e peregrinação.

Cavalcante (2008), dirá que:

Outro espaço valorizado foi a parte da serra, chamada antigamente de Serra dos Sítios Novos, onde foi construída, após os anos 40, uma capelinha a N. Sra. do Monte Serrat. Há anos, a capela recebia a visita dos romeiros e nos últimos anos o bispo valorizou-a construindo ao lado uma estátua de Frei. A parte da serra onde está a capela passou a se chamar morro do Frei Damião. Já está encomendada uma estátua gigante do frade capuchinho e uma cruz que como o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, serão presença dominante no espaço da região. (CAVALCANTE, 2008, s/p)

A serra onde está a capela e a estátua de Frei Damião é um lugar de peregrinação e renovação de compromisso dos muitos devotos que anualmente visitam a cidade. A juventude também é vista pelo novo bispo, que instrui lideranças para assumir determinados espaços sociais.

Para fortalecer a PJMP em Dormentes, depois de ter viajado a países como Colômbia e Bolívia, e para vários Estados brasileiros, designaram Manoel Ireno de Sousa (Manelito). Ele que era um animador nato nesses eventos e de trabalhar com inclusão dos jovens nos trabalhos da Igreja, acabou sendo vítima de um acidente durante uma dessas caminhadas pelas comunidades. A chegada de Manelito a PJMP em Dormentes fortaleceu as discussões e ampliou também os encontros de discussão nas comunidades.

A professora Beniciana Santana de Macedo nos conta que o papel da PJMP naquela comunidade era muito intenso já que Dormentes ainda não uma paróquia.

Era uma pastoral da igreja, mas que a gente não tinha muito... Era mais um trabalho social mesmo, de discussões e também na época eu fazia parte... Eu era coordenadora da catequese na igreja aqui em Dormentes. Na época não era paróquia ainda. E aí foi a partir daí que a gente conheceu o Manelito e aí a gente iniciou nessa discussão do NEPS, foi partindo daí.

Dormentes que desde 1963 tinha sido elevada à categoria de distrito subordinada a Petrolina (segundo a Lei Municipal nº 11, de 6 de novembro de 1963), agora conseguia sua emancipação política. Estávamos no final do ano de 1991, quando pela Lei Estadual nº 10.625 (datada de 1º de outubro) era sancionada pelo Governador Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, aquele distrito era declarado emancipado e passava a ser autônomo, sendo tal iniciativa partiu do Deputado Estadual Dinis de Sá Cavalcanti.

Ao questionar a Maria Marquesa de Santana Marques sobre as ações que a PJMP desenvolvia em Dormentes a mesma respondeu:

Era mais assim um papel de missão mesmo, a gente tinha o objetivo de trazer o jovem para a igreja, de engajar o mesmo. Nós não tínhamos muitos apoios, mas tinha apoio de um seminarista e tinha um outro rapaz que sempre dava apoio a gente, mas quando a gente ia para as comunidades a gente éramos bem recebidos. Eu lembro que no grupo que eu participava, a gente costumava muito pegar aqueles temas da revista *Mundo Jovem* e a gente levava para discussão. Sempre tinha leitura, música e sempre discutíamos um tema. A gente tinha o grupo e tinha aquele que ficava à frente para poder organizar a comunidade que íamos visitar. Sempre tinha uma pessoa, um coordenador.

Beniciana Santana de Macedo informou que esses coordenadores “eram jovens ligados a PJMP em Petrolina, como Aldemir, Gilmar Santos, irmã Tereza Cristina e Luciano Lima”.

Aqueles jovens, solteiros, e com vocação para servir, lutavam na verdade por causas justas para sua terra. Questionadas sobre as ações que eram desenvolvidas, as entrevistadas acrescentaram:

A gente ia visitando comunidades. Era sempre assim. Participando de cursos de culinária, de teatro. E foi tendo mais cursos. A gente ia as comunidades. Era um tempo de aprendizado e diversão. Essa interação também foi se descobrindo nos movimentos que acontecia em determinadas datas como as manifestações do dia do trabalhador. Os grupos das comunidades se encontrando com o PJMP, com o Sindicato Rural, daí nasceu a semente do Núcleo que na época não era Núcleo..

Para Maria da Paz Macedo Coelho, vice-presidente do NEPS eleita para o triênio 2017/2020, e uma das pioneiras na entidade, assim descreveu o início do Núcleo:

No ano de 1987, participávamos das comunidades de base. Dom Geraldo era o bispo da diocese de Petrolina e ele trouxe a imagem de Nossa Senhora do Carmo para as comunidades em romaria. Ali fortaleceu o desejo por participarmos cada vez mais da igreja. Depois Frei Paulo veio fazer romaria nas comunidades, em missão, e fortaleceu as comunidades de base. Nós fomos convocados, sentimos o chamado. Eram pequenos grupos, a gente foi despertado para participar. Participar das ações da igreja, da Pastoral Rural. Na pastoral rural participávamos de diversas reuniões. De encontros em Salgueiro, em Petrolina. Aparecia pessoas que participavam de reuniões em Petrolina como Brígida, Terezinha, que hoje é chamada de Terezinha do PT, Joana D'Arc. Tempos depois a pastoral acabou, a diocese desativou a pastoral e foi o tempo que formamos o NEPS, procurávamos aprofundar cada vez mais o debate, daí estamos dentro dessa luta.

A PJMP nessa época discutia em todo o país aspectos voltados para o engajamento da juventude nas questões da igreja, primeiramente, mas também nas questões relacionadas a formação do jovem nas comunidades, bem como aspectos da política que se desenrolava e que tínhamos reconquistados a pouco tempo o direito ao voto.

Quem impulsionava essa discussão, no início, era a Editora Vozes que mensalmente lançava através do Centro de Estudos e Ação Sociais (CEAS), localizado em Salvador/BA, uma revista com temáticas voltadas para as lutas operárias, animação popular, socialismo e comunidade eclesiais de base.

As mesmas serviam como instrumento de socialização do conhecimento dos coordenadores e líderes nos debates que aconteciam nas comunidades. Anos depois a Escola de Formação Quilombo dos Palmares, em Recife/PE, passou a divulgar uma série de livros sobre educação popular, intitulado “movimentos sociais e educação popular no Nordeste”, e que daria continuidade a formação de jovens para atuarem nos movimentos sociais, agora sem a intervenção da Igreja Católica.

Em 1992, a população de Dormentes foi às urnas para eleger seu primeiro prefeito. Eram dois candidatos: Geomarco Coelho de Souza e José Olímpio Rodrigues, ambos vereadores com mandato de 1989 a 1992. Logrou-se vencedor Geomarco Coelho de Souza, que governou até 1996.

No contexto da política local Manoel Ireno de Sousa (Manelito) observa distinta diferença entre a população de Dormentes e de cidades circunvizinhas:

Dormentes tem uma identidade que eu acho própria. O povo tem muita curiosidade de participar das coisas. Independentemente. O pessoal vai mesmo, não está aí se o chefe vai falar isso ou aquilo, diferentemente dos outros municípios. Em Dormentes o pessoal está

lá na discussão ou vai por acreditar ou vai por curiosidade. Mas mesmo aquela curiosidade, ela gera um nível de conhecimento. Eu acho que é isso que difere.

Aquele grupo de jovens questionadores também discutiam a política local, avançando na concretização de direitos em um município recém emancipado com problemas estruturais ainda não resolvidos, com direitos sendo atingidos e com as necessidades de representação atuante perante as diversidades. Além disso, começavam a se afastarem da PJMP, que dentro das mudanças organizacionais da Igreja Católica, estavam mudando sua performance e linha de pensamento. Eles começavam a enveredar pela educação popular voltados para as comunidades, mas afastados da Igreja. Nascia assim as primeiras fagulhas daquilo que seria o NEPS.

Manoel Ireno de Sousa (Manelito), observa que a partir da mudança do bispado da Diocese de Petrolina, que também trazia consigo a nova metodologia de ensino do papa João Paulo II, mais tradicional que seu antecessor e portanto entendendo que a evangelização tem que acontecer pela tradição da Igreja e não pela Teologia da Libertação¹⁹.

Nesse meio tempo, muda-se o bispo de Petrolina. Aí muda toda a questão da metodologia do trabalho com a PJMP, o trabalho dos grupos... Como é que se diz, o trabalho social da pastoral da igreja. E aí acaba-se a pastoral da juventude. Acaba-se a pastoral rural que era a pastoral mais organizada. E aí o pessoal ficou todo jogado por aí. Aí começamos a pensar num espaço onde pudesse ser um espaço de reflexão. Ai veio ser a ideia de criar o Núcleo de Educador, parte daí a ideia, por falta de outros espaços.

4.3 “Rádio Sabiá”: uma proposta de rádio comunitária

Do trabalho desenvolvido com as comunidades surgiu a proposta de criação de uma rádio comunitária. O trabalho desenvolvido com os jovens e a necessidade de levar informação a todas as comunidades atendidas, inclusive nas cidades próximas como Santa Filomena e Santa Cruz da Venerada.

Em entrevista com o casal de agricultores João Brasilino de Brito (mais conhecido como Seu Jangó) e Izabel Coelho de Brito (Dona Bebela), os mesmos disseram que:

¹⁹ No ano de 1984, o teólogo e escritor Leonardo Boff, um dos mentores da Teologia da Libertação no Brasil foi excomungado da Igreja Católica pela Santa Sé.

Manelito trabalhava com os jovens. Ele começou trabalhando com jovem e aí ele começou a desenvolver outros trabalhos nas comunidade. Desses encontros a gente terminou fazendo uma rádio, a Sabiá FM. Esse assunto da rádio era muito badalado para poder ter uma rádio comunitária.

Nessa época, o engajamento político também já ocorria entre os que participavam das discussões, levando educação popular as mais distantes localidades de Dormentes/PE. No ano de 1996 ocorreram novas eleições (não havia ainda o processo de reeleição) e logrou-se vencedor, o senhor José Olímpio Rodrigues, que tomou posse em janeiro de 1997. Ainda no período eleitoral, os grupo de educadores populares (assim já eram chamados) promoveram um debate entre os candidatos, como bem lembrou Manoel Ireno de Sousa (Manelito):

A primeira ação que a gente fez em Dormentes foi um debate político com os candidatos da época. Eram dois candidatos (Cosme Reis e José Olímpio). O debate foi lá no FUNDEC, ainda tenho essas fotografias. Foi um debate muito interessante, onde deu visibilidade ao trabalho da gente. Conseguimos colocar oposição e situação frente a frente. As comunidades preparavam as perguntas e eles respondiam. Naquele tempo como só tinha rádio em Petrolina, a Emissora Rural (*rádio católica*) fazia a grande cobertura na região, então isso deu um impacto muito grande aqui na cidade de Dormentes. Nesse período continuamos observar as necessidades de trabalhar com comunicação. Daí começávamos a amadurecer a ideia da fundação de uma rádio comunitária. A mesma ainda foi ao ar mais ou menos uns quatro, cinco meses, porém depois... Depois não tivemos condições de mantê-la e terminamos fechando-a.

As comunidades de Dormentes queriam formar uma rádio comunitária para divulgação de todas as ações que estavam sendo desenvolvidas. Muita gente se engajou na concretização desse propósito. Os equipamentos foram comprados, o espaço adaptado e os trabalhos começaram, de forma provisória.

Sobre a Rádio Comunitária Sabiá FM, Manoel Ireno de Sousa (Manelito) vai dizer que a ideia da rádio era importante, mas mantê-la era muito cara. O grupo não tinha ajuda financeira de nenhuma instituição pública ou privada e ainda não tinha sido regulamentada junto a Polícia Federal e ao Ministério das Comunicações.

Na **Imagem 11**, podemos visualizar os testes feitos com a aparelhagem da Rádio Comunitária Sabiá FM.

IMAGEM 11: REPRESENTANTES DA RÁDIO SABIÁ FM



Fonte: Arquivo do NEPS, 1996.

4.4 O prenúncio do NEPS

As manifestações sociais continuaram acontecendo, como as passeatas e desfiles em primeiro de maio. Na cidade existe uma Concha Acústica que ficava em frente à casa do Prefeito e era nesse espaço que as organizações iam se formando, com palavras de ordem de valorização dos trabalhadores.

Manoel Ireno de Sousa (Manelito) dirá que:

A gente queria mostrar serviço. Queríamos mostrar serviço porque tínhamos feito curso de educador popular com equipe de Recife/PE, que tinha uma identidade revelada na luta social na época. Naquele tempo fazer um negócio desse era desafiar o poder.

Beniciana Santana de Macedo acrescenta que:

As manifestações de primeiro de maio a gente fazia na concha acústica. Saía em passeata, do sindicato até a concha. E a Pastoral da Juventude, as comunidades de base na época preparavam músicas, paródias, dramatizações. O prefeito morava ali na frente e era como se a gente estivesse desafiando ele. Assim eles pensavam.

Maria Marquesa de Santana Marques observa que:

O ano letivo iniciava em abril, maio, demorava muito para iniciar e debater isso era um grande desafio. Eu nunca esqueci dessa parte, nós começamos a ir nas escolas e passávamos de sala em sala, visitávamos as comunidades. Lembro de uma visita feita em Lagoas, fizemos convites para as manifestações, falávamos do que a gente estava lutando, os objetivos. Tempos depois fizemos esse movimento aqui na cidade, lá na concha, lá na praça, e veio muita

gente. O pessoal compareceu e a gente estávamos lutando para que o aluno letivo iniciasse no tempo certo.

O povo foi as ruas se manifestar. Aquele grupo de jovens idealizadores, conseguiram levar as ruas, manifestações públicas pela valorização do trabalhador, mostrando nas alegorias e vestimentas do desfile, as muitas formas de trabalho existentes no mundo. Nas **Imagem 12**, mostramos as manifestações de maio de 1997:

IMAGEM 12: DESFILE DO DIA DO TRABALHADOR



Fonte: acervo do NEPS, 1997.

Já estávamos em 1997 e depois das manifestações ocorridas em maio, a visibilidade daquele grupo de educadores populares começava a ganhar uma proporção bem maior. A ideia de constituir uma instituição com organização e formato legalizado e reconhecido juridicamente, começava a tomar corpo.

O NEPS aos poucos deixa de ser um grupo de pessoas e passava então a se formar enquanto entidade não governamental. Mas não havia um referencial, uma formatação de como atuar. Em 04 de Outubro daquele ano, a mesma é consolidada como entidade.

Nos primeiros anos de existência a sede do NEPS não era em Dormentes e sim em Petrolina, no bairro Jardim Maravilha. Observamos a princípio uma instituição criada como forma de atuação política, sem ainda ter uma bandeira definida de luta. E isso fica explícito nas palavras de Maria Marquesa de Santana Marques, que lembra em sua entrevista que eles vinham das “discussões sobre LDO, da LOA, a gente se reunia e falava sobre isso, levava propostas para administração”.

Manoel Ireoi de Sousa (Manelito) acrescenta que:

Nos primeiros anos do NEPS inventamos que queríamos participar da vida política da cidade. Imagina, um bocado de gato pelado, eu acho que nessa época só quem tinha emprego era Beniciana e Marquesa, propor sair candidato a vereador.

No ano 2000 acontecia um novo pleito eleitoral e o NEPS, enquanto entidade, sem ainda ter uma identidade social voltada para o pequeno produtor, para a convivência com o Semiárido e implementando debates nas comunidades, apresentou um de seus membros engajados para pleitear uma vaga na Câmara de Vereadores.

Mas tinha um outro problema: quem seria esse candidato? Manoel Ireño de Sousa (Manelito) observa que:

Ninguém queria (*sair candidato*) porque ninguém tinha capital. Depois tinha a questão dos pais que não concordavam e tinha que ser alguém que agradasse também a majoritária. Naquela época éramos muito jovens. Aí vai e vem, vai e vem, vai para Beniciana. Os pais de Beniciana não gostaram da ideia. Foi um desafio, mas foi um aprendizado muito grande.

De fato Beniciana Santana de Macedo foi a escolhida e pelo engajamento político, saiu candidata a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o número 13613. A candidata não foi eleita ficou na suplência obtendo 159 votos. Os candidatos a prefeito nessa época eram José Olímpio Rodrigues (que estava pleiteando a reeleição) e Geomarco Coelho de Sousa (ex-prefeito). Logrou vitorioso o primeiro, que era filiado ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL), com 4.308 votos válidos.

O resultado final mesmo não sendo aquele esperado, demonstrou o fortalecimento do NEPS, mas também ajudou a consolidar a primeira mudança de paradigma da entidade. Visualizamos isso em dois pontos das entrevistas:

Para Manoel Ireño de Sousa (Manelito)

O bom desse momento foi a questão da resistência, porque todo mundo botava o combustível na sua própria moto, quem não tinha moto para fazer campanha, tomava moto emprestada. No dia do comício se fazia uma vaquinha e comprava caixa de fogo para soltar, sem depender do prefeito, do grupo. Eu acho que essas coisas marcaram a história de luta daquele grupo, do NEPS.

Para Beniciana Santana de Macedo, ao ser questionada sobre os motivos de não mais continuar na vida pública, ela respondeu que “não, até mesmo porque depois cada um foi seguindo outros caminhos eu por exemplo, fui fazer faculdade”.

A mudança de paradigma ou simplesmente mudança nas concepções básicas do discurso do NEPS ocorre justamente pela necessidade de fortalecer a entidade, que já tinha três anos e ainda estava com sua sede em Petrolina.

Manoel Ireneo de Sousa (Manelito), ainda lembra o período em que não tinham recursos nem para pagar o aluguel da sede da instituição.

Era muito engraçado essa coisa, parecia coisa mais de doido. Sem nenhum dinheiro a gente ficava... Por exemplo, só para você ter uma ideia a primeira casa do núcleo era uma casa alugada lá no centro (*de Petrolina*). Nós não tínhamos dinheiro, aí numa campanha política, João Paulo (*ex-prefeito do Recife*) veio aqui. Ele era candidato a deputado estadual. Aí no dia doou quinhentos reais para pagar o aluguel. Pronto. Quando terminou os seis meses, gostamos e ficamos alugando a casa, só Deus sabe, atrasava que era uma beleza, o aluguel da casa. Daí surgiu a necessidade de termos um ponto de apoio em Dormentes e sair de Petrolina porque se ficasse em Petrolina, íamos acabar.

Em Dormentes a entidade não tinha ainda um espaço, uma sede. Os encontros aconteciam nas comunidades. Maria Marquesa de Santana Marques relembra que:

Os encontros que aconteciam eram nas comunidades. Um final de semana estávamos na Pedra Branca, outro final de semana em outra comunidade. Era na casa dos pais de Beniciana, na comunidade do Maxixeiro, na casa de Maria de Jesus, na casa de Paizinha, na Chapada Vistosa.

Havia uma necessidade urgente de se constituir uma sede em Dormentes para o NEPS. O que de fato ocorreu ainda no ano 2000. Também houve a definição de uma pauta para as lutas do NEPS. As lutas políticas cessavam no seio daquele grupo de jovens sonhadores, que envolvidos com a Igreja Católica através da PJMP, levavam evangelização e educação popular para todas as comunidades rurais de Dormentes, Santa Filomena e Santa Cruz da Venerada. Após as eleições de 2000 e com o amadurecimento do grupo houve quase que naturalmente uma mudança no foco das discussões. Muitos seguiram caminhos distintos aqueles idealizados no final da década de 1980.

4.5 O NEPS e o paradigma da Convivência com o Semiárido

O Núcleo de Educadores Populares do Sertão nasceu com o intuito de tornar-se uma “associação civil voltada para apoiar o desenvolvimento de ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente...”, conforme está em seu Estatuto. Nesse diapasão, a discussão sobre convivência surgiu dentro do contexto de mobilização social em defesa do pequeno agricultor, da agricultura de subsistência, do assessoramento político e técnico, além da promoção do desenvolvimento local, combate à pobreza e de educação contextualizada e igualitária, abstraindo tão somente questões de natureza religiosa.

Diante disso, é importante ressaltarmos que conviver não é combater. Além da diferença semântica da palavra, epistemologicamente, o combate sempre foi pontual. Ações inconclusas muitas vezes que não assegurava ao homem do campo condições de subsistência e sobrevivência, levando muitos ao abandono das propriedades e migração para os centros urbanos, no sonho imaginário de vida melhor, muitas vezes frustrado pelas mazelas dos inchaços das cidades, dos subempregos e das péssimas condições de vida que muitos enfrentam/enfrentaram.

O NEPS, diante das experiências sociais que ensejavam suas vivências, voltam-se para a contextualização da convivência do homem com o Semiárido. Nisso, ao compreender que as secas são ciclos meteorológicos que as áreas Semiáridas sofrem e que nenhuma ação pontual mudaria esse esquema da natureza, passou-se então ao discurso político engajado, para as ações práticas da convivência. Mas, para chegar a esse entendimento, foi preciso assumir que as políticas implementadas até então eram falhas, mesmo algumas bandeiras levantadas pelo grupo de onde nasceu o NEPS.

Outras bandeiras foram erguidas mais coesas e racionais, entendendo que para o Semiárido faltava mais que chuva, como mensura (BALEIRO; FEITOSA, 2013, p. 61), “...o problema do Semiárido não é a falta de chuva e sim a falta de políticas públicas adequadas para a região”.

De fato, a essência dos movimentos sociais junto as comunidades do campo tem quebrado paradigmas, principalmente nesses últimos anos em que o Semiárido vem sofrendo com uma forte estiagem, mas não vimos as massas de sertanejos migrando para outras regiões, como outrora acontecia. Também ficou para trás o

histórico de saques e crianças morrendo por desnutrição, como por exemplo, na seca de 1980/1987. Antes essas pessoas permanecem nos seus lugares, aprendendo com a natureza e sobrevivendo a partir das ações governamentais que estão sendo implementadas não como paliativo, mas como algo concreto que faz o sertanejo sentir-se respeitado em sua cidadania. Não mais vimos Frentes de Emergência (*frentes de trabalho*) pelo menos no formato que havia entre 1980 e 1998. E foi essa visão que deu ao NEPS a guinada necessária para formatar seu papel enquanto organização sem fins econômicos, voltado para as políticas para o homem do campo.

Malvezzi (2007, pp. 12/13) afirma que “a convivência com o semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva”. A convivência, afirma o mesmo, exige ruptura com a velha política de combate à seca e a junção de estratégias que transforme o homem do campo em aliado da natureza. Esse alinhamento tem consequências no viver desse homem, na sua relação social e nas formas de produção de alimentos para seu sustento e de seu pequeno rebanho.

Manoel Ireno de Sousa (Manelito) afirma que nesse período começou a implementar de forma tímida pequenas hortas comunitárias com o objetivo de geração de renda para as comunidades. Essas ações ocorreram com apoio das lideranças comunitárias, através das associações de produtores rurais.

O NEPS surge aqui em Dormentes muito nessa perspectiva, de forma muito tímida, mas... aí vem a questão da Semana da Água, que começamos em 2000, acho que foi a celebração da Semana da Água que motivou o fortalecimento da temática. Começamos assim a mudar a história porque em vez de fazer um simples acompanhamento a Semana da Água começamos a exigir da gente mesmo que se tomasse uma posição diferenciada, porque começa a se discutir temas de convivência com o Semiárido e com a seca.

O trabalho com as comunidades através das hortas começa a prosperar. O NEPS com as comunidades atendidas também interpõe ações voltadas para o melhor aproveitamento do que estava sendo cultivado e conseguem os primeiros frutos desse trabalho.

A Semana da Água consolida-se como uma das manifestações culturais desenvolvidas pelo NEPS nas comunidades. O segundo Festival das Águas ocorre no ano 2002, com apoio da Pastoral Rural e da Igreja Católica que naquele ano

lançou a campanha da fraternidade com o tema “por uma terra sem males”, na qual discutia a questão indigenista em suas homilias.

Durante o mês de março de 2002, na comunidade do distrito de Cachoeira do Roberto em Afrânio/PE, acontece o Festival das Águas, com atividades voltadas para conscientizar as comunidades para a necessidade de preservação dos mananciais, açudes, lagoas e cacimbas.

Na comunidade de Cachoeira do Roberto, em Afrânio/PE, o NEPS constituiu um Centro de Formação denominado Asa Branca. Era um espaço para formação, discussão e também desenvolvimento de ações voltadas para a convivência com o Semiárido, geração de renda, preservação do meio ambiente e utilização de forma racional das riquezas da Caatinga, como mostra-se na **imagem 13**.

IMAGEM 13: CENTRO DE FORMAÇÃO ASA BRANCA



Fonte: Acervo do NEPS, 2002.

Anos depois, com as mudanças de estratégias e a fixação em Dormentes, o espaço onde era o Centro de Formação Asa Branca foi vendido e os valores arrecadados investidos na compra de uma casa que foi reformada e hoje é a sede do NEPS, em Dormentes. Ainda no distrito de Cachoeira do Roberto, entre 2003 e 2004, observando o potencial ecológico do barro e das expertises da comunidade, o NEPS apoia e desenvolve junto com a Associação dos Artesãos e Oleiros do Distrito de Cachoeira do Roberto, a primeira olaria comunitária de fortalecimento da economia solidária.

Na **imagem 14** temos dois momentos importantes do NEPS com a comunidade de Cachoeira do Roberto: A organização da olaria e a preparação de sementes.

IMAGEM 14: ASSOCIADOS DA OLARIA EM CACHOEIRA DO ROBERTO



Fonte: Acervo do NEPS, 2004.

Essa ação foi desenvolvida a partir do financiamento de outras instituições, a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), instituição fundada em 1961 e que trabalha como bases do apoio ao associativismo e ao cooperativismo.

Manoel Ireno de Sousa (Manelito), ao ser questionado sobre o fato de a entidade não ter fins lucrativos e econômicos e como são captados os recursos para as ações que desenvolvem, aponta que a ação desenvolvida no distrito de Cachoeira do Roberto, com a implementação da Olaria Comunitária e a forma como a mesma foi empreendida, no qual recebeu apoio financeiro de outras entidades, despertou em todos os membros do NEPS a necessidade de estabelecer novas parcerias, abertas a financiar as propostas desenvolvidas pelo Núcleo. A primeira ação então foi conhecer e estudar os editais, já que todas essas entidades lançam editais de fomento e são por esses que os recursos chegam para serem investidos.

Assim ele observou:

Captar recurso não se capta recurso porque se captar, o recurso vem a partir de um plano estratégico de ação. Eu não posso falar... Não dá para se falar de captação de recurso sem se falar da Articulação do Semiárido Brasileiro, a ASA, que é uma das grandes parceiras. Em 2005, ela se torna filiada à ASA, 2006 nós nos tornamos uma das instituições executora dos programas da ASA. E a ASA tem sido não só uma parceira, mas tem sido aquela articulação que tem ajudado a construir plataformas de perspectivas para a convivência com o

semiárido. Então hoje qualquer recurso que entra na instituição, ele vem de chamadas públicas, sejam elas privadas, sejam elas públicas, mas todos os recursos que se trabalha hoje, que se tem conseguido trabalhar e a fortalecer as ações do homem e da mulher no campo vem por chamadas públicas.

Surge a necessidade de aproximação do NEPS com a Articulação do Semiárido brasileiro (ASA) e com as prefeituras dos municípios de atuação.

A partir de 2005 percebe-se claramente mais uma mudança estratégica ocorrida no foco da instituição. Ao longo dessa pesquisa percebi claramente três mudanças na condução da história de luta e convivência do NEPS e dos seus membros. A primeira, aconteceu justamente no momento em que aquele grupo de jovens com pretensas vontades de lutar, percebeu as mudanças na Igreja Católica e com isso, deixa de ser apenas um braço da PJMP e da Pastoral da Terra, para formar o NEPS e dar voz e vez as causas sociais e ideológicas que almejava.

A segunda mudança, vem justamente no final das eleições do ano 2000, quando o projeto político não foi satisfatório. Muitos membros fundadores do NEPS acabaram se afastando. E, agora, a terceira mudança que é a aproximação do NEPS com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), com as Prefeituras Municipais e com as escolas, tanto da rede municipal quanto da rede estadual, das cidades atendidas. Essas instituições, em especial a ASA, serão colaboradoras necessárias na concretização de todas as ações de convivência com o Semiárido que virão a ser implantados a partir de então. Por coincidência de quem está pesquisando, é nesse momento que a identidade social do NEPS se sobrepõe.

A concretização de tecnologias sociais na busca por melhoria da vida do homem do campo, como mostraremos mais à frente e as abordagens sobre convivência, acabam levando o NEPS a engendrar para a concretização em escolas públicas do debate sobre a educação contextualizada, estreitando os laços principalmente com as Secretarias Municipais de Educação. A proposta da entidade era construir um ideário naquele que pertence ao campo e que são atendidos por ações desenvolvidas, do sentimento de pertencimento e apropriação das práticas educativas para interação com o meio e com a natureza. Foi esse trabalho que iniciou há 20 anos que faz com que haja, no Sertão de Pernambuco, mudanças de paradigmas e de vicissitudes sociais por parte da população atendida,

desconstruindo o idealismo criado pela “indústria da seca”, a partir da presença enquanto entidade capacitadora, junto à população do campo.

É importante dizermos que a política de combate às secas, por muito tempo utilizada como instrumento castrador e dominador, já plenamente discutido nesse trabalho, onde mostrava ao mundo uma imagem do Semiárido distorcida como se aqui não tivesse vida ou sequer condição de sobrevivência humana e animal. Segundo Malvezzi (2007), era uma forma política de tirar proveito, apresentando a região de forma equivocada, ou seja:

É como se não chovesse, como se o solo estivesse sempre calcinado, como se as matas fossem secas e as estiagens durassem anos. As imagens de migrantes, de crianças raquíticas, do solo estorricado, dos açudes secos, dos 3 retirantes nas estradas, dos animais mortos, da migração. É um ponto de vista, ao mesmo tempo, real e ideológico, que muitas vezes serve para que se atribua à natureza problemas políticos, sociais e culturais, historicamente construídos (MALVEZZI, 2007, p.14).

Os discursos sobre as secas alimentam outros discursos, incorporando no povo do Semiárido uma política discriminatória e mesquinha. No entanto, as ações desenvolvidas interagem com práticas educativas que articulam saberes, sentimentos e valores das comunidades, numa construção coletiva que muda o modo de vida dos sertanejos.

Vale ressaltar que a ASA Pernambuco surgem em meandros da década de 1980, quando, segundo Pires (2011, p. 45),

Movimentos sociais e sindicais e de luta pela terra, organizações não-governamentais, lideranças da igreja católica e pastorais, cobravam do governo estadual e federal ações que pudessem minimizar as condições precárias em que viviam as populações do Semiárido.

Porém, é no final da década de 1990, na cidade do Recife/PE, que naquele ano estava sediando a terceira sessão da Conferência das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que em um espaço paralelo, representantes de mais de 700 entidades da sociedade civil do Nordeste, pastorais sociais, dioceses, paróquias, sindicatos de trabalhadores rurais, associações culturais e rurais, lançaram a Declaração do Semiárido, documento esse apresentado as autoridades que estavam participando do evento da ONU.

Naquela época o Semiárido passava por uma grave crise hídrica com estiagem que perdurou de 1990 até 1995.

Pires (2011, p. 44) dirá que:

A partir da declaração do Semiárido e com a consolidação da Articulação em nível regional, iniciou-se uma negociação com o governo brasileiro para o financiamento de um programa de convivência, que estabeleceu como meta a construção de um milhão de cisternas rurais em todo o Semiárido brasileiro

4.6 Atuação das organizações da ASA no Sertão de Pernambuco

Em Pernambuco a ASA é estruturada em oito microrregiões e quatro territórios. Nessas microrregiões atuam uma instituição que é denominada Unidade Gestora Microrregional (UGM) e que torna-se responsável pela execução dos programas instituídos, como por exemplo, o P1MC²⁰ e P1+2²¹, evitando assim que uma entidade adentre o espaço geográfico da outra ou insira numa mesma propriedade duas ou mais ações idênticas.

O Núcleo de Educadores Populares do Sertão não constitui uma entidade isolada, como já citado. A partir de 2005 passa a fazer parte do fórum da ASA Pernambuco e com isso, passa a executar as ações voltadas para convivência com o Semiárido propostas naquele pela entidades, de forma articulada, tratando da questão do desenvolvimento local sustentável, da agroecologia. Nas palavras de Pires (2011, p. 46), a forma como a ASA desenvolve suas atividades é assim defendida:

Não como tecnologia ou modo de agricultura, mas como uma perspectiva de abordagem sistêmica para o desenvolvimento do Semiárido, como o aporte de várias dimensões que envolvem o desenvolvimento rural sustentável como: diversificação das atividades agrícolas e pecuárias; a valorização de atividades não agrícolas; valorização e resgate de expressões culturais locais; a geração de processos de comunicação social; capacitações e mobilizações sociais; conhecimentos de técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais; agroextrativismo; acesso a mercados locais diferenciados; agroindustrialização da produção familiar; e, o estímulo aos processos organizativos.

²⁰ Programa 1 Milhão de Cisternas, desenvolvido pela ASA, no início dos anos 2000 e que visa atender a necessidade básica da população que vive no campo com água de beber.

²¹ Desenvolvido pela ASA em 2007, o Programa Uma Terra e Duas Águas busca fomentar com estrutura mínima as famílias que precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais.

A respeito dessa integração com a ASA Pernambuco, Manoel Ireno de Sousa (Manelito) vai dizer que:

Hoje temos uma variedade de ações no campo que vai da cisterna calçadão a construção de quintais, visando muito a questão do meio ambiente, da segurança alimentar e da soberania, da cidadania. A gente vem trabalhando a questão da captação de água da chuva e do aproveitamento das águas da casa. Hoje nós já estamos passando de vinte implementações. Por mês nós estamos com mais ou menos cento e cinquenta mil litros de água captados das águas das fossas. Então isso faz com que a gente redirecione a questão do nosso trabalho. Estamos trabalhando a história das energias limpas e renováveis, que é a questão de não estar mais tirando a lenha do meio ambiente, mas sim aproveitando... Produzindo energia através do esterco da vaca. Enquanto isso aquela lenha que estava sendo retirada lá da catinga, do solo, ela está ficando lá para reestruturação do solo. É um começo ainda muito tímido, mas que já mostra sinal e aí a questão dos quintais produtivos, que aí é uma variedade. Cada quintal que se chega, se tem um panorama completamente diferente. Algumas famílias passam por muitas dificuldades, mas elas conseguem produzir com muita pouca água.

Além do NEPS, outras entidades atuam nas duas mesorregiões que compõem os espaços de inserção social e agroecológico. Atuam também nos mesmos espaços que o NEPS outras duas entidades: o CAATINGA com sua sede no município de Ouricuri/PE e o instituto CHAPADA com sede em Araripina/PE.

Evidente dizer que as entidades que compõem a ASA Pernambuco tem papel de relevante na contextualização da convivência com o Semiárido, contudo, o envolvimento das comunidades ocorrem por muitos outros fatos, incluindo o fator cultural observado nas manifestações populares, danças e folclore, realizado nas diversas localidades.

Para Manoel Ireno de Sousa (Manelito), o trabalho fomentado nas comunidades tem uma dinâmica própria de inserção social. Em certo trecho da entrevista que compõem esse trabalho, o mesmo aponta que:

Tem se dado uma dinâmica na instituição de trabalhar também a questão das culturas. As culturas populares, as danças, as manifestações, passando pelas rezadeiras, benzedoras, as cavalgadas, como foco de resistência à memória da comunidade. Nós não trabalhamos com as manifestações da cidade, até porque na cidade não tem, tudo vem do campo por conta da própria descoberta..

Para guardar essas contextualizações, acrescenta Manoel Ireno de Sousa (Manelito):

Nós somos e temos o ponto de memória, nós temos o ponto de leitura, que engloba as manifestações da leitura, da literatura e uma biblioteca com mais de cinco mil títulos. Por outro lado guardamos a história da memória das comunidades, da cultura familiar, no museu que tem sua sede lá na Casa da Roça, no sítio Caldeirão, onde tem mais ou menos duzentos e cinquenta peças catalogadas, todas essas vindas dos agricultores, das agricultoras, desde peças da cozinha, da culinária, do vestuário, da música, da dança.

O NEPS completa 20 anos de atuação inserido na concretização de ações transformadoras da realidade local, como sendo também espaço de vivências sócias, inserção de cultura, geração de renda, liberdade, dando voz aos trabalhadores rurais que atuam nas comunidades, bem como, voltando-se para o foco de ampliar seus horizontes discutindo a questão da educação contextualizada nas muitas ações que realiza de forma emblemática junto as escolas, pastorais, igreja, prefeituras e secretarias de educação.

5

PRÁTICAS REFLEXIVAS DE EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SENTIDO DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

“No Semiárido não falta água, falta justiça”.

Dom José Rodrigues

Neste capítulo apresentamos de forma consubstanciada o envolvimento do NEPS na consolidação de uma educação contextualizada nos municípios onde suas ações estão sendo concretizadas. Vale ressaltar, antes de mais nada, que o papel social do Núcleo não é a educação formal, mas sim o trabalho com educadores populares dentro de uma perspectiva de convivência através da partilha de ações entre as comunidades. O NEPS nasceu com o intuito de tornar-se uma “associação civil voltada para apoiar o desenvolvimento de ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente...”, conforme explicita seu Estatuto.

Nesse diapasão, como já mencionado no capítulo anterior, a discussão sobre convivência surgiu dentro do contexto de mobilização social em defesa do pequeno agricultor, da agricultura de subsistência, do assessoramento político e técnico, da promoção do desenvolvimento local, combate à pobreza, a partir de sua emergência no contexto da conscientização dos pequenos agricultores sobre aspectos relativos ao manejo da Caatinga e ao melhor aproveitamento das águas da propriedade, envolvendo os mesmos nesse debate através dos festivais que ocorriam, a exemplo do Festival das Águas que já tratamos em capítulo anterior, que foi um dos prenúncios do NEPS enquanto entidade e que faremos um novo e rápido apanhado mais adiante.

Com a inserção no Fórum da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Pernambuco), em 2006, esse debate saiu do discurso e ganhou forma através das ações desenvolvidas e que serão tratadas no próximo capítulo, bem como com o uso de conteúdos didáticos criados pela entidade para melhor compreensão daqueles que estão sendo formados nas bases populares para vivenciar as experiências de convivência.

A educação contextualizada, convém dizer, vem ocorrendo em diferentes espaços e lugares, e tem sido mais praticada nos espaços não formais de educação que naqueles onde a mesma acontece. Carvalho e Reis (2013, p. 35) dirão que:

A contextualização nesses espaços não formais desenvolve-se através de um trabalho educativo com o uso de materiais paradidáticos, elaborados no geral pelas próprias organizações: são cartilhas, folders, vídeos, CDs, DVDs, jogos, etc.

Para que os objetivos propostos e as ações de fato pudessem ocorrer, era necessário envolver os diferentes seguimentos da sociedade civil na concretização das mesmas. Como bem apontou Baleeiro e Feitosa (2013, p. 63), “diante do fracasso das políticas de combate à seca e sabendo que a seca é um fenômeno natural, o qual não é possível combater, a sociedade civil e os movimentos sociais incidiram sobre outra ótica: a convivência”. Nesse contexto, o NEPS tornou-se um propositor de debates e de práticas que tanto inseriu o poder público (leia-se Poderes Executivo e Legislativo) quanto as escolas, igrejas, associações, cooperativas, sindicatos e demais pessoas do seio social. Essa forma de envolver todos foi a mola propulsora para que o NEPS tornasse uma entidade de referência conceitual no Sertão do Estado de Pernambuco.

Para concretizar esse referencial era preciso inserir nas escolas o debate sobre convivência através da contextualização, mostrando aos educadores a importância desse debate pois conviver com os longos períodos de estiagens não é combater as secas. Essa seria uma forma de quebrar os paradigmas quanto ao papel social da escola, que mesmo não tendo em toda a Rede Pública de Ensino (tanto de Dormentes quanto de Santa Cruz da Venerada) uma educação do campo efetivada ou mesmo uma forma de educação contextualizada e estando imbricada no seio do Semiárido, teria então condição de trabalhar com seus alunos através dos projetos educacionais que o NEPS viria propor as escolas.

Outra ressalva importante trazida por Baleeiro e Feitosa (2013, p.65 apud RIBEIRO, 2012, p.296) é que “a educação rural, ao longo do tempo, incorporou no inconsciente dos alunos/as a busca da felicidade na cidade, levando-os a acreditar que para serem felizes teriam de migrar, teriam de abandonar a agricultura para ter oportunidade na vida”. Ou seja, diferente do que hoje vivenciamos, em tempos pretéritos, a escola instigava a migração e o esvaziamento do campo.

Em tese muita coisa mudou, mas os discursos ainda são latentes principalmente quanto ao livro didático distribuído gratuitamente nas escolas pelas Secretarias de Educação e na forma como a “merenda escolar” tem sido entregue para ser preparado pelas merendeiras. Essa última teve uma mudança considerável no tocante a nomenclatura saindo a ideia de merenda para a de alimentação escolar, o que muda não só o formato, mas a quantidade e a qualidade.

Quando digo mudança na nomenclatura é uma afirmação que está intrínseca na forma como essa alimentação escolar acontece, haja visto que continuamos vendo enlatados ao invés do natural, ou daquilo que é produzido localmente em detrimento ao que vem da indústria. No tocante ao livro didático, os mesmos mostram muito mais o Semiárido como espaço seco, feio, pobre e com imagens de animais mortos e açudes com chão rachado, que as riquezas e manifestações culturais que detemos.

Sena (2013, p. 103) vai afirmar que:

Os livros didáticos vêm carregados de subjetividades (conteúdos apenas para conhecimento superficial sem aprofundar o enredo histórico dos fatos como as lutas das classes sociais brasileiras; o poder, política e criticidade) e conteúdos pouco explorados apresentando apenas tópicos sobre determinados assuntos de forma fragmentada.

Essas subjetividades apontadas por Sena (2013) vêm cheias de preconceitos, informações desconstruídas quanto a realidade e reforça estereótipos sobre o sertanejo e a Caatinga, mostrando o “belo” naquilo que está para além do *habitat* de quem lê.

No contexto do bioma Caatinga, Sena (2013, p. 105) acrescenta que “hoje ainda se pregam conceitos de que a Caatinga é seca e ríspida e por isso renega-se o único bioma que de fato só existe no Brasil. Esta, ao mesmo tempo em que desperta curiosos do exterior, é antipatizada por seus compatriotas.

Ao longo desse capítulo, além da discussão teórica sobre educação contextualizada, mostraremos as práticas educativas e manifestações populares, implementadas ou apoiadas pelo NEPS, servindo as mesmas como reflexão para a contextualização da educação para convivência com o Semiárido. Entre as ações propostas na reflexão, apontamos algumas que entendemos serem necessárias, como A biblioteca popular do NEPS como espaço de letramento e de inserção da

leitura no meio rural; A feira dos Saberes e Sabores do Sertão; 3) A Puxada do bode; O reisado de Lagoa Comprida; O Programa Cisternas na escola; A Cavalgada da Solidariedade, em Poço Dantas; Os Museus: Pai Chico, de Poço Dantas e Casa da Roça; e O Natal das Comunidades.

O NEPS não intervém na forma como a escola mantém e trabalha seu currículo, tanto nas escolas da zona urbana quanto nas escolas da zona rural. O papel do Núcleo é provocar naqueles que estão na escola a reflexão quanto a necessidade de se ter uma educação contextualizada e voltada para a convivência com o Semiárido brasileiro. Essa provocação ocorre pelos projetos acima mencionados, mostrando os sabores e saberes que existe na região onde o mesmo insere suas ações. Essa forma de estar na escola sendo percebido e não interferindo, foi a forma escolhida pelos que formaram o NEPS para galgar espaços no seio social e é um pensamento dentro daquilo que Carvalho e Reis (2013) aponta como metodologia dialógica e interdisciplinar para pensar a realidade:

A contextualização dos saberes tem sido a fundamentação metodológica em suas diferentes maneiras de usá-la, pelas institucionalidades que se agregam à convivência, especialmente ao associar as ações produtivas e organizacionais às ações educativas. (CARVALHO e REIS, 2013, p.31)

Ou seja, mesmo não interferindo na concretização do currículo da escola ou da Secretaria de Educação, a forma como o NEPS propõe seus projetos para que as escolas dialoguem com seus alunos, acaba concretizando determinada forma de trazer para o seio escolar o contexto que já é vivenciado no dia-a-dia dos discentes. Vale ressaltar que os alunos das escolas das duas Redes Públicas de Ensino onde acontece essa pesquisa estão nos mesmos modos de vivência: com cidades desabastecida rotineiramente por água, já que a empresa fornecedora só libera água nas torneiras cinco dias por mês, e nos sítios e povoados o abastecimento acontece por carro pipa, cisternas ou por tonel em cima de uma carroça e puxado por tração animal até o açude da comunidade.

Cabe aqui apontar as palavras do professor Ernani Maria Fiori ao prefaciar a 17ª edição/23ª reimpressão do livro *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1994):

A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar

sua forma humana. A pedagogia é antropologia”. (FREIRE, 1994, p.5)

Na essência da palavra, educação é o fazer diário de todos que se envolvem com a escola. Ela reproduz aquilo que o homem vem construindo ao longo de sua jornada. Ela não pode se distanciar desse processo histórico e nem se isentar do debate. A antropologia citada pelo professor Fiori acontece quando assumimos, enquanto escola, o papel de questionar os processos formativos, curriculares e pedagógicos, inserindo nos debates com nossos alunos aquilo que é sua vivência, respeitando suas experiências e os saberes que trazem de suas casas, dialogando para além das quatro paredes das salas de aula.

Mas para isso acontecer alguns paradigmas precisam cair e a escola precisa estar preparada para enfrentar aquilo que chamamos de (novo) novidade. Kuhn (198, p. 39) dirá que “quando pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente”. Apesar do novo parecer impossível, é no contexto das palavras de Kuhn (1998) que apontamos as experiências e reflexões implementadas pelo NEPS no Sertão do Estado de Pernambuco, em pleno Semiárido brasileiro: novas formas de olhar para a Caatinga, para a Escola e para as Comunidades. E é o que apresentamos nesse capítulo.

Para compor as reflexões sobre a educação contextualizada para convivência com o Semiárido, além das referências bibliográficas que discutem a temática, como Carvalho (2006), Carvalho e Reis (2013), Sena (2013), Baleeiro e Feitosa (2013), Freire (1994), Malvezzi (2007), Martins (2006), Martins (2011), Moura e Pereira (2013), Silva e Vieira (2016), também partilharemos das entrevistas concedidas (e autorizada publicação) pela senhora Josina Iraci de Menezes, presidente do NEPS no triênio 2014/2017²²; pelo o senhor Lucinaldo de Almeida Silva, que é sócio efetivo do NEPS e que desenvolve trabalho de pesquisa junto a comunidade de Barra das Melancias e Lagoa Comprida, em Afrânio/PE, onde ajuda na afirmação do Reisado como manifestação popular²³; pelo vereador Geolândio José Coelho, e os relatos respondidos e entregue em 28 de julho de 2017, pela senhora Maria Amélia de Albuquerque Coelho Brito, que foi Secretária de Educação

²² Que concedeu entrevista na sede do NEPS, em Dormentes/PE, no dia 12 de Julho de 2017;

²³ Que concedeu entrevista na sede do NEPS, em Dormentes/PE, no dia 12 de Julho de 2017;

do Município de Dormentes entre 2002/2007 e que atua hoje como Coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes daquele município, que respondeu ao questionário aberto com questões predefinidas, as quais autorizou divulgação nessa pesquisa. Vale a ressalva que as entrevistas de forma aberta e semiestruturada serviu-nos para o registro oral das informações passadas pelos entrevistados mas também nos deu a condição de registrar o momento em fotografias, que juntamente outros registros escritos e orais compõem um arquivo destinado à pesquisa.

Dividimos a temática geral desse capítulo em subtemas, nos quais apontamos as reflexões necessárias sobre educação contextualizada com o trabalho desenvolvido pelo NEPS junto as comunidades e as escolas imbricadas nas mesmas. Para isso, dividimos a discussão primeiro na construção ideológica, onde reafirmamos nosso entendimento sobre o contexto que estamos tratando e depois apontamos as ações praticadas onde refletimos sobre a necessidade de se ter no campo, tanto em Dormentes quanto em Santa Cruz da Venerada, ações mais concretas por parte dos poderes públicos na consolidação idearia de uma educação do campo e para o campo.

5.1 Refletindo o papel do NEPS na conjuntura da esperança

Compreendido as abordagens acima mencionados, passamos a apresentar o Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco, entidade que agrega ao homem do campo por ela atendido, sentimentos de pertencimento e apropriação das práticas educativas para interação com o meio e com a natureza, em um trabalho que já dura 20 anos e que nasceu objetivando possibilitar condições de convivência do homem com o Semiárido, partindo da realidade onde o mesmo está inserido, dos conhecimentos e saberes locais e da conscientização ambiental, levando seu discurso para além do campo, adentrando escolas e comunidades com atividades voltadas para a preservação e manejo sustentável da Caatinga, desenvolvendo ações em cidades que fazem parte das Microrregiões de Petrolina e Araripina.

Como já mencionado na página 28, o NEPS com suas práticas de convivência desconstrói o idealismo criado pela “indústria da seca”. Enquanto entidade capacitadora e sendo uma Unidade Gestora Territorial da ASA

Pernambuco junto a população do campo, busca construir com as comunidades condições para o enfrentamento dos longos períodos de estiagens, através de uma pedagogia de abordagem teórico-prático,

As práticas educativas desenvolvidas pelo NEPS estão articuladas com os saberes das comunidades, com suas habilidades, sentimentos, manifestações culturais e seus valores. É uma construção coletiva que torna o modo de vida dos sertanejos algo voltado para o seu jeito de ver a terra.

5.1.1 Por uma Educação do Campo no Semiárido Brasileiro

Como já mencionado na página 98, ao compreender que as secas são ciclos meteorológicos e que as áreas Semiáridas sofrem com os longos períodos de estiagem, a postura da entidade mudou. Foi adotado o discurso da convivência, não só do NEPS mas de todas as entidades ligadas a ASA Pernambuco. Construir com o homem do campo ações de sustentabilidade, convivência e sobrevivência tornou-se o estandarte dos movimentos sociais que apoiam e assistenciam as comunidade do campo.

Nos últimos anos enfrentamos uma seca avassaladora e, diferente de outros períodos longos de estiagem como já mensurado, não vimos muita migração, nenhum saque a feira livre ou lojas, muito menos, morte por falta de alimentos. O homem passou a acreditar mais em seu lugar, aprendendo com a natureza.

A convivência portanto, exige ruptura com a velha política de combate à seca e a junção de estratégias que transforme o homem do campo em aliado da natureza. Esse alinhamento tem consequências no viver desse homem, na sua relação social e nas formas de produção de alimentos para seu sustento e de seu pequeno rebanho. Neste aspecto, a convivência com o Semiárido passa pela educação. Nisso, a educação não pode estar desassociada, precisa estar alinhada com o campo. A escola do campo torna-se necessária para que a criança ali possa aprender e interagir com o meio.

5.1.2 Por uma Educação Contextualizada para o Semiárido Brasileiro

Entender o sentido dessa educação contextualizada torna-se papel importante em qualquer discussão pedagógica, afinal, a escola que as crianças do

campo frequentam não é do campo, mas sim está no campo. Ela é urbanizada do currículo ao professor que ali leciona e não se sente parte daquele universo, mesmo bebendo água em pote de barro. Sem aqui mencionar o espaço físico e estrutural da escola, muitas vezes sem reformas, sem pinturas, malcheirosas e sem o mínimo de condição para que possa tornar-se espaço formador.

Moura e Pereira (2013, p. 119 apud NASCIMENTO, 2011, p. 83) vão dizer que:

Se lançarmos um olhar sobre as escolas do interior, especialmente aquelas do Nordeste, nos defrontaremos com escolas ou salas de aula funcionando em casebres, em ruínas, com professores sem acesso a processos sistemáticos de formação, com uma utilização político-partidária do sistema escolar, entre outras coisas.

Aqueles que vivem no campo precisam de uma educação que esteja imbricado nas suas necessidades e que volte os olhares para o espaço geográfico onde esses alunos vivem e convivem. Moura e Pereira (2013, pp. 123/124 apud CALDART, 2004, p. 125) já afirmavam isso quando mencionam que:

O povo do campo tem direito a uma Educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma Educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

Concretizar esse ideário é algo ainda utópico para as formas de fazer política de educação no espaço da pesquisa, contudo, é instigando o debate que se constrói o discurso. É na formação dos professores que essas mudanças podem começar. Silva e Vieira (2016, p.170, apud, FREIRE, 1996, p. 39) mencionam que “na formação permanente dos professores o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

É desencantando da realidade e fugindo da neutralidade ou da inocência que se chega a felicidade. Afinal, os professores são formadores de opinião e estão mais próximos dos alunos e pais que os burocratas escondidos nos gabinetes refrigerados das secretarias de educação. É como bem mensurou Martins (2006b)²⁴: “é pegar algo que está ainda encantado e desencantar. É romper com um mito

²⁴ Em palestra proferida na abertura da “Conferência Nacional de Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro”, ocorrido em Juazeiro/BA no dia 17 de outubro de 2006.

original que nos ligaria a um tipo de felicidade, que só é felicidade enquanto repousar na inocência”.

Esse entendimento vai além da ideia de paraíso, chega a libertação do homem em sua vivência e convivência com as diversidades do Semiárido brasileiro. E Martins (2006b), segue sua fala justamente discutindo “libertação”.

Adão e Eva ousaram ir contra esta inocência e Deus os expulsou do paraíso dizendo: “viverão do suor do próprio rosto”. Aquela expulsão é, ao mesmo tempo, um ato de libertação, e uma condenação: a condenação a ser livre! A condenação ao custeio da vida e da própria liberdade com o suor do próprio rosto – e, pior, do lado de fora do paraíso. Uma condenação para que se desenvolvessem. E é isto que aconteceu: a humanidade se desenvolveu do lado de fora do paraíso e está condenada a isso. Parece mesmo que está também destinada a buscar, sem cessar, reencontrá-lo.

Ou seja, para que tenhamos uma educação contextualizada no Semiárido é necessário romper com as formas de educação já existentes, que acontece da mesma forma na cidade e no campo, com os mesmos exemplos, formatos, projetos e interação aluno-professor. É preciso que seja uma educação que tenha lastro, que tenha amplitude, como frisou Martins (2006a, p.37), “a educação não pode se dar ao luxo de ignorar o chão que pisa”. Não pode ser colonizadora, muito menos descontextualizada afinal não estamos sozinhos no “paraíso”, nem vivemos nele e muito menos em ilhas. Antes, vivemos na coletividade.

Ainda acrescenta Martins (2006a), a constatação mais corriqueira

É uma educação descontextualizada e, por sê-lo, é também colonizadora, ou seja, ela se dirige hegemonicamente de uma determinada realidade – atualmente majoritariamente esta realidade é a do sudeste urbano do Brasil – e, a partir desta “sua realidade” e de uma narrativa pronunciada por um tal sujeito universal e abstrato denominado “nós brasileiros”, ela toma todas as outras realidades que compõem a imensa diversidade brasileira, como sendo seus “Outros”: “eles”, “aqueles” que estão “lá” e devem ser integrados à sua narrativa. (MARTINS, 2006a, p. 47)

O que compreendemos nas palavras de Martins (2006a), e que olhando sem preconceito veremos, é que esse modelo de educação isonômica que trata urbano e rural da mesma forma está falido. A falência desse tipo de educação é vista quando o campo detém elevado número de pessoas analfabetas. É o contexto da região Nordeste, como foi mencionado, onde predomina o Semiárido brasileiro, e que está

entre as regiões onde o fracasso escolar, a má trajetória do aluno e o elevado número de evasões, são mais acentuadas.

A educação rural, que não é educação do campo, constrói no aluno o imaginário utópico de que o mundo lá fora é melhor, mais rico e mais próspero que o seu lugar, que o seu “chão”. É um imaginário que desconstrói nesse aluno a vontade de “sentir o cheiro da terra”. Nas escolas rurais, o currículo não tem a participação do povo. Ele vem pronto de um espaço urbano para ser apenas implementado por um professor que também está fora do campo e que traz na sua bagagem olhares urbanos somente, sem muitas vezes interferir nesse currículo para acrescentar os saberes locais.

O certo é que, como observou Moura e Pereira (2013):

Os problemas, especialmente da escola do meio rural, não são apenas aqueles de móveis, carteiras, instalações ou falta de dinâmicas de grupos. É evidente que todas essas coisas são importantes e que dessa não podemos prescindir. No entanto, é mais que necessário um debate profundo em relação ao papel político da escola, na construção de um modelo diferente de desenvolvimento sustentável e pautado na equidade. (MOURA e PEREIRA, 2013, p. 123)

Mas o que é contextualizar? Em uma interpretação simples não seria interpor um texto? Não seria uma ação com resultado oriundo de um acontecimento?

Se entendermos os sujeitos do campo como sujeitos de direitos, vamos compreender então que ao apresentar para os mesmos algo distante de sua realidade, estamos cerceando o direito de conhecer seu lugar, mesmo que esse conhecimento venha inter-relacionado como sendo para contextualizá-lo com o mundo que está, para além do seu espaço. Ora, assim fazendo, permaneceríamos com o mesmo olhar colonizador, explorador, difuso. Precisamos romper com esse discurso.

A educação contextualizada não é levar os alunos para visitar um açude ou o lixão próximo da escola, antes, é trazer para o dia-a-dia da sala de aula práticas permanentes de convivências com as manifestações culturais e os saberes das comunidades que interagem com a escola. É vivenciar a realidade local através dos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos, rezadores, benzedeiros, parteiras,

bem como, das formas como as comunidades enfrentavam seus conflitos e construíam suas histórias. No entendimento Martins (2011, p.47):

A “Educação contextualizada” se associa aos processos de rompimento com a narrativa hegemônica, eurocêntrica, branca, macha, cristã, racionalista e capitalista – ou, se não isto, pelo menos associada aos processos de rompimento com as narrativas de algum modo exógenas às formas de vida particulares, com as quais, tais narrativas hegemônicas não dialogam e acabam tomando-as como seus “Outros”. Chamamos tais narrativas hegemônicas de coloniais, tendo elas predominado na experiência educacional não apenas no Brasil, mas em diversos outros pontos do globo. (MARTINS, 2011, p.47)

Ou seja, quando discutimos educação contextualizada também estamos trazendo ao debate o discurso da descolonização. Nesse “pensar”, o formato de contextualização precisa estar inter-relacionado com o “como” esta deve se dar, sem isso não se garante sua efetivação. É preciso valorizar os saberes locais como sendo parte do contexto em que o aluno está inserido. As práticas educativas vivenciadas nas suas comunidades são parte do seu mundo e precisam ser valorizadas. É dessa quebra de paradigmas que a educação acontece e se desenvolve.

Afinal, as discussões em torno da convivência com o Semiárido e de uma educação contextualizada para esse espaço transita entre as necessidades e carências do campo, com as práticas e saberes já desenvolvidos, com uma escola que tem um currículo voltado para o campo e que pratique a pedagogia da alternância como forma de consolidar as muitas inter-relações da escola com os saberes locais aqui mencionados, potencializando os diversos saberes com a “comunidade-escola-comunidade”, em uma via de mão dupla, onde os laços sociais e comunitários contribuem para o desenvolvimento familiar, estudantil e comunitário.

5.1.3 O NEPS como espaço de educação contextualizada

O NEPS ao formatar parcerias com outras entidades que coadunam também com a ideia de convivência com o Semiárido, concebeu discutir com todos os seus sócios, formas de participar da educação nos municípios onde atua. Claro que essa participação não ocorreu na forma de uma intervenção didática, mas associada a pedagogia desenvolvida pelos professores em sala de aula. A educação

contextualizada da qual o NEPS transita, não é formal, mas sim popular, voltada para a concepção do homem com seu espaço de vivências, com sua cultura, com as manifestações populares e, levando às escolas, tais ações para que os alunos possam compreender as riquezas que existem no Semiárido, que eles vivenciam na rotina prática do dia-a-dia e que nem sempre são trabalhadas em sala de aula.

É importante frisarmos que a convivência com o Semiárido brasileiro passa pela educação em diferentes aspectos, e faz-se necessário trazer essa discussão para dentro da questão que ora debatemos, afinal, é pela educação que as transformações começam. Nisso, nas áreas urbanas das cidades da região é preciso contextualizar para que o aluno entenda que está numa região seca, com poucas precipitações de chuvas, com problemas estruturais (que precisam serem atacados), como a falta de saneamento básico, moradias adequadas, segurança, saúde e bem-estar.

Mas o que isso tem a ver com as ações elencadas sobre o NEPS? Em parte, não coadunam, contudo, não dá para discutir apenas fragmentos de um todo. E quando discutimos saneamento básico por exemplo, estamos discutindo saúde pública. Estamos debatendo o Semiárido de uma forma contextualizada.

Outra questão ímpar: as cidades onde o NEPS atua são de pequeno porte, com população rural e com problemas crônicos de falta de água também.

Nas áreas rurais do Semiárido brasileiro, as discussões sobre educação contextualizada acabam nem sempre servindo como o propósito real da palavra, mas sim, inserindo um outro tipo de questão como se fosse contextualização, porque contextualizar é alinhar pensamentos. É fazer com que aquele que está no campo perceba que é do campo que se extrai o alimento, a cultura, os saberes e a religiosidade também.

A educação não pode estar desassociada, precisa estar alinhada com o campo, porque é nela que a criança vai aprender a interagir com o meio. Esse entendimento é algo que vai além do contexto aqui tratado, mas ao construir um ideário de vivência com o Semiárido, percebendo as expertises que a região detém, compreendendo seus ciclos de secas e cheias, fomentando ações de convivência, de preservação do meio ambiente, então temos a “libertação do homem” quanto as máculas políticas que o aprisionam e transformam essa região há séculos em lugar de “coronel” e “justiceiro”. Ao compreender e ousar libertar o homem das agruras

que mesmo fora imposto ao longo dos anos, estamos dando a ele condição de escolha.

O homem do Semiárido é preso as promessas de dias melhores, não aquelas feitas nas igrejas, mas em palanques, por homens (in) ungidos de poderes nada convencionais, que querem não salvar, mas serem salvos pela mais sincera de todas as formas de salvação: o voto. Claro que, para que tenhamos uma educação contextualizada no Semiárido é necessário romper com as formas de educação já existentes, mas isso só pode acontecer gradualmente, desassociando as formas de implementação de currículos. O debate que afirmamos é amplo e ao mesmo tempo necessário.

Necessário porque estamos vivendo dias de caos com a estiagem demorada, onde o homem do campo não tem vontade de sair de sua terra pelo simples fato de saber que em outras plagas as crises que vêm existindo no Brasil (sejam elas políticas, sociais ou econômicas) têm também expulsado os homens das cidade. E sua chegada nesses espaços o levaria a viver em periferias sem a infraestrutura necessária, vivendo de subempregos e exposto a violência que tem tomado todos os telejornalismo e tem criado um certo pavor na população. Mas, mesmo não saindo de sua terra, começa um processo de autoflagelação, quando por exemplo, extrai madeira para vender como lenha, sem uma racionalidade, mas também por necessidade.

A aproximação do NEPS com as Prefeituras dos Municípios, gerou diferentes intervenções pedagógicas necessárias a inserção dos alunos das redes municipais de ensino, na concretização da abordagem sobre convivência, nas escolas. Entre as ações que desenvolvidas, destacamos cinco: 1) Feira Pedagógica de Saberes e Sabores, que ocorria em Dormente/PE; 2) Puxada do Bode, que ocorre em Dormente/PE e em Santa Cruz da Venerada/PE; 3) O Natal das Comunidades; 4) Festival das Aguas em Dormentes/PE e 5) Programa Cisterna na Escola.

5.2 O NEPS e as ações de interação com as comunidades

5.2.1 A formatação dos espaços do NEPS

Na sua formatação, o NEPS é constituído de três espaços: O primeiro espaço é sua Sede administrativa, que está situada no município de Dormentes e é

de lá que saem as proposições para serem desenvolvidas em outros municípios atendidos. É nesse espaço que se armazena os utensílios utilizados nas construções das diversas ações desenvolvidas, a exemplo das barragens e Quintais Produtivos. Ele também abriga a biblioteca popular, que falarei logo abaixo e que tem seu acervo voltado para as produções sobre o campo, desde a criação animal até a produção de alimentos e armazenamento de água. Esse é um dos poucos espaços em todo o Vale do São Francisco voltado para a contextualização com temática sobre o Semiárido e a convivência, tornando-se assim Ponto de Leitura na Roça, por edital publicado pelo Ministério da Cultura.

O segundo espaço abriga o Museu Casa da Roça, que conta parte da história da entidade sendo esse espaço reconhecido como Ponto de Memória do homem enquanto partícipe daquele lugar. Também teve esse reconhecimento pelo através de edital do Ministério da Cultura. O mesmo está inserido dentro do terceiro espaço, que é a Casa da Roça. É nela que são executadas as formações, capacitações e encontros com os agricultores sendo portanto, considerado um pelo Ministério da Cultura através de edital, como Ponto de Cultura.

O trabalho do NEPS desenvolve-se em vertentes continuadas: 1) Escolha da Ação e dos Partícipes; 2) Capacitação dos agricultores para tomada de consciência, interação com as práticas agroecológicas; e 3) Práticas de campo. Essas ações constituem, na verdade, uma forma de construir um ideal comunitário naqueles que serão beneficiados pelas ações que serão implementadas. Nos encontros de formação os agricultores ajudam uns aos outros na organização e criação do espaço, além da troca de conhecimentos sobre pragas, uso de defensivos naturais, adubação orgânica, melhoria da utilização da terra, do reuso (e bom uso da água) e de culturas que sobrevivem a estiagem.

5.2.2 A Biblioteca do NEPS: Espaço de Educação, Interação e Letramento

Freire (1989, p. 11), afirma que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. Foi nesse pensamento que o NEPS consolidou um espaço em sua sede administrativa para abrigar a biblioteca popular, que também seria espaço de interação do seu acervo com as abordagens educativas que acontecem nas escolas. Também para consolida-lo como espaço de letramento e pesquisa sobre conteúdos

voltados para temáticas voltadas para o campo, meio ambiente, religiosidade, e convivência com o Semiárido.

Para consolidar o pensamento em construção, o questionamento basilar para esse conclave era saber qual a função social de uma biblioteca? Nisso, nos reportamos ao conceito dado pela UNESCO, que em 1994 lançou um manifesto sobre a importância da biblioteca, no qual assim diz:

[...] torna-se evidente o papel da biblioteca pública no Brasil de hoje – como a mais democrática instituição de caráter cultural e educacional a qual, sem dúvida alguma, tem a vocação nata para exercer um papel social de grande relevância na inserção da sociedade brasileira na sociedade da informação (BIBLIOTECA, 2000, p. 18).

A biblioteca tornou-se um instrumento necessário e preponderante para o acesso a informação e desenvolvimento econômico e social de uma nação. Mesmo com todo o contexto da tecnologia, vivemos em um país de contrastes, onde não temos ainda acesso direto ao livro em muitas escolas.

Nesse caso, o livro exposto e acessível ao aluno denota também a função educativa que tem a biblioteca, onde na mesma é possível que se desenvolva atividades possibilitando ao usuário, acesso e interação com essas ações desenvolvidas. É a partir dessa forma de provocar os olhares aos livros que podemos consubstanciar a leitura e a escrita daquele que partilha seu tempo nessas visitas, servindo como espaço político de formação e construção de pensamentos, pois como menciona Freire (1989, p.20) “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

É essa prática de construir consciências que faz o espaço público de uma biblioteca, local de pesquisa e letramento. É importante frisarmos que no debate de Paulo Freire (1989), segundo artigo do livro “A importância do ato de ler”, publicado em 1982 com o título “alfabetização de adultos e bibliotecas públicas – uma introdução”, o mesmo já mensurava tal importância, trazendo para o centro da discussão justamente o uso da bagagem cultural que o aluno levava para a escola.

É dessa bagagem cultural, dessa vivência em uma cidade do Semiárido Brasileiro, que como as demais, sofre os efeitos climáticos e portanto, tem em sua bagagem vivências de dificuldades e necessidades cotidianas. O conhecimento, nesse aspecto não pode ser imobilizado. O espaço da biblioteca precisa também ter

aquilo que o aluno vai precisar para seu crescimento consciente de que é possível viver e sobreviver neste rincão sertanejo.

Freire (1989, pp. 26/27) aponta que:

Quem apenas fala e jamais ouve; quem “imobiliza” o conhecimento e o transfere a estudantes, não importa se de escolas primárias ou universitárias; quem ouve o eco apenas de suas próprias palavras, numa espécie de narcisismo oral, quem considera petulância da classe trabalhadora reivindicar seus direitos, quem pensa, por outro lado, que a classe trabalhadora é demasiado inculta e incapaz, necessitando, por isso, de ser libertada de cima para baixo, não tem realmente nada que ver com libertação nem democracia, Pelo contrário, quem assim atua e assim pensa, consciente ou inconscientemente, **ajuda a preservação das estruturas autoritárias.** (Grifos nossos)

A sede do NEPS comporta também o espaço onde funciona a sua biblioteca, no endereço: Rua Ambrósio da Silva, nº 53, bairro Dedé Damasceno, na cidade de Dormentes/PE – CEP 56.355-000. O acervo está disponível de segunda a sexta feira, nos horários de 8h às 12h e das 14h às 18h. As instalações para o acervo estão em local apropriado, possuindo uma área física de 100m², sendo dividida em dois ambientes, um para leitura e outro para pesquisa. Existe boa ventilação e iluminação. Nas estantes onde estão os acervos há a indicação do número de classificação do assunto, conforme observamos na **Imagem 15**:

IMAGEM 15: ESPAÇO DE PESQUISA E LEITURA NA BIBLIOTECA DO NEPS



Fonte: o autor, 2016

O acervo da Biblioteca do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS) é formado por aproximadamente 4.500 (quatro mil e

quinhentos) exemplares expostos e a disposição para estudantes, visitantes, participantes, comunidade local e região. O acerto é composto por uma diversidade de temas, tendo como principais temáticas as questões sobre: Desertificação, Mudança do Clima, Semiárido, Agricultura, Meio Ambiente, Plantas Medicinais, Saúde Religião, Negritude, Juventude, Cidadania, Poesia, Gênero, Arte Contemporânea, Arte Brasileira, Literatura Contemporânea, Literatura Brasileira, Romance, Teologia, Dicionários de Português, Teatro, Filmes e Cinemas. Todo esse acervo é verificado constantemente buscando manter seu estado físico em perfeita condição para estudos e pesquisas.

O município de Dormentes/PE tem, segundo o IBGE (2015), tem em na rede pública e na rede privada 2633 alunos matriculados, no Ensino Fundamental. Isso para a área urbana e para a área rural. Bem como 667 alunos matriculados no Ensino Médio. Dessas matrículas aproximadamente 1246 alunos estão na zona urbana, onde está localizado o referido espaço. Nisso, pelo que consta no livro da recepção, existe uma visitação a instituição de aproximadamente 120 alunos por semana, o que corresponde a quase 10% (dez por cento) de todas as matrículas na rede municipal.

É um número expressivo haja visto que estamos levando em consideração uma aproximação entre visitantes e alunos das redes de ensino da cidade, deixando de lado outras pessoas que também visitam o espaço para conhecer ou pesquisar o acervo e sua temática diversa.

O Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), através de edital lançado pelo Ministério da Educação, em 2008, mostrando a formulação de sua biblioteca, ganhou através da Fundação Biblioteca Nacional, o prêmio em homenagem ao centenário de Machado de Assis.

5.2.3 O Espaço Casa da Roça e outros espaços de memória

Visitar um museu é revisitar memórias e sentimentos, ele tem a função de servir como um guardião da história de toda uma comunidade quando absorve o contexto da mesma e tenta interagir com o passado, a partir do posicionamento de cada peça exposta. Na área de abrangência do NEPS podemos perceber que existe três museus: um em pleno funcionamento, outro também em funcionamento mas

sem visitação porque está passando por reforma e o terceiro, ainda sendo organizado.

O museu Pai Chico que conta a história da formação do povoamento da cidade de Afrânio e região, relembrando as memórias do Distrito de Caboclo e das famílias que residiram na região, levando o nome de uma das mais importantes figuras da localidade José Francisco de Albuquerque Cavalcanti, patriarca de uma grande família em toda a região, sendo Capitão da extinta Guarda Nacional no Segundo Império e quinto prefeito de Petrolina, que ganhou o apelido de Pai Chico. O museu Pai Chico, que tem sua entrada principal mostrada na **imagem 16**, está em plena atividade, funcionando de terça a domingo. O Museu Pai Chico fica localizado na Rodovia PE 630, Km 09 – Distrito de Caboclo, em Afrânio– PE.

IMAGEM 16: MUSEU PAI CHICO EM CABOCLO/PE



FONTE: O autor, 2016.

O Museu da Comunidade de Poço Dantas, em Santa Cruz da Venerada/PE ainda está sendo organizado, ainda não tem um nome e a futura sede precisa de uma grande reforma pois como é a antiga casa paroquial está sem condição de abrigar as peças já catalogadas. Naquele povoado no momento da pesquisa de campo, conhecemos a senhora Luzia Barbosa, professora da Escola Municipal Tibúrcio da Silveira e é ela que mantém um constante trabalho denominado “Arca das Letras”, pelo qual está reconstituindo as memórias locais, recolhendo (e recebendo doações) utensílios e outras relíquias para compor o museu. Todos os anos, sempre no mês de agosto, esse trabalho sai da escola e é exposto na Casa

da Feira (local de encontro das famílias) para que todos possam revisitar o passado, além de ouvir palestras e conhecer fragmentos culturais.

É evidente que tal iniciativa necessita de um apoio maior dos organismos governamentais, mas já vimos que além do NEPS, o Instituto Federal de Educação (IF SERTÃO – OURICURI) também tem ajudado nessa empreitada. Pelos relatos do professor Fábio Porto, daquele Instituto, em mensagem posta nas redes sociais FACEBOOK²⁵, em 2 de agosto de 2015, o qual diz:

Anunciamos a promoção de um curso de extensão e Formação Continuada em Educação e Preservação Patrimonial para contemplar demanda da Escola e da Comunidade na organização de acervo histórico e museológico sob nossa coordenação, da colega servidora Joyce Holanda e do Professor Társo Thiago Lopes Alves, fizemos contato com o presidente da associação dos apicultores de Santa Cruz que estava presente e se interessou muito pelas ações do NUPEA.

O Museu Casa da Roça é um espaço destinado a preservação da memória social e cultural das comunidades que são atendidas e das pessoas que fazem parte do NEPS. Voltando-se para a preservação das manifestações culturais e da história local, o mesmo foi concebido em um espaço cedido pela Prefeitura do Município de Dormentes pelo então prefeito Geomarco Coelho de Souza, através de termo de cessão de uso de uma escola rural desativada localizada no Sítio Caldeirão I, nas proximidades da Rodovia PE 630, Km 26.

Segundo Maria Amélia de Albuquerque Coelho Brito:

A aprovação de diversos projetos de incentivo resultou nas condições para cedência do espaço onde o NEPS instalaria o Museu Casa da Roça, e assim ampliasse a sede e passasse a desenvolver ações além das que vinha sendo desenvolvidas. O museu foi alocado em uma escola da zona rural, próxima da sede, pertencente ao patrimônio do município, que havia sido nucleada por número insuficiente de alunos.

Para o Vereador Geolândio José Coelho, ao observar a questão do museu aponta:

Ele já desenvolveu muitas atividades aqui que transformou a vida de muitas famílias. Nisso, hoje nós temos um museu aqui no município, que foi uma ideia do diretor do NEPS. Com certeza é uma coisa que

²⁵ <https://www.facebook.com/enos.andre.3>

vai ficar marcada para o resto da vida. Eu acho que vai passar de geração para geração, ele conseguiu uma escola que estava desativada, conseguiu recurso, reestruturou e com certeza ali é mais uma ação importante para o nosso município.

O entrevistado relata a grandeza que é guardar a memória local para as futuras gerações, pois o Museu Casa da Roça é um espaço para pensarmos o presente e refletirmos sobre o nosso tempo. Os espaços do mesmo guarda peças que mostram as transformações vivenciadas em toda a região por décadas, além de servir em seu espaço físico como apoio para as iniciativas do NEPS nos encontros com as comunidades, palestras, seminários e reuniões com os sócios.

Para Manoel Ireno de Sousa (Manelito):

O Museu Casa da Roça é um espaço onde passado e presente se encontram. Onde religiosidade e devoção tem seu espaço, e onde aqueles que fizeram a história do NEPS tem seus nomes gravados nas paredes, salas e demais espaços físicos do museu.

O fato é que os três espaços sociais de memórias, os museus que estão dentro da área de atuação do NEPS recebem visitas de estudantes da região e de outras cidades que, querem conhecer mais sobre a história local, antepassados e como as famílias viviam em certas épocas, retratados nas peças expostas. Na **Imagem 17**, temos a exposição de algumas peças no Museu Casa da Roça.

IMAGEM 17 – UMA DAS ALAS DO MUSEU CASA DA ROÇA



FONTE: Arquivo do NEPS, 2014.

Na **Imagem 18**, temos o patio do Museu Casa da Roça e a placa na sua fachada.

IMAGEM 18 – PATIO E FACHADA DO MUSEU CASA DA ROÇA



FONTE: O autor, 2017.

5.2.4 A Feira Pedagógica dos Saberes e Sabores do Sertão

O projeto Feira Pedagógica Saberes e Sabores teve seu início no ano letivo de 2007 e aconteceu durante quatro anos. O mesmo era a culminância dos trabalhos desenvolvidos nas escolas dentro do contexto daquilo que temos no sertão de Pernambuco, como as danças, músicas, o folclore, comidas típicas, cultivo orgânico, poesia, literatura, cinema, os remédios caseiros feitos das cascas de árvores da Caatinga, com as experiências já presenciadas pelo NEPS em eventos de intercâmbio cultural que membros da instituição tinham sido capacitados junto às demais entidades ligadas a ASA. O objetivo do mesmo era buscar a interação dos alunos com as múltiplas formas de convivência com o Semiárido de forma interdisciplinar e voltado para a aprendizagem dos alunos.

Para Maria Amélia de Albuquerque Coelho Brito, ex-Secretária de Educação do Município de Dormentes, assim lembrou:

A Feira de Saberes e Sabores ocorria em comemoração ao aniversário da cidade. Posteriormente ela foi renomeada para Feira Pedagógica da Educação[...]. Era um trabalho realizado durante todo o ano letivo e ocorreu de 2007 a 2012. A princípio a SEDUC apresentava as ações a serem desenvolvidas em defesa do meio ambiente na dotação orçamentária anual, para aprovação na Câmara de Vereadores, para que tudo pudesse acontecer dentro dos princípios legais. Depois a SEDUC e o NEPS tinha uma agenda com diversos momentos de planejamento das ações, divisão de tarefas, delegando assim atribuições a cada ente envolvido na parceria, desde a SEDUC, escolas e NEPS. A equipe da SEDUC tinha as

suas e as escolas recebiam a sua grande missão que era trabalhar os temas sugeridos, no processo de ensino-aprendizagem, contemplando um trabalho interdisciplinar, potencializando a leitura, produção, oralidade e o cálculo matemático. Primados assim, na concepção da garantia do direito de aprender de todos e de cada um.

Sendo um trabalho interdisciplinar orientado pela SEDUC, cabiam às escolas alinharem o mesmo as suas realidades para que o trabalho acontecesse de forma democrática e consensual.

A Senhora Josina Iraci de Menezes, ex-Presidente do NEPS entre 2014/2017, afirmou que:

A parceria realizada com as prefeituras deixa resultados, porque, assim, é o momento também que o NEPS tem a oportunidade de expor os seus trabalhos e também suas experiências, e as práticas das atividades realizadas pelas escolas.

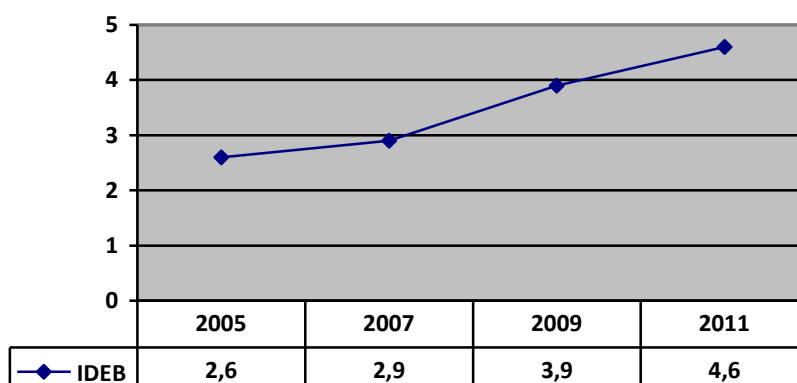
Dentro da perspectiva de mostrar os trabalhos dos discentes e as realizações dos professores, avanços nos indicadores do município ocorreram pois, culminando com os trabalhos apresentados vinha uma gama de debates, discussões e aprendizagens que ocorriam nas escolas.

E esses avanços também são apontados nos indicadores do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que é medido através da Prova Brasil²⁶ desde 2005 e que estão disponíveis no site do INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, fundada em 1997.

No ano de 2005 o IDEB de Dormentes para as turmas de 4ª série do Ensino Fundamental (hoje correspondente ao 5º Ano do EF) era de 2,6 pontos em 2011, último ano da avaliação antes de se encerrar esse projeto, o índice do IDEB para a mesma série foi de 4,2 pontos. Vejamos esses números no **gráfico 1**:

²⁶ Avaliação Nacional do Rendimento Escolar também conhecida como Prova Brasil, é uma avaliação criada em 2005 pelo Ministério da Educação e complementa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e um dos componentes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

GRÁFICO 1: IDEB ENTRE 2005 E 2011 – EF SÉRIES INICIAIS – REDE PÚBLICA



FONTE: <http://www.deepask.com/goes?page=dormentes/PE-IDEB:-Veja-o-Indice-de-Desenvolvimento-da-Educacao-Basica-por-cidade-do-Brasil>

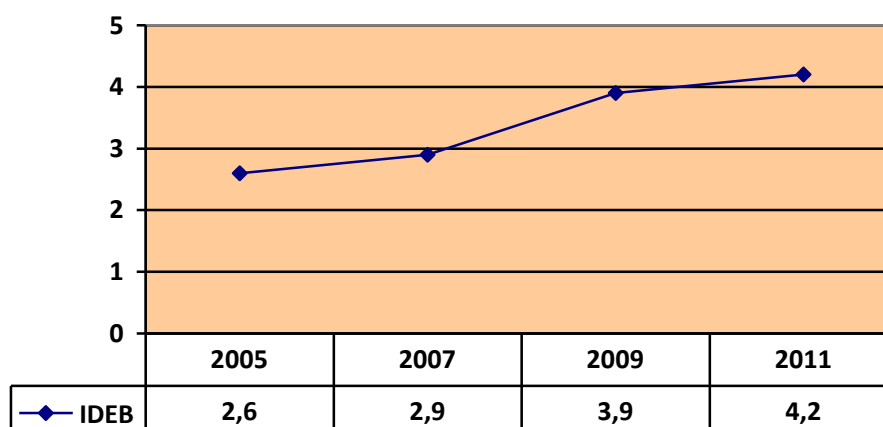
Maria Amélia de Albuquerque Coelho Brito observa que:

O NEPS contribuiu de forma positiva com a melhoria nos indicadores da educação pública municipal. Durante o período em que estive como Secretária de Educação, período esse de muitas conquistas, muitos desafios e muito trabalho, redemocratizamos o ensino, restauramos os conselhos de controle social, implantamos diversos colegiados com encontros semanais, incluindo alunos com deficiência em turmas regulares e garantimos apoio de profissionais como psicólogo escolar. Também investimos na formação dos professores, no apoio e articulação com as famílias dos estudantes, implantamos salas de recursos multifuncionais, contratamos professores de Libras, introduzimos produtos da agricultura familiar no cardápio da merenda escolar da merenda, melhoramos o transporte escolar, investimos na padronização da estrutura física das escolas.

Esse mesmo resultado foi visto nas Séries Finais do Ensino Fundamental, com dados que também mostram o avanço considerável da educação local. Em 2005, primeiro ano de avaliação do IDEP a nota atribuída ao EF Séries Finais foi 2,6. Contudo, na avaliação de 2011 essa nota subiu para 4,2 pontos, um avanço considerável.

Vejamos o referido avanço no **Gráfico 2**:

GRÁFICO 2: IDEB ENTRE 2005 E 2011 – EF SERIES FINAIS – REDE PÚBLICA



FONTE: <http://www.deepask.com/goes?page=dormentes/PE-IDEB:-Veja-o-Indice-de-Desenvolvimento-da-Educacao-Basica-por-cidade-do-Brasil>

Os argumentos mostrados pela entrevistada acima apontam claramente que para os avanços ocorrerem necessário foi juntar uma série de ações que foram da reorganização das estruturas físicas das escolas, passando pelo cuidado com a motivação dos profissionais que nelas atuam, lançando para os alunos mensagem subliminares que eles podem conquistar seus lugares ao sol.

Os resultados aconteceram de forma que, em 2009, a educação pública de Dormentes foi destaque nacional ao conquistar o primeiro lugar entre os municípios do Estado de Pernambuco, com uma média geral de 5,2 pontos no IDEB, sendo reportagens de vários blogs e jornais que circulam na região. Nas **imagens 19 e 20**, veremos dois desses noticiários apontando a proeza de uma rede de ensino público conquistando notoriedade nacional.

IMAGEM 19 – REPORTAGEM DO BLOG CARLOS BRITTO EM 06/07/2010

Dormentes é destaque no Ideb 2009

Por **Carlos Britto** - 6 de julho de 2010 21:41 1





ideb_educacao O Mistério da Educação divulgou desde segunda-feira (5), os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2009. Nas redes municipais da Região Sertão do Médio São Francisco Pernambucano, o destaque é para Dormentes, que ficou bem acima da meta nacional, obtendo a nota 5,2 – quando a meta nacional era de 4,2. Lagoa Grande, que vinha crescendo e em 2007 tinha sido o município que mais tinha evoluído em relação, dessa vez foi o que menos cresceu e agora tem a menor nota da região.


Os melhores índices educacionais ficaram concentrados na região Sudeste e Sul do país. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Saeb – para os Estados e o Distrito Federal e a Prova Brasil – para os municípios.

Fonte: <https://www.carlosbritto.com/dormentes-e-destaque-no-ideb-2009/>

IMAGEM 20 – REPORTAGEM DO BLOG IVONALDO FILHO EM 08/07/2010

O IDEB 2009 DESTACA, DORMENTES, CARNAIBA E TUPARETAMA SÃO AS CIDADES QUE ATINGIRAM SEUS INDICES.

quinta-feira, 8 de julho de 2010



<http://blogdoivonaldofilho.blogspot.com/>

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, (IDEB)destacou Dormentes 5,2 primeiro lugar, Carnaiba 5,0 em seguida Tuparetama, por terem desempenhado um ótimo trabalho na educação, Dormentes em 2007 alcançou 3,4, e no ano passado pulou para 5,2. com este resultado a cidade realizou uma antecipação de 9 anos, pois ultrapassou a meta para 2019 que é de 5,1.


Já Carnaiba tinha em 2007 uma meta de 4,3 e chegando a 5,0 no ano passado, pois o MEC calculou esse objetivo somente pra 2013, já no ensino fundamental o sertão obteve as notas mais altas: Tuparetama (4,6), Carnaiba (4,3) e Santa Cruz da Baixa Verde (4).

Fonte: <http://www.blogdoivonaldofilho.com.br/2010/07/o-ideb-2009-destaca-dormentes-carnaiba.html>

Não por coincidência, os resultados também foram destaques em 2011, quando o Ministério da Educação divulgou os resultados do IDEB 2011 novamente o município de Dormentes/PE lá estava, destacando-se nos resultados da avaliação dos alunos das Séries Iniciais em primeiro lugar entre os municípios que fazem parte da área de abrangência da Gerencia Regional de Educação (GRE) e o terceiro lugar entre todos os municípios pernambucanos.

Esse resultado seria repetido com a divulgação, em 2012, dos resultados do IDEB/2011, como mostramos na **Imagem 21**, novamente o município tornou-se motivo para reportagem em jornais e blogs que circulam na região, pois a média alcançada superou as projeções estipuladas para 2019.

IMAGEM 21 – REPORTAGEM DO BLOG RICARDO BANANA EM 20/08/2012

<p>Dormentes, Terra da Caprinovincultura mais uma vez é destaque na Educação</p> <p><small>POR BLOG DO BANANA EM 20 DE AGOSTO DE 2012 - EDUCAÇÃO</small></p>  <p>O Município de Dormentes-PE, situado no Sertão do Médio São Francisco, é destaque mais uma vez na Educação. É o que afirma o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).</p> <p>De acordo com o resultado da avaliação do Ministério da Educação, realizada em 2011, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, publicado na última quarta (15/08), Dormentes continua liderando entre as cidades do Médio São Francisco com o melhor IDEB, conquistando o terceiro lugar dentre os municípios pernambucanos. A média conquistada, ficou acima da média nacional, e média estadual, superando a meta projetada pelo MEC para o ano de 2019. (FONTE: ideb.inep.gov.br).</p>	<p>A Secretária municipal de Educação, Maria Amélia de Albuquerque, comemora o resultado e atribui a evolução às políticas públicas desenvolvidas no eixo da educação pelo atual prefeito. "Diante dos resultados obtidos no IDEB nos últimos anos, de forma acentuada, considero relevante nesta evolução, dois aspectos: o primeiro foi o investimento realizado no âmbito educacional, desde o início da nossa gestão, priorizando a construção, ampliação, reforma e nucleação escolar, tirando nossos alunos de salões e espaços inadequados, garantindo 200 dias letivos, além do transporte escolar, merenda de qualidade, gerenciamento de dados, feira pedagógica, formação e valorização dos profissionais da educação. O segundo aspecto se traduz numa gestão realizada de forma articulada entre Secretaria de Educação, Escolas, Pais de Alunos, Voluntários Amigos da Escola, Governo do Estado e Sociedade Civil Organizada. Precisamos formar cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa."</p> <p>"Parabéns a todos que fazem parte desta merecida conquista."</p> <p>Fonte: Amorim Notícias</p>
--	---

FONTE: <http://www.ricardobanana.com/dormentes-terra-da-caprinovincultura-mais-uma-vez-e-destaque-na-educacao/>

O papel desenvolvido pelo NEPS nas conquistas da educação do município de Dormentes é demonstrado na entrevista de Maria Amélia de Albuquerque Coelho Brito quando em determinado trecho de sua fala ela assim expressa:

Pensar numa educação pública com qualidade social era apostar, entre outras ações, num trabalho fortalecido por parcerias. Como diz um dito popular “uma andorinha só não faz verão”, sabemos da importância das parcerias para abrir os horizontes e as possibilidades de aprendizagem, proporcionando várias alternativas para ofertar uma educação para além das paredes da sala de aula. Como o NEPS na sua filosofia, defendia a questão da convivência com o Semiárido, trazendo ao debate temas de grande interesse a formação dos nossos estudantes e da nossa população, evidenciando a importância de ser aliado e envolver nossas crianças, jovens e adultos nesse contexto.

5.2.5 O Festival das Águas

O Festival das Águas, como já mencionado ao longo da pesquisa, é um evento criado em 2002 pelo NEPS, no qual a entidade durante todo o mês de março (denominado mês da água) discute com as escolas, comunidades e pastorais da Igreja Católica, a importância da água para a sobrevivência do homem. O primeiro evento aconteceu no distrito de Cachoeira do Roberto, em Afrânio, e por lá permaneceu até 2005. O objetivo do festival é reunir as comunidades para debater e socializar experiências de convivência com o Semiárido, vivenciando a mística de que o mês de março por ser o mês de São José, é um mês chuvoso.

O mesmo inicia justamente por um desfile com a participação de todos da comunidade, que posteriormente discute nas plenárias questões como participação política, recursos hídricos, cidadania, agroecologia, desertificação e cultura, através das manifestações populares. O encerramento do evento ocorre a partir de apresentações das produções, também da dança do Reisado e São Gonçalo.

Em 2017 foi realizado o XV Festival das Águas e diferente da proposta inicial não aconteceu apenas em uma localidade, mas em várias. Foram realizadas atividades nas escolas e nas comunidades dos municípios de Santa Cruz da Venerada, Santa Filomena e Dormentes, que se tornaram parceiros nessa discussão. O município de Afrânio, deixou de ser protagonista por justamente não apoiar as ações em desenvolvimento. O evento teve seu encerramento do dia 1º de

abril, com uma palestra no qual abordou-se a análise de conjuntura política e social do Brasil, sendo ministrada pelo Professor Gilmar Santos, de Petrolina/PE.

5.2.6 A Puxada do Bode

A Puxada do Bode é um evento cultural proposto pelo NEPS as comunidades de criadores de ovinos e caprinos dos municípios de Dormente/PE e Santa Cruz da Venerada/PE, sendo que em Santa Cruz acontece dentro do Natal das Comunidades e em Dormentes é realizado no período da Caprishow, recebendo apoio logístico das prefeituras dos dois municípios e também da Diocese de Petrolina através do Santuário da Venerada Santa Cruz.

Não se trata de uma competição e nem classifica animais por raça, mas é um evento onde em um primeiro momento os criadores apresentam em exposição seus planteis e as formas encontradas de mantê-los diante do cenário crítico de estiagem prolongada. No segundo momento os criadores saem em uma puxada pelas ruas centrais das cidades desfilando com os animais para a população assistir.

Para Manoel Ireneo de Sousa (Manelito)

O evento reúne centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais que trazem seus animais para o desfile e nesse momento temos outras apresentações culturais como o maracatu. Ao final da puxada acontece uma prova de laço, nova modalidade esportiva implementada pelo NEPS dentro do evento.

A temática da Puxada do Bode faz referência a letra de uma música do compositor Roberto Malvezzi que diz ser “o porco, a galinha e bode, poupança do pobre”. Nesse sentido, Zenilton Marques Soares, mais conhecido com Zebedeu, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores e Criadores e Trabalhadores Rurais de Poço Dantas, observa que:

A puxada do bode para nós produtores, criadores, se tornou uma tradição. Assim, porque quando o NEPS trouxe a puxada ele trouxe também os benefícios para os criadores, porque os criadores eles passaram a zelar mais pelos animais no intuito de trazer para a puxada os melhores, se preparando três meses antes. Fazendo com que os criadores se motivassem no trato com os animais para trazer a festa. A puxada do bode é um desfile de animais sem classificação de raça, mas sim com o intuito de mostrar à população.

Ao questionarmos o senhor Zenilton Marques Soares sobre a temática da Puxada do Bode que faz referência a letra de uma música do compositor Roberto Malvezzi, o mesmo explicou que “os criadores conservam seus animais para uma necessidade, uma doença por exemplo, que faz com que o produtor precise desfazer de seus animais para poder sanar aquela necessidade”.

A ressalva que se faz é no contexto das ações que são desenvolvidas pelos poderes constituídos para fomentar nos produtores, sejam eles pequenos ou médios, os mesmos sentimentos daqueles que vivem e lutam na agricultura familiar diretamente. O pequeno produtor precisa de incentivos para continuar melhorando seus plantéis e serve-se das feiras organizadas pelos municípios para então comprar ou vender seus animais.

Na compra há a possibilidade de melhorar a genética das raças, quando recebe financiamento pelos bancos estatais com essa finalidade. Como por exemplo da melhora genética podemos apontar o fato de em Dormentes/PE criadores ao cruzarem as raças Santa Inês e Bergamácia, conseguiram criar uma nova espécie animal chamada de Berganês.

Para o vereador de Dormentes/PE, Geolândio José Coelho, o evento fortalece não só a questão da caprinovinocultura mas a agricultura familiar e o compromisso das comunidades com as demais ações desenvolvida pelo NEPS.

A criação de caprinos e ovinos tem sido o forte de nossas região, apesar de que passamos por muitas dificuldades... Eu digo passamos porque também sou criador e bem sabemos o quanto custa manter um rebanho, principalmente devido a esse período de seca. Com seis anos praticamente sem safra a coisa que mais nos fortalece são as parcerias. Esses apoios como do NEPS que vem facilitando a captação de água para manter os rebanhos através das cisternas, e também o governo tem dado muito incentivo de outras formas, como financiamento para que as pessoas possam estar mantendo na área rural pequenos criatórios. Quanto à agricultura familiar, a gente percebe a dificuldade por causa da escassez de água, mas em visitas ao interior, a determinadas regiões se percebe que as pessoas... Quem tem condições, já tem um poço para fazer pequenas irrigações, fazer uma horta, outros até chegam a comprar água através de carro pipa para desenvolver as atividades da agricultura familiar e com certeza é muito importante, porque tanto tem muitos que colhem para o seu próprio consumo como também para vender para outras pessoas.

No contexto da fala do entrevistado acima é evidente observarmos que o desenvolvimento de hortas individuais, tanto para consumo familiar quanto para

comercialização, bem como a criação de animais, para quem tem condição financeira para abrir um poço artesiano tudo fica mais fácil. Contudo, para a maioria da população sem condição financeira de abrir um poço, apela para o poder público municipal no intuito de conseguir água transportada por carro pipa. Em Dormentes/PE o poder público municipal criou um programa voltado para esta finalidade, batizado-o de PAI²⁷ e busca suprir a falta de água dos sítios na zona rural.

A Puxada do Bode apresenta para a população urbana das cidades o trabalho que vem sendo desenvolvido no campo e que tem dado resultados. Não só resultados materiais, mas também resultados de melhoria genética do plantel local, com animais mais saudáveis e preparados para enfrentarem os longos períodos de estiagem. A Puxada ocorre justamente dentro do maior evento da cidade que trata da caprinovinocultura que é a Caprishow.

Sobre a importância da Puxada do Bode, da caprinovinocultura e da Caprishow, a Vereadora Maria do Rosário Helena de Macedo Coelho, respondeu:

Tenho cerca de trinta e cinco anos, não tenho vergonha de dizer isso e desde minha infância observo que a população de Dormentes é uma população diferenciada. Ela não gosta de esmola. Ela gosta de oportunidade. Ela é uma população que sempre soube vencer as dificuldades e os desafios, ter independência. A caprinovinocultura é o carro chefe da nossa terra. Para você ter uma ideia, as pessoas criam e criam com amor, elas se especializaram em cuidar da caprinovinocultura. Elas se especializaram em criar o carneiro, em criar o bode, elas se especializaram em levar o melhor de Dormentes para a região. Para você ter uma ideia, nós temos associações como a associação do Pimenta que fornece 80% do carneiro de alguns restaurantes de Petrolina, que é o caso do Bodódromo. Então Dormentes se tornou referência para o Nordeste através da caprinovinocultura. Quando se teve a criação da Caprishow, eu, desde a primeira edição digo: ela é a vitrine do maior potencial da nossa terra. Para você ter uma ideia quem cria precisa ter mecanismos para conviver com a seca e o Núcleo de Educadores é fortemente um grande parceiro nisso. O que acontece? O criador e a criadora de Dormentes não cruza o braço diante das dificuldades e aprendeu a fazer o silo, aprendeu desenvolver a questão do pasto, aprendeu a desenvolver pequenas barragens fazendo com que o seu animal não morra de sede. E paralelo a isso, ela aprendeu com um animal tem que ter a boa comida, que é a boa pastagem e ela planta o milho, ela tira o milho e ela pega a folha do milho e alimenta o animal.

²⁷ Programa Água do Interior

Um dos maiores entusiastas deste evento era o Prefeito de Dormentes/PE, senhor Geomarco Coelho de Souza. Em entrevista concedida no dia 23 de julho de 2017, na sede da Prefeitura daquele município, o mesmo expressou a grandiosidade que era ter pelas ruas da cidade de Dormentes o desfile de criadores com seus animais, onde os mesmos mostravam não somente a beleza do trato com os animais, mas os sentimentos de que a cidade tem se desenvolvido a partir da Caprinovinocultura. Nosso entrevistado, infelizmente, no dia 21 de setembro de 2017 ao ser submetido a uma cirurgia no coração, veio a óbito. Reproduzimos a entrevista com o Prefeito Geomarco Coelho de Souza na íntegra no anexo 8.

Na **Imagem 22** mostramos este pesquisador com o Prefeito Geomarco.

IMAGEM 22: O PREFEITO GEOMARCO COELHO DE SOUSA E O PROFESSOR ENOS ANDRÉ DE FARIAS



FONTE: O autor, 2017

5.2.7 Os Terreiros Culturais

Como já mencionado e explicado no capítulo em que tratamos da PJMP e das Comunidade Eclesiais de Base, que serviram como alicerce para o nascimento do NPES, e que tinham como função entre outras, evangelizar o povo através de místicas e homilias que juntava as comunidades das periferias e do meio rural, essa prática continua existindo dentro dos trabalhos desenvolvidos pelo NEPS.

As comunidades são ricas em cultura e manifestação popular de danças, rezas e músicas. Entre essas manifestações culturais podemos citar dois: O Reisado

e o São Gonçalo, que são muito forte nas áreas rurais do Semiárido brasileiro. Na área de abrangência do NEPS o encontro das comunidades para participar dessas manifestações culturais populares foi denominado de Terreiro Cultural e ocorrem tanto no Espaço Casa da Roça, em Dormentes, quanto em outras localidades, como por exemplo, no sítio Lagoa Comprida, em Afrânio/PE, onde o NEPS é apoiador do Reisado que acontece naquela comunidade.

Para o senhor Cícero Barros da Silva, diretor do NEPS e residente no Sítio Tabuleiro, no município de Santa Filomena/PE:

O terreiro cultural é uma ação que o NEPS desenvolve no sentido de está resgatando as culturas da região. São muitas as culturas da região e também se trabalha a questão da convivência com o semiárido, com palestras, oficinas.

O Terreiro Cultural desenvolvido pelo NEPS revela a sabedoria e a criatividade popular com discussões sobre religiosidade no seio das populações rurais. É o encontro promovido pela instituição para promover tanto as diversas manifestações quanto também para ouvir rezadeiras, benzedadeiras, tocadores de pífano e animadores populares. O NEPS trabalha com o mapeamento, registro e pesquisa das manifestações culturais e dos acervos das comunidades tradicionais do sertão pernambucano. Nos Terreiros Culturais também acontecem debates, palestras e mesa-redonda com temáticas voltadas para a convivência do homem com o meio ambiente e com as diversidades de cultura existente nesse meio.

Para Manoel Ireneo de Sousa (Manelito):

Os Terreiros Culturais tornam-se um momento de troca de experiências e de valorização dos costumes locais, além de definir os rumos da instituição quanto as abordagens culturais da região. No evento temos uma vasta programação com temas ligado as relações sociais no campo, diversidade de cultura, construção de saberes e também uma discussão que precisa ser massificada que é a questão da desertificação e as consequências dessas, principalmente naquela área de Santa Filomena, onde a extração de madeira para as indústrias gesseiras acontece constantemente, bem como na área de Dormente e Afrânio, que tem várias cerâmicas produzindo tijolos com fornos alimentados por madeira.

O evento ocorre em dois ou três dias e é espaço para alunos das redes públicas e particulares conhecerem um pouco da história de lutas do NEPS e do povo da região onde a instituição está desenvolvendo suas práticas. É um momento

de interação com a comunidade que troca experiências, como já mencionado e saberes, afinal são os saberes partilhados, e eles são experiências de educação popular, que dão as comunidades condições de vivenciar as mazelas produzidas pelos longos períodos de estiagem.

Como aponta Freire (2001), quando menciona a distinção entre prática educativa e formação docente:

O ideal é que, na experiência educativa, educandos, educadores e educadoras, juntos, "convivam" de tal maneira com este como com outros saberes de que falarei que eles não virando sabedoria. Algo que não nos é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2001, p. 65)

O que Freire (2001) aponta é para que as experiências e os saberes não são algo pronto e acabado, mas elas podem contextualizar novas realidades. E isso é visível pois nos Terreiros Culturais também acontece encontro de sanfoneiro, apresentações de artistas da região, exposição de artesanato produzido por artesãos de Dormentes, Santa Filomena, Afrânio e Santa Cruz da Venerada, bem como celebrações religiosas e místicas envolvendo cânticos e ladainhas da Igreja Católica.

Outra questão já mencionada, mas necessária novamente frisar é o fato de que pessoas com conhecimentos populares dentro das comunidades também são ouvidas. São as rezadeiras, benzedeira e parteiras, por exemplo. Elas trazem consigo conhecimentos prévios transmitidos por gerações e podem ajudar aqueles educandos que participam do evento na construção de suas afirmações sobre o universo em que está inserido, no caso o Semiárido brasileiro.

Sobre esses conhecimentos prévios, Freire (2001, p. 33), ao discutir aspectos do ato de ensinar ressaltando que ensinar exige respeito aos saberes do educando e:

Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes (FREIRE, 2001, p.33)

Entre as muitas manifestações que ocorrem promovidas ou apoiadas pelo NEPS nos Terreiros Culturais, falaremos brevemente de apenas duas delas: O São Gonçalo e o Reisado de Lagoa Comprida.

5.2.7.1 As Rodas de São Gonçalo

A roda de São Gonçalo é uma das manifestações populares mais conhecidas no Semiárido brasileiro. De cunho religioso, com atrativo da dança e da música, as mesmas são montadas para pagar promessa ao santo São Gonçalo do Amarante, um português canonizado pela tradição católica e que tem em suas mãos uma viola. Para Atta (1983, p.79 apud QUEIROZ, 1956) supõem-se que os festejos foram introduzidos no Brasil com os primeiros colonizadores e que chegaram a região do Vale do São Francisco por Frei Henrique, da Ordem Capuchinha.

O Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco mantém viva nas comunidades o culto a São Gonçalo, participando, apoiando e montando em suas místicas, rodas de dança e música em homenagem ao santo português. Também festeja no Espaço Casa da Roça, no período de 4 a 6 de maio, o tríduo em louvor ao santo, como vemos na **Imagem 23**:

IMAGEM 23: IMAGEM DE SÃO GONÇALO NO TRÍDUO REALIZADO PELO NEPS



Fonte: Arquivo do NEPS, 2016.

5.2.7.2 O Reisado de Lagoa Comprida

O Reisado de Lagoa Comprida, em Afrânio/PE, surgiu no seio daquela comunidade, segundo Silva (2010, p.30), em 06 de janeiro de 1940 “por iniciativa da senhora Petronília Clara de Souza, que aos 19 anos junto com suas irmãs Maria Clara de Souza, Madalena Clara de Souza e Margarida Clara de Souza, convidaram a vizinhança para organizarem o primeiro reisado”. Após alguns anos, completa

Silva (2010, p.31), devido à forte religiosidade da comunidade, as organizadoras mudaram o foco da homenagem festiva, substituindo a figura do Imperador D. Pedro II, pela de São José”.

O evento acontece na primeira semana do mês de fevereiro e tem o apoio do NEPS, que ajuda no planejamento e nos preparativos do mesmo, como podemos ver na **Imagem 24**:

IMAGEM 24: PLANEJAMENTO DO REISADO COM A COMUNIDADE



Fonte: Arquivo do NEPS, 2017.

Representando a instituição junto a comunidade, Lucinaldo de Almeida Silva, diretor do NEPS e autor de uma monografia que tratou de contar a história do reisado de Lagoa Comprida, informou o seguinte;

Em Afrânio o NEPS mantém ações lá no sítio Curral Velho, próximo a Extrema, bem como a questão das hortas na região de Barra das Melancias. Na comunidade de Lagoa Comprida a instituição apoia e acompanha um grupo de reisado. E também no período da Semana da Água, a gente roda todas essas comunidades fazendo mobilização da Semana da Água, orientando sobre o cuidado racional para com a água, os cuidados com a água de beber, os cuidados com as cisternas. Também se trabalha a construção de cisterna em vários municípios, em parceria com a ASA.

O NEPS apoia a comunidade no planejamento e desenvolvimento do festejo, pois o mesmo está inserido na área de atuação, no caso o distrito de Barra das

Melancias, onde a instituição mantém ações em desenvolvimento. Bem como, próximo ao distrito de Cachoeira do Roberto, de onde o NEPS surgiu.

Uma questão que é importante ressaltarmos é que a comunidade de Lagoa Comprida, na zona rural do município de Afrânio/PE, está dentro de uma área em processo de reconhecimento como sendo de remanescentes quilombolas, juntamente com as comunidades de Boa Vista e Araçá. Na **Imagem 25** mostramos o reisado acontecendo, onde nota-se que aqueles que dançam e fazem parte do grupo de reisado, estão fantasiados e com máscara, que faz parte da contextualização do folguedo cultural.

IMAGEM 25: REISADO NA COMUNIDADE DE LAGOA COMPRIDA



Fonte: Arquivo do NEPS, 2017

5.2.8 A Feira da Agricultura Familiar na Romaria das Comunidades

Antes de entrar no mérito da Feira da Agricultura Familiar na Romaria da Fraternidade é preciso contar um pouco da história do lugar. Santa Cruz da Venerada nasceu, como já foi citado no capítulo 3 desta pesquisa, a partir das andanças dos frades Capuchinhos, que são da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, ligados a Ordem dos Franciscanos, e, portanto, usam o hábito marrom com um capuz, tendo suas pregações voltadas para as práticas da oração e saem evangelizando principalmente as comunidades mais pobres nas periferias rurais.

Por volta de 1829, durante uma peregrinação seguindo a “estrada velha”, onde os animais eram tangidos pelos vaqueiros de Caboclo a Ouricuri, para serem

negociados, um dos frades fora acometido por uma enfermidade e eles abrigaram-se debaixo de um frondoso Juazeiro, onde ficaram por quase trinta dias. Logo a notícia se espalhou pelas redondezas e famílias inteiras seguiam para conversar com os frades. Aqueles já convertidos, para terem suas assistências espirituais, e os curiosos, para ouvirem as boas novas. Da peregrinação e das pessoas convertidas naquele lugar, bem como da libertação do frade doente, os mesmos mandaram erguer um cruzeiro de madeira de aroeira, que fora lavrada no machado. Aquela grande cruz marcou o lugar onde por quase trinta dias serviu como abrigo aos frades viajantes. Como estava no trajeto da “estrada velha”, onde viajantes passavam seguidos por vaqueiros e pelos muitos animais que por ali deslocavam para a feira de Ouricuri, logo o local passou a ser lugar de peregrinação.

Vaqueiros da região encontraram o local e a cruz levou a notícia a José Correia, senhor de terras e escravos, proprietário da Fazenda Gentios, que pediu para levarem a sua fazenda aquela cruz, sendo que a mesma seria fincada na capela de sua fazenda. Assim foi feito. A cruz passou a ser objeto de veneração da população que por ali habitava, pelos desconhecidos que passavam no caminho, pelos recém convertidos que visitavam a capela em busca de proteção divina, e dali começou a surgir a povoação.

Logo uma festa aconteceu em homenagem àquela que era a Venerada Santa Cruz, dos milagres dos frades Capuchinhos que já estavam em outros muitos lugares pregando a salvação pela fé e pelas obras. A festa ocorria no mês de maio e ganhou força. Consta no site do Santuário da Venerada Santa Cruz²⁸, sem autoria, que:

O povoado recebeu e recebe muitas pessoas vindas de vários lugares para a festa e aproveitavam para vender seus produtos e compra óleo, rapadura, querosene e troca os animais, que além dos rituais religiosos: Novenas, Missas, Terços e Ofícios, Pagamentos de promessas, também conta com barraquinha de comidas típicas, bebidas, vendas e trocas de produtos, bingos, danças e etc. A igreja de Santa Cruz foi inaugurada no dia 14 de setembro e assim escolheram como Devoção e Padroeira Nossa Senhora Das Dores lembrando assim de Maria aos pés da cruz de seu filho Jesus.

Segundo IBGE (2015), o lugarejo cresceu deixou de ser povoado e passou a ser distrito, denominado de Santa Cruz da Venerada, sendo subordinado ao município de Ouricuri que havia sido criado em 23 de janeiro de 1915. Em 1991, o

²⁸ Disponível em: <http://santuariodavenerada.blogspot.com.br/p/blog-page.html>

distrito foi elevado à categoria de município autônomo pela estadual nº 10.623, de 10 de janeiro de 1991, e instalado em 1993, sendo constituído pela sede e mais quatro distritos.

O poeta Virgílio Siqueira escreveu uma obra dedicada a Santa Cruz na qual fala de sua volta aquela terra que é seu berço de memórias e histórias. A obra é denominada “*Cânticos de sol e de chuva. Auto de Natal da caatinga*”. Transcrevo o poema “Cântico Primeiro”, no qual ele mostra suas impressões sobre sua cidade anos após deixar o lugar:

Cântico Primeiro

O retorno

Eis-me novamente aqui
De volta ao recanto
De onde, um dia
Fugindo da seca
Sem nada, parti

Eis-me novamente aqui
Retalhado e recolhido
Farrapo-trapo, subumano
Macerado e resumido
Pelo tempo, mundo afora
Torturado e carcomido
Meio bicho, meio insano
Sem sossego e sem sentido

— No entanto, ainda vivo

Semi-disperso, semi-coeso
Semi-absoluto, semi-relativo
Semi-destruído, semi-ileso
Semi-liberto, semi-cativo
Semi-apagado, semi-aceso
Semi-negativado, semi-positivo

Portanto, ainda vivo

Semi-triturado e semi-diluído
Pelos moinhos do mundo
Semi-submerso, semi-emergido
Semimorto e sempre redivivo
Semi-ofuscado, semi-incandescido

Pronto pra ser reintegrado
E novamente reconstituído

O poeta observa “sem apego” sua saída de Santa Cruz por culpa da seca, mas distante ainda vive mesmo que (no entanto) “semi-disperso” ou (portanto) “semi-triturado”. E quer ser reintegrado aquele espaço que também lhe pertence.

O olhar poético para o Semiárido é também o olhar dos devotos que seguem para a Serra Frei Damião em romaria. Mas a romaria de Santa Cruz da Venerada não é uma qualquer uma, é constituída de comunidades, do povo, de homens e mulheres que seguem com cânticos e ladainhas. É a romaria das comunidades e é nela que acontece um dos eventos de educação popular desenvolvido pelo NEPS: A Feira da Agricultura Familiar.

A proposta que o NEPS desenvolve com as comunidades tem o aval do Santuário da Venerada Santa Cruz e tem o objetivo de inserir os pequenos agricultores familiares na Romaria das Comunidades, que acontece entre 25 e 27 de julho. A cidade mantém a tradição de exaltar em romaria e aqueles que plantam com tecnologias sociais aplicadas pelo NEPS, mostram suas produções e ampliam seus contatos. Ressaltando que a feira tem como objetivo fortalecer a economia local e da região, propiciando renda e sustentabilidade para as famílias agricultoras e também artesãos do lugar.

Como ocorre a feira? Vamos lembrar que a romaria acontece em três dias, sendo que dois deles são dedicados a orações e missas na Igreja do Santuário. Somente no último dia é que sai em procissão a serra. A feira da agricultura familiar ocorre justamente nos intervalos entre missas e orações pois ela é estrategicamente montada ao lado do Santuário. Além dos produtos da agricultura familiar, a feira busca valorizar a riqueza cultural das comunidades tradicionais, promovendo palestras educativa voltados para a criação de ovinos e caprinos, bem como manejo sustentável da caatinga, preservação das águas e também debates sobre clima e terra. Outro ponto alto é o concurso de sanfoneiros que acontece na concha acústica da cidade, valorizando os artistas da região bem como a distribuição de mudas e sementes de plantas medicinais, ornamentais e fruteiras para os romeiros e turistas como forma de levar a consciência ambiental e troca de saberes.

Como resultado, a Feira da Agricultura Familiar dentro da Romaria das Comunidades busca articular consciência ambiental, geração de renda da agricultura familiar e devoção, além de criar espaços para apresentação dos artistas locais e também da pecuária da Caprinovinocultura.

5.2.9 O Natal das Comunidades

O Natal das Comunidades é um ajuntamento das comunidades eclesiais que fazem parte da Diocese de Petrolina, no Santuário da Venerada Santa Cruz, no mês de janeiro, no município de Santa Cruz da Venerada. É uma festa católica que começa bem antes, no envolvimento de escolas, sindicatos, associações, cooperativas e os poderes públicos constituídos, entre outras entidades, na construção do evento, que ganha uma temática sacra e serve para construir as conjecturas do ano católico naquele município.

O Natal das Comunidades é na verdade uma confraternização natalina que ocorre no primeiro mês do ano e envolve caravanas de romeiros e visitantes que chegam à cidade de Santa Cruz da Venerada para participar do evento. O NEPS enquanto entidade que nasceu das comunidades eclesiais de base, mantém-se dentro desse contexto por fomentar nas suas ações a inserção social das famílias envolvidas.

O Santuário da Venerada Santa Cruz ganhou projeção e se fortaleceu quando o Bispo Dom Paulo Cardoso da Silva tomou posse na Diocese de Petrolina, em 1985. Para Cavalcante (2008), “o gosto pela missão e pela romaria levou o bispo a abraçar a secular devoção à Venerada Santa Cruz, em Santa Cruz (PE), que foi transformada e potencializada de diversas formas”.

E continua Cavalcante (2008):

Visando intensificar as atenções em torno da devoção transformou a igreja construída pelo Pe. Luiz Gonzaga Kehle em Santuário e dotou-o de um Padre Reitor. O templo sofreu reformas e ampliações em dois sentidos. Por um lado, ganhando um novo cômodo, agregado ao presbitério, onde foi construída a “Escada Santa”. Esta, que na verdade são duas escadas, possibilita o romeiro visitar a Venerada Cruz subindo a pé ou de joelhos. No topo da escada e à vista de quem está na nave principal do templo, foi colocada a bissecular cruz, plantada na região por missionários. A Cruz foi enviada a um artista de São Paulo que retirou o pano que a revestia e deu-lhe uma roupagem mais sofisticada em metal e chapa de madeira nobre.

Além dessas mudanças no templo transformado em Santuário, a Casa Paroquial foi adaptada para receber missionários e uma outra casa, a Casa de Romeiro também foi construída. Essa foi construída com apoio da *Diocese de Essen*

na Alemanha, e ganhou o nome de “Casa de Romeiros Mãe do Bom Conselho”, em homenagem aos doadores, sendo fundada no ano de 1998.

As mudanças ocorridas e essa força trazida pelo Bispo Dom Paulo Cardoso da Silva levou a cidade de Santa Cruz da Venerada a ter dois grandes eventos religiosos no mesmo ano: O Natal das Comunidades, em janeiro, e a Romaria das Comunidade, em julho.

Cavalcante (2008) acrescenta que:

Outro espaço valorizado foi a parte da serra, chamada antigamente de Serra dos Sítios Novos, onde foi construída, após os anos 40, uma capelinha a N. Sra. do Monte Serrat. Há anos, a capela recebia a visita dos romeiros e nos últimos anos o bispo valorizou-a construindo ao lado uma estátua de Frei. A parte da serra onde está a capela passou a se chamar morro do Frei Damião. Já está encomendada uma estátua gigante do frade capuchinho e uma cruz que como o Cristo Redentor do Rio de Janeiro, serão presença dominante no espaço da região.

A serra dos Sítios Novos, como bem observou Cavalcante (2008), é um dos pontos mais visitados pelos romeiros durante os eventos religiosos. Muitos que ali sobem sempre a pé, pagam promessas e renovam votos. Os dois eventos foram idealizados pelo Bispo Paulo Cardoso, que escolheu o tema de sua consagração “Evangelizar os pobres”

Para a senhora Maria de Lima Rodrigues da Silva, mais conhecida como *Dona Lica*, e, portanto, assim será tratada nesse texto, em entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2017, no Centro Casa da Roça, em Dormentes/PE, assim descreveu o evento:

O Natal das Comunidades é o encontro das comunidades no Santuário da Venerada Santa Cruz. Isso é um festejo que já ocorre a anos. Em tempo eles fizeram o santuário com ajuda dos alemães e hoje temos a Casa do romeiro. Temos também o NEPS que dá apoio à agricultura familiar, que já fizemos o aniversário dos quatro anos. O natal surgiu primeiro com as graças de deus e com aprovação do padre, fazemos um encontro familiar, daqueles que fazem as comunidades servidas pelo NEPS.

O trabalho desenvolvido pelo NEPS junto as comunidades de Santa Cruz da Venerada desenvolve suas místicas nos encontros de formação e terreiros culturais, aproxima cada vez mais da Igreja Católica que foi o berço onde os primeiros membros do NEPS plantaram as sementes que geram a instituição.

Para o Natal das Comunidades o NEPS leva a discussão sobre a alimentação saudável, longe dos agrotóxicos e mais próximo do orgânico. Também aborda homilias sobre convivência e preservação da caatinga.

Manoel Ireno de Sousa (Manelito) observa que:

A missão do NEPS representada no Natal das Comunidades é que aquele é o espaço ideal para troca de saberes e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Nesse sentido, o NEPS age para que o maior número de trabalhadores e trabalhadoras possam participar e mostrar o fruto do seu trabalho. O nosso trabalho também é este: de anunciar as boas nova, a partir da educação pela convivência com o semiárido, para nós é uma satisfação, pois estamos realizando a nossa missão enquanto educadores aqui no Semiárido pernambucano. Entendemos que a nossa presença também fortalece o natal das comunidades com as variedades do nosso stand, com um grande leque de saber e troca de saberes que a gente precisa cada dia mais se aperfeiçoar e vivenciar o nosso trabalho.

5.2.10 A Cavalgada da Solidariedade em Poço Dantas

As manifestações culturais, folclóricas e religiosas das populares rurais servem como instrumento agregador quando cumprem a função de unir todos em prol de uma causa. Entre as populações rurais do Semiárido brasileiro podemos encontrar rodas de São Gonçalo, reisados, quadrilhas, xaxado, bandas de pífano, entre outras muitas manifestações culturais.

Também comum, a cavalgada que é irmã da vaquejada, é uma das manifestações que podemos perceber entre as comunidades das áreas atendidas pelo NEPS. Mas não é uma manifestação cultural localizada apenas no Semiárido brasileiro e nem foi inventada nessas plagas, antes, segundo Paula (2012):

As cavalgadas são conhecidas no Brasil desde o tempo dos tropeiros, durante o processo de ocupação do território no século XVII e XVIII. Essa atividade de características rurais permaneceu nos estados do país, sobretudo em áreas de pecuária extensiva e onde o uso do cavalo faz parte do cotidiano, com finalidades religiosas e de cumprimento de promessas. Dias e noites pelas trilhas rurais cavaleiros com suas traíás e mantimentos saíam em comitiva para o destino almejado. O pouso, que se trata do lugar de parada para o descanso e para o alimento, é marcado pela fartura e pelo encontro de celebração, pedidos de proteção e agradecimento ao santo homenageado.

Diferente de como acontecia nos primórdios, a cavalgada deixou o terreiro rural e vem ganhando espaço nas áreas urbanas quando os cavaleiros e amazonas deslocam das áreas rurais para desfilarem com seus animais nas áreas urbanas. Tornou-se um momento de encontro para celebração das comunidades. Celebração que incorporou valores identitários quanto a religiosidade imbricada no meio dela.

A Cavalgada de Poço Dantas, povoado distante 33 km da sede do município de Santa Cruz da Venerada/PE foi idealizada pela comunidade que forma a associação de pequenos produtores e tem o apoio do NEPS que vem atuando com ações de convivência naquele espaço geográfico. O evento é dividido em dois momentos e é preparado em forma de mutirão pelos membros da comunidade, pois para sua concretização acontece um almoço para os cavaleiros e amazonas, a missão campal em homenagem aos vaqueiros, bingos e leilões de animais vivos, exposições das produções realizadas na escola municipal e a festa tradicional com o forró de pé de serra.

Na **Imagem 26** temos a acolhida dos cavaleiros pela família da senhora Jailma Gomes dos Santos Silva, no Sítio Pedro, e a Cavalgada até Poço Dantas.

IMAGEM 26 – ACOLHIDA DOS CAVALEIROS E A CAVALGADA DE POÇO DANTAS - 2017



Fonte: <https://paulobenjeri.blogspot.com.br/2017/10/iv-cavalgada-da-solidariedade-em-poco.html>

A acolhida dos cavaleiros ocorre no Sítio Pedro, de propriedade da família da senhora Jailma Gomes dos Santos Silva. De lá os mesmos seguem em cavalgada pela estrada de chão batido até a sede do povoado, sendo que dois cavaleiros carregam sob a sela dos cavalos uma imagem sacra de Nossa Senhora Aparecida e outra de Nossa Senhora da Conceição, e outros três cavaleiros levam

consigo as bandeiras do Brasil, do Estado de Pernambuco e da cidade de Santa Cruz da Venerada.

A chegada dos cavaleiros e amazonas no povoado de Poço Dantas é exaltada pelas muitas palmas e fogos. Uma celebração eucarística acontece e logo após é servido um almoço sertanejo aos participantes no evento.

Na casa rural, espaço da comunidade onde acontece a comercialização de produtos da agricultura familiar, é montado exposições com peças do Museu de Poço Dantas, que ainda está sendo concebido, também são expostos produtos cultivados pela comunidade nos Quintais Produtivos e as produções dos alunos da Escola Municipal, através do trabalho desenvolvido pela “Arca das Letras”, onde mantém viva a memória afetiva da comunidade. O NEPS mantém durante os dois dias, já que na noite anterior a cavalgada acontece uma festa com sanfoneiro e forró de pé de serra, um estante onde os visitantes podem conhecer mais sobre a instituição, suas ações e objetivos.

6

AVALIANDO EXPERIÊNCIAS COM TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO IMPLEMENTADAS PELO NEPS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Mandamentos Ecológico do Pe. Cícero

Moço, a coisa tá feia
 Se a gente não fizer o certo
 Padim Ciço também já dizia
 O sertão vai virar um deserto

I

Não corte um só pé de pau
 Não toque fogo no mato
 Deixe os bichinhos viverem
 Maneje os bois e os bodes
 Dê um descanso, seu moço
 Prá terra e pro pasto

II

Não plante em serra acima
 Nem plante em ladeira abaixo
 Deixe que o mato proteja
 O ventre da fecundidade
 Prá água não levar de arrasto
 A sua fertilidade

III

Aproveite a água da chuva
 Tenha a cisterna na casa
 Represe rios e riachos
 Plante sempre uma árvore
 Caju, sabiá, umbuzeiro
 Mulungu, ingá, juazeiro.

IV

Assim se deve fazer
 E o sertão irá sempre viver
 Mas, se tudo for desmatado
 Nada será tão errado
 Num futuro garantido e certo
 O sertão vai virar um deserto

(Adaptação Targino Gondim e Roberto Malvezzi, 2017)

Iniciamos este capítulo trazendo os Preceitos Ecológicos do Padre Cícero, adaptado e musicado por Targino Gondim e Roberto Malvezzi para a Campanha da Fraternidade 2017 que falou da questão dos biomas. Também para que ela pudesse ser cantada nas místicas das pastorais sociais e das comunidades, dentro do contexto interdisciplinar da religiosidade, que é a alavanca da educação popular, e das perspectivas de contextualização de ações para convivência com o Semiárido implementadas por iniciativa da ASA com as muitas entidades que fazem parte daquele fórum, no intuito de construir um novo paradigma de com as estiagens, o

meio ambiente, a sustentabilidade, gerando de renda, preservação da caatinga, consciência ambiental e melhor utilização das águas.

Os Preceitos Ecológicos do Padre Cícero eram na verdade suas homilias e conselhos dados aos peregrinos que diuturnamente chegavam ao Juazeiro do Norte para ouvir os sermões, pagar promessas e renovar votos, sendo organizado sistematicamente após sua morte, pelo biólogo pernambucano, Vasconcelos Sobrinho. No entanto, seu realismo e sua contemporaneidade, leva-nos a compreensão dos aspectos que hoje estão sendo tratados como necessários para que o sertanejo imbricado no Semiárido, consiga sobreviver as expertises do clima, adaptando-se a realidade e a forma como maneja a terra, a água, a natureza e os animais.

Neste capítulo estaremos avaliando ações desenvolvidas pelo NEPS nas comunidades atendidas, das quais elencamos quatro tipos de tecnologias sociais que ao serem delimitadas chegam a aproximadamente dez ações que entre si contribuem para melhorar a qualidade de vidas das famílias agricultoras atendidas. As mesmas serão apresentadas e terão suas eficiências analisadas ao longo do texto.

Falaremos do programa cisternas na escola, também dos Quintais Produtivos como forma das famílias atendidas produzirem alimentos de qualidade, em hortas sustentáveis para comercialização e segurança alimentar da família, sendo que a implementação dessa tecnologia social vem acompanhada de cisternas (que pode ser do programa P1MC ou do P1+2, e nos modelos calçadão ou trincheira), de galinheiro e de aprisco. Para dar vazão a produção feita nos Quintais, a segunda ação implementada e que estaremos tratando é justamente da Feira Agroecológica de Santa Cruz da Venerada.

Na Feira Agroecológica de Santa Cruz da Venerada temos alimentos comercializados e que gerarão renda para os pequenos produtores nas comunidades, também promovendo o comércio solidário já que os preços dos alimentos estão em consonância com as condições financeiras de toda comunidade, ou seja, sem margem exorbitante de lucro, mas buscando valorizar a forma agroecológica de produção. Essa segunda tecnologia social aplicada pelo NEPS nas comunidades, vem contextualizada com a organização do espaço onde a feira acontece, com barracas padronizadas e os produtores com roupas e aventais também padronizados, buscando mostrar aquele que chega no espaço da feira,

organização, higiene e cuidado com o produto comercializado. Também, de equipamentos necessários para o deslocamento da produção, como o reboque de moto que faz parte também dessa contextualização no intuito de ajudar na comercialização e escoamento da produção.

A terceira tecnologia social que apresentaremos é o reuso das águas cinzas da casa a partir do tratamento ecológico das mesmas para ser devolvida à natureza sem os resíduos. As águas tratadas são utilizadas na forma de irrigação por gotejamento, nas áreas onde estão plantadas culturas de raízes profundas (como os pomares), pastagens para os animais e nos plantios de palmas forrageiras, que servem para alimentação dos rebanhos da propriedade.

A quarta tecnologia social apresentada será o biodigestor sertanejo. Esse equipamento construído utilizando ferramentas de fácil acesso pelos pequenos produtores, serve para alimentar a cozinha da família no preparo dos alimentos, mas também tem como objetivo criar no produtor sentimentos de preservação do meio ambiente e da caatinga ou cerrado, quanto ao desmatamento haja visto que não mais será necessário retirar lenha para alimentar o fogão.

Ao avaliar as supracitadas tecnologias sociais implementadas pelos NEPS, estamos cumprindo o objetivo geral dessa pesquisa que é “compreender o processo de implementação das ações pedagógicas e educativas desenvolvidas pelo NEPS através de tecnologias sociais para a convivência do homem com o semiárido”.

6.1 Programa Cisterna nas Escolas

6.1.1 A escola que dialoga

As ações desenvolvidas pelo NEPS nas comunidades e nas escolas são voltadas para criar no homem do campo sentimentos de pertença de que aquele espaço é seu e portanto, necessário se faz aprender técnicas para protegê-lo retirando do mesmo apenas o necessário à sua sobrevivência. Cuidando dos mananciais, plantando sem agredir a natureza com agrotóxicos, reutilizando as águas da casa e servindo aos nossos alunos uma alimentação saudável e preparada com hortaliças plantadas e cultivadas por eles, ouvindo os alunos na concretização de uma consciência protetiva quanto ao meio ambiente.

É importante ressaltarmos que a escola é o espaço necessário para a construção da consciência ecológica pois o aluno ali está na amplitude de sua aprendizagem e o papel do professor é dar voz as inquietações, as provocações e também aos sentimentos, mesmo que não explicitados.

Freire (1994, p.44) quando tratou da dialogicidade como essência da educação e das práticas de liberdade lançou-se na discussão sobre o silêncio afirmando que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho e na ação-reflexão”. A escola não é espaço para silêncio. Também não podemos confundir a barulheira dos alunos no intervalo como sendo algo do debate, se bem que naquele barulho podemos enxergar expressões de liberdade e comunicação, afinal, tolhê-los para manter-se em silêncio é desconstruir o papel libertador que a escola tem, mas é instigando os mesmos a falarem suas necessidades e dando vozes aos seus pontos de vista.

E Freire (1994, p. 45) completa: “não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há, amor que a infunda”.

6.1.2 A iniciativa da ASA

O Programa Cisterna na Escola, iniciativa da ASA com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social dentro do programa Água para Todos, do Governo Federal, nasceu em 2009 com a finalidade de dar dignidade aos envolvidos na escola, quando da construção de cisterna com capacidade para armazenar 52 mil litros de água. O projeto piloto aconteceu na ASA Bahia, dentro do CAA (Centro de Assessoria do Assuruá), da cidade de Irecê e foi inspirado no programa P1MC (Por Um Milhão de Cisternas) e do programa P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), já desenvolvidos pela ASA.

Daquele projeto-piloto, em 2010 outras iniciativas nasceram tendo como referencial o CAA e esta passou a ser uma ação para todo o Semiárido brasileiro. Essa iniciativa configura o sentido da articulação que chega através das ações concretas da ASA para as diferentes localidades do Semiárido, que entende ser a convivência uma realidade concreta quando inserida nos contextos da sociedade.

Assim a ASA (2015, p. 4), explicita seu entendimento:

Conviver com o Semiárido é criar e exercitar possibilidades concretas de vida na região, valorizando e multiplicando os processos feitos por agricultores e agricultoras na criação de animais, no cuidado com as sementes crioulas; no cultivo de plantas nativas adequadas à região e ao clima; na conservação da caatinga e dos solos e no desenvolvimento de sistema de armazenamento de água e alimentos para os animais e as pessoas.

As cisternas construídas nas escolas buscam construir naquele espaço social aspectos de contextualização do homem com o Semiárido, a partir do trabalho desenvolvido nas salas de aula pelos professores, que podem de forma interdisciplinar, construir entendimentos de convivência com práticas a partir, por exemplo, da construção de uma horta comunitária. ASA (2015, p.9) dirá que “a cisterna possibilita que a água esteja presente nas escolas, mas simultaneamente, respeitando os saberes locais e possibilitando a introdução e aprendizagem de práticas pedagógicas válidas e propícias ao Semiárido”.

6.1.3 Concepção da Importância do debate sobre água na escola

A conscientização da importância do uso racional da água e preservação do meio ambiente, dentro da escola, concretiza no aluno a questão da consciência sobre convivência com o Semiárido que ele já conhece das reuniões da associação de sua comunidade e também, para aqueles que são atendidos por ações desenvolvidas em articulação com a ASA, nas formações que os pais ou irmãos participam. A escola do Semiárido não pode ficar de fora dessa discussão, muito menos da construção identitárias de seu aluno com o lugar que pisa. ASA (2015) dirá que não possível de forma isolada discutir convivência.

É importante que alunos e professores sintam-se estimulados a aproveitar essa oportunidade para fazer um debate e exercitar processos de educação contextualizada e, assim, colocar em prática ações e processos nos quais a escola pode dinamizar a convivência com o Semiárido. (ASA, 2015, p. 11)

Essa estimulação observada acima, diz respeito a forma metodológica de envolvimento de eixos temáticos voltados para a consciência ambiental necessária a promoção de discussões sobre a qualidade da água para o consumo humano, animal e para a agricultura. É necessário também inserir nesses eixos abordagem

sobre as riquezas sociais, culturais e ambientais, aproximando a educação da realidade dos alunos.

6.1.4 A Cisterna na Escola

Antes da escola receber a construção da cisterna, acontecem momentos de formação e capacitação de representantes do corpo docente e discente daquela comunidade escolar para a importância da preservação e bom uso da água. Essas ações consolidam com atividades desenvolvidas pela escola para a comunidade, haja vista que a água da cisterna da escola pode ser utilizada pela população vizinha. Uma observação importante é que em muitas escolas a cisterna fica justamente na frente da escola, pois poderá servir a todos que circundam aquele espaço de formação.

Para Marivaldo Alves dos Santos, monitor pedagógico do NEPS junto ao Programa Cisternas nas Escolas:

O projeto é dividido em duas partes: na primeira parte o objetivo é levar água de qualidade para a escola, tanto para beber quanto para preparar os alimentos. É uma água captada do telhado da escola para o consumo humano. Isso também possibilitando a construção de várias outras tecnologias dentro da escola, como o quintal produtivo. Para isso, a segunda parte é justamente a capacitação de pessoas da escola e professores quanto a educação contextualizada, através de oficinas montadas em módulo.

A escolha da escola para implantação da cisterna não é aleatório e segue primeiro a necessidade apresentada através de relatórios que os agentes de campo do NEPS fazem das visitas que realizam. Segundo informou Marivaldo Alves dos Santos:

O técnico vai na escola e faz o levantamento do terreno da escola, do espaço para implantação da cisterna e também da documentação da escola. Sendo selecionada aí acontece o que chamamos de encontro das comunidades, onde chama-se a comunidade do envolvimento daquela escola para apresentar o projeto e discuti-lo já que o mesmo vem também para beneficiar toda a comunidade.

Na área de abrangência do NEPS o programa começou a ser implantado em 2015, nos municípios de Afrânio, Dormentes, Santa Filomena e Santa Cruz da Venerada. Hoje o mesmo já está na terceira etapa de construção e expandindo para

os municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande. As cisternas construídas nas escolas, segundo a **Tabela 4**, foram as seguintes:

TABELA 4 – CISTERNAS CONSTRUÍDAS ATÉ SETEMBRO DE 2017

ETAPA	ANO	QUANTIDADE
Primeira Etapa	2015	83
Segunda Etapa	2016	44
Terceira Etapa	2017	46
TOTAL		173

Fonte: Dados apresentados pelo monitor junto ao NEPS, Marivaldo Alves dos Santos.

Essas cisternas foram construídas nos seguintes Municípios, conforme veremos na **Tabela 5**:

TABELA 5 – MUNICÍPIOS QUE RECEBERÁ CISTERNAS DO PROGRAMA CISTERNA NA ESCOLA ENTRE 2015 E 2017

MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ANO		
	2015	2016	2017
AFRÂNIO	16	5	2
DORMENTES	14	3	
SANTA FILOMENA	14		2
SANTA CRUZ DA VENERADA	11		3
SANTA MARIA DA BOA VISTA	8	35	
LAGOA GRANDE	20	1	
PETROLINA			39
CABROBO			
OROCÓ			

Fonte: Dados apresentados pelo Coordenador NEPS, Leandro José Cavalcante.

Na concretização dessa pesquisa, visitamos cinco escolas que tinham sido contempladas com a construção das cisternas, para conhecer como as mesmas estavam sendo geridas, conforme apresentamos na **Tabela 6**.

TABELA 6 – VISITAS AS ESCOLAS CONTEMPLADAS COM CISTERNAS – 2017

ORDEM	MUNICÍPIO	ESCOLA	REDE	NÍVEL DE ENSINO
Primeira Visita	DORMENTES	Escola de Referência em Ensino Médio Senador Nilo de Souza Coelho	ESTADUAL	ENSINO MÉDIO
Segunda Visita	AFRÂNIO	Escola Municipal Messias José de Macedo	MUNICIPAL	ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
Terceira Visita	AFRÂNIO	Escola Municipal Clementino Coelho	MUNICIPAL	ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

Quarta Visita	AFRÂNIO	Escola de Referência em Ensino Médio Professora Irene Maria Ramos Coelho	ESTADUAL	ENSINO MÉDIO
Quinta Visita	AFRÂNIO	Escola Estadual Antônio Cavalcanti Filho	ESTADUAL	ENSINO MÉDIO

Fonte: Visitas realizadas entre 28/07 e 31/07/2017, pelo autor.

Das cinco visitas realizadas nas escolas contempladas pelo programa, pudemos perceber diferentes realidades:

Na primeira visita, a cisterna foi construída ainda na primeira etapa em 2015, sendo a cisterna de número 2.593. Na escola a mesma é utilizada para armazenamento da água distribuída por carro pipa por meio de convênio com a Prefeitura do Município de Dormentes. A escola não possui horta, portanto, não houve avanço na contextualização da educação nesse aspecto, mas a responsável pela escola informou que outros projetos envolvendo utilização da água e bens da caatinga, são realizados na escola.

De fato a escola mantém aspectos de interação entre seu corpo docente e discente, sendo que os resultados das avaliações externas apontam para uma escola que avança.

Na **Imagens 27** mostramos a Cisterna da EREM Senador Nilo de Souza Coelho e a Frente da escola.

IMAGEM 27 – CISTERNA DA EREM SENADOR NILO DE SOUZA COELHO, EM DORMENTES/PE E A FACHADA DA ESCOLA



Fonte: O autor, 2017.

Na segunda visita, uma escola do Ensino Fundamental Séries Iniciais, percebemos que a cisterna tinha sido recém construída e, portanto, não tínhamos o que falar muito. Mas ressalta-se que essa escola está em uma área de serra com dificuldades para armazenamento de água, portanto, toda água utilizada pela

comunidade (que é uma comunidade de assentados) é oriunda das cisternas construídas pelos programas P1MC ou P1+2. Na **imagem 28** temos a visita feita a Escola Municipal Messias José de Macedo, no sítio Barceiro, em Afrânio/PE.

IMAGEM 28 – CISTERNA E FRENTE DA ESCOLA MUNICIPAL MESSIAS JOSÉ DE MACEDO, EM AFRÂNIO/PE



Fonte: O autor.

Na terceira visita, uma escola do Ensino Fundamental Séries Finais, percebemos que a cisterna ainda estava em construção e que a comunidade escolar não tinha sido capacitada. A referida escola atende aos alunos que estão nas séries finais do Ensino Fundamental e a mesma está localizada na sede do município de Afrânio/PE, conforme mostramos na **Imagem 29**.

IMAGEM 29 – CISTERNA EM CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CLEMENTINO COELHO, EM AFRÂNIO/PE



Fonte: O autor.

A quarta visita ocorreu a Escola de Referência em Ensino Médio Professora Irene Maria Ramos Coelho, pertencente a Rede Estadual de Ensino e localizada na sede do município de Afrânio/PE, sendo que a mesma fora construída ainda na primeira etapa, em 2015 e é a cisterna de número 2.575. A cisterna é utilizada para

armazenamento da água distribuída pela empresa de distribuição de água COMPESA, e na falta desta (o que é quase que semanal), por carro pipa através de convênio com a Prefeitura do Município de Afrânio. A escola também não possui horta, mas a responsável pelas informações no momento, haja vista que a gestora não se encontrava, informou que outros projetos envolvendo utilização da água e preservação da caatinga, são realizados na escola. De fato, a escola tem um dos melhores scores nos resultados dentro da GRE²⁹ Petrolina quanto a avaliações externas e aprovações em concursos de vestibulares. Os alunos matriculados nessa escola, em sua maioria, são oriundos das comunidade e povoados localizados na zona rural daquele município, portanto, já vivenciam na prática as questões de convivência e necessidade de melhor trabalhar esses aspectos. Na **Imagem 30** mostramos a cisterna e a frente da escola.

IMAGEM 30 – CISTERNA E FRENTE DA EREM PROFESSORA IRENE MARIA RAMOS COELHO, EM AFRÂNIO/PE – 2017



Fonte: O autor, 2017.

A última escola visitada, a Escola Estadual Antônio Cavalcanti Filho, que também está localizada na sede do município de Afrânio/PE, tinha sido contemplada. Contudo como é uma escola recém inaugurada pelo Governo do Estado de Pernambuco, precisava de uma autorização especial para a construção da cisterna em seu espaço. Isso ocorre, segundo fomos informados, pelo fato da mesma ainda está no seguro da construção. Ou seja, a construtora tem o prazo de cinco anos para dar assistência a estrutura física da escola se houver algum problema. Inserir uma estrutura não contida na planta originária, somente com aprovação dos engenheiros envolvidos com a construção.

²⁹ Gerência Regional de Educação do Médio São Francisco.

6.2 Tecnologias para captação de água implantadas pelo NEPS

A partir de 2006, com a inserção do NEPS no fórum da ASA, a entidade passou a implementar na sua área de atuação (UGT³⁰), as ações de convivência com o Semiárido de iniciativa daquele fórum de entidades civis não-governamentais. São ações que visam levar dignidade ao homem do campo, gerar renda para as famílias e fomentar nas mesmas o sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Entre as ações mencionadas, vamos apresentar as seguintes: 1) As cisternas do Programa P1MC para o consumo doméstico das famílias; e 2) As cisternas do Programa P1+2 voltadas para a produção de alimentos.

Entre as tecnologias sociais do programa P1+2, destacamos: a) A cisterna-calçadão; b) A barragem subterrânea; c) O barreiro trincheira; d) O tanque de pedra/caldeirão; e) a cisterna enxurrada.

6.2.1 Programa Por Um Milhão de Cisternas (P1MC)

Da parceria do NEPS com a ASA vieram a implantação das cisternas para armazenagem de água para produção de alimentos, por meio do programa P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas Rurais)³¹, que lançado em 2003, e também as cisternas P1+2 (Por Uma Terra e Duas Águas), lançado em 2007, e que deu condição para a produção de alimentos nas pequenas propriedades.

Para Pontes (2010, p.99, apud, Malvezzi, 2007)

A utilização das tecnologias sociais e do surgimento do uso de cisternas em benefício de uma comunidade tem início no começo da década de 1990, no município de Campo Alegre de Lourdes (BA). Nesse município, como em muitos outros, os sertanejos também padeciam da falta de água. Contrariando com a árdua busca por carros-pipa e frentes de serviços, principiaram uma solução local, através de cisternas quadradas, que não logrou grande êxito, pois rachava rapidamente.

Das cisternas quadradas, conforme menciona Pontes (2010, apud, MALVEZZI, 2007) surgiu o debate para a melhor forma de armazenamento de água

³⁰ Unidade Gestora Territorial

³¹ O Programa P1MC foi considerado a segunda iniciativa mais importante do mundo no combate à desertificação pelas Nações Unidas, sendo premiado pela ONU com o Prêmio Política para o Futuro 2017, entregue durante a 13ª Sessão da Conferência das Partes (COP 13) para a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, realizada no dia 11 de setembro de 2017, na cidade de Ordos, na Região Autônoma da Mongólia Interior, no norte da China.

para consumo humano entre várias entidades não-governamentais, chegando então ao formato de redondo e com placas de cimento, modelo que foi experimentado e que melhor se adequou a questão das necessidades no Semiárido brasileiro.

A construção da cisterna através do programa P1MC não ocorre de forma aleatória, mas sim articulada com as associações, sindicatos rurais e Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Sustentável. São esses organismos participativos que apontam as famílias com necessidades de receber a tecnologia social de armazenamento de água, e indicam quais são as mais prioritárias, seguindo uma cartilha de instrução desenvolvida pela ASA. Para o gerenciamento dos recursos destinados a essas construções, a ASA agrupou os municípios do Semiárido brasileiro por Unidades Gestoras Microrregionais (UGM), onde cada UGM é gerida por uma entidade não-governamental. No caso do NEPS, a entidade gerencia a implantação das cisternas do programa P1MC nos municípios de Afrânio/PE, Dormentes/PE, Santa Filomena/PE, Santa Cruz da Venerada/PE, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista/PE.

Ponte (2010) vai dizer que:

Prioritariamente, os beneficiados do P1MC são as famílias agricultoras moradoras da zona rural dos municípios Semiáridos, sem fonte de água potável nas redondezas ou com precariedade nas fontes existentes. A demanda das famílias residentes na zona rural do Semiárido brasileiro sem acesso à rede pública de água é enorme, atingindo cerca de 5 milhões de pessoas. (PONTES, 2010, p.113)

Essa junção de diferentes entidades visa incluir também nos associados, estímulos para a maior participação nas decisões coletivas, pois essas iniciativas têm investimento do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Programa Água para Todos, conforme menciona Pontes (2010, p.117):

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o canal financiador precípua para a ASA e as esferas governamentais. Na primeira fase, os recursos não tinham dotação definitiva, sendo morosos e sem prazos. Cerca de 90% da verba ia diretamente para a ASA e 10% aos Estados. Atualmente, as verbas estão em torno de 50% (ASA e Estados/Prefeituras). Da meta inicial, a ASA construiu, até 1 de outubro de 2013, 89.327 cisternas de placas no semiárido. Durante o segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), além da ASA, o Governo Federal começou a construir

cisternas e, em 2012, passou a comprar e distribuir cisternas de plástico.

Esse modelo de cisterna de plástico não foi bem aceito pela população rural e nem pelas entidades não-governamentais, que elenca como um dos motivos, a falta de articulação entre os beneficiados e as associações, criado a partir da cisterna com placas. Para as entidades o fato de acompanhar todo o desdobramento da construção da cisterna, bem como, da participação em oficinas e palestras sobre a importância, o zelo e cuidados que cada família precisa ter com a tecnologia social que está recebendo, desencadeia nos beneficiados maior esclarecimento quanto aos objetivos da cisterna e lhe dá voz e vez na participação efetiva dentro das associações comunitárias.

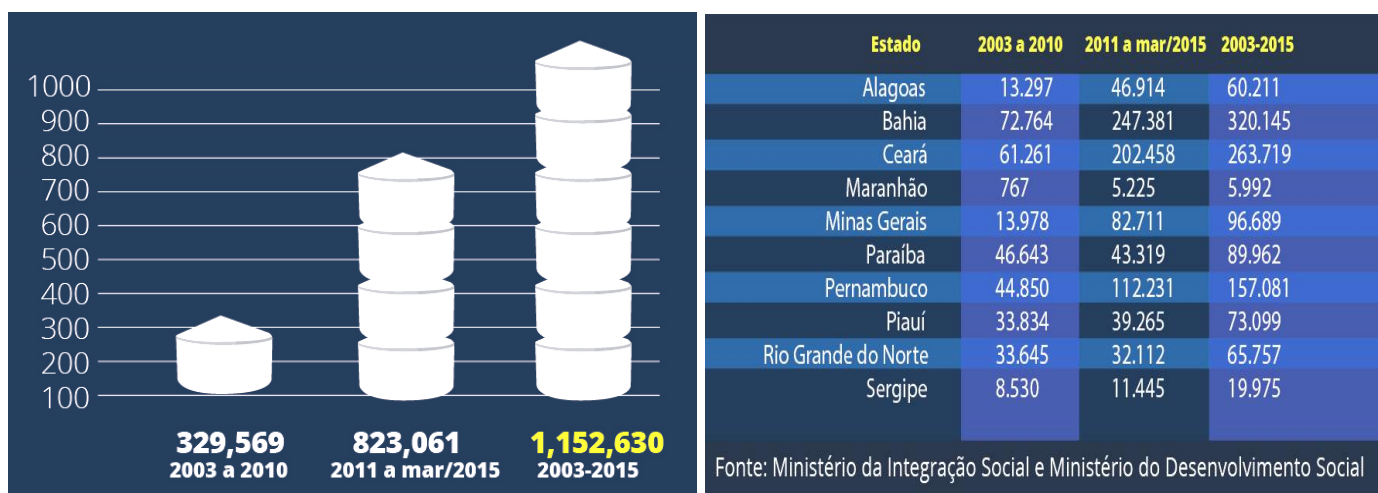
A escolha das famílias beneficiadas também não é aleatório, mas segue a Instrução regulamentada pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, o Decreto nº 8.038, de 04 de julho de 2013 e a Portaria nº 130, de 14 de novembro de 2013. Ou seja, por ser investimento público é necessário lisura na aquisição, dando publicidade aos atos, de forma impessoal, buscando a moralidade dos investimentos públicos e que as ações sejam eficientes e eficazes naquilo que provem ser.

O modelo de cisterna de placas para uso doméstico desenvolvido pela ASA para o programa P1MC tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água, que segundo o informativo da ASA³², é “volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem que pode chegar a oito meses”. A finalidade dessa cisterna é a captação da água da chuva, que caindo do telhado e escorrendo por calhas conectada, chega então ao recipiente onde será armazenada para utilização no período de estiagem.

Segundo dados do Ministério da Integração Social e do Ministério do Desenvolvimento Social, mostrados no **gráfico 3**, já foram entregues desde 2003, através do Programa Águas para Todos, cerca de 1,1 milhão de cisternas, beneficiando 5 milhões de pessoas, conforme mostra-se no Gráfico 3, o qual apresenta também a quantidade de cisternas construídas por Estados pertencentes ao Semiárido brasileiro.

³² Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acessado em 15.Nov.2017

GRÁFICO 3: QUANTIDADE DE CISTERNAS NO PROGRAMA P1MC CONSTRUIDA ENTRE 2003 E 2017

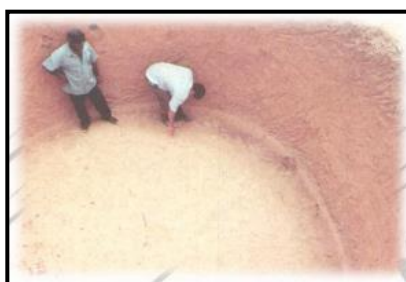


FONTE: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/04/agua-para-todos-garante-abastecimento-a-5-milhoes-no-semiarido-1>

No conjunto de Imagens que forma a **Imagem 31**, mostra-se o esquema de construção, passo a passo, da cisterna para uso doméstico em uma propriedade no Semiárido.

IMAGEM 31: ESQUEMA DE CONSTRUÇÃO DE UMA CISTERNA PARA USO DOMÉSTICO – 2017

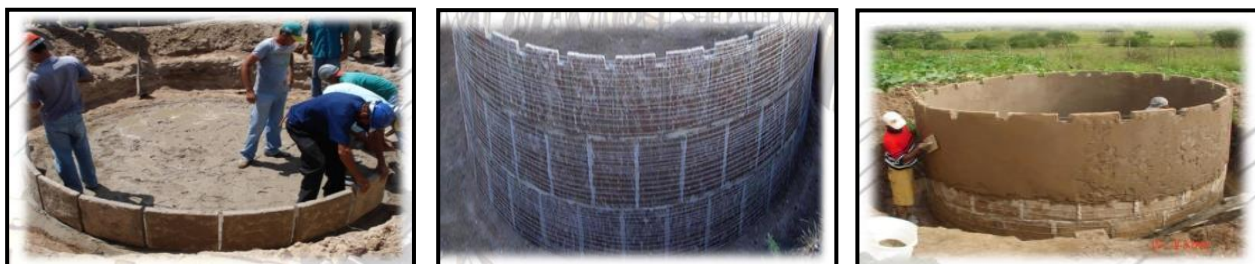
Primeiro escolhe o local adequado e plano.
O fundo da cisterna é construído no formato de uma laje e totalmente nivelado



A construção das placas e dos caibros ocorrem em um espaço ao lado



O próximo passo é a inserção das placas, amarração das paredes e o reboco



O último passo é a cobertura e o acabamento



FONTE: Esquema produzido pelo autor a partir de imagens da Cartilha do Programa Cisterna da CONAB, 2017

Entre os anos de 2006 e 2017 foram construídas, conforme mostramos na **Tabela 7**, um total de 7.363 (sete mil, trezentos e sessenta e três) cisternas do programa P1MC, pelo NEPS, em sete municípios de sua UGT.

TABELA 7 – CISTERNA DO PROGRAMA P1MC CONSTRUIDAS PELO NEPS ENTRE 2006 E 2017

P1MC CISTERNAS PARA USO DOMÉSTICO – IMPLEMENTADAS ENTRE 2006 E 2017		
MUNICÍPIO	QUANTIDADE	PESSOAS BENEFICIADAS
AFRÂNIO	841	3553
DORMENTES	1496	5590
PETROLINA	722	2531
SANTA CRUZ DA VENERADA	861	3657
SANTA FILOMENA	1944	7394
LAGOA GRANDE	822	3170
SANTA MARIA DA BOA VISTA	677	3069
CABROBO		
OROCÓ		
TOTAL	7363	28964

Fonte: Mapas das Tecnologias – ASA. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/#>

A construção dessa tecnologia social nas pequenas propriedades rurais do municípios atendidos, beneficiou cerca de 28.964 (vinte e oito mil, novecentos e

sessenta e quatro) pessoas. Na **Tabela 8**, mostramos o quantitativo de implementações por ano de realização.

TABELA 8 – QUANTITATIVO DE IMPLEMENTAÇÕES P1MC POR ANO DE REALIZAÇÃO

MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ANO											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AFRANIO	515										71	
DORMENTES	355					220	298			103	418	
SANTA FILOMENA			120			300	220	456	440		127	
SANTA CRUZ DA VENERADA										46	84	
SANTA MARIA DA BOA VISTA	150		345			59						
CABROBO												
OROCO												
PETROLINA	199		295			40	99					
LAGOA GRANDE	120		67			27	170					
TRIUNFO									100			

Fonte: Dados disponibilizado pelo NEPS, em 17/11/2017, através do Coordenador Leandro José Cavalcante.

Observem que além dos municípios de atuação, o NEPS ainda implementou no ano de 2014, cem cisternas no município de Triunfo/PE. O motivo é que a quantidade de cisternas autorizadas para a UGT daquele município foi superior a sua capacidade operacional. Nisso, a UGT com mais condição de implementar, assumiu parte do trabalho.

6.2.2 Programa Por Uma Terra e Duas Águas (P1+2)

A implantação de cisternas para consumo humano fez nascer a necessidade de implementação de uma outra tecnologia social voltada para a produção de alimentos através dos Quintais Produtivos, que gerasse soberania no campo, renda para os pequenos produtores e segurança alimentar e nutricional. Surge então, em 2007, através de iniciativa da ASA, a continuação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, criando o programa P1+2, que seria voltado para o armazenamento de água para produção. Pontes (2010, p. 191, apud DIACONIA, 2008) dirá que o programa “tem foco na discussão da produção de alimentos no sertão a partir do manejo sustentável da terra e da água, buscando promover segurança alimentar e geração de renda para as famílias”.

Segundo o IRPAA³³ (2006),

O P1+2 baseia-se no “Programa 1-2-1”, desenvolvido na China. O clima semiárido do Norte da China, mais especificamente do Estado de Gansu, caracteriza-se por chuvas irregulares, evaporação alta e água subterrânea com arsênio. A única fonte de água possível para a agricultura é o armazenamento e manejo de água de chuva. Nos últimos anos, o governo estadual colocou em prática o programa Providenciando água para uso humano e para animais, desenvolvendo a economia agrícola e melhorando o meio ambiente através do uso de água de chuva’, denominado “Programa 1-2-1”.

De fato o programa P1+2 é entendido pela ASA (2016) como sendo um programa guarda-chuva pois congrega o programa P1MC e tem como objetivo ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais:

Com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais, a ASA criou em 2007 o Programa Uma Terra e Duas Águas, o P1+2. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais. O P1+2 integra o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, da ASA, sendo um programa guarda-chuva pois congrega também o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC.

O desenvolvido do P1+2 segue os parâmetros do programa P1MC, onde as entidade sindicais, associações, cooperativas, e demais entidades constituídas, formam as comissões comunitárias e municipais, agregadas ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável e cadastram as famílias que serão atendidas pela entidade ligada a UGT (Unidade Gestora Territorial), seguindo critérios predeterminados. Diferente do P1MC, o novo programa é mais amplo e agrega outras tecnologias sociais em seu escopo, pois fomenta implementações que visam armazenar água para uso na produção e não se restringe apenas à cisterna de placas, são eles: 1) a cisterna-calçadão; 2) a barragem subterrânea; 3) o barreiro trincheira; 4) o tanque de pedra/caldeirão e, 5) cisterna enxurrada. Ressalta-se que tais implementos são inseridos conforme a realidade local, podendo em uma mesma UGT ter as quatro tecnologias ou somente uma.

³³ Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, entidade ligada a ASA, com sede no município de Juazeiro/BA.

A proposta de implementação dessas tecnologias sociais tem como ênfase o trabalho em mutirão, onde a comunidade reúne-se para ajudar uma família, que fará parte do mutirão na ajuda a outras famílias.

Também são realizadas três ações no campo da formação que são: O intercâmbio cultural para conhecer as experiências dos Quintais Produtivos; A sistematização de experiências nas quais são repassados os conhecimentos necessários e onde uma família doa a outra mudas de plantas para iniciar o plantio; A terceira ação seriam oficinas centradas na construção coletiva do conhecimento através de práticas desenvolvida pela instituição que atuando junto a UGT, seria a responsável pela consolidação da tecnologia supracitada.

Na pesquisa empírica visitamos diversas propriedades as implementações das tecnologias sociais do Programa P1+2. São realidades distintas de famílias que buscam na produção dos Quintais Produtivos, uma forma de sobrevivência e geração de renda no Sertão de Pernambuco.

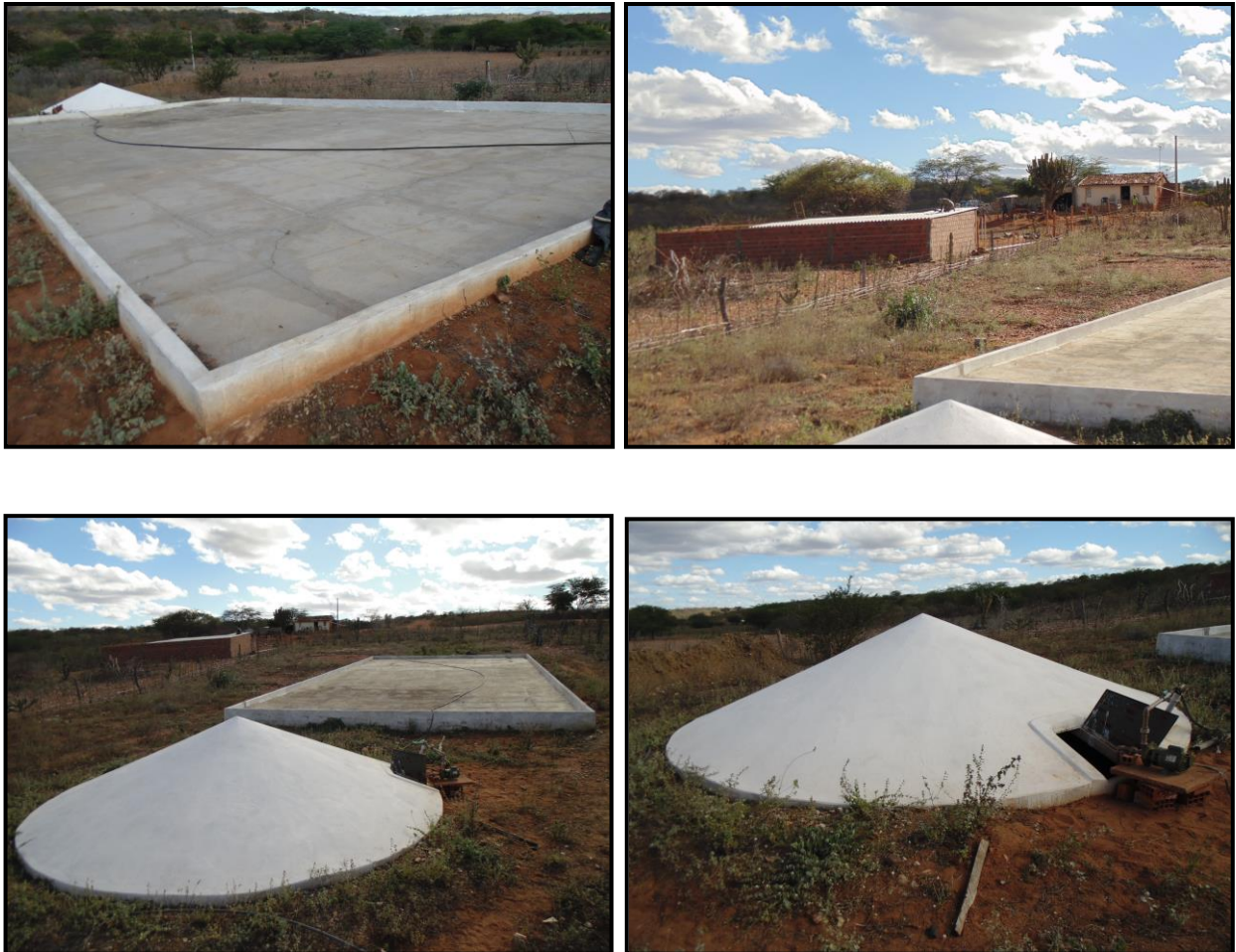
6.2.2.1 A Cisterna-calçadão

A cisterna-calçadão busca captar a água da chuva por meio de um calçadão construído de cimento em um área da propriedade com declive. A área onde a mesma vai ser construída deve medir 200m². Outra coisa importante dizermos é que a mesma tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água, e segundo levantamento da ASA (2016) “são necessários 300mm de chuva para encher a cisterna”. Outra finalidade do calçadão é a secagem de grãos como feijão e milho, no período da safra, em tempos de “bons invernos”, como diz o sertanejo.

Uma questão importante levantada por Pontes (2010, p. 126) é que a área escolhida para ser implementada a cisterna-calçadão precisar estar próximo ao Quintal Produtivo, no intuito de facilitar seu manejo.

Na **Imagem 32**, temos a cisterna-calçadão construída no Sítio Baixio, em Poço Dantas, município de Santa Cruz da Venerada/PE, em vários ângulos.

IMAGEM 32 – CISTERNA CALÇADÃO EM SANTA CRUZ DA VENERADA



Fonte: O autor, 2017.

Ao longo dos anos o NEPS já implementou 293 (duzentos e noventa e três) cisternas-calçadão em sua área de abrangência, como mencionamos na **Tabela 9**:

TABELA 9 – CISTERNA-CALÇADÃO CONSTRUIDAS PELO NEPS

MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ANO											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AFRANIO												
DORMENTES								54				
SANTA FILOMENA								53				
SANTA CRUZ DA VENERADA								41				
SANTA MARIA DA BOA VISTA									61			
CABROBO									50			
OROCO									34			
PETROLINA												
LAGOA GRANDE												

Fonte: Dados disponibilizado pelo NEPS, em 17/11/2017, através do Coordenador Leandro José Cavalcante.

A construção dessa tecnologia social beneficiou cerca de 2.978 (duas mil, novecentos e setenta e oito) pessoas.

6.2.2.2 A Barragem Subterrânea

A barragem subterrânea, também uma das tecnologias implementadas pelo programa P1+2, é construída em áreas de baixios, córregos e riachos, onde nos tempos chuvosos afluem naturalmente as águas. A construção da mesma requer o cuidado com o espaço onde a escavação foi realizada, que acontece até a camada impermeável do solo, ou seja, até as rochas ou lajedo.

Feito isso, a vala recebe uma lona plástica que recobre toda a superfície da escavação e o sangradouro, que é o centro de onde a água passa com mais velocidade e não destrói o espaço com lona. Mas para que a tecnologia social possa acontecer a contento, alguns cuidados precisam acontecer e algumas medidas são necessárias, conforme observa Pontes (2010):

A profundidade (de 1,5 a 4,5 m), o comprimento (30 a 100 m) e a largura (60 cm a 1 m) variam de acordo com cada sítio. Fora dessas medidas é preciso procurar outro lugar. Concluída a barragem, vem o sangradouro, que escoo o excedente. A barragem reterá a água que infiltra deixando a terra úmida para plantação, gerando uma 'ilha verde'. É construído um poço com anéis de concreto e cimento com fundo na terra a uma distância média de cinco metros da barragem e abastecida por essa, assegurando água nas estiagens. É feita uma caixa d'água no quintal produtivo, enchida com água do poço que servirá para irrigação. (PONTES, 2010, p.127).

Na área de atuação do NEPS foram poucos os municípios que receberam essa tecnologia social. Isso ocorre porque, como mencionado acima, o local onde será construído tem que seguir toda uma norma de segurança. O terreno precisa ser uma passagem de água que será parcialmente modificada para recebê-la. E as barragens subterrâneas construídas nessa área não foram implementadas pelo NEPS.

Somente nos municípios de Dormentes, Santa Cruz da Venerada e Santa Filomena, que as mesma foram implementadas. Como já dissemos, as tecnologias são adequadas a geografia do município e a necessidade de quem vai recebê-la. Isso demonstra a lisura do processo e faz com que a mesma cumpra sua finalidade e papel social.

6.2.2.3 O Barreiro Trincheira

O barreiro trincheira segue os mesmos modos de construção de uma barragem subterrânea, porém o mesmo é muito mais barato e portanto, é uma tecnologia social acessível às famílias que têm em suas propriedades algum tipo de passagem de água nos períodos chuvosos.

A diferença entre o barreiro trincheira e a barragem subterrânea está no material que ambos utilizam. No primeiro, é escolhido o local onde será feita a escavação, que tem a mesma profundidade, comprimento e largura que o segundo, contudo, o barreiro trincheira não necessita de lona e nem é feita sangradouro. As águas armazenadas são aquelas que ficarão com as chuvas.

Segundo a ASA (2014), o barreiro trincheira:

Serve para armazenar a água da chuva, matar a sede dos animais e, também, para que a família possa ampliar a sua área produtiva com verduras, legumes e frutas que ajudarão na alimentação e melhoria da saúde. Dessa maneira, o barreiro-trincheira ajuda a garantir a segurança alimentar e nutricional das pessoas. Caso haja sobras na produção, elas podem ser comercializadas. Quem possui um barreiro-trincheira consegue fazer o que antes era impossível. Consegue plantar e produzir não só quando chove, mas também nos períodos de estiagem. (ASA, 2014, p.10)

Essa tecnologia social é implementada pelo NEPS em propriedades da sua área de atuação e conta com os mutirões da comunidade nessa empreitada. Sua construção ocorrem em etapas. A primeira é a convenção das famílias no tocante a importância da tecnologia para armazenagem de água. Para a ASA (2014, p. 15) “esse diálogo ajuda a aproximar a tecnologia da vida da família, contribuindo para que se entenda o ambiente no qual estão inseridas e de onde tiram o seu sustento”. A segunda etapa é a escolha do local. É preciso que seja uma passagem de água em tempos chuvosos e próximo ao local onde o Quintal Produtivo está inserido, e que seja um local onde possa na profundidade encontrar rochas, pois serão elas que farão a contenção da água armazenada. A terceira etapa é a sondagem e construção do barreiro. A mesma deve acontecer antes do período chuvoso, sem pressa e com a profundidade necessária para armazenar água. A ASA (2014) observa que:

É importante salientar que antes de iniciar a escavação é necessário fazer a sondagem do local. É hora de cavar no mínimo três buracos,

em linha reta, ao longo da possível vala, para se saber a profundidade do solo, a localização do impermeável, através de valas com a profundidade pretendida do barreiro-trincheira. Caso a sondagem não encontre camadas de areia, e ao chegar a 4 ou 5 metros de profundidade, encontre a camada impermeável ou a rocha, o local pode ser considerado adequado para a escavação do barreiro-trincheira. (ASA, 2014, p. 19).

Ao longo dos dez anos de existência do programa P1+2, o NEPS já implementou em sua área de atuação 76 (setenta e seis) barragem trincheira, o que conforme observamos na **Tabela 10**, o beneficiamento de 686 (seiscentos e oitenta e seis) pessoas.

TABELA 10 – BARRAGENS TRINCHEIRAS CONSTRUIDAS PELO NEPS

MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ANO											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AFRANIO												
DORMENTES								14				
SANTA FILOMENA								15				
SANTA CRUZ DA VENERADA								16				
SANTA MARIA DA BOA VISTA									14			
CABROBO									8			
OROCO									9			
PETROLINA												
LAGOA GRANDE												

Fonte: Dados disponibilizado pelo NEPS, em 17/11/2017, através do Coordenador Leandro José Cavalcante.

Nas imagens que se seguem temos quatro barreiros tipo trincheira construído pelo NEPS na sua área de atuação como UGT.

Na **imagem 33** temos um Barreiro Trincheira construído no sítio Pimenta, em Dormentes, na propriedade do senhor Juraci Paulo Macedo Ribeiro e outro no Sítio Volta, em Santa Cruz da Venerada, no ano de 2013.

IMAGEM 33: BARREIRO TRINCHEIRA IMPLEMENTADOS PELO NEPS



Fonte: Acervo do NEPS, 2017

Na **imagem 34** temos um Barreiro Trincheira construído construído no sítio Chapada do Sergipe, de Dona Pedrina e Zezito, no município de Dormentes/PE e outro no Sítio Tabuleiro, no município de Santa Filomena, de propriedade do senhor Vicente Brasilino da Silva.

IMAGEM 34: BARREIRO TRINCHEIRA IMPLEMENTADOS PELO NEPS



Fonte: Acervo do NEPS, 2017

6.2.2.4 O Tanque de Pedra ou Caldeirão

O tanque de Pedra ou Caldeirão é uma tecnologia social implementada em áreas com serras ou em locais onde haja lajedos e que seja passagem de água. Segundo ASA (2016, p.18), “são fendas largas, barrocas ou buracos naturais, normalmente de granito”. Evidente dizer que o volume armazenado será na proporção do tamanho dessa fenda.

Na área da UGT atendida pelo NEPS essa tecnologia social foi implementada apenas em dois municípios: Afrânio, que recebeu 10 (dez) tanques de Pedra, e Santa Maria da Boa Vista, que recebeu apenas 6 (seis) tanques de pedra, no entanto, nenhum deles foi realizado pelo NEPS.

6.2.2.5 A Cisterna Enxurrada

A cisterna enxurrada é uma das tecnologias sociais de iniciativa da ASA e implementadas pelo NEPS que serve para armazenar água da chuva voltada à produção de alimentos e para matar a sede dos rebanhos. A mesma tem sua construção diferenciada das demais haja visto que é construída abaixo do nível do solo e o próprio terreno onde será construída serve como área de captação. Esse tipo

de cisterna é construída no estilo barreira, onde a água ao chegar na mesma acaba escoando por canos que são colocados entre a barreira e a cisterna.

Para ASA (2014a)

A cisterna-enxurrada é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. A água de chuva que escorre pela terra, antes de cair para a cisterna, passa por duas ou três pequenas caixas, uma seguida da outra. A função dessas caixas, ou decantadores, é reter a areia que vem junto com a água para que não cheguem ao fundo da cisterna. É importante verificar se o terreno tem tamanho suficiente para sua construção, em geral, as cisternas-enxurrada quando bem localizadas enchem com facilidade. (ASA, 2014a, p. 10)

A água fica armazenada e é retirada por meio de uma bomba chamada “repuxo”, de forma manual. Como já mencionado é uma água que vai servir para a produção de alimentos e também para a criação de animais.

Como a cisterna está em abaixo do nível do terreno, é feito uma parede que servirá como barreira e que fará o papel de retentor da água para o escoamento pelo cano, como podemos ver na **Imagem 35**:

IMAGEM 35: MODELO DE CISTERNA ENXURRADA



Fonte: Cáritas Diocesano Ruy Barbosa, 2013.

Na área de abrangência do NEPS Já foram construídas 237 (duzentos e trinta e sete) cisternas enxurradas, conforme observamos na **Tabela 11**, beneficiando um total de 1545 (mil e quinhentos e quarenta e cinco) pessoas.

TABELA 11 – CISTERNAS ENXURRADAS CONSTRUIDAS PELO NEPS

MUNICÍPIO	QUANTIDADE POR ANO											
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
AFRANIO												
DORMENTES								31				
SANTA FILOMENA								31				
SANTA CRUZ DA VENERADA								31				
SANTA MARIA DA BOA VISTA									62			
CABROBO									48			
OROCO									34			
PETROLINA												
LAGOA GRANDE												

Fonte: Dados disponibilizado pelo NEPS, em 17/11/2017, através do Coordenador Leandro José Cavalcante.

6.3 Os Quintais Produtivos

A proposta de implementação dos Quintais Produtivos nas pequenas propriedades rurais das comunidades atendidas pelo NEPS surge de experimentos anteriores: as Hortas Comunitárias e Familiares. Porém sua concretização só ocorre depois da inserção das tecnologias sociais de captação das águas de chuva apontadas nesse capítulo. As mesmas, implementadas por iniciativa da ASA, busca levar soberania e segurança alimentar a população do Semiárido brasileiro.

Para que possamos entender a importância dos Quintais Produtivos, é preciso compreender o que veio antes desse formato de agroecologia, que gera renda e dignidade ao homem do campo.

6.3.1 A agricultura familiar como o contraponto da “revolução verde”

A proposta de modernização da agricultura brasileira entendia que o desenvolvimento do campo só ocorreria pela industrialização e da exportação dos produtos aqui produzidos e industrializados. Para que isso ocorresse, era preciso sair do convencional e criar “cinturões” de determinadas culturas ou monocultura, bem como o uso de insumos e defensivos agrícolas para combater pragas que quisesse atingir a lavoura. Para (CARNEIRO et al, 2013), “tal estratégia agroindustrial objetivava o aumento da produção destinada à exportação, transformando alimentos em mercadoria e em um fator importante na economia de mercado”. Passou-se também a buscar sementes geneticamente modificadas (mais

conhecidas como transgênicas), para aumentar a produtividade e diminuir os custos da produção com as perdas por doenças nas plantações.

(CARNEIRO et al, 2013), observa que:

Esses modelos de agricultura tiveram como base a racionalidade econômica e tecnológica dominante, não priorizando a produção de alimentos básicos (feijão, arroz, milho, mandioca entre outros) necessários à segurança alimentar e soberania da população e ao respeito aos ciclos da natureza.

Na contramão da industrialização do campo e dentro da estética de que nas pequenas propriedades, principalmente naquelas inseridas no Semiárido brasileiro onde os efeitos das estiagens são mais presentes, a agricultura familiar vem ganhando força desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, por estabelecer proposta de uma agricultura sustentável com fixação do homem no seu espaço, produção de alimentos para consumo da família e das comunidades.

6.3.2 O fomento à agricultura familiar

As casas sertanejas nas pequenas e médias propriedades rurais têm necessariamente ao seu redor um espaço onde as famílias criam galinhas soltas, tem pequeno pomar, planta uma horta de remédios caseiros, e utilizam também para guardar objetos e coisas. Carinhosamente chamamos esse lugar de *quintal*. O quintal é o espaço social da casa onde todos trafegam, guardam objetos e fazem pequenos consertos nas ferramentas de trabalho, quando necessário.

O espaço é coletivo, mas quem mais predomina nele é a figura feminina, visto que na sociedade rural do Sertão de Pernambuco as mulheres têm jornadas múltiplas: cuidam da casa, dos animais ao seu redor, ajudam o marido na *lida* do campo, educa os filhos e ainda mantém a ternura e a devoção naquilo que lhes garante “a vida eterna”: sua religiosidade, suas crenças.

Partindo dessa premissa e dentro do contexto de associativismo, o Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco iniciou em 2002 um projeto de criação de hortas comunitárias e familiares, dando apoio aos pequenos agricultores de áreas rurais das cidades de Afrânio e Dormentes. Eram hortas coletivas com canteiros individuais, onde as mulheres eram quem assumiam a administração dos mesmos. Era uma iniciativa barata que levava comida de qualidade para as mesas

das famílias daquela região e também, o excedente era vendido nos supermercados das duas cidades. Nesses canteiros se plantavam verduras, fruteiras e plantas medicinais. O NEPS percebendo a potencialidade da proposta conseguiu que outras instituições apoiassem a iniciativa.

Em 2005 já haviam 59 famílias com plantios de hortas nesse formato. Mas para dar certo era preciso que as famílias tivessem também condições de armazenar água. Nesse aspecto vale a ressalva que os efeitos do fenômeno *El Niño* já tinha causado estiagem forte durante o final da década de 1990 (mais precisamente entre 1993 e 1999) e que as políticas públicas de convivência ainda estavam sendo desenhadas.

Vale lembrar que foi durante o período de estiagem prolongada que entidades voltadas para o fortalecimento participativo do homem do campo nos debates nacionais, e as experiências exitosas de várias iniciativas, que nasceu a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). A mesma lançou-se na missão de mudar a realidade a partir de um novo olhar para o Semiárido, focando na agroecologia, na universalidade do acesso a água, ao crédito rural, e ao associativismo.

A partir de 2006, com a integração do NEPS a ASA, a ideia da horta comunitária e familiar, ganhou um novo parceiro, mas também teve seu formato modificado. O modelo comunitário de horta afastava o pequeno produtor de sua terra, da sua produção. E isso não era bom pois para progredir cada família precisava apropriar-se do sentimento de pertença e dos estímulos para permanecer cada vez mais ligado a sua propriedade.

Esse sentimento de pertencimento começa quando você bem cuida do seu “quintal” e leva as experiências e dúvidas para serem debatidas nas reuniões mensais da associação comunitárias. Mas, para que se pudesse ter produção de alimentos nas pequenas propriedades, era preciso que primeiro se resolvesse a questão da água, como já explicitado. Sem água não há como produzir alimentos, o que foi resolvido com o Programa Por Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

O surgimento dos Quintais Produtivos como tecnologia social não é algo isolado, mas contempla além do plantio de horta para alimentação e comercialização do excedente, também a criação de galinhas, porcos e um pequeno rebanho de caprinos e ovino. Juntos e com o advento do reuso das águas cinzas da casa (que trataremos mais adiante), bem como da implantação do biodigestor (que também trataremos mais adiante), eles completam o ciclo de tecnologias voltadas para a

convivência com o Semiárido. Ciclo esse que inicia com a implementação das cisternas (P1MC e P1+2) e que termina quando as famílias produtoras descolam-se com a produção em um reboque disponibilizado também como parte do ciclo para participarem da Feira Agroecológica no intuito de comercializar a produção colhida.

6.3.3 A implantação dos Quintais Produtivos

Como já mencionado, a proposta de modernização da agricultura brasileira entendia que o desenvolvimento estava atrelado a industrialização e da exportação, não levando em consideração muitas vezes, a potencialidade da agricultura familiar que ao longo da história política e social desse país foi quem levou comida as mesas dos brasileiros. Mesmo com essa lógica irreal que o campo tem que produzir para exportar, a agricultura familiar tem avançado e demonstrado que com pequenas tecnologias sócias se produz sem usar defensivos ou agrotóxico. Também que esse é um mercado que vem ganhando espaço. As famílias tem buscado no orgânico uma forma de alimento mais saudável.

Como já mencionado, em certo período da história o combate à seca virou política de governo, porém os resultados não chegaram para todos. As mazelas sociais ainda são explícitas. Mas, nos últimos vinte anos têm se levantado vozes lutando pela valorização e fixação do homem do Semiárido em seu espaço habitual. Essas vozes tem tido ressonância e aos poucos, da escola às lideranças políticas, um novo olhar têm sido colocado e ao invés do combate, convivência. Ao invés da fome, produção, geração de renda, dignidade e esperança. Aquela propriedade rural cercada pela sequeidão da estiagem aos poucos vem ganhando cores vivas, de vida.

O quintal da casa que sempre foi local para as mulheres produzirem ervas, pequenos pomares e criatórios de aves, além de servir como espaço para guardar objetos, onde também era chamando de “monturos” por armazenar os lixos e resíduos produzidos pela família, vem ganhando além de hortas, as mãos da família e da comunidade na sua vivência.

Pereira (2014) observa que:

Pedagogicamente falando era também um espaço de inclusão social, onde os filhos podiam comprovar para os pais, principalmente para o pai, sua capacidade de aprendizagem e operacionalização produtiva. O não colocar em risco a segurança econômica da família sempre foi uma das grandes preocupações do progenitor masculino familiar.

Aplicar conceitos e conhecimentos novos e inovadores nas áreas, era entendido como colocar em risco e em cheque todos os conhecimentos herdados pela cultura e podiam também comprometer o equilíbrio econômico da família. (PEREIRA, 2014, p. 5).

O quintal de uma casa é um espaço pedagógico porque nele as crianças se misturam a natureza das coisas e inventam seus mundos. Freire (1989) relata que foi no quintal de sua casa lá no bairro Casa Amarela, em Recife, que teve sua iniciação ao conhecimento de mundo. E ele descreve isso em “a importância do ato de ler”, contextualizando seu pensamento com o espaço geográfico e físico de sua infância.

Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal intimidade entre nós – à sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis à minha altura eu me experimentava em riscos que me preparavam para riscos e aventuras maiores. A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço – o sítio das avencas de minha mãe -, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros - o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quem-vem, o do bem-te-vi, o do sábia -, na dança das copas das árvores soprando por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos, as águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam também no assobio do vento, nas nuvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores – das rosas, dos jasmims -, no corpo das árvores, na casca dos frutos. Na tonalidade diferente de cores de um mesmo fruto em momentos distintos: o verde da manga-espada verde, o verde da manga-espada inchada, o amarelo esverdeado da mesma manga amadurecendo, as pintas negras da manga mais além de madura. A relação entre estas cores, o desenvolvimento do fruto, a sua resistência à nossa manipulação e o seu gosto...Daquele contexto faziam parte igualmente os animais: os gatos da família, a sua maneira manhosa de enroscar-se nas pernas da gente, o seu miado, de suplicia ou de raiva; Joli, o velho cachorro negro de meu pai, o seu mau humor toda a vez que um dos gatos incautamente se aproximava demasiado do lugar em que se achava comendo e era – “estado” -desportivamente perseguia, acuava e matava um dos muitos timbus responsáveis pelo sumiço de gordas galinhas de minha avó. (FREIRE, 1989; p. 12-13).

A citação de Freire (1989) pode até ser longa mas não dá para cortá-la porque o tecer das palavras a poesia vai acontecendo. O leitor vai sendo envolvido

com o contexto e vai sentindo-se como se estivesse naquele quintal lá na Estrada do Encanamento. O quintal de uma casa é o lugar onde as crianças aprendem. Onde a criança do meio rural convive com animais e com plantas. Vê a sequeidão e sente as dores da fome, da seca, do sofrimento. Mas as bonanças que ali naquele lugar onde as mulheres sempre plantam uma roseira, floresce frutos e flores.

Foi pensando na importância do quintal para a família que o NEPS passou a implantar pequenas hortas denominadas de Quintais Produtivos no seio das famílias dentro das áreas de abrangência enquanto UGT. Havia uma necessidade de levar as famílias aspectos de segurança alimentar, nutricional, bem como aproveitar as águas que saiam das torneiras e iam para a fossa séptica. Era preciso mostrar as famílias a importância da boa utilização daquele espaço pedagogicamente familiar. Era preciso desconstruir a ideia de que o “monturo” era local de jogar lixo apenas. Também era preciso agregar as aves com os quintais. Nasce então, Os Quintais Produtivos no formato mandala, como observamos na **Imagem 36**:

IMAGEM 36: QUINTAL PRODUTIVO NO FORMATO MANDALA NO SÍTIO NOVA OLINDA, EM SANTA CRUZ DA VENERADA/PE



Fonte: Francisco Coelho, 2014

O Sítio Nova Olinda onde foi implantado o Quintal Produtivo no formato mandala, fica na zona rural do município de Santa Cruz da Venerada/PE e pertence a senhora Maria de Lima Rodrigues da Silva (Dona Lica), que nessa pesquisa nos concedeu duas entrevistas: a primeira para falar sobre o Quintal Produtivo em sua propriedade em 08 de julho de 2017, e a segunda, para falar sobre o Natal das Comunidades, que já apresentamos no capítulo anterior, sendo essa entrevista

concedida em 23 de outubro de 2017. O sítio Nova Olinda, pertencente a Dona Lica foi o primeiro a receber um Quintal Produtivo, que nos informou o seguinte:

Sou apoiada pelo NEPS eles me deram a cisterna calçadão e ajudou para que a gente fizesse os canteiro mandala. Hoje graças a Deus já tem alguém copiando, porque a gente não pode guardar só para nós. Agradeço primeiramente a Deus, segundo ao NEPS. Toda semana eu me mantenho aqui com a produção trazendo da roça, do quintal produtivo, hortaliça, frutas.... e tem um galinheiro que também foi fornecido pelo NEPS.

O Quintal Produtivo do Sítio Nova Olinda serviu como experimento inicial para que outros fossem construídos. O formato mandala (que segue o formato usado no tantrismo³⁴) tem no centro um criatório de galinhas e é circundado por diferentes camadas. Em cada uma das camadas planta-se um tipo de cultura: hortaliça e verdura. Na última camada (do centro para fora), temos as fruteiras, que além de dar seus frutos, ainda protege as demais camadas.

A iniciativa pioneira deu certo e outros 19 (dezenove) Quintais Produtivos foram implantados pelo NEPS, com apoio institucional da ASA e de dois novos parceiros: o Itaú Social³⁵ e o Instituto Ekos Brasil³⁶. Como já mencionado, a proposta do Quintal Produtivo é agregar outras tecnologias sociais que venham fortalecer o homem no seu espaço. O quintal só acontece se antes tecnologias de captação de água forem instalados, a exemplo das cisternas, barreiros e barragens.

Na **Imagem 37** veremos o Quintal Produtivo (número 16), pertencente à família da senhora Jailma Gomes dos Santos Silva, do Sítio Pedro, localizado na área da Comunidade de Poço Dantas, no município de Santa Cruz da Venerada/PE.

³⁴ Movimento filosófico e ritualístico que influenciou seitas hinduístas, budistas e jainistas, fundamentado nas prescrições e nos ensinamentos dos tantras

³⁵ A Fundação Itaú Social desenvolve, implementa e compartilha tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira.

³⁶ O Ekos Brasil foi criado em agosto de 2001, por iniciativa do geólogo suíço-brasileiro Ernesto Moeri, para a preservação da biodiversidade e a promoção da sustentabilidade.

IMAGEM 37: QUINTAL PRODUTIVO NO FORMATO CONVENCIONAL DO SÍTIO PEDRO, EM SANTA CRUZ DA VENERADA/PE



Fonte: O autor, 2017.

6.3.3.1 O criatório de galinha caipira

O Quintal Produtivo mostrado na Imagem 37 não segue o formato mandala, mas o tradicional de uma horta. Isso acontece porque a viabilidade da implementação dessa tecnologia segue a forma como o pequeno produtor agrega valor à sua produção, bem como a questão espacial. O pequeno produtor, na sua maioria, quer o criatório de galinhas separado do Quintal. É o que acontece, por exemplo, no sítio Baixio, do Senhor Cícero Rosalvo Gomes de Souza, onde o Quintal Produtivo acontece em um espaço da propriedade e o galinheiro em outro. Na pesquisa empírica visitamos o sítio Baixio e acompanhamos a confecção do galinheiro, que em forma de mutirão foi construído naquela propriedade, como mostramos nas **Imagens 38** abaixo:

IMAGEM 38: CONSTRUÇÃO DO GALINHEIRO NO SÍTIO BAIXIO



Fonte: O autor, 2017.

O criatório de galinhas sem raça definida, mas apelidadas de “caipira”, construído no sítio do senhor Cícero Rosalvo é dividido em seis espaços, sendo um deles feito de alvenaria, no caso o galinheiro, onde em seus poleiros, as aves passam a noite e também é lá que se encontra a chocadeira. Tem também uma área aberta onde durante o dia as aves circulam e que tem os bebedouros e os comedouros. A frente dos mesmo um cercado dividido em quatro partes (também chamado de piquetes) onde estão as plantas e a terra para serem ciscadas. Os piquetes são abertos um por vez e passa sete dias nessa condição enquanto os demais estão se recuperando. O tamanho total do criatório visitado é 200m². Sendo um espaço grande ajuda na manutenção, na limpeza e na sanidade das aves.

6.3.3.2 O aprisco para as cabras e ovelhas

Os Quintais Produtivos recebem em sua construção o esterco de caprinos e ovinos, muitos deles do próprio plantel do sítio onde a tecnologia social está sendo implementada. Isso ocorre por questões, primeiro, da quantidade de animais do criatório, também por ser esse tipo de esterco rico em substâncias que ajuda no desenvolvimento de folhagem e por poluírem menos o ambiente, além de serem mais barato sua criação que o rebanho bovino. Segundo dados do IRPAA (2001),

Uma vaca pesando 205kg consome diariamente 53 litros de água e comem o mesmo que 8 cabras juntas, fornecendo cerca de 3 litros de leite/dia e só dão uma cria por parição. As oito cabras juntas pesando 200kg no total, consomem 48 litros de água por dia, comem o mesmo que uma vaca e podem dar 20 crias por ano. (IRPAA, 2001, p. 8)

O aprisco é outra tecnologia social implementada pelo NEPS e que é direcionada aos Quintais Produtivos.

Na **Imagem 39**, temos um aprisco construído pelo NEPS na propriedade do senhor Cícero Rosalvo Gomes de Souza, que tem o esterco utilizado na adubação orgânica de seu Quintal Produtivo.

IMAGEM 39 – APRISCO DO SÍTIO BAIXIO CONSTRUÍDO PELO NEPS

Fonte: O autor, 2017.

A produção que vem dos Quintais Produtivos precisam ser levadas para comercialização. Nisso, nasceu a ideia de uma Feira Agroecológica em Santa Cruz da Venerada/PE.

6.4 A Feira Agroecológica dos Quintais Produtivos

A partir dos primeiros Quintais Produtivos e das colheitas que os pequenos produtores começaram a tirar, em agosto de 2014, o NEPS lançou em Santa Cruz da Venerada/PE a Feira Agroecológica dos Quintais Produtivos, sendo esse um espaço para comercialização dos produtos da agricultura familiar local, bem como das produções de doces, bolos e outros alimentos feitos pelas famílias. Cada agricultor recebeu barracas padronizados onde são expostos os produtos trazidos do campo e cada agricultor, um avental também padronizado. Os consumidores encontram frutas, legumes, e hortaliças produzidos sem uso de agroquímicos, além de mel que também é produzido em algumas localidades, pão caseiro, doces, sorvetes, ovos, frango abatido, entre outros.

Segundo Maria de Lima Rodrigues da Silva (Dona Lica), o NEPS apoiou os pequenos produtores na organização a feira agroecológica, montando o espaço e dando suporte com capacitações constantes sobre higiene, cultivo se agrotóxicos, e manuseio da terra. Além disso, todo final de mês os produtores se juntam na casa

de apoio em Santa Cruz da Venerada para avaliar e discutir metas para o mês vindouro. Segundo Dona Lica:

Temos também essas reunião para avaliar. De mês em mês, nós sentamos, os feirantes aqui em Santa Cruz, ali num apartamento que a gente alugou... E assim a gente avalia as feira, as banca, como é que a gente está convivendo uns com os outros. Aqui nós somos uma família.

O relato da Senhora Maria de Lima Rodrigues da Silva (Dona Lica) é que a feira foi uma conquista do pequeno produtor. Para ela a feira passou a existir mas nada acontece de forma aleatória ou foi instituída pelo NEPS e deixada de lado. A instituição continua dando total suporte para que as famílias possam trabalhar e vender seus produtos. Na **Imagem 40**, temos Dona Lica em plena atividade de comercialização na Feira.

IMAGEM 40: DONA LICA COMERCIALIZANDO PRODUTOS



Fonte: Angela Santana, 2014.

Como mencionado, em uma das reuniões de avaliação, foi apresentado a necessidade de se encaminhar projeto para que os produtores pudessem melhorar o escoamento da produção do campo para a feira, haja visto que muitos dependiam de transportes particulares o que encarecia a produção. Nisso, foi apresentado projeto pelo NEPS e as mesmas instituições que apoiaram a implementação dos Quintais Produtivos, também patrocinaram a aquisição de reboques para motos com o objetivo do escoamento da produção. Os mesmos são padronizados e tem o objetivo de facilitar a vida do pequeno produtor, como vimos na **Imagem 41**, abaixo:

IMAGEM 41: REBOQUE PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO



Fonte: O autor, 2017.

Outro entrevistado, o senhor Jailson Soares Guimarães, do Sítio Boboeira em Santa Cruz da Venerada/PE, que também é beneficiário de um Quintal Produtivo e tem sua produção comercializada na Feira Agroecológica, em entrevista concedida no dia 08 de julho de 2017, aponta que começou a trabalhar na feira a partir do incentivo do NEPS, das capacitações que a entidade preparou. Na feira ele vende hortaliças e verduras e acrescenta “recebi a banca, os equipamentos e ainda um reboque para trazer na moto as produções”. Questionado sobre a renda adquirida nas vendas é afirma que “a feira gera renda, não muita, mas gera. A renda da família... dá para ir levando. Além do lucro a gente tem um alimento de qualidade”.

O alimento de qualidade citado por seu Jailson Soares diz respeito ao produto que eles plantam e comercializam e que não usam agrotóxicos. No combate as pragas e insetos “a gente utiliza o produto natural mesmo, o ninho, o sabão líquido, aquele detergente de limão, também a maniçoba também, é muito boa. Coloco quando aparece. Agora mesmo não está tendo nada, estou usando só o esterco mesmo...”

6.5 O Biodigestor Sertanejo: um relato de experiência piloto no Sítio Baixio

A experiência apresentada foi implementada como “projeto piloto”, pelo Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco, no Sítio Baixio, que fica na comunidade de Poço Dantas, no município de Santa Cruz da Venerada, Estado de Pernambuco. Trata-se de um “Biodigestor Sertanejo”, construído nas proximidades da cozinha da casa, no lado externo, alimentado pelo esterco

produzido pelas fezes bovinas, sendo que esta é a principal fonte energética para produção do gás.

O esterco, que é a matéria-prima para a produção do biogás, é produzido na propriedade onde são instalados. Isso mantém a autonomia da família em relação ao principal combustível doméstico. Além disso, a manutenção simples não compromete as demais atividades da unidade de produção. Os volumes de biogás, aliado às suas propriedades, atendem à demanda com qualidade e eficiência. (MATTOS e JUNIOR, 2011, p.8)

É importante observarmos que a experiência com biodigestor não é uma novidade no tocante ao Brasil, nas palavras de Mattos e Junior (2011), "...eles foram introduzidos no país tomando-se como base modelos provenientes da China e Índia", bem como está sendo difundido largamente em toda a região Semiárida Brasileira. Contudo, no espaço geográfico de atuação do NEPS, este em questão, foi o primeiro a ser implantado, servindo como experimento piloto.

As tecnologias sociais implementadas no Semiárido Brasileiro, tem modificado a forma de convivência e adaptação do homem ao meio em que vive, bem como a diminuição dos impactos ao meio ambiente causados pela excessiva emissão de gases metano oriundas da criação bovina, além de evitar a destruição da vegetação do bioma Caatinga pelo desmatamento para aquisição de lenha e servir como mola propulsora da economia doméstica, que deixa de gastar seus recursos financeiros com a aquisição de gás GLP. O Semiárido Brasileiro, região inóspita, com suas diversidades e elevadas disparidades sociais causadas justamente pela escassez hídrica, apresenta-se nas ações do homem a partir da natureza, porém, as vivências exitosas de famílias que conseguem vencer as dificuldades preservando o meio ambiente, dele retirando seu alimento, e gerando renda com o excedente, tem mostrado que se pode conviver com tais dificuldades sem destruir o meio em que vivemos.

Conforme Carvalho (2012) menciona,

O Semiárido Brasileiro do século XXI ainda é demarcado pela forte exclusão social, mas, por outro lado, por um crescente posicionamento crítico e propositivo da sociedade civil. As lutas contra a pobreza, as injustiças sociais e as formas de ação e intervenção descontextualizadas por parte do Estado moldaram um papel proativo desse segmento social, que, nas últimas décadas vem pressionando a democratização e o controle social dos programas de desenvolvimento. (CARVALHO, 2012, p. 1).

É fato que fomos modelados, enquanto Nação, pelos ditames do capital, e que a região Nordeste, segundo a professora Tânia Bacelar (2008) herdou nos seus pilares de formação, aspectos dessa imposição, como a) Ocupação do território brasileiro aconteceu a partir do litoral; b) Existe uma diversidade regional; c) A excessiva concentração econômica está no Sudeste; e d) Há uma concentração geográfica interna.

A pobreza, que durante muitas décadas serviu como justificativa para políticas de “salvamento” para a região Nordeste, acabou consolidando uma forma de desenvolvimento contrário a lógica racional de sobrevivência no Semiárido Brasileiro. Em certo período, investiu-se muito em culturas que acabaram enfraquecendo o solo e tornando-se pragas. Em períodos pretéritos, tais condições serviram para que movimentos de cunho religioso também levantasse no intuito de fazer com que o Estado olhasse de forma diferenciada para o homem do Semiárido.

6.5.1 Sítio Baixio: Localização do Experimento

O Sítio Baixio, está localizado na área da Comunidade de Poço Dantas, no município de Santa Cruz da Venerada/PE, distante deste 30km. Sua área limita-se a Serra da Seriema, sendo deixada por herança do senhor Antônio Costa Correia, já falecido, a 5 filhos. O mesmo foi construído na partilha de Cícero Rosalvo Gomes de Souza, mais conhecido na região como “Rosalvo”. O mesmo é casado com a senhora Maria Aparecida Silveira Alencar Souza.

O casal vive da agricultura de subsistência em área de sequeiro, com a criação de um pequeno plantel de ovelhas e cabras, galinheiro, plantio de hortaliças e um pomar. Tais produções servem, primeiro, como segurança alimentar da família, e o excedente é levado para a Feira Agroecológica de Santa Cruz da Venerada. Além disso, eles mantem um pequeno plantio de palmas (no modo tradicional e no modo irrigado) e de capim. Ambos recebem água para irrigação oriunda do reuso de águas cinza da casa.

6.5.2 O Propositor do Projeto

O NEPS apresentou em 2015 a Fundação Itaú Social e Ekos Brasil, instituições sociais que buscam fomentar o desenvolvimento de ações que utilizam

tecnologias sociais sustentáveis de preservação do meio ambiente e geração de renda, projeto de implementação de um “Biodigestor Sertanejo” com a finalidade de fornecer gás metano para uma família do Semiárido Brasileiro. No projeto, que fora aprovado como parte suplementar do “Projeto Quintais Produtivos”, a escolha do Sítio Baixio se deu por entenderem que aquele era um projeto piloto e portanto, era necessário escolher uma família que tinha potencial para acolher e dar continuidade, conforme relatou Manoel Ireno de Souza, representante da instituição.

6.5.3 O Biodigestor Sertanejo

Conforme nos relatou o senhor Cícero Rosalvo Gomes de Souza, a implementação do biodigestor, foi construída em junho de 2016 e sua utilização aconteceu em setembro daquele mesmo ano. Toda tecnologia utilizada é acessível a qualquer pessoa, sendo que o armazenador do gás é uma caixa de água com capacidade para 3000 litros. A caixa, como veremos nas Imagens 44, foi colocada emborcada, dentro de uma parede redonda construída em alvenaria. Ao lado da estrutura de produção e armazenamento do gás metano, observa-se uma outra estrutura de alvenaria onde é inserido o esterco bovino.

O mesmo desce por um cano de 100mm, e se estoca em baixo da caixa (que como citado acima, está com sua parte aberta para baixo). Ainda no lado oposto a estrutura de inserção do material que servirá como produto para produção do gás metano, temos outra construção, onde o excedente desse material já produzido é expelido.

O gás armazenado segue por uma estrutura de cano de PVC na cor azul, que é mais reforçado que o convencional e é levado para um filtro também caseiro, contendo água mineral e álcool hídrico, que tem a função de extrair os odores produzidos pelo metano. Sem odores, os gases são canalizados para a cozinha da casa, onde alimenta o fogão. Segundo o senhor Cícero Rosalvo, a economia da família é de dois botijões de gás por mês, haja vista que além do preparo dos alimentos da casa, a família fabrica guloseimas e doces caseiros que são levados para comercialização na Feira Agroecológica que ocorre aos sábados, como já citado acima. Na sequência da **imagem 42** temos o passo a passo para construção de um biodigestor.

IMAGEM 42: O PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO BIODIGESTOR SERTANEJO

Passo 1: nivelamento do solo e construção das paredes



Passo 2: construção das paredes



Passo 3: Colocação da caixa d'água



Passo 4: Montagem do biodigestor



Fonte: Antônio Pereira Barros – NEPS, 2017.

O biodigestor sertanejo não é uma tecnologia social inventada do NEPS como já mencionado. A instituição implementou essa primeira construção com o intuito de apresentar sua viabilidade técnica perante as demais instituições e organismos governamentais, para que essas possam investir na criação de novos biodigestores no Sertão de Pernambuco.

6.6 O reuso das águas cinzas: relatos de experiências a partir do Sítio Pedro

A última tecnologia social que apresentamos nessa pesquisa é o reuso das águas cinzas nas pequenas propriedades. Como já dissemos, para que haja viabilidade da implantação de um Quintal Produtivo é necessário que o entorno do mesmo seja constituído de outras tecnologias para captação de água da chuva. Sem água é impossível a implementação de um quintal. As tecnologias nesse aspecto são interligadas. O entorno do Quintal Produtivo é consubstanciado por tecnologias que ajudarão na sua concepção e facilitará a produção de alimentos por parte do agricultor.

O tratamento das águas cinzas da pequena propriedade é uma das tecnologias desenvolvidas pelo NEPS e que tem ajudado o pequeno produtor na sua propriedade a reusar as águas que antes iam para a natureza sem o devido tratamento e que agora volta de forma irrigada para culturas de raízes profundas e pastagens.

A experiência do reuso das águas cinzas foi observado *in loco* no sítio Pedro, de propriedade da senhora Jailma Gomes dos Santos Silva e família, que fica no

povoado de Poço Dantas, em Santa Cruz da Venerada/PE. Contudo, entrevistamos outros pequenos produtores que também citaram a importância dessa tecnologia social para a questão da água em suas propriedades. Nesse implemento, busca-se utilizar de tecnologia social para o reaproveitamento através do tratamento das águas cinzas, feito com recursos naturais como areia, brita e carvão que servem para filtragem das impurezas, dispensando qualquer tipo de produto químico, evitando que o esgoto cause maiores danos ao ambiente, sendo que essa água serve para irrigação das culturas de raízes profundas, campo de pastagens e plantios de palmas tipo "forrageira". Além de ser um tipo de tecnologia que ajuda o homem do Semiárido no manejo dos recursos hídricos, na utilização das águas que tidas como inservíveis para o desenvolvimento de alimentação animal nos longos períodos de estiagens.

A aplicação de tecnologia social para tratamento das águas cinzas nas propriedades rurais tem sido uma das dinâmicas desenvolvidas, enquanto política social, pelo Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), que articulado com a Articulação do Semiárido brasileiro (ASA), tem fortalecido o pequeno agricultor na concretização de sua fixação no campo. Os esforços contínuos de adoção de sistemas de reutilização de águas residuais é justificado pela escassez de fontes de água doce provocada pela demanda crescente, considerando o aumento populacional e a utilização da mesma na irrigação de pequenas e grandes propriedades. Esse crescente aumento da demanda, segundo dados divulgados em 2010 pelo Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), é caracterizado pela população mundial que chega a 6,9 bilhões de pessoas e que fortalece a necessidade de criar meios para produção de alimentos.

De acordo com Ciccillato (2013, p. 8 apud TERSTRA, 1999).

As estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2050 o contingente populacional do planeta será de 9,3 bilhões de habitantes, e no final do século chegará a 10,0 bilhões de habitantes, partindo-se do pressuposto que para esse cenário as taxas de fecundidade diminuirão ao longo do tempo. O aumento da população, não só aumenta a demanda de água pelo consumo individual, mas indiretamente pela expansão das atividades agrícolas e industriais (CHIN et al., 2009). O setor agrícola exerce o maior consumo de água doce do planeta, sendo responsável por 70%. Em segundo lugar vem o consumo doméstico, com 23%, aumentando em média 4% desde 1990. Por último vem o setor industrial com 7%.

Das áreas do rurais do Semiárido brasileiro, a escassez de água é causado pelas estiagens constantes que assola a região, e pelas implicações que ocorrem no contexto da falta de políticas públicas claras para o enfrentamento sistemático dessa situação, o que leva as populações atingidas pelas secas a criar meios de reserva de água das chuvas que mesmo escassas, caírem sobre a região. Também a reutilizar as águas inservíveis que saem das torneiras das residências, tanto da parte da cozinha quanto do banheiro. Esse reuso das águas tidas como cinzas, está sendo implementado como alternativa de reutilização adequado dos recursos hídricos. O conceito de reuso, nas palavras de (FERNANDES et al. 2006, p. 20) é “a reutilização da água que após sofrer tratamento adequado, destina-se a diferentes propósitos, com o objetivo de se preservarem os recursos hídricos existentes e garantir a sustentabilidade”.

Nisso ao buscar alternativas de abastecimentos de água para uso humano e animal, uma das alternativas encontradas e que vem sendo colocada em prática é o reuso das águas das torneiras, chuveiro e vaso sanitário, que é uma forma de reaproveitamento sustentável do líquido até então desperdiçado na natureza.

No sítio Pedro, as águas reutilizadas após serem tratadas são armazenadas em uma caixa d'água suspensa. Essa água chega nas plantas através de um sistema de captação por gravidade em tubulação, onde no processo de gotejamento é alimentado a raiz das plantas.

Com a escassez de água, o reuso das águas cinzas já servidas na casa, torna-se importante para o fortalecimento da agricultura familiar, pois fomenta o processo produtivo da família que passa a utilizá-la na forma de produção de alimentos, tanto para serem servidos em suas alimentações, quanto na alimentação do criatório animal. Nas palavras da senhora Jailma Gomes dos Santos Silva, em entrevista que ocorreu na sua propriedade em 28 de julho de 2017, acontece um reaproveitamento de aproximadamente 800 a 1000 litros de água por semana. Essa água alimentando a palma forrageira, torna-a mais produtiva e faz com que haja dois cortes da mesma por ano e não apenas um, como é no modo tradicional da cultura da palma.

A senhora Jailma Gomes dos Santos Silva, conhecida na comunidade como “Jailma” ou “Jailma de Chico” é casada com o senhor Francisco Miguel da Silva e tem apenas um filho. O casal vive da agricultura de subsistência em área de sequeiro, com a criação de um pequeno plantel de ovelhas e cabras, plantio de

hortaliças e um pomar, além da produção caseira de pães e doces. Tais produções servem primeiro como segurança alimentar da família e o excedente é levado para a Feira Agroecológica, que é um espaço de socialização das práticas de manejo sustentável da Caatinga, sendo esta uma iniciativa do NEPS para fomentar a geração de renda para as famílias contempladas com as ações intituladas “Quintais Produtivos”. A mesma ocorre aos sábados, na sede do município de Santa Cruz da Venerada/PE. Além disso, o mesmo mantém plantio de palmas (no modo tradicional e no modo irrigado) e capim (que recebe água de irrigação oriundo do reuso de águas) e que servem para a base alimentar do pequeno rebanho.

Outro entrevistado, o senhor Osvaldo César Maia, do sítio São Domingo, em Santa Cruz da Venerada/PE, em entrevista concedida no dia 8 de julho de 2017, no pátio da Feira Agroecológica, nos relatou que mantém um quintal produtivo onde produz acerola, mamão, hortaliça, couve, alface, pimentão. E que não tem cisterna calçadão por isso produz com dificuldade, mas com tudo isso, tem mantido sua produção e que faz reuso das águas cinzas da casa. Sobre o reuso das águas cinzas o mesmo explica que:

Ela pode ser usada para pasto, para capim, para palma, para plantas de raízes profundas. As raizinhas, plantas de raízes maneiras como o coentro a gente não usa não, porque é uma planta que a gente usa mais é molhar por cima, então a gente usa mais a planta que molha por baixo. É tudo filtrado na terra. Então eu ganhei esse reuso e para mim é muito importante, porque eu compro água, aquela água que eu compro é reusada novamente.

Ao ser perguntado sobre a importância da Feira Agroecológica em Santa Cruz e do apoio recebido pelo NEPS no tocante ao quintal produtivo, assim responde:

Para mim é muito importante, porque esse apoio a gente não tem de outras instituições e de órgãos como prefeitura e outras coisas, a gente tem esse apoio do NEPS, que é uma instituição que nos acompanha.

6.6.1 Como ocorre o tratamento das águas cinzas?

Na concretização do experimento toda as águas da residência são encanadas para desaguar em três tonéis de plástico reutilizados que são enterrados em local de declive no terreno próximo a residência. Esses tonéis têm, cada um sua

função conforme mostramos na **Imagem 43**, onde vimos o processo de construção do espaço para tratamento das águas cinzas:

IMAGEM 43: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE TRATAMENTO DAS ÁGUAS CINZAS



Fonte: Girlene de Souza Lima, Sítio Araçá – Afrânio/PE, 2017.

O método de tratamento das águas cinzas desenvolvido pelo NEPS envolve filtração com pedras, areia e carvão vegetal, além da utilização de dejetos bovinos, os quais detêm concentração elevada de microrganismos como os coliformes termotolerantes (10 milhões em 100 mililitros de efluente), até 3.000 ovos de helmintos e 1.000 cistos de protozoários em um grama de dejetos secos, conforme mostrou (NISHI et al., 2000), sendo que esse dejetos é inserido em um espaço anterior ao primeiro tonel (como circulado abaixo na imagem), conforme mostramos na **Imagem 44**.

O primeiro tonel recebe todas as águas e recebe o substrato animal inserido no espaço anterior a ele. No segundo tonel temos a junção de areia grossa e seixo de pedra, areia fina e carvão vegetal onde essa água será filtrada. Feito isso, já sem bactérias ou produtos químicos, a água é enviada ao terceiro tonel.

IMAGEM 44: PROCESSO DE TRATAMENTO DAS ÁGUAS CINZAS



Fonte: O autor, 2017.

O terceiro e último tonel serve como armazenador da água, que é canalizada para uma caixa d'água suspensa, onde por tubulação e gravidade é dispensada para as culturas plantadas que as recebe pelo sistema de gotejamento, como demonstramos na **Imagem 45**:

IMAGEM 45: ÁGUAS PARA REUSO PRONTAS PARA SEREM UTILIZADA



Fonte: O autor, 2017.

A água armazenada na caixa suspensa é levada por meio de gravidade as culturas plantadas. No caso, são plantadas em um espaço em declive e toda a água que chega as palmas forrageiras, pomares ou pastagens, vão através de canos e são distribuídas por mangueiras de irrigação por gotejamento, conforme mostrado na **Imagem 46**, abaixo:

IMAGEM 46: ÁGUAS PARA REUSO PRONTAS PARA SEREM UTILIZADA



Fonte: O autor, 2017.

Como mencionado acima, o reuso das águas cinzas por tratamento completo, devolve a natureza a água quase sem microrganismos oriundos do corpo humano e sem os produtos químicos do detergente e do sabão em pó, por exemplo. São águas que voltam a natureza para irrigar plantações com raízes profundas. Isso ocorre porque ainda não se tem um estudo concreto sobre a pureza da água.

Mas existe um outro tratamento com reuso de água chamado de “Bioágua”, o qual não trataremos nesta pesquisa pois não está sendo desenvolvido pelo NEPS, mas sim por uma outra entidade localizada em Ouricuri/PE chamada CAATINGA, onde eles estão desenvolvendo a tecnologia social para quintais produtivos da agroecologia com certificação do Ministério da Agricultura. Não utilizam as águas da fossa séptica, somente as águas das pias do banheiro e da cozinha.

6.7 Intercâmbios das Comunidades

Uma das propostas do Programa P1+2 é que cada tecnologia social implementada dentro da UGT seja dada visibilidade as comunidades próximas para que as mesmas possam ser replicadas, tanto por iniciativa do NEPS quanto por outras iniciativas particulares ou públicas. A proposta de intercâmbio nasce de uma construção coletiva nos debates da educação popular, que preza pela mística de mostrar aos participantes que no coletivos todos saem vencendo. Também demonstra a importância do associativismo e do cooperativismo na concretização de ações para convivência com o Semiárido, conforme mostramos na **Imagem 47**:

IMAGEM 47: INTERCÂMBIO DA COMUNIDADE PARA CONHECER AS TECNOLOGIAS SOCIAIS DO NEPS



Fonte: Manoel Ireno de Souza, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

...

Eu possa me dizer do amor (que tive):
Que não seja imortal, posto que é chama
Mas que seja infinito enquanto dure.

Vinícius de Moraes

Quando ouvia dos colegas que construir uma dissertação era como parir uma criança (tínhamos que gerar primeiro e cuidar para que nada atrapalhasse a gestação), achava exagero. Estava enganado. A construção de uma pesquisa requer dedicação e comprometimento. No entanto, o sentimento de missão não tem preço.

Ao concluir esta pesquisa apontamentos iniciais são respondidos, em outro passo, ela traz visibilidade as ações do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco que há 20 anos vem lutando para mudar a forma de convivência do homem com o Semiárido brasileiro.

Na ordem natural dos acontecimentos, construir esses escritos não foi um exercício fácil, mas nada é impossível quando se tem objetivos claros a serem alcançados, e a mesma não nasceu em dois anos, que é o tempo previsto, mas ao longo dos muitos que me ligaram à história de Afrânio e de Dormentes. Sinto-me mais ligado àquela terra que mesmo ao berço onde nasci.

O NEPS, enquanto entidade que discute as relações sociais do campo, apresenta em seu espaço de ação uma gama de olhares para aquilo que eles desenvolvem. Nesses 20 anos de existência consegui visualizar três mudanças dentro da performance dos seus agentes: a primeira mudança acontece quando um grupo de jovens com ideais diferentes mas que queriam mudar o país, sua cidade, sua comunidade, juntam-se a outros jovens e começam a participar da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Daí começaram a propor mudanças para o cotidiano da cidade. Mudanças simples, como iniciar o ano letivo no tempo certo ou o acesso a água e a preservação do meio ambiente. Esse grupo fazia educação popular imbricado com religiosidade e formação política das comunidades da zona rural de Dormentes, Santa Filomena, Afrânio, Santa Cruz da Venerada e Ouricuri.

A PJMP que trabalhava dentro dos preceitos da Teologia da Libertação, inserindo os jovens no cotidiano da igreja e das comunidades, levando esperança às

famílias mais distantes, precisou mudar sua forma de atuação com as mortes dos Papas João Paulo I e Paulo VI (que sucedeu João XXIII). O Papa João Paulo II não concordava com aquele tipo de teologia. A PJMP declinou e os jovens agora mais amadurecidos, também se afastaram da causa.

Essa foi a segunda mudança que percebi pois foi do declínio da PJMP que nasceu o NEPS enquanto entidade. A entidade foi criada para discutir política, as várias formas de fazer política, seja na educação, na saúde, nas comunidades, ou partidária. Dessa discussão política sairia uma candidatura. A candidata no entanto, não logrou êxito por uma gama de situações. Percebe-se claramente que é a partir dessa desilusão com as urnas que floresce a terceira mudança.

A terceira mudança nasce do caos e se fortalece quando o trabalho no distrito de Cachoeira do Roberto, em Afrânio, começa a ganhar projeção a partir do debate sobre a questão da preservação dos mananciais e do acesso das comunidades à água potável. Essa proposta torna-se um Festival, um festival das águas, e passa a integrar diferentes comunidades dos municípios circunvizinhos. A mudança se concretiza quando o NEPS passa a integrar o fórum da instituições da ASA implementando ações de convivência com o Semiárido de iniciativa daquela instituição.

Esse novo olhar do NEPS ganha força e faz da instituição uma das mais importantes no cenário político da Microrregião de Petrolina e da Microrregião de Araripina, pelo volume de tecnologias implementadas no Sertão de Pernambuco.

A questão que lanço neste momento conclusivo da pesquisa e observando o cenário da política nacional, em que vivenciamos drásticas reformas cheias de incertezas é, como a instituição se comportará diante dessas mudanças atuais e futuras, e se a instituição entrará em um novo processo evolutório, numa nova quebra de paradigma, afinal, são vinte anos de existência e de fomento à construção nas comunidades de um discurso voltado para a inserção de práticas educativas no contexto das famílias.

Nas visitas realizadas aquele espaço durante dois anos e posteriormente, nas visitas a campo nos quais passei 32 dias inserido nas comunidades, assistindo *in loco* o nascimento de implementações e constantes assessoramentos, além da boa acolhida, percebi grande interação entre os diversos agentes envolvidos nos processos de implementação das tecnologias, desde quem recebe o benefícios àquele que está ali para construir ou montar. Os relatos das várias pessoas

entrevistas, apontam isso. Todas foram unânimes em afirmar que o NEPS é uma instituição séria e que tem feito a diferença no Semiárido brasileiro. Os relatos das pessoas que receberam as tecnologias corroboram com os relatos das lideranças políticas entrevistadas.

Na trajetória histórica, a proposta era construir uma linearidade dos acontecimentos com os relatos orais e com as imagens recolhidas no acervo da instituição. Para isso, fragmentamos as falas de cinco entrevistados inserindo quando necessários os fragmentos, para então dar ressonância ao trabalho proposto.

Voltando para a compreensão do espaço onde estávamos imbricados, foi preciso delimitar o Semiárido brasileiro, mostrando três delimitações que ocorreram no final do século XX e nesse início de século XXI, sendo a mais recente em 2017.

Isso prova que o Semiárido é uma região que está crescendo e que as políticas públicas precisam ser melhor direcionadas, para que o homem do Semiárido, tanto aqueles dos espaços urbanos quanto dos espaços rurais, possam ser atendidos com ações mais que pontuais. Nos espaços urbanos ainda percebemos os bolsões de pobreza ressurgindo depois de mais de 15 anos, por culpa das políticas sociais que estão sendo tiradas aos poucos e de outras necessidades, como saneamento básico, água potável, creche, escola, posto de saúde e moradias dignas.

Nos espaços rurais temos práticas exitosas de políticas que deram certo, com tecnologias sociais simples e que é preciso reforçar e não retirar. As entidades já não estão recebendo os aportes financeiros necessários para continuar implementando políticas sociais de convivência e que levam dignidade, renda e cidadania ao homem do campo. Vale a ressalva de que estamos no sétimo ano de estiagem, sendo esta considerada a pior seca do presente século, mas ainda não vimos massas de flagelados migrando de suas terras para outras plagas, muito menos presenciamos saques a feiras e supermercados, como ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, do século passado. Como ocorreu na década de 1910 e 1930, como apontado na pesquisa ao relatarmos o surgimento no ano de 1932, no Estado do Ceará, de campos de concentração de flagelados que migravam para Fortaleza fugindo a longa e difícil estiagem.

Outra questão de importante observação foi a consciência da necessidade de mudança nos discursos. O discurso de combate às secas perdeu força diante da necessidade de se conviver com os longos períodos de estiagem.

No capítulo 5 tratamos de refletir sobre a importância da educação contextualizada dentro da educação formal. Os municípios nos quais atuamos como pesquisador, não tratam dessa questão em seus currículos. A escola rural e a escola urbana tem o mesmo padrão e a mesma forma de educar. Não aprofundamos a investigação sobre as motivações relacionadas a falta de um debate sobre educação do campo em Dormentes e em Santa Cruz da Venerada, no entanto, esse debate urge acontecer.

O NEPS tem desenvolvido ações de inserção da contextualização nas escolas quando propõem eventos dentro da lógica da convivência, em sintonia com a Secretaria Municipal de Educação (tanto a de Dormentes quanto a de Santa Cruz da Venerada). Como exemplos podemos citar a Feira Pedagógica dos Saberes e Sabores do Sertão e a Puxada do Bode.

Outra questão observada, ainda dentro do debate sobre educação contextualizada, é o fato das escolas serem contempladas com cisternas com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água, construídas através do Programa Cisterna na Escola. Nenhuma das cinco escolas visitadas desenvolve trabalho permanente de utilização daquela tecnologia para que o aluno possam também mostrar suas expertises de vivência no campo. Projetos esporádicos existem, mas quase todas as escolas tem espaços enormes e neles poderiam ser desenvolvidos Quintais Produtivos, no entanto, armazenam a água apenas como para o uso geral.

Fizemos na pesquisa uma reflexão sobre o papel do NEPS na conjuntura da esperança. Ora, se estamos diante do inevitável que é a estiagem, de onde vem a esperança, somente do céu? Em tese sim, mas enquanto não chove, as práticas de convivência precisam acontecer. E convivência não é apenas estar no campo ou na zona urbana de uma cidade que também sofre com a estiagem, com a precariedade no tratamento e distribuição de água, com a constante falta de água, com a falta de saneamento público e com a escassez de recursos, mas fortalecer a interação com as comunidades. Ressaltamos que é preciso consubstanciar o homem do campo com tecnologias sociais para que ele possa produzir no campo sem necessidade de migrar para as periferias das grandes cidades.

O NEPS mantém uma biblioteca com acervo considerável sobre temas voltados para a educação popular, contextualizada e igualitária. Isso em tempo de progresso das mídias sociais da internet que começa a chegar com mais força ao campo. A biblioteca é um espaço de letramento, de interação e de amparo da educação formal.

Mas o que seria da população sem suas memórias? Foi nesse contexto, segundo relatos, que se pensou no Museu Casa da Roça criado para servir como guardião de objetos usados pelo homem do Sertão de Pernambuco. Na mesma área de atuação do NEPS temos mais outros dois espaços: O Museu Pai Chico, em Caboclo, e um ainda em formação que é o Museu da Comunidade de Poço Dantas. Essas ações deram ao NEPS o Prêmio Machado de Assis.

Quando o projeto desta pesquisa foi construído pensou-se em discutir a fundo as manifestações populares e culturais das comunidades atendidas pelo NEPS. Mas discutir cultura e manifestações culturais sem adentrar ao bojo das mesmas, é tornar o discurso insignificante. Diante disso, não deixamos de tratar do tema, mas nos apegamos a apenas formas de manifestação realizada em comunidades atendidas pelo NEPS e dentro dos Terreiros Culturais. São elas: O São Gonçalo, que acontece no Museu Casa da Roça; O Reisado, tradição sustentada pela comunidade de Lagoa Comprida; e a Cavalgada da Solidariedade, que acontece no povoado de Poço Dantas.

Os Terreiros Culturais, que ocorrem dentro dos intercâmbios, formações e eventos promovidos ou apoiados pelo NEPS buscam reafirmar na comunidades o sentimento de pertencimento que muitas vezes é suprimido do povo pela enxurrada de outras culturas que adentram nossas lares pelas músicas e programas de TVs. A televisão impõem sua forma de visão de mundo, faz o ser humano consumista e vende a imagem que o paraíso não é ali onde o homem do campo está inserido.

Outras manifestações populares, agora no âmbito religioso, também são apoiadas e incentivadas pelo NEPS, a exemplo da Romaria das Comunidades que acontece em Santa Cruz da Venerada e do Natal das Comunidades.

No contexto das tecnologias sociais de iniciativa da ASA, os números falam por si. Desde a cisterna para uso doméstico até as ações do programa P1+2, todas elas corroboram para que o homem do campo, em sua pequena propriedade, possa produzir alimentos saudáveis sem uso de agrotóxico, tanto para sua alimentação quanto para a comercialização na Feira Agroecológica dos Quintais Produtivos.

Além de preservar a natureza, o mesmo não deixa que outros tipos de poluentes voltem a natureza sem o devido tratamento.

Esse tratamento, de forma caseira e natural, é o denominado “reuso de água”. E para evitar o desmatamento já que estamos em uma região que está entrando em um processo gradativo de desertificação, com a retirada de madeira para as usinas de refinamento do gesso (em Araripina, Ouricuri, Trindade, Bodocó e Exu) e das cerâmicas que produzem tijolos e telhas (em Dormentes e Afrânio), uma tecnologia social que está sendo implementada na área de atuação é o Biodigestor Sertanejo, que ganhou esse nome por ser feito com material de fácil acesso e que tem seu valor reduzido na hora de ser construído.

O capítulo 2 fala dos caminhos metodológicos para que a pesquisa fosse realizada. Partimos da pesquisa participante como procedimento aplicado, buscando construir uma abordagem qualitativa a partir das observações feitas. Ressaltando que a intenção era dar voz aos sujeitos da pesquisa a partir das experiências vivenciadas ou relatadas. A abordagem qualitativa em certos momentos quantificamos também. E as categorias conceituais, pelas quais pretendíamos observar a inserção da educação contextualizada nas escolas pelo NEPS a partir de um trabalho envolto na educação popular com práticas educativas. Implicitamente foram respondidas quando elencamos as diversas ações implementadas e os projetos desenvolvidos pelo NEPS junto as escolas e as Secretarias de Educação.

Como já mencionamos, nesses 20 anos de existência, esse foi o primeiro trabalho de pesquisa realizado na instituição, o que poderá servir como base para outras que ampliarão esse debate e a causa maior que é a visibilidade que essas instituições precisam ganhar no seio da sociedade.

Por fim, não poderíamos deixar de pontuar que as entidades sem fins econômicos ligadas a ASA, ao longo dos últimos 17 anos ganharam destaque e força no cenário político para lutar por melhorias na vida do homem do campo. Acreditamos que o trabalho desenvolvido pelo NEPS vem dessa força e leva para o homem do Sertão de Pernambuco, dignidade, geração de renda, cidadania e fortalecimento quanto a proteção do meio ambiente. Quando citamos dignidade estamos apontando para a força da união das famílias no entorno das comunidades, que passam a lutar coletivamente (na forma de mutirão) no intuito de receber uma ação que lhes beneficiará. Desse trabalho os frutos são gerados e são deles a geração de renda para as famílias. Relembremos as palavras do Bispo Dom José

Rodrigues quando certa vez afirmou quem “no Semiárido não falta água, falta justiça”. E é dessa justiça que o homem do campo está sobrevivendo.

Sem entrarmos no mérito político, é importante observarmos que a justiça mencionada pelo saudoso bispo brotou no Semiárido brasileiro há pouco tempo quando um projeto de um governo popular levou energia elétrica aos mais distantes lugarejos e sítios, sem distinguir ou partidarizar o homem do campo, mas sim, fazendo-o sentir-se incluído na sociedade e lhe dando cidadania. Foi esse mesmo sentimento de justiça implantado no seio popular que fez nascer uma forma de distribuição de renda no qual as famílias ficavam obrigadas a manter seus filhos na escola. Escola essa que passou a contar com uma cisterna, com alimentação adequada, com professores remunerados por um piso salarial aprovado por lei e com alunos deslocando de suas casas em um transporte escolar confortável, pois também foi criado um programa de transporte escolar. Essa justiça começou a chegar ao Semiárido a partir de 2002 com a eleição de um operário/nordestino que teve a decência de olhar para a pobreza e atacá-la na sua raiz. Lançou-se contra a fome e contra a miséria da população dando a esta acesso e condição de vida melhor. A história não nos perdoará se retrocedermos.

REFERENCIAS

ALVES, Geovan. **Um Pouco Da História Da Fundação Da PJMP Na Diocese De Petrolina.** Diocese de Petrolina, 2008. Disponível em: <http://pjmpdosertao.blogspot.com.br/p/historia-da-pjmp-da-diocese-de.html>. Acessado em: 22.set.2017.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Nordeste: heranças, oportunidades e desafios.** Disponível em: <http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/nordeste-herancas-oportunidades-e-desafios&page=0,3>. Acessado em: 20.Julho.2017.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO – ASA. **Construindo Cidadania No Semiárido Brasileiro.** 2004. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acessado em 14.Out.2016.

_____ – ASA. **Tecnologias Sociais para Convivência Com o Semiárido: Série Estocagem de Água para Produção de Alimentos – Cartilha Barreiro Trincheira.** Recife: ASA, 2014.

_____ – ASA. **Tecnologias Sociais para Convivência Com o Semiárido: Série Estocagem de Água para Produção de Alimentos – Cartilha Cisterna Enxurrada.** Recife: ASA, 2014a.

_____ – ASA. **É no Semiárido que a vida pulsa.** 2016. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiario>>. Acessado em 24.Nov.2016.

_____ – ASA. **Cisternas nas Escolas: uma nova abordagem sobre a água no Semiárido.** Recife: ASA, 2015.

_____ – ASA. **Construindo Cidadania No Semiárido Brasileiro.** 2004. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acessado em 14.Out.2016.

_____ – ASA. **Ações – P1+2.** 2016. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>. Acessado em 15.Nov.2017.

ATTA, Dilza. **A roda de São Gonçalo na região do Médio São Francisco, na Bahia.** Revista Sitientibus. UEFS, pp. 79/89, jan-jun – 1983. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/2/a_roda_de_sao_goncalo.pdf. Acessado em 12.nov.2017.

BARBOSA, Orris. **Secca de 32: Impressões sobre a Crise Nordestina**. Rio de Janeiro/RJ: Andersen Editores, 1935

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

_____. Lei Federal nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989 – **Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO**.

_____. MIN. Ministério da Integração Nacional. **Nota a Imprensa sobre a Delimitação do semiárido mantém formação atual e incluem 54 novos municípios**. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acessado em: 17.Set.2017.

_____. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Conselho Deliberativo da SUDENE. **Resolução n º 107/2017**, publicada em 27 de julho de 2017. Disponível em: <http://sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Resolucao-107-2017.pdf>. Acessado em: 17.Set.2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**, Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.

BALEIRO, Leidijane Fernandes. FEITOSA, Débora Alves. **Educação do Campo para a convivência com o Semiárido: o caso da Escola Família Agrícola de Caculé/BA**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Convivência e educação do Campo no Semiárido brasileiro. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2013

BRITO, Lucelmo Lacerda. **Medellín E Puebla: Epicentros Do Confronto Entre Progressistas E Conservadores Na América Latina**. Revista Espaço Acadêmico nº111 – agosto de 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10681/5854>. Acessado em: 20.set.2017.

BETTO. Frei. **Diário de Puebla**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

BIBLIOTECA PÚBLICA: **princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. Disponível em: Acesso em: 29. nov. 2016.

BOFF, Leonardo. BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação?** Editora Vozes, 3ª edição, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa Participante: O saber da partilha**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

BULTEAU, Veronique. **Para uma antropologia do sertão: ecologia e sociologia do cotidiano**. 1ª ed. PoloBooks, 2016.

CADEIRA DE ARRUAR. Chico Egídio. Brasil: Raízes, 2013. DVD (10'15"min), Documentário, son. (port.), preto e branco, NTSC.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia Da Libertação No Brasil: Das Formulações Iniciais De Sua Doutrina Aos Novos Desafios Da Atualidade**. In II Seminário da Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais – UFG – 3 e 4 de novembro de 2011. Disponível em: https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf Acessado em: 20.set.2017.

CAMPOS, José Nilson B. e STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: Origens, Causas e Soluções**. Disponível em: http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas_no_Nordeste_do_Brasil_08_de_junho_def.pdf. Acessado em: 24.Nov.2016.

CARNEIRO, Maria Gerlândia Rabelo, et al. **Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE)**. Revista Brasileira de Agroecologia, vol. 8, 2013, UFC. Disponível em: http://orgprints.org/25585/1/Caneiros_Quintais%20Produtivos%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20ao%20desenvolvimento.pdf. Acessado em: 15.Nov.2017.

CARVALHO, Luzineide Dourado. REIS, Edmerson dos Santos. **Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido brasileiro: fundamentos e práticas**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Convivência e educação do Campo no Semiárido brasileiro. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2013.

CARVALHO, Luzineide Dourado. Os Saberes **Tecidos no Contexto: A vertente educativa da convivência com o semiárido fundamentando novas práticas e metodologias pautadas na contextualização**. In. Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade, Salvador/BA, 26 a 28 de setembro de 2012.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **A emergência da lógica da “convivência com o semiárido” e a construção de uma Nova Territorialidade**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Educação para a Convivência com o Semiárido: reflexões técnico-práticas. 2ª ed. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2006.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, Território e Convivência: novas territorialidades no Semiárido brasileiro**. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

CAVALCANTE. Pe. Francisco José Pereira. **A criação da Diocese – Breve Histórico**. Diocese de Petrolina, 2008. Disponível em: http://www.diocesedepetrolina.org/?page_id=6. Acessado em: 22.set.2017

CICILIATO, Rafael Coelho. **Tratamento de águas cinzas sintéticas para fins de reuso através de método eletroquímicos**. UTFPR, 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1093/1/LD_COEAM_2012_2_09.pdf. Acessado em: 18.out.2017.

CONSELHO EPISCOPAL LATINOAMERICANO – CELAM III **Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões de Puebla**. A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. São Paulo: Edições Loyola. 1979.

CUNHA, Euclides da. **As secas do norte** in: **Canudos e Outros Temas**. Edições do Senado Federal. Brasília, 2003.

DAMÁSIO, Antônio. **O livro da consciência: a construção do cérebro consciente**. Trad.: Luís Oliveira Santos. Lisboa: Temas & Debates, 2010.

ENJIU. Andrea Jully et al. **Biblioteca escolar como prática de letramento**. 2013. Disponível em: http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_47_disturbios/pdf_47/art_10.pdf. Acessado em: 30.Nov.2016.

FABER, Marcos Emílio Ekman. SANTOS, Giovana Inácio dos Santos. GOULART, Josiel Eilers. **Teologia Da Libertação: Resistência Intelectual Nos Anos De Chumbo**. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/teoliberta1.htm>. Acessado em: 20.set.2017.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. TAVARES, Ana Cláudia Ribeiro. **Práticas e eventos de letramento em meios populares: uma análise das redes sociais de crianças de uma comunidade da periferia da cidade do Recife**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a05.pdf>. Acessado em: 29.Nov.2016.

FERNANDES, Vera Maria Cartana. FIORI, Simone. PIZZO, Henrique. **Avaliação qualitativa e quantitativa do reuso de águas cinzas em edificações**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v.6, n.1, p.19-30, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3676/2042>. Acessado em: 18.out.2017.

FEIX, Daniel. **Prática de letramento no ensino da leitura**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/praticas-de-letramento-no-ensino-leitura-e-escrita/16>. Acessado em: 30.nov.2016.

FERREIRA, Andréa Tereza Brito. TAVARES, Ana Cláudia Ribeiro. **Práticas e eventos de letramento em meios populares: uma análise das redes sociais de crianças de uma comunidade da periferia da cidade do Recife**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a05.pdf>. Acessado em: 29.Nov.2016.

FREIRE, Paulo. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor**. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34-41.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

_____, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GARCIA, Marília Fontana. **NORDESTE: O REVERSO DA MEDALHA**. Revista Lua Nova vol.1 no.1 São Paulo Junho de 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000100015. Acessado em: **22.set.2017**.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE. **Matrículas na rede pública e privada em 2016**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260515&idtema=156&search=pernambuco%7Cdormentes%7Censino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2016>. Acessado em: 29.Nov.2016.

_____. **Histórico de Santa Cruz da Venerada**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=261245&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico>. Acessado em: 10.Nov.2017.

IRPAA. **Cartilha Acesso e Manejo Sustentáveis da Terra e da Água e Segurança Alimentar “P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas”**, 2006. Disponível em: <http://www.irpaa.org/publicacoes/relatorios/p1-2-programa-uma-terra-e-duas-aguas.pdf>. Acessado em: 15.Nov.2017.

_____. **Cartilha Criação de cabras: convivendo com o semiárido**, 2001. Disponível em: <http://www.irpaa.org/publicacoes/cartilhas/criacao-de-cabras.pdf>. Acessado em: 19.Nov.2017.

LANDA, Libertad Hernandez. GABARRÓN, Luis R. **O que é pesquisa participante?** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa Participante: O saber da partilha**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Maria Sueleuda Pereira da. **A educação do campo como estratégia de convivência com o semiárido**. Teresina: UFPI, 2010.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido**. In: RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. **Educação para a Convivência com o Semiárido: reflexões técnico-práticas**. 2ª ed. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2006.

_____, Josemar da Silva. **Educação Contextualizada da Teoria à Prática**. In: CARVALHO, Luzineide Dourado e REIS Edmerson dos Santos. (Orgs). **Educação Contextualizada: Fundamentos e Práticas**. Juazeiro – BA: Prinptex Gráfica e Editora, 2011.

_____, Josemar da Silva. **A proposta de Educação Contextualizada e sua contribuição para o desenvolvimento humano e sustentável do semiárido**. Palestra de Abertura da I Conferência Nacional de Educação para Convivência com

o Semiárido Brasileiro. João Gilberto. Juazeiro: 2006b. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/proposta_de_educacao_semi_arido%20(1).pdf. Acessado em: 25.Nov.2016.

MATTOS, Luis Cláudio. JUNIOR, Mario Farias. **Manual do Biodigestor Sertanejo**. Edição do Projeto Dom Helder Câmara. Recife/PE: 2011.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MEDEIROS, S. S.; CAVALCANTE, A. M. B.; PEREZ-MARIN, A. M.; TINÔCO, L. B. M.; SALCEDO, I. H.; PINTO, T. F. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012.

NISHI, S.M.; GENNARI, S.M.; Lisboa, M.N.T.S.; Silvestrim, A.; Caproni Jr., L.; Umehara, O. **Parasitas intestinais em suínos confinados nos estados de São Paulo e Minas Gerais**. Arq. Inst. Biol., São Paulo, v.67, n.2, p.199-203, 2000.

MOURA, Lenice de. PEREIRA, Vanderléa Andrade. **Educação do semiárido: a contextualização na escola campesina Expedito Albano de Moura na interface com o uso do livro didático**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Convivência e Educação do Campo no Semiárido Brasileiro. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Íris Maria de. PAIVA, Pe. Antônio Murilo de. **HISTÓRIA DA PJMP**, CNBB, 2016. Disponível em: <http://www.pjmp.org/historia>. Acessado em: 20.set.2017.

PEREIRA, Antônio Roberto Mendes. **Cartilha Quintal Produtivo**. Sertão. Programa Chapéu de Palha, 2014.

PIRES, Alexandre Henrique Bezerra. **Extensão rural, agroecologia e juventude rural: a experiência dos agentes promotores da agroecologia (APAS) no Sertão do Araripe – Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. UFRPE, 2011.

PONTES. Emílio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

QUEIROZ, Rachel. **O Quinze**. São Paulo: Siciliano, 2013.

RAMPON, Ivanir Antônio. **Paulo VI e Dom Helder Câmara: exemplo de uma amizade espiritual**. São Paulo: Paulinas, 2011.

RIOS, Pedro Paulo Souza. **Da terra seca brota uma flor**. Curitiba: CRV, 2016.

RIOS, Kênia Souza. Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932 / Kênia Sousa Rios. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**, volume I. Editora Cortez, São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Jailze de Oliveira. **Eventos e práticas de letramento: recortes de uma experiência na educação não-formal**. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tpISiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/eventos_e_praticas_de_letramento_recortes_de_uma_experiencia_na_educacao_ao_formal.pdf. Acessado em: 29.Nov.2016.

SENA, Rosiane Rocha Oliveira. **Os livros didáticos e suas subjetividades nas salas de aula do Semiárido brasileiro**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Convivência e educação do Campo no Semiárido brasileiro. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2013

SILVA, Lucinaldo de Almeida. **O Reisado de Lagoa Comprida**. Monografia. UPE/Petrolina, 2010.

SILVA, Fabrício Oliveira da. VIEIRA, André Ricardo Lucas. **Desenvolvimento da identidade docente: experiências da UNEB de Irecê no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência – PIBID**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Múltiplos olhares sobre a Educação no Semiárido Brasileiro. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2016.

SILVA, Paula Junqueira da. **Cavalaria Jacuba e a Valorização da Identidade Camponesa: Patrimônio Cultural e Imaterial de Iporá-GO**. UFG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1349_1.pdf. Acessado em 11.nov.2017.

SILVA, Alisson O. RORATTO, Lucas. SERVAT, Marcos Eduardo. DORNELES, Leandro. **Gestão da Qualidade: Aplicação da Ferramenta 5W2H como Plano de Ação para projeto de abertura de uma empresa** (Artigo). Disponível em: http://www.fahor.com.br/publicacoes/sief/2013/gestao_de_qualidade.pdf. Acesso em: 11.agosto.2017.

SIQUEIRA, Virgílio. **Cânticos de sol e de chuva. Auto de Natal da caatinga**. Santa Cruz, PE: 2011. 58 p. Concepção gráfica: arte ofício. Capa: Virgílio Siqueira – foto do Imbuzeiro do Morro da Cruz, à noite, em Santa Cruz, Pernambuco. Edição artesanal. Papel reciclado

SOUZA, Acerlândia Iraci de. **Memórias sobre Pai Chico e a formação do Povoado de Caboclo**. Monografia. Universidade de Pernambuco. 2012.

STREET, B. V. **Práticas e Eventos de letramento** - 2010. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/praticas-e-eventos-de-letramento>. Acessado em: 30.Nov.2016.

KLEIMAN, A.(org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. 10ª reimpressão, Campinas- SP: Mercado de letras, 2008.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998.

WESTPHAL. Euler R. **Uma Breve História Da Teologia Da Libertação: Um Olhar Crítico Sobre Os Primeiros 20 Anos**. Vox Scripturae – Revista Teológica Brasileira – São Bento do Sul/SC – vol. XIX – n. 1 – mai. 2011 – p. 68-98. Disponível em: [file:///C:/Users/MS/Downloads/4%20-%20VS%20XIX-1%20\[txt%20-%2003\].pdf](file:///C:/Users/MS/Downloads/4%20-%20VS%20XIX-1%20[txt%20-%2003].pdf). Acessado em: 20.set.2017.

ENTREVISTAS

BRITO, Isabel Coelho de. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 07 de julho de 2017.

BRITO, Maria Amélia de Albuquerque Coelho. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 28 de julho de 2017.

COELHO, Maria do Rosário Helena de Macedo. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 17 de julho de 2017.

COELHO, José Brasilino. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 07 de julho de 2017.

COELHO, Geolândio José. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 18 de julho de 2017.

GUIMARÃES, Jailson Soares. **Entrevista realizada no município de Santa Cruz da Venerada/PE**, em 08 de julho de 2017.

MACEDO, Beniciana Santana de. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 28 de julho de 2017.

MAIA, Osvaldo César. **Entrevista realizada no município de Santa Cruz da Venerada/PE**, em 08 de julho de 2017.

MARQUES, Marquesa de Santana. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 28 de julho de 2017.

MENEZES, Josina Iraci de. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 12 de julho de 2017.

SANTOS, Marivaldo Alves dos. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 28 de outubro de 2017.

SILVA, Lucinaldo de Almeida. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 12 de julho de 2017.

SILVA, Maria de Lima Rodrigues. **Entrevista realizada no município de Santa Cruz da Venerada/PE**, em 08 de julho de 2017.

SILVA, Maria de Lima Rodrigues. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE**, em 23 de outubro de 2017.

SILVA, Cícero Barros da. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE,** em 23 de outubro de 2017.

SOARES, Zenilton Marques. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE,** em 23 de outubro de 2017.

SOARES, Francisco Gomes. **Entrevista realizada no município de Santa Cruz da Venerada/PE,** em 08 de julho de 2017.

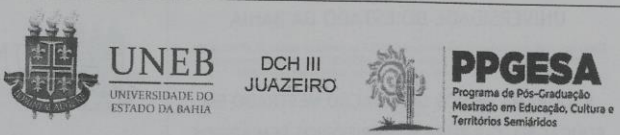
SOUSA, Manoel Ireno de. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE,** em 31 de julho de 2017.

SOUZA, Geomarco Coelho de. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE,** em 23 de julho de 2017.

SOUZA, Maria da Paz Macedo. **Entrevista realizada no município de Dormentes/PE,** em 12 de julho de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo de TCLE utilizado nas entrevistas

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p> <p style="font-size: small;">Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.</p> <p style="text-align: center;">PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS</p>	
---	--

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **A ATUAÇÃO DO NEPS NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.**

Neste estudo temos como Objetivo “Compreender o processo de implementação e intervenção social das ações pedagógicas e educativas desenvolvidas pelo NEPS para a convivência do homem com o semiárido”.

O motivo que nos leva a estudar, bem como a justificativa para o mesmo, é que pretendemos observar a atuação do Núcleo de Educadores Populares do Sertão (NEPS), no desenvolvimento de ações para convivência com o semiárido, através de práticas educativas, que contribuem para o processo de aprendizagem dessas práticas pelo homem do campo, concretizando as relações desse com seu espaço de vivência/sobrevivência, e que busca suprimir suas necessidades nos longos períodos de estiagem, integrando com isso segurança alimentar/nutricional e valorização das manifestações das culturas populares. Vale ressaltar que o trabalho do NEPS teve início há 18 anos. A entidade, que tem sua sede no município de Dormentes/PE, nasceu para possibilitar condições de convivência do homem sertanejo com o semiárido, partindo da realidade de agricultores locais e como os mesmos estão conseguindo sobreviver com práticas sustentáveis e de proteção ao meio ambiente, nos muitos períodos de estiagem que assola o Sertão.

Quero dizer-lhe que para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento da pesquisa, bem como, caso sinta-se constrangido com alguma informação, tenha total liberdade para não responder ou fazer não constar na pesquisa final.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido por este pesquisador. Enquanto pesquisador, trataremos sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Outro apontamento importante antes de sua aceitação (ou não) em participar dessa pesquisa é que o respeito à dignidade da pessoa humana é algo salutar nessa pesquisa, portanto, sinta-se à vontade para pedir esclarecimentos sobre as finalidades e importância da mesma, sendo que a mesma, a qual mais uma vez ressaltamos, só será realizada após o consentimento livre.

Pode ocorrer de você sentir-se constrangido ou com vergonha por não saber dar uma informação. Não se preocupe, teremos o maior zelo e respeito a informação que nos prestará, sendo inclusive, facultado a questão de retirar-se posteriormente da pesquisa.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Nossa pesquisa tem o respaldo da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e pelo Comitê de Ética da Pesquisa, da Universidade do Estado da Bahia e caso precise também de mais informações, poderá conseguir maiores informações a respeito desse trabalho no endereço, telefone ou e-mail abaixo:

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).
 Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Edifício Anexo, Ala "B" - 1º andar - Sala 103B.
 CEP - 70058-900 - Brasília, DF.
 Telefone: (61) 3315-5878
 Telefax: (61) 3315-5879
 Universidade do Estado da Bahia
 Comitê de Ética em Pesquisa
 Endereço: Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
 CEP 41.195-001 – Salvador – Bahia.
 Telefone: (71) 31172399

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Curso aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU) por meio da Resolução nº 913/2012, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) de 20/06/2012 e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 23/03/2013.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCH III
JUAZEIRO



PPGESA
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação, Cultura e
Territórios Semiáridos

Caso o(a) senhor(a) concorde em participar dessa pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: O mesmo responderá a questionário de forma semiestruturada ou a entrevista gravada, que serão ouvidos posteriormente e transcritos.

Quanto aos riscos, como já citei acima, serão os mínimos possíveis, afinal, estaremos tratando de uma pesquisa que discute as práticas utilizadas para convivência com o semiárido, não havendo interferência em nenhum aspecto das relações que não estejam aqui envolvidas. Mas caso sinta-se ofendido ou constrangido, em qualquer momento da pesquisa seus dados poderão ser retirados e caso seja uma informação ofensiva ou mentirosa, poderá buscar amparo legal através dos dados acima já citados.

Quanto aos benefícios da pesquisa: a mesma servirá também para divulgar o trabalho dos agricultores das cidades onde a mesma estará sendo realizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Secretaria do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, da Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Ciências Humanas, em Juazeiro/BA e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade

_____ fui informado (a) dos objetivos do estudo **A ATUAÇÃO DO NEPS**

NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Dormentes/PE, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Participantes

Enos André de Farias
Pesquisador

Manoel Irênio de Souza
Testemunha

5) A educação do campo, modalidade de ensino voltada para o atendimento ao estudante do campo, cumprindo em tese a legislação educacional brasileira (Art. 28, da Lei 9.394/96), constitui a escola como espaço de transformação social, valorização do conhecimento local.

a. Como esta Secretaria de Educação tem vivenciado a constituição de uma educação verdadeiramente do campo?

b. O município tem discutido a formulação de diretrizes curriculares para orientar os educadores nessa missão?

Desde já agradecemos sua colaboração nessa pesquisa.

Grato.



Enos André de Farias – Pesquisador

UNEB/DCH III/Juazeiro-BA

PPGESA

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética da Pesquisa

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB											
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP												
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA												
Título da Pesquisa: A ATUAÇÃO DO NEPS NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO												
Pesquisador: ENOS ANDRE DE FARIAS												
Área Temática:												
Versão: 1												
CAAE: 62652116.7.0000.0057												
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA												
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio												
DADOS DO PARECER												
Número do Parecer: 1.958.593												
Apresentação do Projeto:												
Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA do Departamento de Ciências Humanas, Campus III, Juazeiro da UNEB.												
Caracterizado por ser um estudo qualitativo para “compreender a atuação do Núcleo de Educadores Populares do Sertão (NEPS), no desenvolvimento de ações para convivência com o semiárido, através de práticas educativas, que contribuem para o processo de aprendizagem dessas práticas pelo homem do campo, concretizando as relações desse com seu espaço de vivência/sobrevivência, e que busca suprimir suas necessidades nos longos períodos de estiagem, integrando com isso segurança alimentar/nutricional e valorização das manifestações das culturas populares”. Terá como instrumento de registro de dados a entrevistas semiestruturadas, análise documental, observação participante e questionários, a 08 (oito) colaboradores do NUPS.												
Objetivo da Pesquisa:												
Objetivo Primário:												
<table border="0"> <tr> <td>Endereço: Rua Silveira Martins, 2555</td> <td>CEP: 41.195-001</td> </tr> <tr> <td>Bairro: Cabula</td> <td></td> </tr> <tr> <td>UF: BA</td> <td>Município: SALVADOR</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (71)3117-2399</td> <td>Fax: (71)3117-2399</td> </tr> <tr> <td></td> <td>E-mail: cepuneb@uneb.br</td> </tr> </table>			Endereço: Rua Silveira Martins, 2555	CEP: 41.195-001	Bairro: Cabula		UF: BA	Município: SALVADOR	Telefone: (71)3117-2399	Fax: (71)3117-2399		E-mail: cepuneb@uneb.br
Endereço: Rua Silveira Martins, 2555	CEP: 41.195-001											
Bairro: Cabula												
UF: BA	Município: SALVADOR											
Telefone: (71)3117-2399	Fax: (71)3117-2399											
	E-mail: cepuneb@uneb.br											
Página 01 de 06												



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.958.593

Compreender o processo de implementação e intervenção social das ações pedagógicas e educativas desenvolvidas pelo NEPS para a convivência do homem com o semiárido.

Objetivo Secundário:

1. Demonstrar como os conhecimentos construídos nas comunidades pelo NEPS constituem-se, de fato, proposta educativa e de convivência com o semiárido;
2. Identificar a metodologia utilizada pelo NEPS na construção de conhecimentos sobre o semiárido com as comunidades atendidas;
3. Descrever são as ações dos pequenos agricultores/as para o uso dos recursos hídricos, a utilização das propriedades (rurais), tendo em vista um planejamento racional de utilização sem desperdícios.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Vale à informação que o risco mencionado na Plataforma Brasil e referente a ética em pesquisa se enquadra intimamente com a vulnerabilidade, trazendo uma perspectiva de ação nas outras áreas inerentes a vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

Tendo como parâmetro o registrado no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil e no TCLE, que reconhece mais não especifica os riscos. Salientamos que é preciso expô-los especificamente para permitir o entendimento ao participante.

No sentido de colaborar com esclarecimento sobre os riscos, poderíamos ser mais preciso se o pesquisador incluísse no protocolo de pesquisa o roteiro de observação, o de entrevista e o questionário. Favor inserir.

No sentido da minimização, o pesquisador explicitar como minimizará os riscos da pesquisa na Plataforma Brasil e no TCLE.

Benefícios:

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estuda de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.958.593

propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade.

As potencialidades que constam neste protocolo de pesquisa poderiam estar melhores descritas, pois "a divulgação das ações do NUPS e a participação no fornecimento de informações sobre o cenário de aprendizagem da comunidade local" não é benefício. É sim procedimentos aos quais os participantes serão submetidos.

É necessário Informar de que forma seria aplicado o princípio da beneficência. Se por meio da de realização de oficinas que trarão uma nova postura para quem exerce a transferência do conhecimento? Se por meio de uma modificação na metodologia utilizada pelo NUPS? Se por meio de um minicurso? Qual a forma? Caso encontre algum aspecto que precise melhorar nas ações do NUPS.

Devem estar presentes também no TCLE.

As orientações e sugestões constantes neste item não são restritivas a percepção dos pesquisadores de perceberem e atenuar os riscos, assim como de aplicar os benefícios da pesquisa em campo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é importante para o desenvolvimento das atividades educacionais do NUPS, mais precisamos de algumas informações para realizarmos uma apreciação ética mais consistente.

Seguem os comentários e as solicitações abaixo:

A metodologia descreve que fará pesquisa documental e não especifica quais e onde serão acessados. É preciso informar ao CEP, pois o acesso a documentos não publicados podem precisar de autorização.

Critério de inclusão e exclusão: Não foi informado e precisamos para verificar os princípios da equidade e justiça.

O orçamento: Foi informado sem informar as fontes da receita. É preciso explicitar qual a fonte da receita.

O cronograma: Encontra-se registrado, com início em 23/10/2016 e término em 30/03/2018.

Instrumento de registro de dados: Não foi apresentado e precisamos para efetivarmos uma apreciação ética mais consistente.

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.958.593

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da normativa e eticidade, conforme segue:

- 1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade com a normativa;
- 2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;
- 3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade;
- 4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade;
- 5 - Folha de rosto: Em conformidade;
- 6 – Modelo do TCLE; Presente no protocolo, porém é preciso explicitar os riscos e suas formas de minimização e benefícios. É preciso, também, acrescentar os contatos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Edifício Anexo, Ala "B" - 1º andar - Sala 103B.

CEP - 70058-900 - Brasília, DF.

Telefone: (61) 3315-5878

Telefax: (61) 3315-5879

Universidade do Estado da Bahia

Comitê de Ética em Pesquisa

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula

CEP 41.195-001 – Salvador – Bahia.

Telefone: (71) 31172399

7 - Termo de Concessão: Ausente do protocolo. Só saberemos se é necessário após a informação de quais documentos serão acessados;

8 - Termo de compromisso para coleta de dados em arquivos: Ausente do protocolo. Só saberemos se é necessário após a informação de quais documentos serão acessados;

9 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "A Atuação do NEPS no desenvolvimento de ações para convivência com o semiárido" após a apreciação ética está pendente por necessitar das seguintes informações:

- 1 – Informar os riscos suas formas de minimização e benéficos, na plataforma e no TCLE;

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.958.593

- 2 – Informar os critérios de inclusão e exclusão;
- 3 – Informar quais documentos serão acessados e onde;
- 4 – Ajustar os documentos conforme disposto no item “ considerações sobre os termos de apresentação obrigatória”.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista o exposto este Colegiado é favorável a decisão da relatoria sendo, portanto, o projeto enquadrado como: COM PENDENCIAS e devendo o interessado realizar as alterações sugeridas no corpo deste parecer de forma a adequar a proposta as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BÁSICAS_DO_PROJETO_814523.pdf	29/11/2016 01:04:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	8_Projeto_de_Pesquisa_Mestrado_Enos_Andre_de_Farias.pdf	29/11/2016 01:03:27	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_modelo_do_tcle_enos_andre_de_farias.pdf	28/11/2016 02:20:22	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	5_termo_de_compromisso_do_pesquisador.jpg	28/11/2016 02:10:07	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	4_declaracao_instituicao_coparticipante.jpg	28/11/2016 02:09:28	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	3_declaracao_de_concordancia.jpg	28/11/2016 02:08:43	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	2_termo_de_confidencialidade.jpg	28/11/2016 02:05:15	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	6_termo_de_autorizacao_instituicao_propONENTE.jpg	28/11/2016 02:04:34	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito
Folha de Rosto	1_folha_de_rosto_enos_andre_de_farias.pdf	28/11/2016 02:00:37	ENOS ANDRE DE FARIAS	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
 Bairro: Cabula CEP: 41.195-001
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3117-2399 Fax: (71)3117-2399 E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 1.958.593


Não

SALVADOR, 10 de Março de 2017

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador)

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **Município:** SALVADOR **CEP:** 41.195-001
UF: BA
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

ANEXO 2 – Ata de Fundação do NEPS




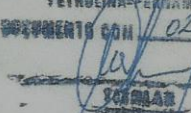
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de Pernambuco Comarca de Petrolina

Cartório do Primeiro Ofício

Tabelionato, Escrivania, Privativo do Registro Geral de Imóveis
Hipotecas, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas

FONE: 861-2966 e FAX: 861-2965
CGC(MF) 11.475.472/0001-17
Bel. Lauriano Alves Correia

01

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PETROLINA-PERNAMBUCO
DOCUMENTO COM 02 FOLHAS

SOLICITANTE

LAURIANO ALVES CORREIA, O Oficial do registro Geral de Imóveis deste município e Comarca de Petrolina, estado de Pernambuco em virtude da Lei etc.

COPIA AUTENTICA. ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DO NEPLS-
NUCLEO DE EDUCAÇÃO POPULARES DO SERTÃO DE PERNAMBUCO, E POSSE DA
DIRETORIA; APROVAÇÃO DO ESTATUTO. Aos quatro (64) dias do mes de
outubro de mil novecentos e noventa e sete às vinte e trinta ho-
ras n. casa Santa Maria- Centro de Atendimento à Criança Carente
do município de Dormentes no Estado de Pernambuco, os sócios reu-
niram-se Assembleia Geral Ordinaria para ato solene de posse da
diretoria, a Assembleia foi realizada durante todo o dia com os
seguintes pontos de pauta: 1-Abertura e apresentação do roteiro
trabalhado; 2-Apresentar através de trabalhos de grupos: CARA DO
NEPLS, sua atuação, carater do trabalho, realizado; 3- Reflexões
sobre o SER EDUCADOR POPULAR; 4- Definição da linha de trabalho
do Nucleo; 5- Estudos, e emendas e aprovação do Estatuto. No que,
diz respeito ao Estatuto da Entidade, os socios manifestaram-se
favoraveis, bem como sugeriram mudanças redacionais que foram en-
caminhadas pela diretoria e que apos nova leitura, foi deliberada
por unanimidade sua aprovação. Em seguida, dando abertura ao ato,
solene de posse da Diretoria, fazendo uso da palavra, o Sr. Fran-
cisco Ernesto Vieira-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Ru-
rais de Dormentes, deu boas vindas a todos os presen es, anunci-
ou o Ato de solenidade e convocou os convidados presentes a com-

valcanti; Diretor Financeiro: Rita de Cássia Silva; Diretor financeiro ' adjunto- Adécia Cristina dos Santos Messias, Conselho efetivo-Lourival ' Nobre Macedo; Conselheiro efetivo- Teotônio R. Macedo Neto, Conselheiro suplente: Ulisses de Souza Rodrigues, segue assinatura, dos socios presentes e fundadores: (as) Ana de Macedo, Iuzia Araujo Amariz, Maria da Paz Macedo Coelho, Beneciana Santana de Macedo, Raimundo Jose Rodrigues Raimunda Cavalcanti Coelho, Antonia Maria Cavalcante Coelho, Silvaneir ' Macedo Rodrigues, Evalto Jose de Souza, Rivanildo Moreira Diniz, Rangel Geraldo de Macedo. Esta conforme o original do livro de Ata e folhas ' 01 a 02 que me foi apresentado para ser reproduzido por copia fiel e idêntica, o qual me reporto e dou fé. Petrolina, 10 de novembro de mil ' novecentos e noventa sete (1997).


02
12

O OFICIAL _____
[Handwritten Signature]

Nº 15.490 DO PROTOCOLO
 Registrado o instrumento das 08 às 12
 Petrolina 10 de novembro de 97
 O Oficial: _____
 Registrado no Livro B-19 sob Nº 11.525
 as folhas 200
 Petrolina, 10 de novembro de 1997
 O Oficial: _____

CARTÓRIO IMOBILIÁRIO DO 1º OFÍCIO
 LAURIANO ALVES CORREIA
 TAMBÉM
 LAURIANO ALVES CORREIA JÚNIOR
 PRIMEIRO SUBSTITUTO
 PETROLINA PERNAMBUCO

ANEXO 3 – Edital de convocação de Eleição para Diretoria do NEPS



NEPS – NÚCLEO DE EDUCADORES POPULARES DO SERTÃO DE PERNAMBUCO
CNPJ/MF: 02.255.489/0001-78
 Rua Ambrósio Neres da Silva, 53 – Dedé Damasceno – Dormentes/PE
 CEP: 56355000 – FONE/FAX: (0**87) 3865 1830 – e-mail: neps_pe@yahoo.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de convocação o NEPS - Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco, através da presidente a Sra. Josina Iraci de Menezes no uso de suas atribuições, conferida pelo estatuto social, convoca todos (as) sócios (as) para participarem da assembleia geral que será realizada no dia 12 de Julho no Centro casa da Roça, localizada no Sitio Caldeirão I s/n Zona Rural de Dormentes –PE.

A assembleia se instalará a partir da 08h00min em 1ª convocação com a presença de no mínimo 50% dos (as) associados (as) em 2ª convocação a partir das 08h30min com quaisquer número de sócios (as) presentes.


Pauta:

- Abertura e boas vindas;
- Leitura bíblica;
- Eleição para composição da nova diretoria;
- Prestação de contas 2016.

Dormentes/PE, 22 de Junho de 2017.

Josina Iraci de Menezes
 Atenciosamente.

ANEXO 4 – Ata da Eleição da Diretoria para o Triênio 2017/2020

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS	 <h2 style="text-align: center;">República Federativa do Brasil</h2>	Cartório do Registro Geral de Imóveis, Notas e Demais Anexos - Afrânio/PE Folha nº <u>01</u>
	<h3>Cartório do Registro de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas</h3> <p>Comarca de Afrânio/PE</p> <p>Oficial: <i>Simão Cirineu Ramos de Brito</i></p> <p>Substitutos: <i>Luiz Eduardo Ramos Coelho e João Batista de Brito Neto</i></p> <p>Rua Sebastião Coelho, nº 126 - Centro - Afrânio/PE - CEP: 56360-000</p> <p>Fone/Fax: (87) 3868-1181. e-mail: cartorioafranio@bol.com.br</p>	Cartório do Registro Geral de Imóveis, Notas e Demais Anexos - Afrânio/PE Documento com <u>02</u> folhas. Oficial: <i>[Assinatura]</i>
<p>CÓPIA AUTÊNTICA: Ata da Vigésima Segunda Assembleia Geral Ordinária do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS). Aos doze dias mês de Junho de dois mil e dezessete, estiveram reunidos em Assembleia Geral Ordinária os sócios do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco – NEPS, a mesma aconteceu na casa da Roça localizada no Sítio Caldeirão I, no Município de Dormentes-PE, Contando com mais de 51% dos sócios. Tivemos como pauta a composição da nova diretoria para o triênio Julho 2017 (dois mil e dezessete) a Julho 2020 (dois mil vinte), foram apresentados os nomes após votação ficou assim constituída: Presidente: Claudécir da Silva Anselmo Cruz, portadora do CPF: 039.029.504-39 e RG: 6530785 SDS/PE. Vice Presidente: Maria da Paz Macêdo Coelho, portadora do CPF: 031.303.134-78 e RG: 5096082 SDS/PE. Secretária: Maria de Lima Rodrigues da Silva, portadora do CPF: 039.731.428-07 e RG: 8450652 SDS/PE. Vice Secretária: Jucilene Silva Lima, portadora do CPF: 062.574.724-07 e RG: 7590068 SWDS/PE. Tesoureiro: Paulo Miguel Coelho, portador do CPF: 599.959.474-04 e RG: 3354911 SDS/PE. Vice Tesoureiro: José Francisco Pereira Neto, portador do CPF: 015.142.614-72 e RG: 1651154 SSP/PE. Membros do Conselho Fiscal, Primeiro Fiscal: Zenildo Marques Soares, portador do CPF: 985.185.424-72 e RG 4703826 SSP/PE, Segundo Fiscal: Cláudiovan Silva Araújo, portador do CPF: 038.131.244-52 e RG: 6214512 SSP/PE, Terceiro Fiscal: Francisco Barbosa de Souza, portador do CPF: 680.666.604-30 e RG: 4035829 SDS/PE. Membros Suplentes: Maria de Siqueira Nobre Macêdo, portador do CPF: 023.751.204-18 e RG: 5452605 SSP/PE, Jonas Barros da Silva, portador CPF: 845.135.784-91 e RG: 7100616 SDS/PE, Lucinaldo de Almeida Silva, portador do CPF: 041.461.254-05 e RG: 1158188129 DDP/BA. Por Leandro José Cavalcanti foi dado posse aos eleitos e não havendo mais nada a tratar a assembleia foi dado por encerrada e por mim Maria de Lima Rodrigues da Silva, foi lavrada a presente ata após lida se aprovada será assinada por todos. Centro Casa da Roça, Sítio Caldeirão I. Dormentes-PE, 12 de Julho de 2017. Cícero Barros da Silva, Jonas Barros da Silva, Claudevan Silva Araújo, Maria de Siqueira Nobre Macêdo, Anaides Pereira da Cruz Mata, Socorro Maria de Souza Silva, Silvino Alves Cardoso, não identificado, Maria Juscilene Silva Lima Cardoso, Cláudeci da Silva Anselmo Cruz, Francisco Barboza de Souza, Zenildo Marques Soares, não identificado, Maria Aparecida Silveira Alencar Souza, não identificado, Maria de Lima Rodrigues da Silva, Jailma Gomes dos Santos Silva Barboza, Luciano Nunes Gomes, Laura Aparecida de Souza Andrade Gomes, Maria Madalena Coelho Rodrigues, não identificado, Josina Iraci de Menezes, Paulo Miguel Coelho, Angelita Rodrigues Silva, Maria da Paz Macêdo Coelho, não identificado, Rosilene Maria da Conceição, José Raimundo Rodrigues, não identificado, Raimunda Aparecida</p>		
<p>VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.</p>		

Rodrigues, Paulo Rodrigues da Paixão. Está conforme o original do Livro de Atas, que foi devidamente lavrada da linha 01 na folha 37, à linha 14 da folha 37 verso, tudo conforme me foi apresentado para ser reproduzido por cópia fiel e idêntica a qual me reporto e dou fé. Afrânio/PE, vinte dias do mês de Julho de dois mil e dezessete (20/07/2017).

O Oficial: _____

Cartório do Registro Geral de Imóveis.
Notas e Demais Anexos.
Comarca de Afrânio/PE
JOÃO BATISTA DE BRITO NETO
Substituto
CPF/MF 027.828.024-29

CARTÓRIO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS, NOTAS E DEMAS ANEXOS - AFRÂNIO E DORMENTES - COMARCA DE AFRÂNIO/PE / SÍMÃO CIRINEU RAMOS DE BRITO - Titular
Rua Ezequiel Ramos Costa e João Batista de Brito Neto - Suburbanos / Praça Sebastião Costa, 135 - Centro - Afrânio/PE - CEP: 56200-000 - Fone/Fax: (37) 3363-300 - cartorio@registrogeral.com.br

Protocolado sob o nº 4878, em 20/07/2017, Registrado no Livro "A".
Pessoa Jurídica sob o nº 677, em 20/07/2017 16:35:30.
Emolumentos R\$ 86,63 TSMR R\$ 19,25. FPM R\$ 7,63.
Selo: 0076349.Y0X12201501.03660. O referido é verdade e dou fé.
JOÃO BATISTA DE BRITO NETO - Oficial:

Consulta a autenticidade do selo em: www.tre.br/pe/registro
Cartório do Registro Geral de Imóveis.
Notas e Demais Anexos
Comarca de Afrânio/PE
JOÃO BATISTA DE BRITO NETO
Substituto
CPF/MF 027.828.024-29

ANEXO 5 – Imagem da Diretoria Eleita para o Triênio 2017/2020

Fonte: o autor, 2017

ANEXO 6 – Dois momentos da pesquisa:

A primeira imagem é na sede do NEPS entrevistando o Coordenador Manoel Ireno de Sousa (Manelito) e as professoras Marqueza e Beniciana. Já a segunda imagem é de uma reunião na residência da família da senhora Jailma, no Sítio Pedro, em Santa Cruz da Venerada/PE



Fonte: o autor, 2017



Fonte: o autor, 2017

ANEXO 7 – Imagem do pesquisador com o Coordenador Manoel Ireno de Sousa (Manelito), na sede do NEPS em Dormentes/PE



Fonte: o autor, 2017

ANEXO 8 – Entrevista com o Prefeito Geomarco Coelho de Souza

Entrevistador: Boa tarde, prefeito. Dormentes tem se destacado no desenvolvimento da caprinocultura como geração de renda e receita. Gostaria de saber do senhor, como esses investimentos têm impulsionado a economia local e qual sua opinião sobre o papel desenvolvido pelo NEPS nessa conjuntura?

Prefeito Geomarco: Boa tarde, professor Enos André, eu queria falar um pouco primeiro do NEPS, que é uma instituição, uma ONG que chegou na nossa terra há muitos anos, ela se organizou aqui dentro do nosso município como uma instituição que veio como ajudar no desenvolvimento da cidade. Eu entendo que ela é uma instituição que ajuda no associativismo aqui no nosso município, e tem feito um trabalho de conscientização, de preparo das pessoas para essa. O Núcleo de Educadores também teve esse cuidado de fazer um trabalho na questão da convivência com a seca, de como conviver, dos cursos, da parte de orientação na questão ecológica. Enfim, o núcleo teve sempre essa preocupação com questão da água. Quanto a questão da economia sustentável do nosso município, da caprinovinocultura, a mesma já é fruto desse trabalho de organização do associativismo. Como o associativismo do nosso município tem uma base muito forte desde o ano de 1973, que foram criadas as três primeiras associações: Ponta d'Água, Morrinho e Barro Alto, de lá para cá, em 1994, no meu segundo ano de gestão, tive a oportunidade de incentivar a criação do maior número de associação no município. Então Dormentes hoje tem 56 associações de criadores de caprinos e ovinos e pessoas que vivem da agricultura familiar e, com isso, nós fortalecemos a nossa base econômica. Dormentes hoje tem o maior plantel do Estado. Nós representamos mais de 10% da Caprinovinocultura do Estado de Pernambuco e temos nos organizado para que essa cadeia produtiva não venha cair. Para você ter uma ideia, nós temos enfrentado muitos anos de seca, mas a caprinovinocultura só se sustenta porque o homem do campo tem aprendido a manejar bem a caatinga e as águas. Nós aprendemos a conviver com a seca e com isso a caprinovinocultura está aí num embalo grande, só não está boa no momento a comercialização porque o sistema de venda é o de animais vivo. Nós estamos buscando alternativas para beneficiamento da produção através do abate industrial em nossa cidade, no intuito de enviar para longe em qualquer lugar do país ou fora, para poder agregar um valor melhor a essa questão. Mas tem hoje a agricultura, a caprinovinocultura como uma

base econômica muito forte, nós vendemos de dois a três mil animais por semana, toda quinta e sexta-feira nós temos uma feira permanente. Todos os municípios queriam ter uma feira de animais desse porte, mas primeiramente, você tem que ter a demanda e graças a Deus, nós temos. Nós temos hoje uma produção muito forte e aí com isso nós temos muita gente comprando toda semana.

Entrevistador: Prefeito, a questão da agricultura familiar que também tem dado sua parcela no crescimento econômico do município sendo uma forma de geração de renda, nesses sete anos de seca também tem impulsionado a agricultura local. Percebo que nos carros pipas da cidade tem o slogan “PAI”, que é o Programa de Água do Interior. Gostaria de saber do senhor, primeiro, sobre a questão da agricultura familiar, como município tem dado sua contribuição e se a agricultura familiar é atendida por esse programa PAI ou se água distribuída é somente para o consumo.

Prefeito Geomarco: O programa PAI é um programa muito forte, porque não são só os carros-pipa. Nós criamos o programa para a questão da água, para a questão da água. O carro pipa é para levar água para o consumo humano, colocar nas cisternas para atender às famílias. E também água para o animal. Só que dentro do programa PAI, nós temos também a limpeza de cacimba onde tem água minada, nos baixios e iniciei um forte programa via associações que é perfurações de poços artesianos e aí, muito ajuda essa questão da agricultura familiar porque onde tem agricultura familiar e tem uma cacimba que dá água, ali se criou uma unidade de produção de ração para os animais, de uma horta comunitária, enfim de voltar a ter a palma irrigada, porque aqui a palma se perdeu toda com a questão da cochoilha, mas hoje há várias variedades importantes que estão dando certo e aí outro benefício da agricultura familiar é a compra da produção da para a merenda escolar. Então nós estamos incentivando isso. O agricultor tem perdido muito com a seca, mas nós estamos sempre presente buscando também alternativa das compras, do PAA, através da CONAB, agora mesmo está para sair vários projetos através da CONAB. Enfim, então nós procuramos investir nesse setor com muita sabedoria e com muita determinação porque sabemos que o homem do campo sofre bastante com a questão da seca, com a falta de chuva, e aí esses poços é uma alternativa muito forte no momento. Nós já começamos perfurando poços em três associações agora, em breve teremos mais cinco, cada associação dessa recebe dez poços, esses poços são perfurados na roça mesmo das famílias, quando dá muita água vai

ser instalado para outras famílias poderem pegar água, mas quando ele é de pouca água, ele é realmente para fazer a unidade daquela família, a unidade de produção de alimento, para aquela família, tanto para a família, como para os animais.

Entrevistador: Prefeito, esses investimentos que o senhor falou, eles são investimentos próprios ou são investimentos da União e do Estado? E se esses dois entes, União e Estado, têm investido também no município?

Prefeito Geomarco: Não. Os governos Federal e do Estado, os investimentos têm sido nessa questão da CONAB e o governo do Estado tem feito alguns investimentos através do IPA, mas o programa PAI está sendo mantido pela prefeitura. Nós estamos trabalhando com recurso próprio, não é fácil. Nos outros municípios você não vai ver isso. Nós temos hoje sete carros-pipa pelo PAI, do programa PAI que nós criamos, e um da frota própria da prefeitura. Então nós temos oito carros-pipa rodando, não tem itinerário. Nós já atendemos muitas famílias no mês de maio para cá e a questão dos poços também, através do nosso consórcio de municípios, nós temos uns treze municípios, o governo do Estado aloca as despesas da perfuração, combustível, manutenção da máquina, diária dos operadores e graças a Deus, com isso facilitou a gente poder abrir um grande número de poço artesiano. E a prefeitura ainda vai via governo do Estado, governo Federal, nós estamos pedindo apoio. Eles virão aqui no município, vai estar numa reunião com a gente e nós vamos viabilizar recurso tanto para posso artesiano, mais poço artesiano, como também para nos ajudar na questão do carro-pipa, mas por enquanto é a prefeitura que está mantendo tudo.

Entrevistador: Prefeito, muito obrigado pela contribuição do senhor.

Prefeito Geomarco: Obrigado, André. E nós estamos aqui à disposição.

